UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS LEGITIMIDADES

ANNA LUCIA MARQUES TURRIANI SIQUEIRA

**Os processos de recuperação e reconstrução
de memória histórica na Guatemala:
Um recorte a partir das memórias das resistências**

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS LEGITIMIDADES

**Os processos de recuperação e reconstrução
de memória histórica na Guatemala:
Um recorte a partir das memórias das resistências**

Anna Lucia Marques Turriani Siqueira

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Humanidades, Direitos e Outras
Legitimidades da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de Mestre
em Ciências.

Orientador: Paulo César Endo

São Paulo
2015

Nome: SIQUEIRA, Anna Lucia Marques Turriani

Título: Os processos de recuperação e reconstrução de memória histórica na Guatemala: Um recorte a partir das memórias das resistências

Dissertação apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de
Mestre em Ciências.
Área de Concentração: Humanidades, Direitos e
Outras Legitimidades

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A todas as Mias que florescem no asfalto,

**À Mia de lá, por *sembrar memoria,*
*cosechar resistência y corretear al sol...***

**À pequena Mia daqui, e também ao Gael e ao Tom,
sementes de minha família,**

para que possam desabrochar em solos mais férteis.

AGRADECIMENTOS

Durante estes três anos foram muitas as pessoas que participaram de minha vida e contribuíram com minhas memórias, para que esta pesquisa pudesse ter seguimento. Como a memória é seletiva, muito provavelmente esquecerei alguns tantos. Agradeço a vocês por poder esquecer. De outros, nunca soube o nome. Agradeço por poder reconhecer o desconhecido, e desconhecer.

Como não poderia deixar de ser, agradeço a todos os companheiros e companheiras da Guatemala por me receberem e me incluírem em sua comunidade. Por compartilhar suas memórias, de lutas e de lutos, de alegrias e de sofrimentos. Por darem novos sentidos à dignidade e cultivarem pequenas primaveras mesmo frente às mais terríveis tormentas.

Agradeço ao DIVERSITAS por existir como espaço para as diversidades, em que diferentes verdades podem convergir para um diálogo produtivo, na busca de formas solidárias de enfrentamento às intolerâncias e conflitos. Minha pesquisa não poderia se dar em outro lugar. Agradeço a Zilda Iokói, Sandra Nunes, Maurício Cardoso, Luis Galeão, entre outros, pela disposição ao diálogo interdisciplinar e intercultural. À Teresa Teles, por sua paciência, dedicação e amorosidade.

A CAPES, que ao financiar este projeto, possibilitou inúmeras imersões na comunidade, sem as quais esta pesquisa não seria o que é.

A Paulo Endo, orientador da pesquisa, e a meus colegas de orientação, Victor Barão, Gabriela Costardi, Rose Miyahara, Pedro Lagatta, Juliana Martins, Heloisa Marcon, Adriana Marino, pela leitura atenta, comentários precisos e sorrisos acolhedores.

A Bruno Monaca, por todos estes anos juntos. Seu entusiasmo com minhas elucubrações foi fundamental! Pelo amor, amizade, companheirismo, cuidado, coragem; parceiro de pesquisa, de música, de dança, de sonhos; pelas músicas tocadas, pelas viagens, pelas memórias, agradeço infinitamente.

A Lucia Helena Marques da Silva e Osvaldo Turriani Siqueira, sem os quais esse texto não existiria. Primeiro por me trazerem ao mundo em 19/04/1984, Dia do Índio e ano marco na história da democracia brasileira. Talvez isso explique muita coisa! À minha mãe, por me ensinar a ler e a escrever, e fazê-lo ainda hoje no árduo trabalho de revisar essa dissertação. Ao meu pai, por ter me ensinado que família e comunidade são a mesma coisa. Mas fundamentalmente, por me ensinarem a amar os livros e as ciências, e ao mesmo tempo a pedir licença para a natureza antes de me embrenhar no mato, me jogar nos rios e colher um fruto... por terem a ciência de levar suas filhas pra o meio do mato, entre rios e árvores, montanhas e vales.

A minha irmã, Cris, e suas sementes, Gael, Mia e Tom, por existirem e florescerem.

A Ana Quezada, agradeço imensamente por trazer a Guatemala para minha vida, e por me ensinar a força da sutileza para enfrentar a violência cotidiana.

A Christian Dunker, por confiar no sabre de luz. Por iluminar minhas ideias. Por renovar cotianamente minhas esperanças de que a Academia pode ir além de reuniões de condomínio.

A Rafael Alves, pela amizade, pelos incentivos, pela empolgação, pelas conversas, leituras e almoços. Por pensar junto.

A Ana Marincek, por cuidar de meus sonhos para que outros sonhos pudessem existir. Por dançarilhar comigo nos tempos e contratempos da vida.

A meus colegas de consultório, João Felipe Dominiciano, Lucas Bulamah, Maíra Barbosa e Roberto Propheta. Grata pela coragem de caminharmos juntos, quando é tão mais óbvio escolher andar sozinho.

A meus colegas do Margens Clínicas Isa, Anita, Rafa, Pixu, Olívia, Uvanderson, Pedrinho, Marcio, Dario, Cata, Pedro, Victor, Ana e Gábi. Por contruírem comigo este coletivo, em que clínica e militância podem fazer parte de uma mesma comunidade.

Ao Bonde da Cartografia e ao Comitê Juventude e Resistência da Zona Sul. Por darem sentido a essa pesquisa.

A Fátima, Sandra, Miriam, Letícia, Hugo, Paulo, Vivi, Rodrigo, Jennifer, Gabriel, entre tantas pessoas queridas que passaram, que permaneceram, que leram, ouviram, questionaram, sempre de modo amoroso e enriquecedor.

A Yuri, Rafa, Thais e a todos os meus alunos. Por estarem dispostos a transformar o mundo sambando.

À Dançarilhos em Cia por me possibilitar pesquisar novas formas de dar destino ao mal-estar. Ao Lippe, Diogo, Leila, Anita, Irene, Marcela, João e Rodrigo. Grata pela companhia nessa reta final.

Aos amigos de lá, Carolina, Mia, Sofi, Lucia, Allan, Diego, Colocho, Delmi. E aos de quase lá, Vilma, Santi, Irene, Marisol, Nioe, entre tantos outros. Pelas múltiplas trocas, conversas, abraços.

A Marina de Villagran, por me aceitar em CAPVVIPO e me dar chinelos fortes para aguentar está longa jornada.

Um agradecimento especial a Javier Guriáran, quem me abriu as portas de sua casa e de suas memórias, dando sentido único a esta pesquisa.

Das memórias mais antigas, agradeço a Maria Helena Sousa Patto e a José Leon Crochik, por darem sentido crítico à psicologia. Por me ensinarem a importância da história para uma psicologia que se pretenda libertadora.

E por fim, agradeço a todas as serras e vales, aos quatro pontos cardeais, a Kej e a toda a cosmovisão, por orientarem meus sentipensares.

OLVIDO

Sufrimos de olvido
de falta de memoria
y no recordamos
al que nos dio su mano,
al que nos consoló el llanto,
al que calmó nuestra hambre,
al que celebró nuestra alegría,
al que lloró nuestras tristezas.

Sufrimos de olvido
- la última gran plaga,
la nueva epidemia de la humanidad -

Y no recordamos
a los que robaron nuestros pueblos
y hoy nuevamente
quieren que los elijamos,
y olvidamos como secuestran
nuestro aire,
nuestra agua
y nuestra tierra.

Y olvidamos
como quieren vender y comprar
nuestro cielo.

Y olvidamos como han llenado
de minas explosivas nuestros sueños.

Y como quieren borrar nuestra lengua.

Sufrimos de olvido
de falta de memoria,
y andamos como muertos vivientes
y por eso,
no tenemos futuro...

Sufrimos de olvido
y por eso
ni siquiera sabemos
quiénes somos...

Esquece vovó,
pra lembrar tem que esquecer!

Jorge Salas Fuentes

Gael, aos 4 anos

RESUMO

SIQUEIRA. Anna Lucia M.T. **Os processos de recuperação e reconstrução de memória histórica na Guatemala**: Um recorte a partir das memórias das resistências. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Frente à necessidade emergente de se esclarecer os obscuros períodos de ditaduras e violência de Estado na América Latina – ou de construir e manter versões que os neguem – surge em diversos países um novo conflito entre os diferentes setores da sociedade, que agora disputam qual versão sobre o passado ascenderá ao status de verdade. A memória coletiva, como fenômeno construído a partir de relações sociais e constituidor dessas mesmas relações, ao ser transformada em memória histórica, aquela que é legitimada institucionalmente, parece ser um meio de determinar o que deve e o que não deve ser recordado, possibilitando o reconhecimento ou o apagamento de identidades. Muitos dos processos de reconstrução e recuperação de memória desenvolvidos nos últimos anos reproduzem modelos ocidentocêntricos de pensar e fazer, excluindo o saber de grupos historicamente marginalizados. A produção de informes e publicações com dados sobre os eventos violentos do passado, ganha mais relevância que as vidas que relataram tais eventos. Estratégias para que se rompa o silêncio são elaboradas sem que se questione “como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a língua hegemônica que o pretende fazer falar”. Muitas comunidades cansadas de esperar que se cumpram seus direitos por parte do governo, decidem levar a cabo suas próprias formas de reparação do tecido social, desenvolvendo processos de recuperação e reconstrução de memória particulares, destinados à reorganização e remotivação, a partir, sobretudo, das memórias de suas resistências. A Guatemala, como país tremendamente afetado por 36 anos de conflito armado interno, tem concentrado em seu pequeno território, uma imensidão de processos de memória. Sendo a população indígena a mais atingida pela violência do conflito armado, pelo racismo e pela discriminação até os dias de hoje, muitos destes processos não visam tratar causas estruturais da violência, e as próprias comunidades terminam por desenvolver estratégias para seguir resistindo. A partir das memórias destas resistências, lidas, escutadas e vividas ao longo da presente pesquisa, pretende-se refletir sobre os efeitos das políticas de recuperação e reconstrução de memória como modos de reparar os danos causados pela violência política. Para tal, serão propostas algumas relações entre racionalidade colonial e memória histórica, a partir do recente movimento descolonial latino americano; será traçado um caminho de leitura pela história da Guatemala, para chegar-se às contribuições que podem ser feitas ao campo, a partir de um caso específico de recuperação e reconstrução de memória histórica na Guatemala.

Palavras-chave: Memória histórica. Memória coletiva. Reconstrução de memória. Recuperação de memória. Memória das resistências. Epistemologias do sul. Descolonialidade.

ABSTRACT

SIQUEIRA. Anna Lucia M.T. **Historical memory recuperation and reconstruction processes in Guatemala: an approach from memories of resistances**. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Regarding the emerging need to clarify the hazy periods of dictatorships and State violence in Latin America – or the need to build and maintain versions that deny them – in many countries a new conflict emerges, between the different sectors of society, which now dispute which version about the past will earn the status of truth. Collective memory, as a phenomenon built over social relationships and something which constitutes these very relationships, when transformed in historical memory, the one which is institutionally legitimated, seems like a mean to determine what should and what should not be remembered, allowing the recognition or the erasure of identities. Many of the processes of reconstruction and recuperation of memory developed in the last years reproduce Western-centric models of thinking and doing, ruling out the knowledge of historically marginalized groups. The production of reports and publications with data regarding violent events of the past gains more relevance than the lives that reported such events. Strategies to break the silence are elaborated without questioning “how to make silence speak without it speaking necessarily the hegemonic language that intends to make it speak”. Many communities, tired of waiting for their rights to be fulfilled by the government, decide to perform their own ways of repairing the social tissue, developing processes of recuperation and reconstruction of particular memories, aiming to the reorganization and remotivation, from, above all, the memories of their resistances. Guatemala, as a country tremendously affected by 36 years of internal armed conflict, has been concentrating in its small territory a huge amount of memory processes. Being the indigenous population the most affected by the violence of the armed conflict, by racism and discrimination until nowadays, many of these processes do not aim to treat the structural causes of violence, and communities themselves end up developing strategies to keep resisting. From the memories of these resistances, read, listened and lived throughout the present research, it is intended to reflect upon the effects of the policies of recuperation and reconstruction of memory as means to repair the damage caused by political violence. For such, some relations will be proposed between colonial rationality and historical memory, a reading scrip will be traced through the history of Guatemala aiming to reach out to the contributions that can be made to the field, from a specific case of recuperation and reconstruction of historical memory from Guatemala.

Keywords: Historical memory. Collective memory. Memory reconstruction. Memory recuperation. Memory of resistances. Epistemologies of the South. Decolonizing.

RESUMEN

SIQUEIRA. Anna Lucia M.T. **Los procesos de recuperación y reconstrucción de memoria histórica en Guatemala:** Um recorte desde las memorias de las resistencias. 2015. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Frente la emergente necesidad de aclarar los oscuros períodos de dictaduras y violencia de Estado en América Latina (o de construir y mantener versiones que los nieguen), surge en diversos países un nuevo conflicto entre los diferentes sectores de la sociedad, que ahora disputan cuál versión acerca del pasado ascenderá al status de verdad. La memoria colectiva, como fenómeno construido a partir de relaciones sociales, y constitutivo de las mismas, al ser trasformada en memoria histórica (aquella que es legitimada institucionalmente), parece ser un medio de determinar lo que debe y lo que no debe ser recordado, posibilitando el reconocimiento o la deslegitimización de identidades. Muchos de los procesos de reconstrucción y recuperación de memoria desarrollados en los últimos años reproducen modelos occidentalocéntricos de pensar y hacer, excluyendo el saber de grupos históricamente excluidos. La producción de informes y publicaciones con datos acerca de los eventos violentos del pasado, gana más relevancia que las vidas que relataron tales eventos. Estrategias para que se quiebre el silencio son elaboradas sin que se cuestione como hacer hablar al silencio, sin que necesariamente él hable la lengua hegemónica que pretende hacerlo hablar. Muchas comunidades cansadas de esperar que se cumplan sus derechos por parte del gobierno, deciden llevar a cabo sus propias formas de reparación del tejido social, desarrollando procesos de recuperación y reconstrucción de memoria particulares, destinados a la reorganización y remotivación, a partir, sobre todo, de las memorias de sus resistencias. Guatemala, como país tremendamente afectado por 36 años de conflicto armado interno, tiene concentrado en su pequeño territorio, una imensa cantidad de procesos de memoria. Siendo la población indígena la más afectada por la violencia del conflicto armado, por el racismo y por la discriminación hasta el día de hoy, muchos de estos procesos no buscan abordar las causas estructurales de la violencia, y las propias comunidades terminan por desarrollar estrategias para seguir resistiendo. A partir de las memorias de estas resistencias, leídas, escuchadas y vividas a lo largo de la presente investigación, se pretende reflexionar acerca de los efectos de las políticas de recuperación y reconstrucción de memoria como modos de reparar los daños de la violencia política. Para esto, serán propuestas algunas relaciones entre racionalidad colonial y memoria histórica, partiendo del reciente movimiento decolonial latinoamericano; será realizado camino de lectura por la historia de Guatemala, para llegar a las contribuciones que pueden ser hechas al campo, a partir de un caso específico de recuperación y reconstrucción de memoria histórica en Guatemala.

Palabras Claves: Memoria histórica. Memoria colectiva. Reconstrucción de memoria. Recuperación de memoria. Memoria de las resistencias. Epistemologías del sur. Decolonialidad.

LISTA DE SIGLAS

AAP	Asociación de Amigos del País
ACI	Alianza Contra la Impunidad
AEU	Asociación de Estudiantes Universitarios
AIDPI	Acuerdo sobre Identidad y Derechos de los Pueblos Indígenas
AJR	Asociación Justicia y Reconciliación
ASIES	Asociación de Investigación y Estudios Sociales
AVANCSO	Asociación para el Avance de las Ciencias Sociales
AVEMILGUA	Asociación de Veteranos Militares de Guatemala
CAFCA	Centro de Análisis Forenses y Ciências Aplicadas
CALDH	Centro Acción Legal y Derechos Humanos
CAPVVIPO	Centro de Atención Psicosocial a Víctimas de Violencia Política
CDHG	Comisión de Derechos Humanos de Guatemala
CEH	Comisión para el Esclarecimiento Histórico
CERJ	Consejo de Comunidades Etnicas Runujel Junam
CIA	Agência Central de Inteligência
CIEDEG	Defensoría Maya, Conferencia de Iglesias Evangélicas de Guatemala
CIEN	Centro de Investigaciones Económicas Nacionales
CIEPRODH	Centro de Investigación, Estudio y Promoción de los Derechos Humanos
CIIDH	Centro Internacional de Investigación de los Derechos
CIRMA	Centro de Investigaciones Regionales de Mesoamérica
CODPI	Coordinación por los Derechos de los Pueblos Indígenas
CONADEGUA	Coordinadora Nacional de Derechos Humanos de Guatemala
CONAVIGUA	Coordinación Nacional de Viudas de Guatemala
CONDEG	Consejo Nacional de Desplazados de Guatemala
COPAZ	Comisión de Paz
CPR	Comunidades de Población en Resistencia
CUC	Comitê de Unidade Camponesa
ECAP	Equipo de Estudios Comunitarios y Acción Psicosocial
EGP	Ejército Guerrillero de los Pobres
EUA	Estados Unidos da América
FAFG	Fundación de Antropología Forense de Guatemala
FAMDEGUA	Familiares de Detenidos-Desaparecidos de Guatemala
FAR	Fuerzas Armadas Rebeldes
FLACSO	Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
FUEGO	Frente Unido de Estudiantes Organizados
GAM	Grupos de Apoyo Mútuo
HIJOS	Hijos e hijas por la Identidad y la Justicia Contra el Olvido y el Silencio
ICCP	Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales de Guatemala
MINUGUA	Misión de la Naciones Unidas para la Verificación de los Derechos Humanos en Guatemala
MR-13	Movimiento Revolucionario 13 Noviembre
NORC	Nueva Organización Revolucionaria de Combate
ODHAG	Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
ORPA	Organización del Pueblo en Armas
PACs	Patrulhas de Autodefesa Civil

PGT	Partido Guatemalteco do Trabalho
PNR	Programa Nacional de Resarcimiento
REMHI	Proyecto Interdiocesano de Recuperación de La Memoria
UFCO	United Fruit Company
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México
URNG	Unidad Revolucionaria Nacional de Guatemala
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAC	Universidad de San Carlos de Guatemala

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Por que a Guatemala?	14
Por que as políticas de memória?	17
Da verdade histórica à memória coletiva	18
1 DESCOLONIZAÇÃO EPISTÊMICA	22
1.1 Memória - Território em Disputa	36
1.2 Verdade - Território em Disputa	42
1.3 Memória Coletiva como Crítica Social?	51
2 DA MEMÓRIA COLETIVA À MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUATEMALA	63
2.1 Dos animais que comiam gente aos corpos despedaçados	71
2.2 A chegada dos homens grandes	77
2.3 Primavera guatemalteca	81
2.4 "E os mesmos ladinos mandaram os soldados matar-nos"	
O início do Conflito Armado Interno	95
2.5 "E nos arrasaram tudo e aí nos assustamos ainda mais"	
Conflito Armado-Interno, década de 70	101
2.6 "E nos impuseram tudo isso para que esquecêssemos, para que morrêssemos definitivamente"	107
3 OS ACORDOS DE PAZ FIRME E DURADOURA E AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA NA GUATEMALA	118
3.1 Guatemala – <i>Memoria del Silencio</i> , o Informe da CEH	119
3.2 Das "memórias do silêncio", ao "nunca mais" que não deixa de se repetir	134
3.3 Das memórias do silêncio às memórias das resistências	147
4 CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163

BIBLIOGRAFIA	171
---------------------	------------

ANEXOS

ANEXO A – Mapa Departamental da Guatemala	175
ANEXO B – Mapa da Distribuição Étnico-Linguística	176
ANEXO C – Discurso do Presidente Jacobo Árbenz Guzmán	177
ANEXO D – Acordo de Paz Firme e Duradoura	183
ANEXO E – Hacia un Proceso Plural de Búsqueda de Justicia	187

INTRODUÇÃO

Testemunha também é aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, Lembrar, Esquecer, Escrever, 2006, p.57)

Por que a Guatemala?

Eu tinha 22 anos quando, em 2007, para fazer um mapeamento comunitário das vítimas de violência política na comunidade de Santa Isabel, Villa Nueva, na Cidade da Guatemala, entrei à casa de uma moça que com a mesma idade que eu e vivia em um único cômodo de 15m² com seus quatro filhos. Eu estava morando no país há dois ou três meses, fazendo um intercâmbio estudantil em Psicologia Social e havia me vinculado ao *Centro de Atención Psicosocial a Víctimas de Violencia Política* (CAPVVIPO) para fazer meus estágios. Conhecera a Guatemala um ano antes, em uma viagem de férias, época em que li uma espécie de novela investigativa sobre a história do assassinato do arcebispo Monseñor Gerardi, em 1998.

Sendo um dos grandes mediadores dos acordos de paz em 1996 que visavam livrar o país de 36 anos de conflito armado interno, Monseñor Gerardi enfrentou diretamente os militares, posicionou-se contrário à anistia e a qualquer política que pudesse culminar com o apagamento do passado. Defendeu que o caminho para tirar a Guatemala da situação de violência em que se encontrava, deveria passar necessariamente pelo conhecimento do ocorrido, e se dar através da palavra das vítimas. Só assim as feridas poderiam ser tratadas e a reconciliação verdadeiramente conquistada, para além da formalidade da assinatura de acordos. Gerardi foi assassinado na garagem de sua casa, no dia 26 de abril de 1998, dois dias depois da publicação do informe *Guatemala Nunca Más*, coordenado por ele. Com a pressão dos grupos hegemônicos para que fosse considerado um crime comum, mas tendo claros indícios de que era um crime

político, cometido por militares envolvidos no conflito armado, as investigações deste crime foram marcadas por falsos testemunhos, chantagens, ameaças de morte, desaparecimentos, outros assassinatos, além de técnicas de desinformação próprias da Inteligência Militar. A novela, baseada em muitos fatos reais, pôs-me em contato pela primeira vez com as contradições da sociedade guatemalteca e com a história do conflito armado interno. Interessada desde a adolescência por temas relacionados à violência de Estado, quando retornei de férias, para cursar o terceiro ano da graduação em psicologia na Universidade de São Paulo, decidi entrar com pedido de intercâmbio para cursar um ano de psicologia na *Universidad de San Carlos de Guatemala* (USAC), com o propósito de conhecer melhor a realidade de outro país latino-americano, assim como de encontrar outros modos de enfrentamento à violência política.

Como consequência do Conflito Armado Interno, que foi de 1960 a 1996, e que se deu, sobretudo, nas regiões rurais e nas montanhas, muitas pessoas migraram para as periferias das zonas urbanas, procurando se proteger do enfrentamento entre Exército e guerrilha¹. A comunidade de Santa Isabel constituía um dos territórios ocupados por vítimas do conflito, que migraram para os arredores da capital. Era composta por pessoas de diferentes regiões do país, inclusive com traços culturais indígenas profundamente distintos, o que acarretava grande dificuldade de articulação social e de mobilização comunitária entre os habitantes das nove quadras que compunham o território. Nosso trabalho ali, enquanto estagiários de psicologia da USAC, era o de encontrar meios de favorecer a reparação psíquica da população e a reconstrução dos laços comunitários. Para tal, começamos nossa atividade fazendo um pequeno censo sobre a situação da população, para identificar: a compreensão que as pessoas tinham sobre o que fora o conflito armado e sua relação com este; o conhecimento da existência de um *Programa Nacional de Resarcimiento* (PNR), que poderiam acessar enquanto vítimas do conflito; a situação da saúde mental local; e o interesse em receber acompanhamento psicossocial.

Era minha primeira entrevista como estudante de psicologia. A moça respondeu ter boa saúde, e disse, ainda, que não se considerava vítima de guerra, pois era muito pequena quando seu pai foi assassinado e vieram fugidos de suas terras para a capital. Sua mãe já havia entrado com pedido no PNR e

¹ Detalhes sobre o Conflito Armado Interno serão dados no capítulo 2, dedicado à história da Guatemala.

aquele terreno, no qual ela alugava 15m² para viver com os quatro filhos, havia sido dado à irmã, mais velha, como ressarcimento pela perda do marido que fora assassinado pelo Exército. No final da entrevista, em que pouco falou, perguntei como parte do protocolo se tinha interesse em receber atenção psicológica ou se considerava que alguém da família necessitava. Ela respondeu-me que ela não, mas que seu filho, de 10 anos, sim.

Contou-me então, de modo monotônico e aparentemente desafetado, que aos 12 anos havia sido abusada sexualmente pelos três filhos da dona da casa onde trabalhava para custear seus estudos. Passados alguns meses sendo continuamente violada pelos três jovens, engravidou. Lembro-me com clareza dela contando, de modo aparentemente agradecido, que apesar de não assumir qualquer responsabilidade pela criança (os três filhos eram menores de idade), a patroa cuidou dela durante a gravidez, e a mandou embora somente depois do parto. Triste por não poder seguir seus estudos, ela abandonou o filho com sua mãe e foi morar com uma amiga. Dois anos depois, conheceu Miguel que a ajudou a entender que seu filho não era culpado. Foram morar os três juntos e ao longo de quatro anos tiveram mais três filhos homens. Apesar de saberem que eram muitos, seguiam tentando, pois Miguel queria muito ter uma menina. Continuou me contando, com o mesmo tom, que durante a gravidez do último filho, Miguel estava trabalhando amarrando a carga na parte de cima do ônibus, quando uma batida de caminhão derrubou-o e ele faleceu. Sem alterar a voz, olhou-me e disse "*me pregunto que es lo que Dios está intentando enseñarme que aún no he aprendido*" (me pergunto que é o que Deus esta tentando me ensinar que eu ainda não aprendi). Eu, reverberando sua pergunta em uma espécie de estado catatônico, saí de lá me perguntando sobre os saberes de Deus e da ciência, e suas importâncias e utilidades em situações como aquela: para que servia tudo o que me ensinaram e o que eu aprendi na Universidade frente àquela moça? O que eu, ali naquele instante, poderia oferecer àquela mulher, que parecia nem sequer sofrer com sua vida sofrida?

Seu relato, que mistura uma série de acontecimentos atrelados tanto à história da Guatemala como aos condicionantes sociais que mantêm as pessoas vivendo em situações de alta vulnerabilidade social e violência, inaugurou essa questão que permanece até hoje em meu fazer profissional, e que atravessa toda esta pesquisa sobre as políticas e processos de recuperação e reconstrução da memória social na Guatemala. Nunca mais pude ir embora, e desde então

busco na “retomada reflexiva do passado”, encontrar modos para “não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (GAGNEBIN, 2006, p.57).

Por que as políticas de memória?

Aquele que escuta [...] é um parceiro na criação, do novo, do conhecimento. O testemunho do trauma inclui, portanto, seu ouvinte, que é, por assim dizer, a tela branca na qual o evento vem para ser inscrito pela primeira vez. (NESTROVSKI E SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 210)

Nestas linhas, através de múltiplas memórias, inscreve-se a história de um outro, um outro distante cujo testemunho tornou-me testemunha. A história de muitos outros que vêm ao longo das últimas décadas tentando esboçar outra história, que lhes permita reinventar o presente, ainda hoje carregado dos resquícios de um longo período de extrema violência, marcado pelo silenciamento e pelo esquecimento. Foi escutando as memórias das vítimas de violência política na Guatemala que me tornei parceira no esforço de buscar e criar novos conhecimentos que ajudassem a entender os massacres, guerras e genocídios da segunda metade do século XX na América Latina, assim como parceira no esforço de dar novos significados, libertadores e emancipadores, às experiências traumáticas vividas, de modo a alterar de algum modo os condicionantes históricos e sociais que ao longo do último século condenaram a população guatemalteca ao racismo, à violência política e ao despojo.

Os esforços de criação e entendimento não se encerraram, e talvez não se encerrem tão cedo. Frente à necessidade emergente de se esclarecer o obscuro período de 36 anos de violência de Estado na Guatemala – ou de construir e manter versões que o neguem – foram muitos os processos de recuperação e reconstrução de memória que se deram desde 1996 no país, nas mais diferentes comunidades, com distintos vieses, intenções, métodos e resultados, instaurando um novo conflito, agora entre as múltiplas versões sobre o passado que disputam² para ganhar o status de verdade histórica.

² Gabriela Soto (2010), Miryan Sepúlveda dos Santos (2012) Ignacio Dobles (2009), Beatriz Sarlo (2005), Elizabeth Jelin (2003), Michel Pollak (1989), são alguns dos autores que se referem à memória social como um fenômeno que vem sendo disputada como meio de determinar o que deve e o que não deve ser recordado: *“He aquí donde la memoria ha emergido como un campo de disputa por salir de los recuerdos personales para abrirse un lugar en el contexto de la discusión pública y agenciar en la recuperación del derecho ciudadano*

Da verdade histórica à memória coletiva

A memória social, como fenômeno construído a partir de relações sociais e constituidora dessas mesmas relações, é um meio de determinar o que deve e o que não deve ser recordado, possibilitando assim o reconhecimento ou o apagamento de identidades. A prioridade no estabelecimento de uma verdade histórica em detrimento do processo de recuperação da memória coletiva, em muitos casos, tem reproduzido lógicas ocidentocêntricas de pensar e fazer, excluindo o saber de diferentes grupos, historicamente marginalizados. Frente aos conflitos que surgem com as disputas pela verdade histórica, hoje alguns profissionais envolvidos nos diferentes processos de memória, assim como diversos setores da população civil organizada, têm dedicado esforços para revisitar, não só as versões sobre o conflito armado, como também as versões sobre a história anterior ao conflito e a história recente pós-conflito, buscando compreender as políticas de memória, verdade, justiça e reparação desde uma perspectiva crítica, que consiga analisar os diferentes interesses econômicos, políticos, geográficos, de classe, de gênero, de etnia³, que estiveram por trás de ditas políticas. O que é verdade histórica? A serviço de que e de quem estão as versões oficiais sobre os fatos, a justiça e os acordos pós-conflito? Qual a reparação possível aos danos causados por anos de violência de Estado? E para 500 anos de violência política em um brutal processo colonial que parece não ter se encerrado com o fim das colônias? Qual a relação das políticas de recuperação e reconstrução de memória com tudo isso? Essas são algumas das inquietações que circulam hoje entre uma série de pessoas que vêm trabalhando com processos de memória na Guatemala, sejam profissionais com formação acadêmica de distintas áreas, com formação prática, com vínculo institucional ou não, ou mesmo pessoas que desenvolveram trabalhos junto a suas próprias comunidades, sem qualquer vínculo ou denominação formal, denominados aqui

ganado a lo largo de un siglo de historia"(É daqui de onde a memória emergiu como um campo de disputa de memórias pessoais para abrir um lugar no contexto da discussão pública e agenciar na recuperação do direito do cidadão ganho ao longo de um século de história) (SOTO, 2010, p. 8, tradução nossa). Na Guatemala essa disputa se fez pública, sobretudo nas discussões ao redor da legitimidade do Informe final da Comissão da Verdade, *Guatemala, Memorias del Silêncio* (1999), e mais recentemente, nas inúmeras discussões sobre o interminável julgamento do ditador Efraín Ríos Montt. Trataremos mais adiante de ambos os temas.

³ Tratando-se de um estado constituído por diferentes etnias de descendência maia, não se podem ignorar os conflitos existentes entre as próprias populações indígenas afetadas pelo conflito.

de profissionais da memória⁴, e que têm movido reflexões interessantes ao redor do tema. É nesse contexto que se insere esta pesquisa. Quando aquilo que antes desempenhava um papel crítico corre o risco de “se estancar, de se converter em papelão e rotina”, quando

uma elaboração conceitual e metodológica crítica leva ao túnel sem saída de [louvar] sem mais as ‘memórias múltiplas’, abalando a estrutura das ferramentas conceituais úteis para os ‘portadores da memória’ associados às vítimas (como a apelação à facticidade dos fatos repressivos), com o perigo evidente de cair em um relativismo desmobilizador, parece chegado o momento de apontar algumas questões que se tornam, a meu juízo, altamente problemáticas e que podem ser, no plano político, social e cultural concreto, contraproducentes. Neste terreno se cruzam assuntos tão cruciais como a discussão em torno ao constituinte e ao agencial na ação humana, a categoria da verdade como valor, os alcances de uma ética discursiva, e o funcionamento de fatores de poder nas disputas, ou batalhas, da memória. (DOBLES, 2009, p. 148, tradução nossa)

São muitas as questões que atravessam as políticas de memória, verdade, justiça e reparação na América Latina. Procurarei expor as principais questões em que se têm debruçado os profissionais da memória na Guatemala, compartilhando as reflexões feitas através de pesquisas, conversas, entrevistas, depoimentos e testemunhos, a partir das memórias de diversos parceiros que se tornaram testemunha, de um modo ou de outro, da cruenta violência que se vive ainda hoje nos espaços onde o outro é condenado à condição de subalternidade, sem direitos e sem voz⁵.

Antes de entrar no que se refere à Guatemala especificamente, introduzirei no capítulo 1 alguns aportes teóricos e reflexões resultantes do processo de pesquisa que permitirão ao leitor localizar o lugar de enunciação e escuta de onde se partiu.

⁴ Carolina Melgar e os companheiros da ODHAG – Mariano Gonzáles e José Antonio Puac; Flor de Maria Caldeirón e os companheiros de HIJOS; Marina de Villagrán e a equipe de CENDES; Susana Navarro e a equipe de ECAP; Fernando Suaso, Walter Paniagua, Glenda García, Javier Guriaran, Allán Reis, Andrés Salazar, Delmi Arriaza, Lorena Cabnal, Jorge Batres, entre outros.

⁵ Foi a partir dos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci (redigidos entre 1929 e 1937) que o termo subalterno passou a compor uma categoria analítica das ciências sociais. Mais que remeter a toda e qualquer situação de inferiorização ou marginalização, o conceito faz referência ao sujeito excluído, que não tem voz e que tampouco pode ser ouvido. Importante para este trabalho marcar a diferença entre sujeito subalterno e sujeito subalternizado. O uso de subalternizado ressalta que consideramos a construção histórica, social e subjetiva dessa posição, a partir de relações de poder opressoras, e não o sujeito subalterno por essência. (GRAMSCI, 2002).

No capítulo 2, contextualizarei a história da Guatemala a partir, tanto de revisão bibliográfica baseada no recente movimento historiográfico guatemalteco⁶, como das memórias lidas e ouvidas por mim ao longo dos últimos oito anos.

No final dos anos 80 começaram uma série de processos de recuperação ou reconstrução da memória na Guatemala, que buscavam desde documentar ou denunciar até diagnosticar e reparar os efeitos da violência política vivida durante as décadas anteriores. Levados a cabo pelas mais diversas instituições, com as mais diversas intenções, as reflexões recentes apontam como alguns destes processos foram executados de maneiras irresponsáveis ao procurar cumprir as exigências das agendas de cooperação internacional em detrimento dos interesses das comunidades. Políticas e epistemologias “estrangeiras” definiram e vêm definindo quem são os sujeitos da memória histórica, o que estudar a respeito da memória, que metodologias utilizar e que intervenções fazer. Ao fim, decidindo que memória construir. Tais reflexões não surgem simplesmente para anular as contribuições feitas ou deslegitimar tais práticas, mas sim, para possibilitar que reconheçamos seus vieses e interesses,

para que se faça uma crítica autorreflexiva e consciente das práticas reforçadoras de relações de dominação ou de processos sociais ‘cristalizados’ (em que se segue negando a alguns indivíduos ou grupos seu protagonismo), para então, ‘transformar-se em projetos locais emancipatórios’. (SOUSA SANTOS, 2000, p. 94)

Muitas dessas críticas partem das mesmas comunidades que em alguns casos optaram por fazer seus próprios processos de recuperação de memória: *“Es hora de contar la historia de nuestro caminar desde nuestra perspectiva, antes de que venga otra antropóloga o teóloga – aunque sea feminista – para hacerlo”*⁷ (MECKESHEIMER, 2011, p. 4).

No capítulo 3, trarei algumas análises e observações sobre as diferentes políticas da memória na Guatemala, a partir tanto de recentes publicações sobre o tema, como através de conversas e entrevistas feitas por mim a diferentes

⁶ A historiografia guatemalteca, para além de uma história enviesada contada desde a perspectiva do colonizador, começou a ser feita apenas a partir da década de 80, mas foi somente com a abertura democrática e os acordos de paz, em 1996, que as pesquisas puderam ser realizadas de modo mais sistemático e criterioso. O assunto será tratado mais detidamente no capítulo 2.

⁷ “É hora de contar a história de nossos passos desde nossa própria perspectiva, antes que venha outra antropóloga ou teóloga – mesmo que feminista – para fazê-lo” (tradução nossa).

“profissionais da memória” em 2013 e 2014. Com base em uma experiência de recuperação e reconstrução de memória na Guatemala que ocorreu desde a mesma comunidade e que é considerada bem sucedida por uma série de profissionais, tentarei elucidar o diferencial dessa experiência de modo a ampliar as reflexões sobre as ditas práticas. Considerando que todo conhecimento é uma construção e a memória coletiva é uma das muitas maneiras de construí-lo, mantê-lo ou apagá-lo, os trabalhos desenvolvidos pelas comunidades, em que se respeitam as especificidades culturais do grupo, parecem aportar para “um conhecimento-emancipação” (SOUSA SANTOS, 2000) em que o outro tem mais possibilidades de escapar à condição de subalternidade, de não sujeito. Não que haja garantias de que se tornarão sujeitos de sua própria história, mas ao menos há um esforço para que deixem de ser escravos desta⁸.

A dissertação foi escrita observando-se o VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, de 2009⁹. Os registros de falas, depoimentos, memórias e testemunhos, foram conservados em espanhol quando necessários, com tradução da autora em nota explicativa.

⁸ “Todos os usos da palavra para todos, parece-me um bom lema, de belo som democrático. Não para que todos sejam artistas, mas para que ninguém seja escravo” (Gianni Rodari, 1982).

⁹ VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, 5.ed., Rio de Janeiro: ABL, 2009. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=19>>.

1 DESCOLONIZAÇÃO EPISTÊMICA

Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros. Ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada.

(GALEANO, Celebração da Voz Humana/2
in O Livro dos Abraços, 2002, p.15)

Quem inventou as premissas acerca da memória que nos inspiram e orientam decisões e ações? Em que momento histórico e geografia foram criadas tais premissas? A partir de que relações de poder? Que processos institucionais reproduzem tais premissas entre nós? Apesar desta investigação não pretender responder especificamente a estas perguntas, são questionamentos presentes desde 2007 em nosso trabalho de escuta da memória, e que encontram nas teorias críticas da modernidade semelhante inquietação.

Chamaremos de teorias críticas da modernidade à produção teórica de uma vasta rede de pensadores que nas últimas décadas vêm refletindo acerca do paradigma hegemônico-eurocêntrico-capitalista-patriarcal-civilizado que se impôs no mundo em defesa da modernidade. Entre esses críticos encontram-se diferentes correntes e autores - pós-coloniais (Frantz Fanon, Aimé Césaire, Edward Said, entre outros), estudos subalternos (Ranjit Guha, Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Chakravorty Spivak e outros), estudos culturais (Néstor García Canclini, Fernando Ortiz, etc.), teóricos descoloniais (Boaventura de Sousa Santos, Santiago Castro-Gómez, Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Ramon Grosfoguel e mais)¹⁰ – assim como produções não vinculadas à corrente alguma, mas que vêm contribuindo muito para a produção de um pensamento emancipador, como a cultura griô, o feminismo comunitário na Guatemala e na Bolívia, os juristas quechuas no Equador, entre outros. Mesmo com suas importantes diferenças no aporte crítico esses críticos têm em comum a valorização de outras formas de saber (epistemológico, cultural, social, político)

¹⁰ Cf., por exemplo, *Peles Negras, Máscaras Brancas* (1952) e *Os condenados da Terra* (1961), de Fanon; *Discurso sobre o colonialismo* (1950) de Césaire; *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1978) de Said; *Subaltern Studies I* (1982) de Guha et al.; *Pode falar o subalterno?* (1985), de Spivak; *Diferentes, Desiguais e Desconectados: mapas da interculturalidade* (2005), de Canclini; *El Giro Decolonial* (2007), de Castro-Gómez e Grosfoguel; *Epistemologias do Sul* (2010), de Santos e Meneses.

que foram silenciadas, marginalizadas e desacreditadas, buscando assim alternativas para reinventar a libertação social. Muitas análises e críticas foram feitas sobre cada uma destas correntes e elas podem ser encontradas na própria produção bibliográfica dessas mesmas correntes, ao que não dedicaremos esforços para tratar deste tema no presente trabalho. A importância de trazer estes aportes dá-se pela comum proposição de um giro epistêmico, em que se valorizem as concepções não hegemônicas de mundo como formas possíveis e válidas de se pensar a realidade. Todas estas correntes levaram em consideração, ainda que de modos bastante distintos, as formas como a produção de conhecimento ocidental esteve marcada pelo racismo contra as populações não europeias, e as consequências desse atravessamento em suas próprias produções.

O racismo epistêmico refere-se a uma hierarquia de dominação colonial em que os conhecimentos produzidos pelos sujeitos ocidentais (tanto imperiais como oprimidos) dentro da zona do ser são considerados a priori como superiores aos conhecimentos produzidos pelos sujeitos coloniais não ocidentais na zona do não-ser¹¹. (GROSFOGUEL, 2011, p. 102. tradução nossa)

De acordo com Anibal Quijano (2000), o processo de colonização da América teve uma série de especificidades que inauguraram o que hoje se conhece como modernidade. Uma destas especificidades foi a conformação de relações sociais fundamentadas na ideia de raça, como já havia proposto Frantz Fanon em meados do século XX. Identidades sociais historicamente novas foram conformadas – índios, negros, mestiços – e termos como espanhóis e portugueses que antes faziam referência à procedência geográfica, passaram a conotar uma identidade racial.

E na medida em que as relações sociais que estavam configurando-se eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas e, em consequência, ao padrão de dominação colonial que se impunha. (QUIJANO, 2000, p. 1, tradução nossa)¹²

¹¹ O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009, faculta que “para atender situações especiais de expressividade estilística com a utilização de recursos ortográficos, se pode (sic) recorrer ao uso do hífen nestes [...] casos” uma vez que o não hifenado exerce uma “importante função significativa” (VOLP, 2009, p. LIII): não-ser, não-sujeito, não-outro.

¹² *Y en la medida en que las relaciones sociales que estaban configurándose eran relaciones de dominación, tales identidades fueron asociadas a las jerarquías, lugares y roles sociales correspondientes, como*

Para Quijano (2000), tais identidades conformaram-se a partir do “mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade”, que opõe natureza e civilização, de forma que a primeira é o ponto de partida para chegar à segunda, e na primeira, estão todas as outras raças, que não a europeia, civilizada. Tal visão ganha força e legitimidade através dos crescentes processos coloniais que se desenvolveram desde o século XVI – que retroalimentam a lógica colonizadora como meio de favorecer o desenvolvimento linear e unidirecional dos povos em “estado natural” ao padrão europeu civilizado – e através das novas ideias mitificadas de humanidade, de progresso, de ciência¹³, “entranháveis produtos da Ilustração”, que emergiam na Europa.

Pode ser muito injusto exterminar selvagens, sufocar civilizações nascentes, conquistar povos que estão em posse de um território privilegiado, mas graças a esta injustiça, a América no lugar de permanecer abandonada aos selvagens, incapazes de progresso, está ocupada hoje pela raça caucásia, a mais perfeita, a mais inteligente, a mais bela, a mais progressiva das que povoam a terra. (SARMIENTO, 1883¹⁴ apud FERNÁNDEZ RETAMAR, 1976, p. 24, tradução nossa)¹⁵

A fala de Domingo Faustino Sarmiento, presidente argentino do século XIX (considerado prócer da educação), representa cabalmente a racionalidade colonial e segue a toada dos grandes catequistas, como Manuel da Nóbrega (1517-1570), José de Anchieta (1534-1597), José de Acosta (1539-1600), que indicam que a sociedade encontrada pelos colonizadores era considerada inferior, em valores¹⁶, e que seria dever do bom cristão ajudá-los a sair de sua condição

constitutivas de ellas y, en consecuencia, al patrón de dominación colonial que se imponía. (QUIJANO, 2000, p. 1)

¹³ “A ciência moderna torna estes dualismos mais eficazes, dado que o falso (e hegemônico) universalismo da sua racionalidade cognitivo-instrumental se presta particularmente a transformar experiências dominantes (experiências de uma classe, sexo, raça ou etnia dominante) em experiências universais (verdades objetivas)” (SOUZA SANTOS, 2000, pp. 87-88).

¹⁴ SARMIENTO, Domingo Faustino. **Conflicto y Armonía de las razas en América**: conclusiones. [1883]. México, D. F. Centro de Estudios Latinoamericanos. UNAM, 1978

¹⁵ *Puede ser muy injusto exterminar salvajes, sofocar civilizaciones nacientes, conquistar pueblos que están en posesión de un territorio privilegiado, pero gracias a esta injusticia, la América en lugar de permanecer abandonada a los salvajes, incapaces de progreso, está ocupada hoy por la raza caucásica, la más perfecta, la más inteligente, la más bella y la más progresiva de las que pueblan la tierra.* (SARMIENTO, 1883 apud FERNÁNDEZ RETAMAR, 1976, p. 24)

¹⁶ O historiador português Pero de Magalhães de Gandavo (1576) afirmou: “A língua deste gentio toda pela costa é uma, carece de três letras - scilicet. Não se acha nela f, nem l, nem r, coisa digna de espanto, porque assim não têm fé, nem lei, nem rei, e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente”. (1980, p.52)

de selvageria e ignorância¹⁷. E quando os selvagens resistiam às “boas intenções” do civilizado homem branco, eram descritos como “impermeáveis à ética”, caracterizados como “quintessência do mal”:

Ausência de valores, e também negação dos valores. [O colonizado] é, ousemos dizer, o inimigo dos valores. Nesse sentido, ele é o mal absoluto. Elemento corrosivo, destruindo tudo que se aproxima, elemento deformante, desfigurando tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas. [...] Os valores, com efeito, são irreversivelmente envenenados e infectados desde que são postos em contato com o povo colonizado. Os costumes do colonizado, suas tradições, seus mitos, são a própria marca dessa indigência, dessa depravação constitucional. (FANON, 1961/2008, p. 58)

Para combater tal “mal absoluto”, foi necessário, além da opressão física, a opressão simbólica, que culminou com o apagamento de muitas culturas e tradições que hoje são consideradas “manifestações folclóricas”. Através da alienação cultural introduzida pelo dogmatismo cristão, pode-se combater de forma muito eficiente “as heresias, os instintos e o mal”, e chamar o homem colonizado para o caminho do homem branco. Este caminho, no entanto, ainda que sob suas leis, esteve sempre à margem da cultura civilizada para uma grande maioria da população violentada e oprimida: “muitos foram os chamados e poucos os escolhidos” (FANON, 1961/2008, p. 59)¹⁸.

A América, como tantos outros territórios colonizados, haveria se organizado como uma espécie de “zona do não-ser”, “uma região extraordinariamente estéril e árida”, propícia a racismos, sexísmos e violências de todos os tipos, na medida em que o outro deixaria de ser reconhecido como sujeito (FANON, 1961/2008, p. 26). Para Frantz Fanon, intelectual nascido na Martinica e militante do movimento de libertação argelino, o racismo estaria fundamentado em uma espécie de linha imaginária politicamente construída. Ela organizaria as relações sociais a partir de uma hierarquia global, que começa com a colonização e que cria – às vezes concretamente, como os muros dos condomínios particulares, as paredes dos centros comerciais, as fronteiras entre os países “desenvolvidos e subdesenvolvidos” – uma divisão social constituindo

¹⁷ Cf. DE PAIVA, José Maria. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006. De acordo com este autor, cabia aos catequistas: “retirar [os índios] da jurisdição do demônio e inseri-los na comunidade cristã” (p. 61).

¹⁸ Uma das inquietações desse trabalho é que nos processos de reconstrução de uma nova verdade histórica, parecem ser muitas as memórias chamadas, mas poucas as memórias escolhidas.

os colonizadores, aqueles que estão por cima desta linha, que são reconhecidos socialmente como sujeitos (como outro igual, com os mesmos direitos) e que estão em condições de ensinar, de 'educar', de civilizar os demais, e os colonizados, localizados abaixo desta linha, considerados não-sujeitos (um não-outro, diferente, menor, sem direitos), que devem ser educados, ensinados e civilizados, custe o que custar¹⁹:

A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asphaltada, onde as latas de lixo transbordam sempre restos desconhecidos, nunca vistos, nem mesmo sonhados. [...] A cidade do colono é uma cidade empanturrada, preguiçosa, seu ventre está sempre cheio de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a medina (sic), a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Ali, nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma cidade prostrada. (FANON, 1961/2008, p. 57)

Fanon (1952) chamou aos respectivos lados de "zona do ser" e "zona do não-ser" e as compreendeu como espaços heterogêneos e interseccionalizados²⁰ de opressão, algumas vezes geograficamente bem delimitados. Pode-se entender a partir de sua obra que a diferenciação entre as duas zonas se dá pelos tipos de relações de poder estabelecidas entre opressor e oprimido. No "zona do ser" o "outro" oprimido, o filho, a mulher, o empregado, tem reconhecida sua humanidade pelo "eu" opressor e podem recorrer a certo sistema de leis para denunciar e se proteger. Já na "zona do não-ser" não há qualquer

¹⁹ Semelhante às zonas do ser e do não-ser, poderíamos pensar as categorias de classes hegemônicas e classes subalternas propostas por Gramsci. Como Fanon, Gramsci (2002) compreendeu essas duas classes como grupos heterogêneos, com diferentes interseções. Em *Cadernos do Cárcere*, o autor defende que as classes subalternas compreendem um amplo universo, bastante complexo; sem a compreensão das especificidades dos diferentes grupos subalternos, não seria possível realizar uma política revolucionária capaz de unificar esses grupos e elevá-los culturalmente a um nível superior de consciência crítica.

²⁰ O conceito de interseccionalidade deve-se à produção teórica feminista das últimas décadas que frente à intervenção de ativistas negras, "terceiro mundistas" e periféricas, foi conduzida a uma revisitação de sua produção de modo a ampliar a análise a partir da articulação da multiplicidade de diferenças sociais, raciais, culturais, geográficas, com as diversas formas de desigualdade e opressão. É a partir dessa reflexão que Guayatri C. Spivak começa a pensar em *Pode falar o subalterno?*, a condição de opressão da mulher hindu, silenciada frente à discussão sobre seu destino entre homens ingleses e hindus. Fanon, já em meados do século, analisava as diferentes sobreposições da violência.

reconhecimento do outro como humano, como igual, como sujeito, nem por aquele que oprime, nem pelo sistema, que dá nenhuma garantia de direitos ao indivíduo oprimido. Ramón Grosfoguel (2011) resumindo a análise fanoniana afirma: “na zona do ser temos formas de administrar os conflitos de paz perpétua com momentos excepcionais de guerra, enquanto na zona do não-ser temos a guerra perpétua com momentos excepcionais de paz” (p. 100, tradução nossa)²¹.

Essa divisão, que inicialmente pouco tinha a ver com a geografia, foi sendo construída através de discursos, legitimada por grupos hegemônicos e passada entre gerações através de uma única história difundida para toda a sociedade: história de triunfos, de glórias, de progressos, em que os protagonistas eram homens, brancos e europeus. História de descobrimentos, de conquistas, de bravos bandeirantes, de independência ou morte. História de vencedores, não de opressores. História que deveria ser bem aprendida pelo colonizado como único caminho até o nobre destino do colonizador; da ignorância à razão; da pobreza à riqueza; do primitivismo à civilização. História fundada no racismo, em que o outro foi reduzido à condição de coisa, de cenário, que culminou no século XX em catástrofes cujos precedentes foram paulatinamente acontecendo nas diversas zonas do não-ser e legitimados pelos habitantes das zonas do ser.

E então, um belo dia, a burguesia foi acordada por um choque terrível: as gestapos em plena atividade, as prisões cheias, os torturadores inventando, refinando, discutindo ao redor dos cavaletes.

As pessoas se espantaram, ficaram indignadas. Diziam: ‘Que coisa estranha! Bah! É o nazismo, isso não vai durar!’ E esperaram, alimentaram expectativas; e esconderam de si próprios a verdade, ou seja, que é mesmo uma barbárie, mas a barbárie suprema, aquela que coroa, que resume o cotidiano de todas as barbáries; sim, é apenas o nazismo, mas antes de sermos as suas vítimas, fomos os seus cúmplices; este nazismo aí, nós o apoiamos antes de sofrer o seu peso, nós o absolvemos, fechamos o olho, o legitimamos, porque, até então, ele só tinha sido aplicado a povos não europeus; este nazismo, nós o cultivamos, somos responsáveis por ele, por seus disfarces, por sua penetração, sua infiltração, antes de absorvê-lo pelas águas avermelhadas de todas as fissuras da civilização cristã e ocidental. (CESAIRE, 1950/1978, p. 17-18)

²¹ “en la zona del ser tenemos formas de administrar los conflictos de paz perpetua con momentos excepcionales de guerra, mientras que en la zona del no-ser tenemos la guerra perpetua con momentos excepcionales de paz” (Grosfoguel, 2011, p. 100)

De acordo com Tzevetan Todorov (1983), a América Latina sofreu o maior genocídio da história, estimando a redução de sua população em 90% nos primeiros 100 anos de colonização europeia. Os maiores genocídios do século XX não somam os milhões de mortes ocorridos durante anos de colonização. A dizimação dessa população deu-se tanto por guerras e trabalho forçado como por epidemias, fome e deslocamentos resultantes do processo de colonização. Além do assassinato direto e indireto de milhões de nativos, aqueles que sobreviveram tiveram suas terras roubadas, foram em sua maioria catequizados, obrigados a seguir leis externas e a trabalhar forçadamente para os reinos europeus.

Os processos de colonização não foram sem conflito e resistência, e a colonização não foi total²², mas os estragos, sem dúvida, foram muitos. Além do genocídio através de violência extrema, da disseminação de doenças, da mestiçagem como resultado do abuso sexual, os colonizadores conseguiram despojar os povos de suas próprias e singulares identidades e impor uma nova, racial, colonial e pejorativa, sem “lugar na história da produção cultural da humanidade”.

A partir de então, não passavam de raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. [...] Em outros termos, o padrão de poder fundado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo. (QUIJANO, 2000, p. 12, tradução nossa)²³

Três séculos depois da invasão europeia os diversos povos presentes antes na América, que tinham sua própria história, linguagem, cultura, memória, sua própria identidade, passaram a ser, para o restante do mundo, simplesmente indígenas. E o mesmo ocorreu mais adiante com os africanos das mais diversas etnias trazidos para as Américas como escravos, que no século XX já eram nada além que meros negros, procedentes do “país África”! Por mais que ao longo da história encontremos diversos processos de submissão de um povo a outro através do “manejo seletivo da história”, como é o caso do império Inca

²² Cf. Bosi, 1992.

²³ *En adelante no eran sino razas inferiores, capaces sólo de producir culturas inferiores. [...] En otros términos, el patrón de poder fundado en la colonialidad implicaba también un patrón cognitivo, una nueva perspectiva de conocimiento dentro de la cual lo no-europeo era el pasado y de ese modo inferior, siempre primitivo.* (QUIJANO, 2000, p. 12)

Tawantinsuyo, que conseguiu apagar lembranças de gerações inteiras pertencentes a outras tribos.²⁴

O notável não é que os europeus imaginaram-se e pensaram a si mesmos e ao resto da espécie desse modo – isso não é privilégio dos europeus – mas sim o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer uma perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo de padrão mundial de poder. (QUIJANO, 2000, p. 7, tradução nossa)²⁵

Assim, etnocentrismo e classificação racial universal estiveram intimamente relacionados como mecanismos que permitiram a conformação de um mundo hegemonicamente colonial e patriarcal, com uma visão evolucionista de mundo, em que homem, branco e europeu é sinônimo de civilizado e a civilização é o fim último de uma sociedade: “os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e reposicionaram aos povos colonizados, e a suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era Europa” (QUIJANO, 2000, p. 6, tradução nossa)²⁶. E somou-se a isso o então emergente sistema econômico, que através do trabalho assalariado,

²⁴ “Para difundir la lengua quechua los incas se valieron de diversos medios, desde el trasplante de grupos (los mitimaes) para injertarlos en comunidades que no hablaban ésta, hasta advertirles que el que no supiese quechua, no podría ocupar ningún empleo de provecho. [...] Todas las pruebas históricas demuestran que los incas usaron la misma técnica con los pueblos conquistados, que aplicaron después con ellos los españoles: intentar desaparecer todo vestigio de la cultura del pueblo sometido. [...] ‘Esta historia oficial y dirigida, erudita, que en cierto modo encarnaba las ideas morales y políticas de la casta dirigente, tenía un alto sentido moralizador: excluía de la recordación histórica a los malos gobernantes y a los que vulneraban las leyes del honor’ (Barrenechea, 1974). [...] ‘De esa manera, los incas realizaron un ‘manejo selectivo de la historia’ [...] Borraron por completo el recuerdo de generaciones enteras pertenecientes a otra tribu que les habían precedido, a fin de poder ellos – los incas – pasar como los verdaderos portadores e introductores de la cultura’ (Von Hagen, 1971).” (Meneses, 1992, pp. 113-116). “Para difundir a língua quechua os incas usaram todos os meios, desde a transposição de grupos (os mitimaes) para introduzi-los em comunidades que não falavam a língua quechua, até advertir que aquele que não soubesse quechua, não poderia ocupar nenhum emprego digno. [...] Todas as provas históricas demonstram que os incas usaram com os povos conquistados, as mesmas técnicas que depois aplicaram os espanhóis: tentar desaparecer com todo vestígio da cultura do povo submetido. [...] ‘Esta história oficial e dirigida, erudita, que de certo modo encarnava as ideias morais e políticas da casta dirigente, tinha um alto sentido moralizador: excluía da recordação histórica aos maus governantes e aos que infringiam as leis da honra’ (Barranechea, 1974). [...] ‘Dessa forma, os incas realizaram um ‘manejo seletivo da história’ [...] Apagaram por completo as lembranças de gerações inteiras pertencentes a outras tribos que os precederam, a fim de poder passar como os verdadeiros portadores e introdutores da cultura’ (Von Hagen, 1971)”. (Meneses, 1992, p. 113-116. Tradução nossa).

²⁵ *Lo notable de eso no es que los europeos se imaginaran y pensaran a sí mismos y al resto de la especie de ese modo - eso no es un privilegio de los europeos - sino el hecho de que fueran capaces de difundir y de establecer esa perspectiva histórica como hegemónica dentro del nuevo universo intersubjetivo del patrón mundial de poder.* (QUIJANO, 2000, p. 7)

²⁶ *“los europeos generaron una nueva perspectiva temporal de la historia y re-ubicaron a los pueblos colonizados, y a sus respectivas historias y culturas, en el pasado de una trayectoria histórica cuya culminación era Europa”* (QUIJANO, 2000, p. 6)

da propriedade dos meios de produção, da lógica do consumo, da divisão de classes, favoreceu a imposição desta nova racionalidade. Mais que um sistema econômico, o capitalismo mostrou-se um sistema de relações sociais baseadas na dominação e exploração sem limites, que terminou de fundar a modernidade, com suas tramas sociais, instituições e lógicas absolutamente coloniais, eurocêntricas, patriarcais e racistas.

As Américas constituíram-se, desse modo, como um território particular, cindido, sincrético, onde a maior parte da população é mestiça, “nem índia nem branca”, envergonhada de sua mãe e renegada por seu pai, culposa de sua impureza; um território onde a identidade é difusa; onde a história oficial foi escrita por expertos europeus e as múltiplas histórias locais transformadas em mitos: “Falo de milhões de homens, em quem deliberadamente inculcaram o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero, o servilismo” (CESAIRE, 1978, p. 26).

Mas a história, a contrapelo, conta-nos que também houve outros milhões que resistiram²⁷. Em diversos países da América Latina os movimentos comunitários das minorias camponesas, indígenas e negras, mostram que embaixo dos escombros da civilização há outras culturas que seguem lutando em defesa de suas identidades, construindo formas de relações contra-hegemônicas, conseguindo resistir às situações mais adversas e questionando de maneira bastante crítica a perspectiva eurocêntrica de mundo²⁸. A maioria da população mestiça, marginalizada pelo colonizador, justamente por ser mestiça, não pôde se tornar cópia cabal. Somente, como aponta Quijano (2000), um reflexo distorcido, que contém rasgos históricos materiais e intersubjetivos tão europeus, e ao mesmo tempo tão profundamente distintos.

Daí que quando olhamos para nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente somente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser

²⁷ Para estudos sobre as resistências à colonialidade ver Sousa Santos, 2002, Zibechi, 2007.

²⁸ Como alguns exemplos que têm maior visibilidade internacional, podemos citar o Exército Zapatista no México, os Quechuas no Equador e os Aimaras na Bolívia.

de uma maneira parcial e distorcida. (QUIJANO, 2000, p. 24, tradução nossa)²⁹

É justamente na tentativa de refletir criticamente sobre essa quimera que somos nós, latino-americanos, e propor estratégias de enfrentamento a nossas problemáticas sem que sejam distorcidas pela racionalidade eurocêntrica de poder colonial, patriarcal, capitalista, judaico-cristã, que desde meados do século XX temos na América uma série de movimentos reconhecidos como “de libertação”. Ainda que mantenham as especificidades de suas áreas de saber (teologia da libertação, filosofia da libertação, pedagogia da libertação, psicologia da libertação, etc.) compartilham como exigência ética e metodológica pensar tudo “à luz da palavra interpelante do povo” oprimido e silenciado (DUSSEL, 1977/1996, p. 207). Com o fim das colônias, a guerra fria, o fracasso do sonho socialista, pensar novos paradigmas emancipatórios, que inclusive contivessem a crítica à falência do sonho, passou a ser tarefa emergente. Um desses movimentos resulta no que hoje se reconhece como teoria descolonial, que enfoca especificamente a subalternização racial indígena e negra como formas de colonizar poder, saber e ser.

O pensamento descolonial pode ser entendido de maneira ampla como o conjunto dos pensamentos críticos sobre o lado escuro da modernidade, produzidos desde os ‘condenados da terra’ [de Fanon] que buscam transformar não só os conteúdos, mas também os termos-condições nos quais estão reproduzindo-se o eurocentrismo e a colonialidade no sistema mundo, inferiorizando seres humanos (colonialidade do ser), marginalizando e invisibilizando sistemas de conhecimento (colonialidade do saber) e hierarquizando grupos humanos e lugares em um padrão de poder global para sua exploração em favor da acumulação ampla de capital (colonialidade do poder). De uma maneira mais restringida e precisa, o pensamento descolonial refere-se a uma série de categorias e problemáticas alcunhadas e decantadas nos últimos dez anos por um coletivo de acadêmicos, predominantemente latino-americanos, que buscam visibilizar os efeitos estruturantes da colonialidade no presente. (RESTREPO E ROJAS, 2009, p. 5, tradução nossa)³⁰

²⁹ *De ahí que cuando miramos a nuestro espejo eurocéntrico, la imagen que vemos sea necesariamente parcial y distorsionada. Aquí la tragedia es que todos hemos sido conducidos, sabiéndolo o no, queriéndolo o no, a ver y aceptar aquella imagen como nuestra y como perteneciente a nosotros solamente. De esa manera seguimos siendo lo que no somos. Y como resultado no podemos nunca identificar nuestros verdaderos problemas, mucho menos resolverlos, a no ser de una manera parcial y distorsionada.* (QUIJANO, 2000, p. 24)

³⁰ *El pensamiento descolonial puede ser entendido de manera amplia como el conjunto de los pensamientos críticos sobre el lado oscuro de la modernidad producidos desde los ‘condenados de la tierra’ [de Fanon] que buscan transformar no sólo el contenido sino los términos-condiciones en los cuales se ha reproducido el eurocentrismo y la colonialidad en el sistema mundo inferiorizando seres humanos (colonialidad del ser),*

O pensamento descolonial tem sua origem em perspectivas pioneiras como as de Frantz Fanon, Guaman Poma, Aimé Césaire, José Carlos Mariátegui, Leopoldo Zea, autores “terceiro mundistas” críticos da racionalidade ocidental, que até pouco tempo eram pouco estudados e reconhecidos. Walter Mignolo (2007), um dos teóricos atuais da descolonialidade, entende que na opção descolonial encontram-se todas as correntes que buscam compreender o presente para mudar o porvir, onde se confluem múltiplos projetos políticos provenientes de nações indígenas, populações afrodescendentes, setores mestiços e imigrantes da América do Sul, que são críticos do eurocentrismo, e que propõem que a esquerda vá além da contraparte da direita hegemônica. E também, todos os indivíduos, grupos, comunidades, organizações, comprometidos com uma epistemologia do sul, em que já não residam³¹ as dualidades da racionalidade científico-instrumental: uma epistemologia que nos ajude “a libertar-nos do espelho eurocêntrico em que nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida”; uma epistemologia que nos permite “deixar de ser o que não somos” (QUIJANO, 2000, p. 25); uma epistemologia, desde o sul, que nos possibilite dirigir-nos a outros nortes.

Boaventura de Sousa Santos em *Crítica da Razão Indolente* (2000) corrobora a ideia de que já “deixou de ser possível conceber estratégias emancipadoras genuínas no âmbito do paradigma dominante já que elas estão condenadas a transformar-se em outras tantas estratégias reguladoras” (p.16), uma vez que, como muito bem apontado por Foucault (1969/1987; 1976/1988), este paradigma se mantém através de regimes de verdade impostos

marginalizando e invisibilizando sistemas de conocimiento (colonialidad del saber) y jerarquizando grupos humanos y lugares en un patrón de poder global para su explotación en aras de la acumulación ampliada del capital (colonialidad del poder). De una manera más restringida y precisa, el pensamiento descolonial se refiere a una serie de categorías y problemáticas acuñadas y decantadas en los últimos diez años por un colectivo de académicos, predominantemente latinoamericanos, que buscan visibilizar los efectos estructurantes en el presente de la colonialidad. (RESTREPO E ROJAS, 2009, p. 5)

³¹ As críticas à teoria descolonial (assim como à pós-colonial, ou aos estudos culturais e subalternos) são muitas. Ainda que se reconheçam os importantes avanços de tais iniciativas, seguem sendo encabeçadas por homens, em grande medida brancos, acadêmicos, muitas vezes habitantes do “primeiro mundo”, que ainda que algumas vezes oprimidos, seguramente desenvolveram suas teorias acerca da “zona do não-ser” desde seus lugares de privilégio na “zona do ser”. Alguns, como Quijano e Mignolo, parecem não haver conseguido se libertar da dualidade científico-instrumental, reproduzindo muitas vezes o mesmo tipo de racismo epistêmico ou pior, populismo epistêmico acrílico (cf. Grosfoguel, 2007, Cusicanqui, 2010). Para melhor compreensão da teoria descolonial e suas críticas aos movimentos pós-coloniais e estudos subalternos e culturais, ver Castro-Gomez e Grosfoguel, 2007; para uma crítica à teoria descolonial ver: Restrepo e Rojas, 2009 e Rivera Cusicanqui, 2010. O texto da autora Guayatri C. Spivak *Pode o subalterno falar?* é também um chamado à autorreflexão crítica do papel que os intelectuais dos Estudos Subalternos vinham representando como porta-vozes dos sujeitos subalternizados.

silenciosamente pela ciência moderna, que, necessariamente, exclui outras formas de conhecer, marginadas, suprimidas e desacreditadas pelo poder colonial.

O domínio global da ciência moderna como conhecimento-regulação acarretou consigo a destruição de muitas formas de saber, sobretudo daquelas que eram próprias dos povos que foram objeto do colonialismo ocidental. Tal destruição produziu silêncios que tornaram impronunciáveis as necessidades e as aspirações dos povos ou grupos sociais cujas formas de saber foram objeto de destruição. (SOUSA SANTOS, 2002, p. 30)

Relembrando-nos de que a maioria dos valores universais defendidos hoje e “autorizados pela razão” foram impostos desde a lógica de uma única “raça”, de um único sexo e de uma única classe social, o sociólogo português coloca uma questão fundamental para nós, profissionais da memória, que pretendemos trabalhar com recuperação e reconstrução de memória de comunidades que foram por décadas subalternizadas.

Como realizar um diálogo multicultural quando algumas culturas foram reduzidas ao silêncio e suas formas de ver e conhecer o mundo tornaram-se impronunciáveis? Por outras palavras, como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a língua hegemônica que o pretende fazer falar? (SOUSA SANTOS, 2000, p. 30, grifo nosso)

Leopoldo Zea começa seu livro *La filosofía Americana como filosofía sin más* propondo que é “mediante a Palavra que o homem deixa de ser um ente entre entes para transformar-se em habitante [do Mundo]” (2010[1969], p. 9, tradução nossa). Já é bastante reconhecido que a linguagem é um dos tantos meios de dominação e que recuperar a voz, romper o silêncio, tomar a palavra, é um primeiro passo em direção à descolonização objetiva e subjetiva. No entanto, o poder colonial conseguiu impor-se através de um intenso manejo seletivo da história que apagou paulatina e intencionalmente a memória dos povos colonizados. A este manejo seletivo da história, daremos o nome de violência política, conceito moderno, difundido com múltiplas definições, mas que, quando usado neste trabalho, faz referência à definição do pensador uruguaio Marcelo Viñar:

[...] todo dispositivo intencional – quaisquer que sejam os métodos utilizados – com a finalidade de destruir as crenças e convicções da vítima, para despojá-la da constelação identificatória que a constitui como sujeito. Seus autores são agentes de um poder violento e está destinada à submissão e à paralisia da sociedade governada. (1989, p. 127, tradução nossa)³²

A violência política seria a manifestação última e mais truculenta de imposição de concepções de mundo; aquela que melhor estabelece a tênue linha entre as zonas do ser e do não-ser. E a tortura, seu modo mais eficaz.

O auge dessa violência foi vivido em quase todos os países da América Latina durante as décadas de 60, 70 e 80 (com exceção de Costa Rica, Venezuela, México e Colômbia)³³ deixando marcas irreparáveis na sociedade – marcas sobrepostas às advindas do processo colonial – que até há pouco se encontrava em um estado ainda maior de amnésia, submissão e paralisia.

Pesquisadores de diferentes campos e instituições (reconhecidas ou não) vêm defendendo que para tirar a sociedade de tal paralisia e amnésia – recuperando um verbo que possa ir além da língua hegemônica – é necessário quebrar o silêncio e recuperar a memória³⁴, para além das lembranças individuais. Recuperar a memória que é compartilhada, que faz identidade, que cria e mantém laços sociais, que faz comunidade: a memória compartilhada, que se constrói através da linguagem, dos cultos, das narrações de determinada comunidade; que permite que o trauma que individualmente não poderia ser narrado, mas que não deixa de se repetir, ganhe ressignificação social e possa assim ser inserido em um universo simbólico outro, libertador.

O silêncio coletivo sobre o passado não determina apenas o esquecimento, mas reforça também posições hierárquicas pré-

³² *todo dispositivo intencional – cualesquiera sean los métodos utilizados – con la finalidad de destruir las creencias y convicciones de la víctima, para despojarlo de la constelación identificatoria que lo constituye como sujeto. Sus autores son agentes de un poder violento y está destinada a la sumisión y parálisis de la sociedad gobernada.* (VIÑAR, 1989, p. 127)

³³ “No final década de 80, quatro nações latino-americanas destacavam-se por terem desfrutado de trinta anos ininterruptos de governos civis e subordinação militar. Não afirmamos que esses quatro países privilegiados foram modelos de virtudes democráticas, nem que foram imunes às tentativas de golpes de Estado. Dizemos simplesmente que [eles] são os únicos Estados Latino-americanos onde, durante mais de um quarto de século, as relações entre civis e militares não foram pretorianas e onde golpistas, quando existiram, não tiveram êxito” (BETHEL, 2009, p. 236-237).

³⁴ A bibliografia referente ao tema da memória, verdade, justiça e reparação na América Latina é bastante vasta e atravessa diferentes áreas do saber. Não é pretensão do presente trabalho esgotar o tema. As publicações mais importantes para esta pesquisa estão citadas ao longo do texto como Dobles, 2009; Sepúlveda dos Santos, 2012; CEH, 1999; REHMI, 1998; Pollak, 1989 e 1992; Molden, 2014; Tischler, 2005 e 2012; Avendaño, 2014; CODPI, 2013, entre outros.

estabelecidas e coerções de toda ordem. Os movimentos sociais têm sido responsáveis por uma agenda política de reconstrução histórica e de políticas afirmativas. (SEPÚLVEDA DOS SANTOS, 2012, p. 12)

No entanto, séculos de colonização, racismo e opressão conformaram uma história que não consegue ser facilmente desmentida, conformaram uma espécie de memória em que o negro é ladrão, o índio é sujo, o latino é preguiçoso e mais recentemente, o mulçumano é terrorista. Digo espécie de memória porque de algum modo, através de histórias reais ou não, recorda-se que é assim, que sempre foi assim, e, portanto, sempre será assim. Uma falsa memória, instrumental, implantada através de um longo processo de construções de imaginários e ideologias, alcançada através do manejo seletivo da história.

Os povos, os grupos, em qualquer momento ou geração, só podem 'recordar' um passado que lhes foi transmitido ativamente, e que aceitaram como significativo. À inversa, um povo 'esquece' quando a geração que possui atualmente o passado não o comunica à seguinte ou quando esta última rechaça o que recebeu e, por sua vez, não o transmite. A ruptura na transmissão pode produzir-se abruptamente ou por um processo gradual de erosão. (YERUSHALMI, 1996, p. 178 apud DOBLES, 2009, p. 72, tradução nossa)³⁵

Então, "como lembrar o passado quando poderosas instituições sociais, atores individuais e a própria falibilidade da memória conspira para redefinir o que ocorreu?" (MANZ, 1999, p.1, tradução nossa)³⁶. A antropóloga Beatriz Manz nos mostra através de seu estudo sobre a memória em uma comunidade quiche, ao noroeste da Guatemala, como um ex-combatente guerrilheiro foi cooptado pelo Exército e pouco tempo depois passou a atribuir à guerrilha a responsabilidade de ações cometidas pelo Exército. Em praticamente todos os países é comum os discursos que "recordam" destes tempos como positivos, como períodos de excelentes avanços econômicos e sociais³⁷, e, em muitos casos, são lembranças atreladas aos discursos oficiais. A pergunta de Manz

³⁵ *Los pueblos, los grupos, en cualquier momento o generación dados, solo pueden 'recordar' un pasado que se les transmitió activamente, y que aceptaron como significativo. A la inversa, un pueblo 'olvida' cuando la generación que posee actualmente el pasado no lo comunica a la siguiente o cuando esta última rechaza lo que recibió y no lo transmite a su vez. La ruptura en la transmisión puede producirse abruptamente o por un proceso gradual de erosión* (YERUSHALMI, 1996, p. 178 apud DOBLES, 2009, p. 72)

³⁶ *"cómo se recuerda el pasado cuando poderosas instituciones sociales, actores individuales y la propia falibilidad de la memoria conspiran para redefinir lo que ocurrió?"* (MANZ, 1999, p.1)

³⁷ Veja-se o caso dos revisionistas ou negacionistas, que defendem que o Holocausto foi uma invenção judia.

soma-se à de Sousa Santos e convoca, mais uma vez, os profissionais da memória a refletirem criticamente sobre suas práticas; refletirem sobre o caráter “espetacularmente social” das políticas de memória.

Como nos aponta Beatriz Sarlo, tais políticas já não podem se referir somente à memória recente dos crimes perpetrados pelo Estado durante as ditaduras: “Também se trata da recuperação de memórias culturais, a construção de identidades perdidas ou imaginadas, a narração de versões e leituras do passado” (2005, p. 24, tradução nossa)³⁸. Frente às mais diferentes versões a serem narradas – as múltiplas possibilidades de leitura do passado, os interesses políticos e econômicos por trás da escolha de que identidades recuperar, e de como fazê-lo – a pluralidade da memória social “conforma um campo de batalha no qual se luta pelo sentido do presente de modo a delimitar os materiais com os quais construir o futuro” (LECHNER, 2002, p. 62 apud ZAPATERO, 2010, p. 26)³⁹. Conforma um campo de conflitos

que tem lugar entre aqueles que mantêm a lembrança dos crimes de Estado e aqueles que propõe passar a outra etapa [...] Mas também é um campo de conflitos entre os que sustentam que o terrorismo de Estado é um capítulo que deve ficar juridicamente aberto, e que o sucedido durante a ditadura militar [argentina] deve ser ensinado, difundido, discutido, começando pelas escolas. É um campo de conflitos também para aqueles que sustentam que o “nunca mais” não é uma tranca que deixa atrás o passado senão uma decisão de evitar as repetições, recordando-o. (SARLO, 2005, p. 24, tradução nossa)⁴⁰

1.1. Memória - Território em Disputa

Colonizar (do latim, *colo*; particípio passado *cultus* e particípio futuro *culturus*) significava, em Roma, o que ocupa a terra, o que cultiva o campo; dividia-se entre o que habitava a terra - *colo*, o que residia em terra alheia -

³⁸ “Se trata también de la recuperación de memorias culturales, la construcción de identidades perdidas o imaginadas, la narración de versiones y lecturas del pasado”

³⁹ “conforma un campo de batalla en el que se lucha por el sentido del presente en orden a delimitar los materiales con los cuales construir el futuro” (LECHNER, 2002, p. 62 apud ZAPATERO, 2010, p. 26)

⁴⁰ que tienen lugar entre quienes mantienen el recuerdo de los crímenes de Estado y quienes proponen pasar a otra etapa, cerrando el caso más monstruoso de nuestra historia. Pero también es un campo de conflictos entre los que sostenemos que el terrorismo de Estado es un capítulo que debe quedar jurídicamente abierto, y que lo sucedido durante la dictadura militar debe ser enseñado, difundido, discutido, comenzando por la escuela. Es un campo de conflictos también para quienes sostenemos que el ‘nunca más’ no es un cierre que deja atrás el pasado sino una decisión de evitar las repeticiones, recordándolo. (SARLO, 2005, p. 24)

incola, e o que cultivava a terra - *colonus*. O cultivo da terra não seria possível sem o *cultus*, sem a experiência de cultivo acumulada através dos séculos, experiência coletiva, fazer de gerações anteriores, já incorporado a terra que se lavrou. Como experiência acumulada da terra “*cultus* é sinal de que a sociedade que produziu seu alimento já tem memória” (BOSI, 1992, p. 13). Já *culturus* indicaria o porvir do que se cultivava, o que advém do culto, o que pode surgir a partir das experiências acumuladas do coletivo, das memórias. Culto e memória social estão intrinsecamente relacionados, assim como a disputa por terras e a cultura de violência na América Latina (como mostrará a história da Guatemala, no capítulo 2).

Considerando que o processo de colonização implica apropriar-se da terra antes cultivada por outros, carregada de experiências, poderíamos pensar toda colonização como um processo dialético, de sobreposição de *cultus*, de experiências que se mesclam, de memórias que vão sendo alteradas com o passar do tempo e das gerações, mas que também persistem (tomemos como exemplo os sincretismos religiosos). Porém, no caso da colonização da América Latina, eminentemente de exploração, a terra, ainda que ocupada, seguiu sendo cultivada pelos que antes já a cultuavam, e, mais tarde, em alguns países, pelos negros escravizados. O colono não se tornou *colonus*. De um modo geral, podemos observar a vinda de um colonizador que não vinculou seu *cultus* a terra, mas que impôs sua cultura aos colonos que a cultivavam, seu cultivo da terra esteve marcado pela exploração do cultivo alheio. Em muitos casos a experiência acumulada da terra, a memória coletiva, foi paulatinamente transformada através da violência e do manejo seletivo da história, de tal modo que se terminou por roubar a memória alheia e por apagar as memórias próprias; em outros, resistiu-se, disfarçando modos, cultos, tradições e memórias de forma a agradar o colonizador – daí esta quimera distorcida que seríamos nós⁴¹.

Experimentem tirar pela força aquilo que faz um homem! Era a crença dos católicos que os santos africanos deviam ser esmagados. Impossível para os negros esquecer quem veneravam.

⁴¹ A força destes *cultus* que persistiram à colonização pode ser observada em diferentes geografias e momentos históricos da América Latina, e se manifesta cotidianamente através da música, da pintura, das danças, dos esportes, da língua, da literatura, das religiões e cosmovisões afrodescendentes e ameríndias. A capoeira, a umbanda, o santo daime, a festa do divino, a folias de réis, o maracatu, o lundu, o maxixe, são alguns dos exemplos da resistência cultural e do sincretismo subsequente no Brasil.

Iludindo todos os brancos, eles apenas mudaram o nome dos seus santos. E daí surgiu a mistura preto, branco, afro e europeu. Mexido bem brasileiro, farofa de religião. (NASCIMENTO E BRANT, 1976)⁴²

Mas se culto é sinal de memória, e se os cultos são as experiências acumuladas da terra, de algum modo parece haver uma memória que aí persiste, e que, portanto, poderia ser recuperada. Não são, no entanto, a totalidade das experiências vividas, mas sim, aquilo que da experiência pode permanecer, que pode ser acumulado, memorizado⁴³. Como terra que pode ser cultivada e manipulada, e como território, que são muitos e podem ser disputados, o porvir das culturas depende de como as experiências que permaneceram são recuperadas e cultuadas através da memória coletiva.⁴⁴

Não se consegue acumular toda a experiência, assim como não é possível acumular toda a memória, já que as quebras e descontinuidades fazem parte do processo. Muitos acontecimentos não chegaram a ser guardados para serem lembrados depois, ao que recuperar memórias nunca é um processo total de recuperar completamente a verdade sobre os fatos. Ainda assim, a recuperação e a construção da memória dependem do modo de transmissão das memórias sociais ao longo do tempo, dependem dos cultos particulares de cada micro e macro comunidade e dos responsáveis por transmiti-la. Alguns grupos – que se consideram portadores da memória – dão a ela um caráter mais estático e, porque não dizer, enviesado. Quando se tornam hegemônicos, incorrem na repetição de impor aos demais suas memórias, selecionando e organizando as representações sociais que “merecem” ser transmitidas: “É necessário, como sugere Jelin [...]: ‘reconhecer as memórias como objeto de disputas, conflitos,

⁴² Letra de Santos Católicos X Candomblé, escrita por Fernando Brant para trilha sonora de *Maria Maria* do Grupo Corpo de Belo Horizonte (MG) em 1976. Músicas de Milton Nascimento, letras de Fernando Brandt e coreografia de Oscar Araiz. A gravação original ocorreu em 1976, mas só veio a público inteiramente em 2002, recuperada e prensada nos estúdios Milton Nascimento no RJ.

⁴³ Não se trata aqui de qualquer referência às concepções de memória de Henri Bergson. Ao contrário de um acúmulo individual de memórias, aquilo que permanece da experiência e que pode ser memorizado e ‘acumulado’ teria relação direta com os laços comunitários e possibilita a existência de *cultus* e *culturus*.

⁴⁴ “A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (Pollak, 1992, p. 204).

lutas', o que 'aponta a prestar atenção ao papel ativo e produtor de sentido dos participantes nestas lutas, marcadas por relações de poder' (apud DOBLES, 2009, p. 105, tradução nossa)⁴⁵.

O atual panorama das democracias de transição na América Latina⁴⁶ coloca em embate diferentes versões sobre o passado, diferentes formas de recuperá-lo, de construí-lo, de transmiti-lo, mas também deixa de fora muitas outras. Daí a importância de olhar criticamente os diferentes processos de memória que ocorreram e vêm ocorrendo na América Latina, para que não recaiam em novas memórias impostas ao restante da sociedade, ou ainda, para que as "memórias do sofrimento" (DOBLES, 2009) resultante de eventos traumáticos com determinações históricas e sociais não resultem em diagnósticos psicopatológicos individualizantes que não reconhecem o sofrimento psíquico como produto das relações sociais⁴⁷, e que seguem a mesma lógica racional que secciona o mundo em hierarquias de superioridade e inferioridade. Tanto o caráter "terapêutico" desses processos como o caráter de "verdade" vem sendo questionado, por incorrerem no perigo de reproduzirem uma lógica de reconstrução de sentido único, em que não se atenta para a pluralidade de verdades, e que, pela via terapêutica alcança a reparação, mas não a liberação.

As construções sociais resultantes dos processos levados a cabo pelas Comissões da Verdade, por exemplo, têm consequências históricas, psíquicas, políticas, culturais, que vão muito além dos grupos diretamente implicados no processo; afetam as versões de passado de toda população. Atentar para as implicações que acarretam a construção social da memória parece ser tarefa que não pode ser menosprezada, sobretudo quando estes processos que carregam consigo a disposição de "verdade histórica" são coordenados por uma parcela da população inserida dentro de uma matriz de privilégios e difundidos para uma

⁴⁵ *Es necesario, como plantea Jelin [...]: 'reconocer a las memorias como objeto de disputas, conflictos, luchas', lo cual 'apunta a prestar atención al rol activo y productor de sentido de los participantes en estas luchas, enmarcadas en relaciones de poder.* (apud DOBLES, 2009, p. 105)

⁴⁶ A partir da década de 80 mais de uma dezena de países latino-americanos entrou em processo de transição política, buscando instaurar um regime democrático. Mais que eleições abertas e presidentes civis, a transição democrática em países como Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Peru, El Salvador, Guatemala, vem acompanhada também de uma justiça transicional, que visa garantir a responsabilização do Estado por seus crimes, assim como a reforma dos aparelhos de Estado. Cf. Instituto Interamericano de Derechos Humanos *Contribución de las políticas de verdad, justicia y reparación a las democracias en América Latina*. San José: IIDH, 2011

⁴⁷ Cf. Dobles, 2009; Martín-Baró, 1990. Na Universidade de São Paulo, há o Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (LATESFIP) que se dedica a pesquisas relacionadas às patologias mentais como resultante de processos sociais.

sociedade em que a maior parte da população sempre esteve acostumada a que os mais “sabidos” falassem em seu lugar.

Seguindo os teóricos críticos da modernidade que denunciam a imposição do *habitus civilizatorius* às chamadas “comunidades subdesenvolvidas”⁴⁸ – que como já dito, tiveram por séculos sua memória manipulada, seus costumes negados e suas identidades discriminadas – avalia-se de fundamental importância estudos que apontem para as epistemologias da memória desde o sul⁴⁹, que valorizem os processos comunitários existentes, e a recuperação e reconstrução de memórias mais além dos períodos recentes de extrema violência de Estado considerados pelas políticas de memória institucionalizadas, como Comissões de Esclarecimento, Comissões da Verdade⁵⁰, que, em muitos casos não consideram os processos históricos anteriores de estado de exceção patógenos dirigidos a uma grande parcela da população excluída, que resultaram na década de 70 e 80 em estados nada excepcionais.

Não é suficiente documentar e recordar o passado, ou recordar a história das vítimas individualmente, não bastam os monumentos e os memoriais. O maior desafio é desenvolver um conhecimento eficaz sobre o passado, que permita ler as dimensões extremas como parte de um processo histórico comum [...] temos que ligar os eventos horrendos às suas raízes cotidianas na vida concreta e na institucionalidade. (LIRA, 1996, p. 11⁵¹, apud DOBLES, 2009, p. 123, tradução nossa)⁵²

Como apontado por Martin-Baró, “nossa análise deve se estender à raiz dos traumas, e, portanto, da guerra mesma, como situação social patógena” (1990, p.1, tradução nossa)⁵³. Os esforços institucionalizados devem ser reconhecidos e valorados, não só por permitirem tratar feridas sociais de determinados grupos violentados, como por autorizarem quantificar dados da

⁴⁸ Para uma crítica ao discurso desenvolvimentista surgido na década de 50 ver a obra de Franz Hinkelamert.

⁴⁹ Cf. Sousa Santos e Meneses, 2010.

⁵⁰ Para uma leitura crítica sobre as Comissões da Verdade na Argentina, Peru, Brasil, Guatemala e Chile, ver Dobles, 2009.

⁵¹ LIRA, Elisabeth. Transiciones Políticas. Em: **Seminario Violencia Política en América Latina**. Historia, Memoria y Olvido. Desafíos para la Democracia en el Siglo XXI. Cusco: Diaconía, 1996.

⁵² *No es suficiente documentar y recordar el pasado, o recordar la historia de las víctimas individuales, no bastan los monumentos y los memoriales. El mayor desafío es desarrollar un conocimiento eficaz sobre el pasado, que permita leer las dimensiones extremas como parte de un proceso histórico político común [...] tenemos que ligar los hechos horrendos a sus raíces cotidianas en la vida concreta y en la institucionalidad.* (LIRA, 1996, p. 11, apud DOBLES, 2009, p. 123)

⁵³ “nuestro análisis debe extenderse a la raíz de los traumas y por lo tanto de la guerra misma, como situación social patógena” (Martin-Baró, 1990, p.1).

repressão e das mortes para efeitos de informe de um determinado momento histórico. Mas estão longe de tratar feridas maiores e de solucionar problemas estruturais seculares. Tampouco podemos ter a ingenuidade de “que bastará evidenciar ou desvendar violações dos direitos humanos ou abusos repressivos para conquistar mudanças substanciais” (DOBLES, 2009, p.150, tradução nossa)⁵⁴. Menos ainda se estes processos são levados dentro da mesma lógica paradigmática de mundo que legitimou as barbáries que nos assolaram e assolam.

Assim como a “história nas mãos dos experts ocidentais” muitas vezes

deixou de ser um assunto político de seus protagonistas e passou de ser interioridade para se converter em exterioridade; deixou de ser sentida com o coração para ser contada com a razão; negou o subjetivo que dá lugar à ação do sujeito e se tornou objetiva para imobilizá-lo (GÓMEZ, 2000, p.185⁵⁵ apud DOBLES, 2009, p. 117, tradução nossa)⁵⁶

nossas reflexões vão no sentido de aportar para que os processos de memória não recaiam no mesmo erro, para que a memória não se petrifique em textos para o conhecimento, não se congelem em objetos de investigação. Para que a memória de alguns não se torne verdade oficial e universal; para que a memória como um fim, não siga dando lugar ao fim da memória⁵⁷.

Estabelecer diálogos e desenvolver pesquisas que busquem maneiras de enfrentar a atual situação de violência patógena na América Latina parece ser um compromisso profissional ético das humanidades. Como grande parte dessa violência é resultado da exclusão e opressão inerentes à razão moderna ocidental, reconhecer e incluir propostas que respondam a outras racionalidades parece direcionar para um caminho possível na busca de soluções liberadoras. Primeiramente porque “a experiência social em todo o mundo é muito mais

⁵⁴ “que bastará evidenciar o develar violaciones de los derechos humanos o abusos represivos para lograr cambios sustanciales” (DOBLES, 2009, p.150)

⁵⁵ GÓMEZ Valência, Jose H. Lugares y Sentidos de la Memoria Indígena Páez. **Convergência**. N.21. pp.167-202. 2000.

⁵⁶ “dejó de ser un asunto político de sus protagonistas y pasó de ser interioridad para convertirse en exterioridad; dejó de ser sentida de corazón para ser contada con la razón; se negó lo subjetivo que da lugar a la acción del sujeto y se torna objetiva para inmovilizarlo” (GÓMEZ, 2000, p.185 apud DOBLES, 2009, p.117)

⁵⁷ “O historiador, transformando a ‘insurgência’ em um ‘texto para o conhecimento’, é apenas um ‘receptor’ de qualquer ato social pretendido coletivamente. Sem qualquer possibilidade de nostalgia pela origem perdida, o historiador deve suspender (tanto quanto possível) o clamor de sua própria consciência (ou consciência-efeito, como sendo operada pelo treinamento disciplinar), para que a elaboração da insurgência, empacotada em uma consciência-insurgente, não se congele em um ‘objetivo de investigação’ ou, pior ainda, em um modelo de imitação” (SPIVAK, p. 62)

ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante”, e desse modo suas propostas são tão limitadas quanto seu modelo de homem; e segundo, porque “uma grande riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes” (SOUSA SANTOS, 2000, p. 238), ideias que só fazem aumentar a exclusão, a desigualdade e a opressão.

Boaventura de Sousa Santos recorreu a Orlando Fals Borda, para propor que reinventemos a comunidade “através de um conhecimento emancipatório que habilite os seus membros a resistir ao colonialismo e a construir a solidariedade pelo exercício de novas práticas sociais, que conduzirão a formas novas e mais ricas de cidadania individual e coletiva” (BORDA, 1987 apud SOUSA SANTOS, 2000, p.96)⁵⁸. A aposta aqui, mais que uma hipótese, é que os processos de recuperação da memória desde as comunidades e para as comunidades são um meio para tal reinvenção.

Frente a tais considerações, somos convidados a pensar criticamente as atuais políticas de memória para além dos slogans verdade, memória e justiça que hoje pululam pelos meios de comunicação, para refletirmos sobre quê verdades, quê memórias e quê justiça têm ganhado a cena. Sobretudo, somos convidados a ouvir o que as comunidades subalternizadas têm a dizer sobre esses temas, e desde nossas searas “técnicas”, favorecer suas lutas e conduzir reflexões que possam orientar para caminhos além da reprodução do ideal de mundo ocidental, favorecer, através da memória coletiva, a construção de lugares de enunciação onde possamos descolonizar nossas palavras e desubalternizar nossas geografias.

1.2. Verdade - Território em Disputa

As críticas às imposições da racionalidade ocidental e suas consequências não começaram com os teóricos críticos da modernidade. Desde os textos sociais de Sigmund Freud, passando pelo legado teórico da Escola de Frankfurt, até chegar a autores como Michel Foucault, Jacques Derrida, Guy Debord, entre

⁵⁸ Borda, Orlando F. **Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual, Los Nuevos Rumbos**. Bogotá: Carlos Valencia, 1987.

outros, foram diversas as produções ao longo do século XX que buscaram problematizar as consequências da modernidade, aportes teóricos fundamentais para o pensamento crítico moderno, que levaram muitos pesquisadores a apostarem em possíveis saídas emancipadoras ao longo das últimas décadas.

No entanto, desde os “estudos subalternos”, “estudos culturais” e “epistemologias do sul”, questiona-se quanto, de fato, as saídas apontadas foram à modernidade, ou somente às suas consequências; se houve de fato uma proposição de giro paradigmático, de transformação de racionalidade, na qual a modernidade já não seria um mal necessário, mas sim uma construção de mundo ocidentocêntrica, imposta através da violência colonial e da negação – ou inferiorização – de outras racionalidades⁵⁹.

Ao não saírem de suas fronteiras, muitas dessas produções resultaram em pensamentos críticos também ocidentocêntricos, com propostas emancipatórias somente a um outro oprimido na zona do ser, ou seja, ao outro oprimido, porém em alguma medida reconhecido enquanto outro-eu, enquanto sujeito de direitos: um sujeito oprimido, mas não necessariamente subalternizado. Retomando o raciocínio fanoniano, pode-se questionar o quanto das propostas emancipatórias fundamentadas nesses aportes teóricos que fracassaram, deixaram de ser exitosas, em parte, por não considerarem as especificidades sociais das diferentes geografias⁶⁰, ignorando não só diferentes concepções de mundo, como também os diferentes níveis de opressão e a interseccionalização da violência. As estratégias emancipadoras na “zona do ser”, quando foram simplesmente aplicadas na “zona do não-ser”, muitas vezes terminaram por converter-se em estratégias reguladoras do “eu” ao “outro” nesta zona, impondo a estes concepções de mundo parciais dadas como universais⁶¹:

⁵⁹ À negação de outras formas de saber, de outras cosmovisões, de outras racionalidades, Boaventura Sousa Santos dá o nome de epistemicídio e Guayatri C. Spivak fala de violência epistêmica.

⁶⁰ “A invocação [generalizada] da luta dos trabalhadores é pernicioso em sua própria inocência, pois ela é incapaz de lidar com o capitalismo global: a produção do sujeito trabalhador e do desempregado nas ideologias do Estado-nação em seu centro; a crescente redução da classe trabalhadora na periferia para a produção de mais-valia e, assim, para um treinamento ‘humanista’ com relação ao consumismo; e a presença em larga escala do trabalho paracapitalista, assim como o status estrutural heterogêneo da agricultura na Periferia” (Spivak, 1985, p. 23). Para uma leitura das transmutações das relações de classe em países periféricos, ver Cf. José de Sousa Martins.

⁶¹ Em alguns casos, é a realidade sofrida do sujeito oprimido que ganha lugar de universal, através de discursos de intelectuais benevolentes que hipervalorizam a experiência destes sujeitos colocando-os na posição de únicos que de fato conhecem a realidade e podem falar sobre ela de forma genuína – ainda que seja através da língua destes mesmos intelectuais.

a imposição desta teoria crítica desde a zona do ser para a zona do não-ser constitui uma colonialidade do saber desde a esquerda. (...) Quando os sujeitos coloniais que habitavam a zona do não-ser adotam de maneira acrítica e exclusiva a teoria social produzida desde a experiência do 'outro' na zona do ser, sem levar a sério a teoria crítica produzida desde a experiência do 'outro' na zona do não-ser, se submetem a uma colonização mental subordinada à esquerda ocidentalizada. (GROSFOGUEL, 2011, p. 102, tradução nossa)⁶²

A ideia, aqui, não é ignorar tais proposições teóricas e práticas, mas sim, compreender que as ciências modernas, incluindo as ciências humanas e sociais, estão conformadas por uma matriz de privilégio ocidental, racista e sexista⁶³, de muitas formas cúmplice de interesses econômicos internacionais (SPIVAK, 2010, p. 20), e que é necessário partir “de uma crítica radical do paradigma dominante tanto no que se refere a seus modelos reguladores como a seus modelos emancipadores” (SOUSA SANTOS, 2000, p. 16).

Para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. No fim de contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante os últimos duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito. (SOUSA SANTOS, 2002, p. 238)

Ainda assim, negar tais teorias seria seguir na mesma lógica paradigmática de exclusão e universalismo. Trata-se muito mais de compreender que nenhum paradigma teórico seria suficiente para explicar definitivamente qualquer verdade e que o próprio conceito de verdade corresponderia à lógica do

⁶² *la imposición de esta teoría crítica desde la zona del ser hacia la zona del no-ser constituye una colonialidad del saber desde la izquierda. (...) Cuando los sujetos coloniales que habitan la zona del no-ser adoptan de manera acrítica y exclusiva la teoría social producida desde la experiencia del 'otro' en la zona del ser sin tomar en serio la teoría crítica producida desde la experiencia del 'otro' en la zona del no-ser, se someten a una colonización mental subordinada a la izquierda occidentalizada.* (GROSFOGUEL, 2011, p. 102)

⁶³ “La dominación y la opresión se presentan con múltiples rostros, algunos de los cuales, como la dominación patriarcal, apenas han sido objeto de atención de la teoría crítica moderna, que ha pasado por ella como por brasas, sin apenas prestarle atención; peor aún, reforzándola más todavía” . (TAMAYO, 2011, p. 47). A dominação e a opressão se apresentam com múltiplos rostos, alguns dos quais, como a dominação patriarcal, apenas foram objeto de atenção da teoria crítica moderna, que tem passado por ela como se passasse por brasas, sem nem sequer prestar-lhe atenção; pior, reforçando-a ainda mais (tradução nossa).

paradigma dominante. A escritora nigeriana Chimamanda Adichie, afirma em *O perigo de uma única história* (2009): “O problema dos estereótipos não é que ele sejam mentira, mas que sejam incompletos”. O mesmo poderia dizer das verdades.

Em 1911, o filósofo alemão Hans Vaihinger, partindo do “como se”, propôs uma espécie de teoria da verdade com estrutura de ficção. Dado que as ficções seriam pressuposições estabelecidas como fato, sabendo-se de sua impossibilidade – são como se fosse de tal modo (VAIHINGER, 1911/2012, p. 238), as verdades corresponderiam à mesma estrutura: um jurista prudente não diria que o homem é livre, mas sim, “que ele, ao menos na vida forense e quando examinado do ponto de vista moral, deve ser tratado e considerado como se fosse livre”, já que o ser livre carece de validade objetiva, sendo muito mais um conceito necessário em determinados ordenamentos sociais (p. 245-246). O filósofo considera que o *como se* é a base de todo pensamento científico, em si, ficcional. As ficções criadas em cada uma das ciências, seriam como se verdades – necessárias e compartilhadas em determinado momento histórico.

Desse modo, os teóricos inseridos na lógica do paradigma científico buscariam com seus estudos uma espécie de acerto fático, quando, no entanto, tal acerto responderia muito mais a uma necessidade, marcada por tempo e espaço, historicamente construída, que a uma objetividade permanente do fato estudado. O escritor Vargas Llosa (1990) afirma em *A verdade das mentiras*, que à história caberia a verdade e à literatura caberia a mentira, mas que ao fim, seria justamente na mentira da literatura (no fazer como se fosse) que a verdade poderia advir. Corroborando o pensamento de Vaihinger, e, com eles, pode-se pensar que a verdade histórica, a fim e a cabo, seria verdadeira justamente enquanto uma construção e a mentira da literatura permitiria compreender exatamente esse caráter da verdade histórica – a verdade como ficção. Ou dito de outro modo, a verdade como retórica:

a verdade é retórica, uma pausa mítica numa batalha argumentativa contínua e interminável travada entre vários discursos de verdade; é o resultado, sempre provisório de uma negociação de sentido realizada num auditório relevante que, na idade moderna, foi a comunidade científica ou, melhor dizendo, uma pluralidade de comunidades científicas. As regularidades são enclaves precários de caos latente em áreas onde existe um grande consenso sobre o que deve ser considerado anormal ou irrelevante. (SOUZA SANTOS, 2000, p. 96)

A verdade histórica enquanto discurso construído sobre os acontecimentos do passado também teria a estrutura de “é como se tivesse sido desse modo”, e ao investigador prudente caberia menos compreender o que há de “verdadeiro” e de “mentiroso” em determinados acontecimentos e narrativas, e, muito mais, a que servem determinadas “verdades e mentiras”. Os métodos tradicionais, leia-se ocidentais e eurocêntricos, afincados à razão científica, interpretam as narrações, colocam-nas em dúvida, comparam-na com materiais concretos do passado como jornais, revistas, fotografias, visando estabelecer o que realmente aconteceu em detrimento do que esta sendo relatado como aquilo que aconteceu, participando assim “da ilusão de que é possível chegar a uma verdade dos fatos” e invalidando “como história outras formas culturais de narrar e de dar sentido aos acontecimentos” (GÓMEZ VALENCIA, 2000, p. 188⁶⁴, apud DOBLES, 2009, p. 118, tradução nossa)⁶⁵.

Os livros *Entre dos fuegos en los pueblos ixiles de Guatemala* (1999) e *Rigoberta Menchu y la historia de todos los guatemaltecos pobres* (2002) do antropólogo norte-americano David Stoll, elucidam bem tal problemática. O pesquisador pretende descrever o conflito armado na Guatemala como uma guerra de forças iguais entre Exército e guerrilha, caracterizando o guatemalteco de modo demoníaco, localizando nos textos sagrados maias e nas origens indígenas a razão de sua violência e brutalidade. O trabalho de Stoll reforçou o estigma contra a população indígena, que já considerada pelo guatemalteco mestiço como indisciplinável e violenta, agora contava com dados validados cientificamente para legitimar tal preconceito. No segundo livro, o antropólogo empenha-se em fazer uma análise crítica do testemunho dado pela sobrevivente indígena Rigoberta Menchú em 1984, procurando demonstrar a falta de veracidade de sua fala, tanto a partir de informações dadas por ela que não corresponderiam à realidade, como porque Rigoberta não haveria presenciado “realmente” os fatos que testemunhava. De fato, Rigoberta não presenciou a massacre que narra, mas ela não narra sua experiência pessoal como sujeito, nunca pretendeu fazê-lo. Há um princípio de não identidade em seu testemunho, que só pode ser reconhecido a partir da compreensão da cosmovisão de seu

⁶⁴ GÓMEZ Valência, Jose H. Lugares y Sentidos de la Memoria Indígena Páez. **Convergência**. N.21. pp.167-202. 2000.

⁶⁵ “de la ilusión de que es posible llegar a la verdad de los hechos” e invalidando “como historia otras formas culturales de narrar y darle sentido a los acontecimientos” (GÓMEZ VALENCIA, 2000, p. 188, apud DOBLES, 2009, p. 118)

povo e dos princípios comunitários ai presentes. Rigoberta testemunha desde a coletividade em que está imersa, desde a experiência das pessoas que viveram esse processo (TISCHLER, 2005)⁶⁶. E ainda que a narrativa de Menchu partisse de sua experiência pessoal, de que modo seria possível buscar a verdade objetiva em testemunhos de eventos traumáticos, uma vez que “a memória conduz-se através do caos, onde a desordem é o cotidiano e a ordem uma exceção?” (VASQUEZ, 2001, p. 71, tradução nossa)⁶⁷

A partir da afirmação de Agamben (2008) de que os únicos que poderiam testemunhar o horror de Auschwitz não sobreviveram para contar, retoma-se Vaihinger e propõe-se pensar, para além do estatuto ficcional da fala, o testemunho como uma ficção, já que de algum modo, no excesso da violência, no trauma, no encontro com o real, há um *como* se deparar com a morte que marca de modo diferenciado a fala: “se a vítima fosse capaz de descrever sua dolorosa e humilhante experiência de maneira clara, com todos os dados situados em uma ordem consistente, sua clareza nos faria suspeitar de sua veracidade” (ZIZEK, 2009, p. 12, tradução nossa)⁶⁸. Os testemunhos, assim como as novelas, “mentem – não podem fazer outra coisa – mas isso é somente uma parte da história. A outra é que, mentindo, expressam uma curiosa verdade que só pode se expressar dissimulada e encoberta, disfarçada do que não é” (VARGAS LLOSA, 1990, p. 6, tradução nossa)⁶⁹. Da mesma forma como “não se escrevem novelas para contar a vida, mas sim para transformá-la acrescentando-lhe algo” (VARGAS LLOSA, 1990, p. 7, tradução nossa)⁷⁰, tampouco se testemunharia um evento traumático para contar o ocorrido: “Eu não contei algo do meu passado para que vocês o conheçam, mas sim para que vocês saibam que vocês nunca o conhecerão” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 79). Parece, no entanto, que seria justamente na ausência de coerência, no caos, que se poderia agregar sentido àquilo que antes não podia ser simbolizado e

⁶⁶ Para uma crítica ao trabalho de Stoll cf. Noval, 1999; Schirmer, 2014.

⁶⁷ “*la memoria se conduce a través del caos, donde el desorden es lo cotidiano y el orden una excepción*”? (Vasquez, 2001, p. 71)

⁶⁸ “*si la víctima fuese capaz de describir su dolorosa y humillante experiencia de manera clara, con todos los datos situados en un orden consistente, su claridad nos haría sospechar de su veracidad*” (ZIZEK, 2008, p. 12)

⁶⁹ *pero eso es solo una parte de la historia. La otra es que, mintiendo, expresan una curiosa verdad, que sólo puede expresarse disimulada y encubierta, disfrazada de lo que no es*” (VARGAS LLOSA, 1990, p. 6)

⁷⁰ “*No se escriben novelas para contar la vida, sino para transformarla, añadiéndole algo*” (Ibidem, p. 7)

compartilhado: “Ao se traduzir em palavras, os acontecimentos sofrem profunda modificação” (VARGAS LLOSA, 1990, p. 8, tradução nossa)⁷¹.

Aqueles que confrontam diretamente “o horror surpreendente dos atos violentos... que nos impede de pensar” (ZIZEK, 2009, p. 12) muitas vezes recorrem a imagens absurdas buscando formas de narrar o trauma. É através do *como se*, da metáfora, da ficção, que o traumático – lugar do inenarrável – pode tomar alguma forma enunciável no testemunho. Mas como posto por Agamben, é justamente onde a linguagem falha que está o valor do testemunho; é naquilo que falta, nas entrelinhas do narrado, que podemos testemunhar o trauma. E assim, é na medida em que outro pode testemunhar o traumático de um testemunho que este tem sua eficácia. Quando “aquele que escuta [...] é um parceiro na criação, do novo, do conhecimento”, quando “o testemunho do trauma inclui, portanto, seu ouvinte, que é, por assim dizer, a tela branca na qual o evento vem para ser inscrito pela primeira vez”, isso se dá porque aquele que escuta é, antes de tudo, alguém que reconhece o outro como alguém que pode falar – e que pode também, escolher não falar. Parece importante retomar a presente citação para marcar que não é um dado que toda fala tem alguém para escutá-la; essa relação depende do reconhecimento mútuo enquanto sujeitos, de um auditório disposto a escutar e que possa legitimar conjuntamente o que está sendo dito como uma verdade, ainda que parcial.

Dentro dos processos de memória, o questionamento feito por Spivak, se *Pode falar o sujeito subalterno?* (2010), pode alcançar outros níveis de reflexão. De acordo com a autora o subalterno seria justamente o sujeito silenciado, sem voz; se retomamos a Fanon, o não sujeito. O texto escrito pela autora em 1985 tinha como objetivo convocar os intelectuais da época a refletirem sobre a condição de subalternidade enquanto uma construção, e buscava elucidar que o subalterno, enquanto tal, enquanto sujeito silenciado, não poderia falar. Ter voz seria a condição de saída da subalternidade. Mas se a posição do intelectual fosse a de “dar” voz ao subalterno, este seguiria nessa condição – *falaria a língua daquele que o pretende fazer falar*. Não estaria nas mãos do intelectual dar voz ao subalterno ou tirá-lo da condição de subalternidade, esse é o engodo em que se tem recorrentemente caído. O enfrentamento à subalternidade estaria na

⁷¹ “Al traducirse en palabras, los hechos sufren profunda modificación” (VARGAS LLOSA, 1990, p. 8)

afirmação da voz destes sujeitos oprimidos, como sujeitos, que sim, podem falar por si próprio, e por tanto, na construção de lugares de fala e de escuta, em que o sujeito oprimido possa recuperar sua voz, e ser ouvido. Com Fanon, o enfrentamento estaria no reconhecimento do outro como um outro-eu, como um sujeito; e esse reconhecimento passa necessariamente pelo reconhecimento de sua autonomia.

Essa, parece, poderia ser uma das principais contribuições das políticas de memória hoje. Frente ao trauma e ao caos da memória: “prevalece a ordem do dizer, onde o elemento narrativo é fundamental, onde a pluralidade das experiências, a construção conjunta, e a negociação de significados se constituem nos eixos fundamentais” (VASQUEZ, 2001, p. 71, tradução nossa)⁷². Com os processos de recuperação e reconstrução de memória, abriram-se espaços de fala a diversos setores da população oprimida que durante séculos não tiveram voz. Mas os efeitos foram efêmeros quando esses espaços não constituíram espaços de escuta. O caos das muitas memórias, as falhas da linguagem, as entrelinhas do narrado, estão prenhes de sentidos que precisam de um outro que os reconheça, de uma coletividade que possa negociar sua multiplicidade e construir novos sentidos comuns. Nessa necessidade de um outro para o reconhecimento, a escuta, a criação conjunta, parece ser tênue a linha entre a posição de quem escuta – que pode ouvir o não dito e favorecer a emergência de muitos dizeres – e aquele que dita o que deve ser falado, se apoderando da voz do outro, e portanto, silenciando-o mais uma vez.

O testemunho nos processos de recuperação de memória deveria permitir que se passasse da lembrança individual à memória coletiva; dos ditos e não ditos, dar sentido coletivo ao que, isoladamente, parecia não ter sentido. Possibilitaria compreender na repetição do traumático impossível de se esquecer, as contingências históricas e sociais esquecidas nas entrelinhas das versões oficiais sobre o passado. Dentro do contexto de violência política se propor a reconstruir a Verdade dos acontecimentos, dizer qual memória é mais ou menos verdadeira, ou determinar o que é e o que não é memória, incorre no risco de retroalimentar tal violência, ou como dito por Žižek “uma análise fria da violência

⁷² “el principal orden que prevalece es el orden del decir, donde el elemento narrativo es fundamental, donde la pluralidad de las experiencias, la construcción conjunta, y la negociación de significados se constituyen en los ejes fundamentales” (VASQUEZ, 2001, p. 71)

de algum modo reproduz e participa de seu horror” (2009, p. 12, tradução nossa)⁷³.

Agamben (1985/1999) afirma que: “A verdade, a abertura que, segundo um oros platônico, é própria da alma, fixa-se, através da linguagem e na linguagem, num último e imutável estado de coisas, num destino” (p. 47). Se a verdade fixa-se em um destino, ou fixa um destino, sustentar com Adorno que após as grandes guerras não deveria haver a possibilidade de uma Arte (ou qualquer Ciência) que não estivesse comprometida com a verdade, antes de referir-se a uma verdade objetiva, parece convocar os diversos pesquisadores das humanidades à responsabilidade da construção de saberes como mantenedores ou transformadores de desiguais e injustos destinos.

Fazer verdades é também fazer política, e vice-versa. A aparente distância e suposta neutralidade científica encobrem os interesses específicos de um “sujeito do conhecimento” marcado por condições objetivas e subjetivas. As verdades tornadas oficiais marcam as memórias, transformando-as, reforçando-as, instrumentalizando-as ou mesmo apagando-as, e estas dão elementos para a construção de novas verdades. Os processos de reconstrução de verdades históricas são processos dialéticos que, ao mesmo tempo, refazem verdades, memórias e histórias. Desse modo, não é indiferente nos diversos processos de reconstrução de memórias qual a concepção de verdade, memória e história que determinado auditório legitima, menos ainda, a concepção de sujeito, sobretudo quando são concepções criadas nas imaginárias zonas do ser, simplesmente aplicadas em outras geografias.

Compreender a verdade como um discurso construído, validado e difundido como tal, nos parece fundamental para este trabalho na medida em que muitos dos processos de reconstrução de memória estão inseridos dentro de uma discursividade que clama pela verdade dos acontecimentos. Mais que um possível relativismo absolutista trata-se aqui de compreender que toda Verdade responde a um interesse e que há verdades mais ou menos opressoras. Nesse sentido, a reconstrução da verdade histórica quando aponta para uma reconstrução de sentido único, e não para a pluralidade das verdades históricas, ameaça seguir novamente um destino desigual e injusto.

⁷³ “*un análisis frío de la violencia de algún modo reproduce y participa de su horror*” (Zizek, 2009, p. 12)

A riqueza ideológica e a pluralidade interpretativa de uma sociedade dependerão, por tanto, de sua capacidade de criar um espaço público livre e aberto em que se possa ter mais de uma fonte geradora de filtro através dos quais configurar a memória de uma coletividade. Não em vão, a pluralidade de memórias se considera essencial para o bom funcionamento de qualquer sistema político que queira garantir um elevado regime de liberdades, pois para a sua manutenção é necessária 'a construção de uma memória que permita uma representação equitativa dos sujeitos envolvidos [no passado] [...] e que facilite algum acesso à democracia'. (ZAPATERO, 2010, p. 26, tradução nossa)⁷⁴

Retomando à Fanon e a Sousa Santos, é imprescindível compreender o território de onde as memórias são recuperadas, de quem elas são recuperadas, quem as recupera, porque o faz, e que auditório as legitima como memória oficial e como verdade histórica. A recuperação da memória de um outro na zona do ser construirá uma verdade histórica completamente diferente da memória recuperada de um outro na zona do não ser. E, se o auditório que a legitima é composto por Eus, independentemente da zona, essa verdade histórica muito provavelmente recairá em novas verdades opressoras.

1.3. Memória Coletiva como Crítica Social?

Frente às diversas cenas de barbárie vividas no último século, as concepções de razão, de cultura, de civilização passaram a ser questionadas. Formulam-se novas concepções de história, em que a multiplicidade de narrativas, as autobiografias, os testemunhos começaram a ter enorme relevância. O imperativo "esquecer é repetir"⁷⁵ encabeçou diversos trabalhos que tiveram a memória e o esquecimento como centro de investigação e ação. Uma espécie de culto à memória ganhou espaço na proliferação de museus, arquivos, centros documentais, textos testemunhais, autobiografias, um sem fim de materiais que se esforçam por contar as histórias das guerras, conflitos e

⁷⁴ *La riqueza ideológica y la pluralidad interpretativa de una sociedad dependerán, por tanto, de su capacidad de crear un espacio público libre y abierto en el que pueda haber más de una fuente generadora de filtro a través de los que configurar la memoria de una colectividad. No en vano, la pluralidad de memorias se considera esencial para el buen funcionamiento de cualquier sistema político que quiera garantizar un elevado régimen de libertades, pues para su mantenimiento se necesita 'la construcción de una política de memoria que permita una representación equitativa de los sujetos involucrados [en el pasado] [...] y que facilite algún acceso a la democracia'.* (ZAPATERO, 2010, p. 26)

⁷⁵ Imperativo gravado na estrada do ex-campo de concentração de Auschwitz, hoje transformado em museu.

catástrofes vividas através de versões pessoais e coletivas sobre o passado. O recordar vem, cada vez mais, deixando de ser pensado somente como um ato individual, para ser compreendido como um ato coletivo, em que estímulos externos como códigos, símbolos e linguagens, entre outros quadros sociais, determinam o universo simbólico de cada grupo e sociedade, sendo responsável tanto direta quanto indiretamente por aquilo que se lembra ou se esquece, conformando assim o campo da memória coletiva.

Maurice Halbwachs alcunhou o termo memória coletiva para se contrapor às concepções individualistas e subjetivistas no início do século XX. Em seu livro *Les cadres Sociaux de la Memoire* (1925), o sociólogo propôs que, ao contrário do ambiente social ser o lugar de manifestação de uma memória interna, a internalidade das lembranças implicaria antes a vinculação do sujeito com grupos sociais, pois estas dependeriam sempre de “quadros sociais da memória”: construções sociais de que a memória se serviria para construir imagens do passado. Através da observação dos elementos sociais da memória e da análise dos procedimentos de memorização coletiva da família, dos grupos religiosos e das classes sociais, concluiu que uma série de convenções sociais anteriores ao indivíduo fariam parte do processo de rememoração, relacionadas em especial com o espaço, o tempo e a linguagem, sendo este último o quadro mais elementar e estável da memória coletiva (HALBWACHS, 1968/2004, pp. 163-190). Para o autor, a memória não poderia ser pensada sem esses quadros sociais, relativos e específicos nos diferentes grupos, que criam um sistema compartilhado de passado, e que é reconstruído continuamente no presente a partir da rememoração individual e coletiva (HALBWACHS, 1968/2004, pp. 7-8).

Seriam os quadros espaciais e temporais, por exemplo, que permitiriam que as imagens das lembranças pudessem ser distinguidas das imagens do sonho, caracterizado justamente por carecer de qualquer referência espaço-temporal. As convenções espaciais teriam maior estabilidade que as temporais, dada sua aparente concretude e possível permanência através do tempo. Os quadros espaciais propiciariam ainda articular e ordenar a rememoração por meio de uma realidade não discursiva, o que facilitaria sua simbolização. Já os quadros temporais – as divisões do tempo, a duração das partes fixadas – seriam o “resultado de convenções e costumes, que expressam **a ordem inevitável** em que se sucedem as diversas fases da vida social” (HALBWACHS, 1968/2004, p. 88, grifo nosso). Halbwachs observa que, muito provavelmente,

alguns destes quadros temporais que hoje marcariam a memória coletiva resultaram de “acordos realizados por uma sociedade única da qual haveria emergido a sociedade que hoje conhecemos” e indaga:

É possível que os homens que reuniam neles os atributos dos chefes e sacerdotes dividiram o tempo inspirando-se em suas ideias religiosas e na observação do curso natural dos fenômenos celestes e terrestres. Quando a sociedade política distinguiu-se do grupo religioso, quando as famílias multiplicaram-se, continuaram dividindo o tempo do mesmo modo que na comunidade primitiva da que saíram. (1968/2004, p. 110, grifos nossos, tradução nossa)⁷⁶

Suas proposições foram de fundamental importância para que se refletisse sobre o carácter simbólico das estruturas sociais e das representações coletivas que antecedem os indivíduos na construção da memória coletiva. A partir de sua obra não é mais possível conceber os mecanismos da lembrança sem tomar em conta os quadros sociais reais que servem de referência para a reconstrução da memória. No entanto, inserido em um contexto histórico de fortalecimento e desenvolvimento das ciências sociais em detrimento das ciências da natureza, Halbwachs incorreu em um erro comum da sociologia de sua época ao buscar estabelecer verdades sobre as motivações e determinações sociais, unicamente a partir do estudo do comportamento socialmente mensurável (SANTOS, 2012). Tal postura resultou na naturalização das relações sociais e em uma perspectiva muitas vezes funcionalista, de “ordens inevitáveis” e de “acordos de toda uma sociedade”. Em afirmações como, “todos, em geral, dividem o tempo da mesma maneira, porque todos herdaram uma mesma tradição” (HALBWACHS, 1968/2004, p. 113, tradução nossa)⁷⁷, o autor parece ignorar que a criação de convenções responde aos interesses de determinados grupos, assim como a transmissão destas mesmas convenções “herdadas”. Não são simplesmente o resultado de acordos entre homens que possuíam os atributos “próprios” de chefes e sacerdotes. Ignora também, que tais convenções, em muitos casos,

⁷⁶ *Es posible que los hombres que reunían en ellos los atributos de los jefes y curas dividieran el tiempo inspirándose a la vez en sus ideas religiosas y en la observación del curso natural de los fenómenos celestes y terrestres. Cuando la sociedad política se distinguió del grupo religioso, cuando las familias se multiplicaron, continuaron dividiendo el tiempo del mismo modo que en la comunidad primitiva de la que salieron.* (1968/2004, p. 110, grifos nossos)

⁷⁷ *“todos dividen el tiempo en general de la misma manera porque todos han heredado una misma tradición”* (HALBWACHS, 1968/2004, p. 113)

cumprem o papel de mantenedoras de relações de poder e opressão dentro da sociedade.

Para Halbwachs, por exemplo, “a consciência de uma classe, bem como as práticas desenvolvidas por ela não seriam resultado da determinação de condições materiais de existência, mas das representações coletivas” (apud SANTOS, 2012, p. 53), e em cada sociedade haveria necessariamente uma classe que constituiria o suporte da memória coletiva de toda a sociedade, responsável assim, por aquilo que deve ser lembrado e esquecido, organizando “o melhor funcionamento” das relações sociais. Desse modo, ainda que o termo memória coletiva seja de muito valor para se pensar as memórias construídas a partir das e nas relações sociais, sua ênfase

é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza é de ‘comunidade afetiva’. Na tradição europeia (sic) do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva. (POLLAK, 1989, p. 3)

Pollak chama a atenção para o caráter, nem sempre positivo, das funções positivas desempenhadas pela memória. Tanto pela coerção como pela coesão, aquilo que Halbwachs chamava de memória coletiva esteve em muitos casos a serviço da criação e manutenção de regimes ditatoriais e fascistas que culminaram em massacres e genocídios. Na exposição permanente do *Centro de documentação no complexo do Congresso do Partido Nacionalista*, em Nuremberg, Alemanha (*Dokumentationszentrum Reichsparteitagsgelände*), pode-se ver o processo histórico de construção da coesão social que resultaria na dominação e violência da coerção social da memória coletiva. Lugar inicialmente projetado e construído para ser a grande sede da Juventude Hitleriana – aquele onde os soldados da SS marchavam em grandes filas com o *Führer* em frente e sobre o palanque – hoje, foi transformado em um imenso parque de lazer e centro de documentação que contém grande parte da história do nacional socialismo alemão. Ao contrário de muitos memoriais marcados pela afirmação dos horrores da guerra e do nazismo, esse espaço conta a história do nacional

socialismo através de um rigoroso levantamento historiográfico de fotos, revistas, vídeos e depoimento de pessoas que apoiaram e aderiram ao regime. Podemos ver ao longo da exposição como a juventude hitleriana foi crescendo e os laços sociais comunitários foram se constituindo e se fortalecendo ao redor dos ideais de nação ariana: ideais construídos e transmitidos durante vários anos, através de um longo trabalho de “reconstrução de memória” daquele povo, um resgate das origens e do orgulho do alemão camponês vindo da Floresta Negra (*Schwarzwald*).

A potência do discurso ali presente, manifestado através de uma série de quadros sociais, é assustadora. Mas o discurso nacionalista não é exclusivo desse regime⁷⁸, e suas marcas estão presentes no racismo e na violência política dirigida à grande parcela da população latino-americana como resultado da criação de múltiplos quadros sociais da memória⁷⁹ que foram sendo construídos ao longo dos dois últimos séculos, e que procuraram sobremaneira fortalecer à identificação étnico-nacionalista e inculcar o ideal de civilização como fim último de toda sociedade⁸⁰.

Ao se conceber a memória como um ato meramente consciente de construção do passado, não se leva em conta os fatores ideológicos, as relações de poder envolvidos nos processos de construção do mesmo, os interesses particulares por trás das narrativas da história, as imposições de identidades nacionais, e por fim, as explicações seculares da história que se mantêm, encobrendo políticas segregacionistas, violentas e opressoras (SANTOS, 2012, p. 85).

Observa-se, no entanto, que mesmo frente aos discursos oficiais e hegemônicos sobre o passado, parece haver algo da materialidade do passado que permanece, que preserva nas entrelinhas do discurso aquilo que se tentou deixar de lado, excluído. Ainda que a história tenha colocado a memória, a lembrança do passado, a serviço da colonização e do progresso, se for olhada a

⁷⁸ Na trilogia das Eras de Eric Hobsbawm (Era das Revoluções, 1962; Era do Capital, 1977, Era dos Impérios, 1987), o autor mostra como a ideia de nação vai se desenvolvendo ao longo dos séculos XVIII e XIX, e suas consequências, que terminam na Era dos Extremos (1995), por dar início à “Era das Catástrofes” no início do século XX. HOBBSAWN, Eric. **Box das Eras**. Tradução de Luciano Costa Neto et al. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

⁷⁹ A hora cívica da escola, as ruas com nomes de coronéis, governantes, heróis de guerra, monumentos em praças públicas, pinturas, poesias, literaturas, museus, livros de história - o amor à pátria nos é ensinado desde pequenos, e nossa história é contada em grande parte desde a perspectiva dos “vencedores”.

⁸⁰ Para a história do nacionalismo na América Latina Cf. BETHELL, L. **História da América Latina**: A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: EDUSP, 2009.

contrapelo, pode-se escutar também as injustiças e as barbáries cometidas no mesmo discurso que as legitima (SANTOS, 2012, p. 144).

Ir além da memória que pode ser construída e olhar para a memória que pode ser recuperada, possibilita um giro importante de posição.

A memória deixa de ser objeto para tornar-se sujeito e objeto do conhecimento. Enquanto sujeito, a memória possibilita um conhecimento crítico, em que a mitologia inerente às construções sociais é decodificada tornando visíveis os processos de dominação ocorridos ao longo da história. (SANTOS, 2012, p. 101)

Quando o passado passa a ser compreendido também desde sua materialidade, desde aquilo que permanece da experiência da terra cultivada, ele pode ser recuperado. A recuperação permite a busca do que foi esquecido, das memórias apagadas, incluindo nesse processo os condicionantes históricos e sociais que conduziram a tal apagamento. Através de processos de recuperação de memória seria possível a ressignificação simbólica da opressão, a redenção do passado, o que permitiria a restauração da dignidade roubada, a perspectiva de ser outra coisa além do que foi imposto. Já a construção de memórias, parece dizer apenas dos processos que, a partir das memórias anunciadas, buscariam estabelecer um discurso sobre o passado a ser difundido. Quando a reconstrução é feita sem recuperação, tal discurso, mesmo que renovado, parece não ir muito além de ideologias e imposições de lógicas restritas de mundo. Não bastaria reconstruir uma nova história a ser contada, sem recuperar nessa nova história a análise dos desvios e hiatos que levaram ao estabelecimento da história anterior.

Alguns dos atuais processos de memória parecem haver recaído em reconstrução sem recuperação, reproduzindo em seu fazer uma lógica de dominação. Outros, mesmo quando se propuseram à recuperação, aparentam ter reduzido o processo a metodologias estandarizadas. Outros tantos resultaram em produções mercadológicas a serviço de interesses individuais ou de agendas de fomento, minando assim, o potencial libertador desses processos.

Nas últimas décadas na América Latina, tiveram início diversos movimentos de recuperação e reconstrução da memória das ditaduras e conflitos armados como uma das formas de desvelar e denunciar as violências de Estado cometidas nos anos 60, 70 e 80. Esses movimentos respondem tanto às necessidades locais de vítimas dos conflitos, de mulheres, de homossexuais, de minorias, de negros e de diversos grupos étnicos que veem nas políticas da

memória uma forma de “defender identidades e tradições constituídas” (SANTOS, 2012, p. 84), como às demandas das agências internacionais de cooperação envolvidas com políticas desenvolvimentistas para o terceiro mundo, que estabelecem agendas a serem cumpridas de acordo com projetos temáticos que respondem às tendências mundiais, sem considerar os interesses locais.

Até recentemente não havia muito diálogo entre as diferentes instituições e os diferentes profissionais responsáveis por esses movimentos, o que favoreceu a que os processos de memória nos países latino-americanos, de modo micro e macro, acontecessem de forma isolada, sem diálogo, impedindo que se retroalimentassem e que se reconhecessem histórias comuns. Observa-se também que muitos desses processos ocorreram e ocorrem de maneira hierárquica. Realizados em grande parte por organizações internacionais, por organizações nacionais do Estado, por equipes de pesquisadores das Universidades ou por ONGs de direitos humanos, muitos desses processos acabam impondo concepções de memória alheias às comunidades e chegam para “recuperar” memórias com metodologias validadas dentro de lógicas que não fazem parte das tradições locais. Os trabalhos desenvolvidos pelas próprias comunidades que tiveram suas “memórias roubadas” por séculos, dificilmente chegam a ter a mesma difusão e reconhecimento, seja por não terem um marco teórico “científico”, seja por partir da oralidade como princípio e fim, ou ainda, simplesmente, pela incapacidade de escuta, falta de interesse ou falta de solidariedade comum aos habitantes da “zona do ser”.

A solidariedade é uma forma específica de saber que se conquista sobre o colonialismo. O colonialismo consiste na ignorância da reciprocidade e na incapacidade de conceber o outro a não ser como objeto. A solidariedade é o conhecimento obtido no processo, sempre inacabado, de nos tornarmos capazes de reciprocidade através da construção e do reconhecimento da intersubjetividade. A ênfase na solidariedade converte a comunidade no campo privilegiado do conhecimento emancipatório. (SOUSA SANTOS, 2000, p. 81)

Sem a capacidade de reconhecer o outro para além de um objeto de pesquisa, uma vítima a mais que pode comprovar os fatos e incrementar informes, parece que a memória coletiva perde em muitos casos seu caráter de crítica social; diversos trabalhos parecem mais “engarrifar” memórias, que favorecer a processos emancipatórios.

A Guatemala é um país que tem condensado em seus 109km² esse conjunto de conflitos em mais de 20 organizações⁸¹ que trabalham em processos de construção e recuperação de memórias, históricas e coletivas, além de uma série de trabalhos desenvolvidos pelas mesmas comunidades. Em uma conversa com a antropóloga Yolanda Aguilar, coautora no "*Proyecto Interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica*" (REHMI), ela comentava sobre a falta de articulação entre os diferentes projetos, recuperando-se memórias de crianças por um lado, de mulheres por outro, de comunidade x ou y, como se não fossem parte de uma mesma memória. Além da necessidade catártica de se falar sobre o ocorrido durante o conflito armado, essa explosão de processos de memória também se deve à entrada da cooperação internacional no país. Ainda que uma parcela da cooperação internacional tenha desenvolvido trabalhos importantes e interessantes, sabe-se que algumas dessas iniciativas respondem à mesma lógica colonialista que tenta impor uma visão de mundo, de desenvolvimento, de cultura e civilização aos chamados países subdesenvolvidos⁸².

Compondo com Bolívia e Peru o território de maior resistência indígena à colonização⁸³, a sociedade guatemalteca constituiu-se historicamente no conflito entre indígenas e "brancos", na luta por relações menos desiguais tanto no âmbito social e cultural, como econômico e político, resultando, por fim, na mais longa e violenta ditadura da América Latina.

Relações mediadas por preconceitos e estigmas para com os grupos maias, baseado em um modelo que separou historicamente os indígenas da população não indígena (em sua maioria mestiça), que se solidifica em um imaginário social racista, que inclui o medo à rebelião do oprimido. Estas construções sociais facilitaram as políticas genocidas e as estratégias posteriores de impunidade. (PÉREZ-ARMIÑAN, 2006, p. XVII, tradução nossa)⁸⁴

⁸¹ Ver capítulo 3.

⁸² A crítica ao "assistencialismo ONGero" não é de hoje nem se reduz ao território guatemalteco. Para uma crítica às relações da cooperação internacional nos países centro americanos, cf. LÓPEZ, Henry Morales. Cooperación internacional en Centro América: mirada crítica desde sujetos políticos regionales. Guatemala: Mugarik-Bilbao, dic.2010.

⁸³ Consoante os dados mais recentes, o país conta com aproximadamente 40% de sua população indígena, conformada por 23 diferentes etnias de descendência maya e xinka além de uma etnia garífuna de descendência africana. Esses dados são muito alarmantes dado que as estimativas anteriores falavam de 60% de população indígena. Ainda que os censos não sejam confiáveis quanto à descendência das pessoas, que somente 40% da população tenha se considerado indígena é um dado que aponta para o estrago deixado pelos anos de conflito.

⁸⁴ *Relaciones mediadas por prejuicios y estigmatización hacia los grupos mayas, sobre la base de un modelo que ha separado históricamente a los indígenas de la población no indígena (en su mayoría mestiza), que se concreta de un imaginario social racista que incluye el temor a la rebelión del oprimido. Estas construcciones*

De acordo com o informe *Guatemala – Memorias del Silencio* (1999, Tomo II), publicado pela *Comisión para el Esclarecimiento Histórico*, foram mais de 250 mil vítimas entre torturados, mortos e desaparecidos, mais de 1 milhão e meio de refugiados, e mais de 600 aldeias destruídas pelas políticas de *tierra arrasada* do Exército, que em 36 anos conseguiram acabar com uma série de comunidades que vinham resistindo a 400 anos de violência colonial, e destruir laços sociais importantes para a manutenção de tradições ancestrais. Ainda que a população indígena tenha sido a mais afetada, os acordos de paz foram assinados pela *Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca* (URNG) e o governo de direita, ambos formados por ladinos (mestiços), ficando novamente os direitos e quereres dessa população à margem das futuras políticas⁸⁵. Ao final, a assinatura dos acordos de paz permitiu que a oligarquia obtivesse o que não havia conseguido em 36 anos: privatizar todo o país. (CODPI, 2013)⁸⁶.

Até hoje a população indígena-camponesa da Guatemala segue em uma série de conflitos contra multinacionais de extração mineira e de monocultivos, que têm invadido territórios indígenas, desalojado comunidades, violentado pessoas, legitimadas pelo discurso progressista do governo de desenvolver o país⁸⁷, o mesmo discurso em voga nas décadas anteriores e legitimados pelas diretrizes econômicas mundiais. Ainda que o informe oficial da comissão da verdade *Guatemala: Memorias del Silencio* (CEH, 1999) tenha sido publicado há mais de uma década – e entre as pautas dos acordos de paz assinados em 1996 conste, não somente, o fim do conflito, mas o comprometimento do governo de enfrentar as causas sociais, econômicas e culturais que levaram ao conflito, através de ressarcimento, esclarecimento histórico e justiça – o conflito de interesses entre os diferentes grupos de poder (empresários, militares, fazendeiros e esquerda organizada) permitiu que pouco se avançasse na

sociales facilitaron las políticas genocidas y las estrategias posteriores de impunidad. (PÉREZ-ARMIÑÁN, 2006, p.XVII)

⁸⁵ Os conflitos entre as populações indígenas que resistiram à violência do Estado e os grupos guerrilheiros que conformariam a URNG, sobretudo durante a assinatura dos acordos de paz, serão tratados nos capítulos seguintes.

⁸⁶ Durante 36 anos a população camponesa da Guatemala resistiu com suor e sangue à privatização do país, à espoliação de suas terras e ao aumento da desigualdade, conforme veremos no capítulo 2. Para muitas comunidades, os acordos de paz assinados em 1996 não foram uma vitória da resistência. Foram uma ardilosa estratégia que permitiu a privatização de quase todo o país em menos de um ano e o alastramento sem igual do racismo e da pobreza (CODPI, 2013). Hoje se sabe que muitas das organizações internacionais, que chegaram para fazer serviços comunitários nos confins dos países latino-americanos, tinham e têm relações íntimas com multinacionais e seu des-serviço termina por desmobilizar a comunidade, abrindo o caminho para a entrada da exploração dos recursos naturais da região.

⁸⁷ Veja-se, por exemplo, o caso mais recente “La Puya Resiste” (Cf. <http://brujula.com.gt/la-puya-resiste/>)

construção de uma história oficial outra, que de fato tenha alcance suficiente para a transformação das relações sociais de forma estrutural, combatendo efetivamente o racismo e a desigualdade social. Exemplo cabal é a denúncia de genocídio feita contra o ex-ditador Efraín Ríos Montt em 2002, pela CALDH (*Centro Acción Legal y Derechos Humanos*).

Ríos Montt governou Guatemala nos anos de 1982-83, considerados os anos mais cruéis e sangrentos, nos quais, como veremos mais adiante, a política de extermínio da população indígena chegou à sua máxima forma. Embora esses dados constem tanto nos informes oficiais da CEH e do REHMI, Ríos Montt nunca deixou a cena política, e foi eleito ao parlamento em 2007, o que lhe deu imunidade jurídica. Foi somente em 2012, quando terminou seu mandato, que pode ser acusado juridicamente por genocídio e crimes contra a humanidade. O processo teve abertura oficial no dia 28 de janeiro, e contou com o testemunho de 98 pessoas que denunciaram, desde a queima de colheitas e roubo de animais com o fim de matar de fome a população, até a violação pública de mulheres como ameaça às comunidades. No dia 10 de maio de 2013, Efraín Ríos Montt foi condenado por genocídio a 50 anos de prisão e a outros 30 anos por crimes de guerra⁸⁸, sendo considerado o responsável pela morte de 1771 maias ixiles assassinados pelo Exército nos anos de 1982 e 1983 e pela violação sistemática de mulheres⁸⁹ e crianças, além de inúmeras políticas de terra arrasada, deixando evidente a intenção de eliminação de um grupo étnico – muitas das mulheres sobreviventes foram levadas como escravas sexuais e terminaram, não só por parir filhos de seus violadores, como a se tornarem esposas dos mesmos, impossibilitadas de transmitir sua cultura: “Quando se ataca as mulheres dessa maneira, está se impedindo a reprodução da comunidade, física e culturalmente. Porque as ‘ixiles’, além de tudo, têm um papel determinante na transmissão de sua cultura e das tradições”, analisa a

⁸⁸ *Sentencia por Genocidio y delitos contra los deberes de humanidad contra el pueblo maya ixil dictada por el Tribunal Primero de Sentencia Penal, Narcoactividad y Delitos contra el Ambiente “A” emitida el 10 de mayo de 2013.* <https://drive.google.com/folderview?id=0BxOjd8OI5wmhcUhNU3ZMQy1TeUU&usp=sharing>. Consultado última vez em 16 de junho de 2015.

⁸⁹ Sobre a violação sistemática de mulheres e sua relação com o processo colonial, Spivak afirma: “O estupro grupal perpetrado pelos conquistadores é uma celebração metonímica da aquisição territorial” (1985, p. 110).

advogada Paloma Soria, responsável pelo levantamento das violações contra as mulheres (SORIA apud SAHUQUILLO, El país, 24/05/2013, tradução nossa)⁹⁰.

No entanto, dez dias depois, a sentença foi anulada e o processo retrocedido para 19 de abril⁹¹. Os meses que se seguiram estão marcados por uma disputa judicial entre a validação e a anulação da sentença, culminando no início de 2014 com a anulação da maior parte do processo que retrocedeu a 2012. Tal retrocesso implica praticamente na repetição integral do julgamento, tendo cada uma das vítimas que retornar ao tribunal. Meses após a anulação, expirou o mandato da Fiscal Geral, Claudia Paz e Paz, responsável maior pela sentença de 2013, que não foi renovado pelo presidente Otto Perez Molina, contrariando a vontade da população civil organizada. Na mesma época, em maio de 2014, o Congresso Nacional aprovou um ponto resolutivo que nega que houve genocídio no país:

De acordo com a legislação vigente, enquanto aos tipos penais assinalados, resulta juridicamente inviável que tenha se dado em Guatemala um genocídio durante o enfrentamento armado. [Afirmando ainda que a polêmica a respeito tema] nos meios de comunicação social, setores de opinião, povoados, praças, ruas, comunidades e nos lares guatemaltecos [leva] à polarização entre irmãos, propiciando condições contrárias à paz e que impedem uma definitiva reconciliação (Ponto Resolutivo, Congreso Nacional, 12/05/2014)⁹².

Desde 5 de janeiro de 2015, abriu-se um novo julgamento, agora tutelado pela juíza Patricia Flores Polanco, que devolveu o processo para novembro de 2011, data anterior a acusação formal de Ríos Montt. O processo arrasta-se até hoje, com Ríos Montt não comparecendo inúmeras vezes ao tribunal alegando

⁹⁰ Paloma Soria é uma advogada e perita espanhola que começou a participar do processo em 2011, quando foram incluídos os crimes de gênero pela Audiência Nacional espanhola. Disponível on line em : http://internacional.elpais.com/internacional/2013/05/24/actualidad/1369416662_386455.html

⁹¹ O advogado de defesa, Francisco Garcia, alegou que o tribunal havia se recusado a examinar uma investigação apresentada, e entrou com recurso. A decisão anulou todas as etapas após a interrupção temporária do processo de 19 de abril por vício de forma, assim como a condenação pronunciada no dia 10 de maio, sem, no entanto, questionar a justificativa do processo e das testemunhas. "Se anula a sentença com o amparo a um recurso da defesa e o processo regressa a 19 de abril", o que anula o julgamento, informou Martín Juárez, secretário da Corte Constitucional.

⁹² "La legislación imperante da cuenta que los elementos que conforman los tipos penales resulta jurídicamente inviable que se dieran en Guatemala, en cuanto a la existencia en nuestro suelo patrio de un genocidio durante el enfrentamiento armado" afirmando ainda que a polêmica sobre o tema "en los medios de comunicación social, sectores de opinión, pueblos, plazas, calles, comunidades y en los hogares guatemaltecos" leva "a la polarización entre hermanos, propiciando condiciones contrarias a la paz y que impiden una definitiva reconciliación" (Punto Resolutivo, Congreso Nacional, 12/05/2014)

sempre os mais distintos problemas de saúde – de hérnias de disco a problemas psíquicos.

Como esse exemplo, que tenta negar os acontecimentos atrozes do passado, deixar impunes aos perpetradores de tamanha violência e impor o esquecimento de forma institucionalizada, existem outros⁹³. Tendo em vista nos últimos anos a grande limitação no que concerne à possibilidade de transformação da história oficial, as políticas de recuperação e reconstrução de memória ganham importância em seu processo mesmo: o ato de falar, de ser reconhecido comunitariamente em sua dor, faz-se mais relevante para a transformação das relações sociais de um pequeno grupo do que os informes produzidos sobre as memórias desse mesmo grupo, sobretudo por possibilitar que o que está para além da dor também seja reconhecido – não só o luto, mas também a luta. A delicadeza da situação requer uma escuta outra, que ultrapasse a mera produção de relatos de vida e informes. Já não se trata de lembrar para não esquecer, pois o esquecimento é parte da memória. Trata-se de abrir espaços para que emerga aquilo que está engasgado, e que justamente por isso, não pode ser esquecido. Um processo dialógico entre a recuperação de narrativas sobre eventos traumáticos que marcam a subjetividade, e a construção de novas narrativas sobre a comunidade que possam ser legitimadas pela mesma e remotivar lutas e resistências.

Diante das reflexões expostas e a partir da experiência dos processos de recuperação e reconstrução de memória na Guatemala, pretende-se analisar criticamente como tais processos trazem consequências subjetivas, sociais e políticas que podem resultar libertadoras ou reificadoras de um estado de opressão. Antes disso, apresentarei um breve recorrido pela história guatemalteca, buscando contextualizar os temas mais importantes para se pensar a questão das políticas de memória hoje.

⁹³ Na Argentina, após trabalhos da Comissão da Verdade e posterior julgamento dos responsáveis, o governo declarou anistia inclusive àqueles que haviam sido condenados. Em El Salvador, 5 dias após o informe da Comissão da Verdade, que nomeara responsáveis e cúmplices, o governo declarou Anistia Geral. Entre outros casos. Cf. GRANDIN, 2005; DOBLES, 2009.

2 Da memória coletiva à memória histórica da Guatemala

Bueno, yo creo que ya vamos a cumplir un año de estar participando en estas reuniones o ya lo cumplimos, no lo sé, pero hablando sobre el tema del miedo, es que algunas personas que tienen esta enfermedad se pueden curar y otros no. Hay algunos sustos que hemos tenido aquí, pero son menores, pero también hay algunos que son muy delicados y complicados de curar y esto lo trajeron los ladinos.

Tengo entendido y porque me lo han contado mis abuelos que anteriormente existían unos animales grandes que se comían a las personas, nuestros abuelos tuvieron que defenderse a través del mayejak⁹⁴ utilizando las candelas y el pom⁹⁵. Estas personas tuvieron que rogarles a todos los cerros y valles, ellos rogaron para que todo eso se acabara y lo lograron. Esos animales que se comían a las personas desaparecieron, pero luego aparecieron otros, los llamados 'Duendes', hijos de las vacas y de los caballos, aparecieron ellos y otra vez nos entró el miedo, les entró nuevamente el miedo a nuestro padres y abuelos, pero ellos tampoco se dieron por vencidos y empezaron otra vez a luchar contra ellos. Dijeron que le iban a rogar nuevamente a los cerros y valles, y empezaron a hacer su mayejak. Ellos realizaron su mayejak con toda fe y lo lograron y desaparecieron esos animales, se murieron. Luego comentaron que aparecieron algunas personas que despedazaban a otras personas y que cortaban cualquier parte del cuerpo de una persona y que los iban a vender a otro lado, y otra vez los ancianos volvieron a actuar, porque dijeron que podían combatirlo nuevamente. Lo que ellos se proponían hacer lo lograban.

Luego vinieron los alemanes, a los que llaman grandes hombres, ellos traspasaron nuestras fronteras y mataron a nuestro rey, empezaron a trazar sus mojones a como ellos les parecía. Nuestros finados padres sufrieron de miedo, ya que les dijeron que ellos ya no tenían tierras, entonces ellos se preocuparon porque dijeron que dónde más iban a sacar de dónde comer. Y empezaron nuevamente a hacer el mayejak, porque dijeron que nunca iban a dejar de practicar esa actividad, y empezaron a rogarle a todo lo que existe en esta tierra; a los cerros y valles, a todos los árboles, le rogaron al agua, a la noche, a las estrellas, a la luna, al sol y a toda la cosmovisión.

Nuestros abuelos lo lograron ya que los alemanes regresaron a sus tierras, pero qué más nos faltaba, pues los mismos ladinos mandaron a los soldados a matarnos, nos arrasaron a todos, allanaron todas nuestras casas, y ahí nos asustamos aún más. Ellos decían que lo que nosotros hacíamos era brujería, y nos ordenaron a ya no hacer nada, nos impusieron la Biblia, nos dijeron que ya no practicáramos nuestras costumbres porque todo eso era dirigido al diablo, que todo eso no tenía vida que solamente eran puras mentiras, reunieron a todas las personas en un cursillo⁹⁶. Llamaron a todos los pastores y a

⁹⁴ Palavra Q'eqchi' que faz referência a diferentes tipos de rituais sagrados e práticas cerimoniais maias.

⁹⁵ Incenso específico feito de resina de copal utilizado em diferentes cerimônias maias.

⁹⁶ Movimento de Cursilhos de Cristandade – MCC é um movimento que teve início na Espanha, na década de 40, no qual os jovens da Ação Católica buscavam dar formação religiosa intensiva para pessoas que saíam em peregrinação com o intuito de propagar uma dimensão mais humana do cristianismo. Muitos desses jovens vieram para a América Latina, e como veremos mais adiante, tiveram papel fundamental na disseminação dos ideais da teologia da libertação. Na década de 70, as igrejas evangélicas na Guatemala também começam a praticar os Cursilhos, como modo de dogmatizar a população.

los catequistas y ahí nos impusieron todo eso, para que nosotros olvidáramos de lo nuestro y para que se muriera definitivamente. Ellos nos quitaron todo eso para que ya no pudiéramos defendernos, ellos sabían que nos iban a matar, de esa manera fue fácil para ellos dispararnos. Ya sólo se hablaba de la Biblia, y ya sólo era rezar, rezar y reza; ¿Ustedes creen que hoy día las iglesias han pensado en realizar algún mayejak? ¡No, ellos ya no piensan en eso! Ya sólo piensan en Dios, pero la verdad es que nuestros ancianos también son escuchados por nuestros cierros y valles, por las estrellas y por el sol, ellos al realizar sus oraciones invocan todo lo que existe en la tierra.

Ahora nuevamente nos están asustando, están diciendo que van aprobar una ley del libre comercio que está ligada al país de Panamá, con esa noticia nos están asustando otra vez. Eso quiere decir que nos van a matar por medio de la riqueza, y a eso, creo que no le vamos conseguir remedio.⁹⁷

(INTERVENCIÓN de Don Pedro, Reunión con el Consejo de Ancianos, Chichipate, El Estor, Izabal, Agosto de 2004 in PAREDES, 2006)

⁹⁷ “Bom, acho que já vamos cumprir um ano de participar dessas reuniões, ou já cumprimos, não sei, mas falado sobre o tema do medo, algumas pessoas que têm essa doença podem se curar e outras não. Há alguns sustos que tivemos aqui, que são menores, mas também há alguns que são muito delicados e complicados de curar, e estes, foram o os ladinos [mestiços] que trouxeram”.

“Tenho entendido, e porque me contaram meus avós, que anteriormente existiam uns animais grandes que comiam as pessoas, nossos avós tiveram que defender-se através do *mayejak* [rituais sagrados e práticas cerimoniais maias] utilizando velas e *pom* [incenso]. Estas pessoas tiveram que implorar a todas as serras e vales, eles imploraram para que tudo isso acabasse e conseguiram. Esses animais que comiam as pessoas desapareceram, mas logo apareceram outros, os chamados ‘Duendes’, filhos das vacas e dos cavalos, eles apareceram e outra vez nos entrou o medo, entrou novamente o medo a nossos pais e avós, mas eles tampouco se deram por vencidos e começaram novamente a lutar contra eles. Disseram que iam implorar outra vez às serras e vales, e começaram a fazer seu *mayejak*. Eles realizaram seu *mayejak* com toda fé e conseguiram e desapareceram esses animais, eles morreram. Logo comentaram que apareceram algumas pessoas que despedaçavam a outras pessoas e que cortavam qualquer parte do corpo de uma pessoa para vender em outro lado, e outra vez os anciãos voltaram a agir, porque disseram que podiam combater-las novamente. E o que eles se propunham a fazer, conseguiam. Logo vieram os alemães, aos que chamam grandes homens, eles transpassaram nossas fronteiras e mataram a nosso rei, começaram a desenhar suas cercas como lhes dava as ganas. Nossos finados pais sofreram de medo, já que lhes disseram que eles não teriam mais terras, então eles se preocuparam porque disseram que de onde iam a tirar o que comer. E começaram novamente a fazer o *mayejak*, porque disseram que nunca iam deixar de praticar essas atividades, e começaram a implorar a tudo o que existe nesta terra; às serras e vales, a todas as árvores, imploraram à água, à noite, às estrelas, à lua, ao sol e a toda a cosmovisão.”

“Nossos avós conseguiram, já que os alemães voltaram para suas terras, mas o que mais nos faltava, se os mesmos ladinos mandaram os soldados para nos matar, destruíram a todos, pisotearam nossas casas, e aí nos assustamos ainda mais. Eles diziam que o que nós fazíamos era bruxaria, e nos ordenaram a não fazer nada, nos impuseram a Bíblia, nos disseram que já não praticássemos nossos costumes porque tudo isso era dirigido ao diabo, que tudo isso não tinha vida, que somente eram puras mentiras, reuniram a todas as pessoas em um cursilho. Chamaram a todos os pastores e aos catequistas e ali nos impuseram tudo isso, para que nós esquecêssemos o nosso e para que morrêssemos definitivamente. Eles nos tiraram tudo isso para que já não tivéssemos como nos defender, eles sabiam que iam nos matar, e dessa maneira foi fácil para eles disparar. Agora só se fala da Bíblia, e é só rezar, rezar, rezar: vocês acham que hoje em dia as igrejas pensam em realizar algum *mayejak*? Não, eles já não pensam nisso! Só pensam em Deus, mas a verdade é que nossos anciãos também são ouvidos por nossas serras e vales, pelas estrelas e pelo sol, eles, ao realizar suas orações, invocam tudo o que existe na terra”.

“Agora novamente estão nos assustando, estão dizendo que vão aprovar uma lei de livre comércio que está ligada ao país de Panamá, com essa notícia estão nos assustando outra vez. Isso quer dizer que vão nos matar por meio da riqueza, e a isso acho que não vamos conseguir remédio.” (tradução nossa)

No testemunho dado pelo ancião Pedro, vítima do conflito armado interno guatemalteco, pode-se ver condensadas algumas referências a fatos históricos importantes do passado deste país – a chegada dos espanhóis no século XVI, dos alemães no século XIX, a formação do exército e dos grupos paramilitares durante a segunda metade do século XX, e, por fim, a privatização quase generalizada do país após as assinaturas dos acordos de paz em 1996, eventos estes, marcados pela violência política contra os povos indígenas. Ve-se condensadas, também, as histórias de luta e de resistência de seu povo, que através de sua memória coletiva, de seus cultos e tradições, vem se defendendo e sobrevivendo a diferentes momentos de violações de direitos e despojo. Ainda que tenham resistido durante séculos, as transformações oriundas do processo colonial são muitas e pode-se observar em sua fala como a imposição de crenças e culturas alheias à cosmovisão local, consegue levar paulatinamente um grupo a situações de alta vulnerabilidade, podendo inclusive não ter mais meios de resistir às situações de violência e opressão.

Ao referir-se à imposição de crenças que fez com que *“nosotros olvidáramos de lo nuestro y para que muriera definitivamente”*, Dom Pedro denuncia os processos pelos quais um grupo social despoja outro de sua cultura, de sua identidade, de seus direitos, ao fim, de sua condição de sujeito, reduzindo-os à condição de coisa, matável e exterminável. Dom Pedro, em suas palavras, fala da violência política perpetrada por diversos grupos hegemônicos ao longo da história de seu povo. Ao afirmar *“Ellos nos quitaron todo eso para que ya no pudiéramos defendernos, ellos sabían que nos iban a matar, de esa manera fue fácil para ellos dispararnos”*, o ancião fala de um processo histórico recorrente na América Latina e em diversos outros países e regiões “periféricas”, em que através do monopólio da cultura, da história e da memória social, grupos dominantes aniquilam simbolicamente outros grupos, possibilitando assim sua coisificação e posterior exploração, violação e extermínio.

Em sociedades que, de modo geral, insistem cotidianamente em negar a uma determinada parcela da população a condição de sujeito, mas nas quais, ainda assim, grande parte desta parcela segue lutando para afirmar sua condição, o testemunho de Dom Pedro remete à Fanon e às imaginárias zonas do ser e do não ser, e traz a questão do que faz com que se passe de um lado a outro da linha que separa os dois lados: a condição de sujeito deixa de existir no momento em que um não é reconhecido por outro como tal, ou no momento em

que um mesmo já não se reconhece? Um grupo é despojado de sua cultura por não ser reconhecido ou para que já não se reconheça? O que é necessário tirar de um ser humano para que ele já não se reconheça como sujeito? Ou ainda, o que é necessário devolver-lhe para que ele se reconheça? Nas palavras do ancião, porque algumas pessoas que têm esta doença, chamada por ele de medo, podem se curar e outras não?

Não é incomum que a lógica assistencialista impere nos trabalhos de cooperação internacional e ajuda humanitária, e que diferentes profissionais cheguem a países assolados pela violência, tratando a população afetada como meras vítimas⁹⁸, como seres passivos à merce dos acontecimentos, que necessitam que outro, capacitado, chegue de fora para diminuir a situação de vulnerabilidade em que se encontram. De certo modo, o próprio olhar desses profissionais aparenta reduzir as “vítimas” à condição de não sujeito, passivos, e o modo como operam em suas práticas de “cooperação” reforça a apatia na qual as comunidades se encontram⁹⁹. Em muitos testemunhos, como o relatado na introdução, afigura de fato haver completa aceitação frente à violência e nenhuma possibilidade de resistência ou transformação dos condicionantes sociais que reforçam tal situação. Parece não haver ali nada além de uma vítima, despojada de toda convicção e de toda constelação identificatória que a constitui como sujeito (VIÑAR, 1989). Condenados a ser um outro na zona do não-ser, só lhes restaria elocubrar sobre o poder divino, aquele sobre o qual não têm qualquer influência, e que pode exercer todo o poder sobre si; a subalternidade em sua mais elaborada manifestação?

No entanto, na mesma toada do testemunho do Ancião Pedro, há outros testemunhos recentes que afirmam a resistência da população, vindo de encontro a essa perspectiva vitimizadora, que renega a participação ativa da população civil no conflito armado (CODPI, 2013): apesar de afirmarem a violência do Estado e de exigirem justiça para todos os crimes e danos causados, não isentam sua participação no conflito, afirmando sua posição de resistência

⁹⁸ As discussões a respeito do conceito de vítima parecem ser infundáveis e não é objetivo deste trabalho colocar tal conceito em questão. Consideramos que sim, o conceito pode ser usado de forma produtiva, ao localizar situações em que a violência sofrida não foi resultado das escolhas do sujeito violentado, como no caso de bombas, balas perdidas, castastrófes ambientais. No entanto, o termo muitas vezes é usado indiscriminadamente para falar de qualquer situação em que alguém é alvo de uma ação violenta, sem considerar os condicionantes históricos e sociais que resultaram na ação, impossibilitando a responsabilização dos sujeitos por suas escolhas e sua posterior implicação com o ocorrido.

⁹⁹ Para uma análise crítica sobre os efeitos negativos do discurso da vítima na Guatemala ver Avendaño, 2014 e Paniagua, 2010.

frente à situação de violência patógena imposta pelos grupos dominantes. Esses testemunhos demonstram como, mesmo condenados a habitarem o outro lado da linha, e constantemente sendo postos nas situações mais degradantes, em que aparentemente não haveria como existir qualquer coisa além de um outro-coisa, há algo que persiste e que lhes permite se afirmar como sujeitos de sua história. Mesmo frente aos contextos mais extremos de violência política, demonstram que é possível resistir mantendo crenças e convicções. A memória coletiva, quando constituída por quadros sociais que possibilita aos sujeitos identificarem-se como tais, parece ser um dos grandes suportes de tal resistência. A recuperação desses quadros vem propiciando o reencontro da dignidade, a desestigmatização de falsas identidades e uma nova reconstrução da história, agora na posição de protagonistas.

Assim, como posto no capítulo 1, nem no testemunho dado por Rigoberta Menchú, no início da década de 80, nem na fala do ancião Pedro, vinte anos depois, pode-se escutar o testemunho de um único indivíduo, mas sim o testemunho de uma coletividade, da experiência acumulada de toda comunidade. Tampouco se pode encontrar a precisão histórica com referência de atores, datas e lugares. Suas lembranças não estão atreladas somente à sua experiência vivida, mas também às experiências da comunidade e às experiências passadas de geração em geração através da memória coletiva e das narrativas locais. Seu testemunho contempla uma série de vivências indiretas, que marcaram e marcam a história de seu povo: transferências e projeções relacionadas a acontecimentos, personagens e lugares, reais ou não, que podem estar fundados em fatos concretos ou em crenças, ou que podem, ainda, referir-se a projeções de outros eventos mesclados com a cosmovisão¹⁰⁰ de sua comunidade. Uma espécie de memória herdada que possibilita que a memória de "acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, [possa] ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação" (POLLAK, 1992, p. 2). Essa miscelânea de lembranças diretas e indiretas não é privilégio dos grupos cuja história depende fundamentalmente da oralidade.

Numa série de entrevistas que fizemos sobre a guerra na Normandia, que foi invadida em 1940 pelas tropas alemãs e foi a primeira a ser libertada, encontramos pessoas que, na época do

¹⁰⁰ Visão de mundo compreende o modo particular de cada grupo, comunidade ou sociedade perceber o mundo, atrelado a questões de cunho filosófico-existenciais.

fato, deviam ter por volta de 15,16,17 anos, e se lembravam dos soldados alemães com capacetes pontudos (*casques à pointe*). Ora, os capacetes pontudos são tipicamente prussianos, do tempo da Primeira Guerra Mundial, e foram usados até 1916, 1917. Era, portanto, uma transferência característica, a partir da memória dos pais, da ocupação alemã da Alsácia e Lorena na Primeira Guerra, quando os soldados alemães eram apelidados de "capacetes pontudos", para a Segunda Guerra. Uma transferência por herança, por assim dizer. (POLLAK, 1992, p. 3)

Além de a Guatemala ser um país cuja população é majoritariamente indígena e as narrativas orais serem a principal ferramenta para a construção e manutenção dos laços sociais e da cultura, assim como para a transmissão dos hábitos, costumes e tradições, o país até há pouco tempo carecia de uma historiografia crítica, para além de uma história nacional pós-colonial enviesada, de cunho liberal, que se concentrou na história das elites oligárquicas e dos grupos hegemônicos como únicos protagonistas na construção do país (TARACENA, 2007; IBARRA et al., 2012).

Sendo narrativas históricas marcadas pelos grandes acontecimentos, pelos grandes feitos dos espanhóis que construíam em solo americano uma nova nação rumo ao liberalismo e ao progresso, pelos grandes empreendimentos econômicos que, através da exportação de café e de banana, inseririam a Guatemala no cenário internacional, predominam até hoje os discursos oficiais de grupos hegemônicos que insistem em estigmatizar o indígena como inferior (MOLDEN, 2014). O projeto de construção de uma historiografia crítica na metade do século XX – momento em que o país encontrava-se em grande apogeu intelectual e social, marcado pela abertura democrática e conquistas sócias sem precedentes – foi implodido com o golpe de Estado de 1954, que não só perseguiu e levou ao exílio uma série de intelectuais, como também assassinou grandes líderes acadêmicos da época, prática intensificada durante as quatro décadas seguintes de conflito armado interno¹⁰¹.

Foi somente em 1974 que a tricentenária Universidad de San Carlos de Guatemala, fundou a *Escuela de Historia*. Pertencente à única universidade pública do país, a nova escola dedicaria esforços para assumir uma posição crítica em relação à historiografia oficial da época (oriunda da *Asociación de Amigos del País* – AAP, organização conformada por universidades particulares

¹⁰¹ Para uma análise de o movimento historiográfico guatemalteco ver Cal Montoya, 2012.

conservadoras). Orientando-se pelo materialismo histórico de Karl Marx, foi alvo da repressão estatal durante seus primeiros 20 anos de existência, sendo muitos professores assassinados ou exilados, assim como um grande número de estudantes¹⁰². Obviamente sua produção historiográfica foi profundamente comprometida.

Durante a década de 80, o contexto latino-americano de combate à violência de Estado atraiu para a Guatemala muitos pesquisadores estrangeiros e possibilitou o surgimento de uma série de instituições compromissadas com um trabalho de investigação historiográfico crítico: *Asociación para el Avance de las Ciencias Sociales* (AVANCSO), *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), *Centro de Investigaciones Económicas Nacionales* (CIEN), *Asociación de Investigación y Estudios Sociales* (ASIES) y *Centro de Investigaciones Regionales de Mesoamérica* (CIRMA). Algumas destas instituições estiveram, desde o princípio, mais alinhadas com os movimentos sociais e buscaram trazer um enfoque popular e comunitário, propondo modelos alternativos ao modelo desenvolvimentista dominante, o que resultou também na perseguição, tortura e assassinato de muitos de seus membros¹⁰³.

Ainda hoje o trabalho de pesquisa social na Guatemala não é tarefa fácil e os principais trabalhos de historiografia no país são levados por intelectuais estrangeiros, estando a Universidade ainda recompondo seu corpo docente, que mesmo em “tempos de paz” segue marcado pelo medo das consequências da manifestação de um pensamento crítico (ALVAREZ, 2002). Recordo-me com clareza que, em 2007, ao entrar com um professor em sua casa, o telefone tocou e ao atender, uma voz simplesmente narrou-lhe todos os lugares por onde havíamos passado antes de chegar ali, e descreveu a moça “*canche, colocha e de ojos claros*” (loira, encaracolada e de olhos claros) que o acompanhava. Muitos colegas, que trabalham na área de direitos humanos e enfrentamento à violência política, têm relatos parecidos. Os que não sofreram atentados diretos contra a vida recebem constantes sinais de que estão sendo vigiados. Os paramilitares continuam atuando e não é interesse dos grupos hegemônicos que a história do país se aproxime da realidade dos fatos – menos ainda que sejam alteradas as condicionantes sociais da população subalternizada. Soma-se à

¹⁰² Como exemplo da violência sofrida, em 1991 todos os 11 alunos que compunham o Diretório Central de Estudantes da USAC foram assassinados à luz do dia, em plena universidade.

¹⁰³ O caso mais conhecido é o da antropóloga Myrna Mack, sócio-fundadora de AVANCSO, que foi brutalmente torturada e assassinada em 1990.

opressão simbólica vivida cotidianamente pelos profissionais dedicados a um trabalho crítico e comprometido, os danos psíquicos e sociais causados à população em geral, que ainda “sofrendo de medo”, encontram dificuldades para se organizar e enfrentar a desigualdade social e a violência política¹⁰⁴.

O cenário de longos períodos de conflitos, incluindo os 36 anos de conflito armado, que foi de 1960 à 1996, agregado às diferentes disputas entre Exército, Igreja, indústrias e movimentos sociais dos mais diversos, faz com que a recuperação e reconstrução da “verdade” que se pretenda histórica, esteja aquém das múltiplas versões e interpretação, pontuais e enviesadas, que obviamente referendam uma ou outra posição política (IBARRA et al., 2012). Após décadas de violência atroz e generalizada, marcada por disputas entre direita e esquerda, Exército e guerrilha, ladinos e indígenas, entre outras dicotomias, a população encontra-se em estado de profunda desconfiança e apresenta grandes dificuldades para quebrar o silêncio imposto, além de seguir sofrendo diversas violações de seus direitos, dado os interesses de multinacionais em explorar terras indígenas ricas de recursos minerais. Quando o ancião diz *“están diciendo que van aprobar una ley del libre comercio que está ligada al país de Panamá”*, refere-se à privatização generalizada do país que segue respaldando violações, despojo, truculência e assassinatos de milhares de pessoas. Sua conclusão, *“eso quiere decir que nos van a matar por medio de la riqueza, y a eso, creo que no le vamos conseguir remedio”*, é bastante preocupante: além da estrita relação da violência política com a entrada do capital estrangeiro e com as lógicas liberais de desenvolvimento, também é tema de análise e reflexão a ajuda financeira dada pela cooperação internacional e o ressarcimento financeiro dado pelo governo a algumas vítimas do conflito, que muitas vezes favoreceu a maior segregação na comunidade, aumentando a apatia e minando as mínimas condições de resistência¹⁰⁵.

As tentativas de reparação psíquica e social, pela via dos testemunhos e dos processos de recuperação de memória, têm sido grandes aliadas na tarefa de tirar a população do silenciamento e da apatia, e na construção de uma nova história, no mínimo mais justa, em que se reconheçam os diferentes

¹⁰⁴ Para um trabalho geral sobre os danos psíquicos e sociais causados, cf. REHMI, 1998 e CEH, 1999. Para os danos específicos há uma série de trabalhos sobre as consequências da violência nas diferentes comunidades, que estão, inclusive, sendo citados ao longo deste trabalho. No âmbito social, destacam-se as publicações de AVANCSO e FLACSO, e no âmbito psíquico destacam-se as publicações de ECAP.

¹⁰⁵ Cf. Paniagua, 2010.

protagonismos dos atores dessa sociedade. É a partir desta perspectiva, e com o auxílio de algumas publicações recentes, que farei um recorrido pela história da Guatemala.

As principais referências bibliográficas de base historiográfica, utilizadas ao longo do texto que segue foram: *A Revolução Guatemalteca*, único livro traduzido para o português sobre a história da Guatemala (GRANDIN, 2004); a coleção *Guatemala: História Reciente 1954-1996*, recém-lançada pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) Guatemala (IBARRA et al., 2012); e a dissertação de mestrado de Anelí Villa Avendaño, defendida em maio de 2014 na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), México, sobre “La Construcción De La Memoria Histórica Del Conflicto Armado Interno De Guatemala: Debates Y Perspectivas” (AVENDAÑO, 2014). As principais referências bibliográficas baseadas, sobretudo, na recuperação e reconstrução da memória social através do testemunho das Vítimas do Conflito foram: o Informe *Proyecto Interdiocesano de Recuperación de La Memoria Histórica* (REMHI), publicado em 1998 com o nome *Guatemala Nunca Más*, pela Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala (ODHAG, 1998, v. III, “El entorno histórico”); o resumo do *Informe Final de la Comisión para el Esclarecimiento Histórico, Guatemala Memoria del Silencio*, publicado em 1999 (CEH, 1999); e a recente publicação do Coletivo Memória Histórica, que em 2013 compartilhou em *El camino de las palabras de los pueblos*, o resultado de 10 anos de recuperação, reconstrução e validação comunitária da memória coletiva das populações ao norte do país, iniciativa apoiada pela *Coordinación por los Derechos de los Pueblos Indígenas*¹⁰⁶ (CODPI, 2013).

2.1 Dos animais que comiam gente aos corpos despedaçados

A história pré-colonial da região mesoamericana¹⁰⁷ (correspondente aos territórios da Guatemala, Belize, Sul do México, Honduras, El Salvador, Nicarágua e parte da Costa Rica) já estava repleta de conflitos sociais entre os

¹⁰⁶ Vale destacar que a CODPI é uma coordenação formada por diversas organizações que se dedicam às causas específicas dos povos indígenas, a favor do reconhecimento de seus direitos e aplicação efetiva destes, visando um desenvolvimento próprio, gerado a partir de visões, necessidades e expectativas das comunidades. (CODPI, 2013, p. 442).

¹⁰⁷ Pretende-se aqui apenas traçar um breve panorama, a partir dos aspectos mais relevantes para a presente pesquisa, com base na construção coletiva feita pelos membros das comunidades de Quiché, que participaram da *Iniciativa para la Reconstrucción e Recuperación da Memoria Histórica*, publicada pela CODPI, em 2013.

diferentes grupos étnicos que habitavam a região. Na busca de territórios cada vez melhores para a subsistência e com o paulatino aumento populacional, os povos Protomaia, localizados inicialmente na região noroeste da Guatemala (conhecida hoje como Huehuetengango)¹⁰⁸, começaram a se separar há aproximadamente 4000 anos, originando quatro diferentes etnias: huasteco, yacateco, ocidental e oriental. Seis séculos depois, o contínuo crescimento e expansão territorial, levou a uma divisão idiomática que separava os ocidentais em K'iche e Mam, e este último, 900 anos mais tarde, em Mam, Ixil, Aguakateco e Teko. O grupo K'iche, aproximadamente na mesma época, se subdividiu em outros nove idiomas: k'iche', k'ekchi', uspanteko, pokoman, pocomchi', cakchiquel, tzutujil, sacapulteko e sicapakapence¹⁰⁹. A mescla de grupos toltecas provenientes da Costa do Golfo do México com K'iche's, ocasionou o surgimento de um novo povo K'iche, ao redor de 1250 d. C., que, com um conhecimento maior da tecnologia e organização militar, chegou a dominar, através do uso da violência, grande parte do altiplano guatemalteco: *"a conquista realizada pelos k'iche's se consolidou pelo controle da terra e não necessariamente por sua posse [...] se levou a cabo a partir do controle do trabalho dos povos conquistados"* (CODPI, 2013, p. 61, tradução nossa)¹¹⁰.

Desde a decisão dos governantes de ampliar o território e encontrar novas regiões para fins de agricultura e comércio, passando pelo crescimento populacional e necessidade de novos territórios para subsistência, pela migração de pequenos grupos fugidos da exploração dos grupos governantes, até a necessidade de migração por colapsos ecológicos, como secas, terremotos, inundações, os padrões migratórios estiveram marcados pela estreita relação com a natureza, pelos caminhos naturais marcados por senderos e rios¹¹¹. Ao narrarem as histórias de migração de seus ancestrais, é comum aparecer a intrínseca relação de respeito que os povos maias tinham com a natureza,

¹⁰⁸ Mapa departamental da Guatemala Anexo A.

¹⁰⁹ Para estudo sobre o desenvolvimento linguístico maia, cf. Kauffman, Terrence. *Idiomas de Mesoamérica*. Guatemala: Editorial "José de Pineda Ibarra/Ministerio de la Educación, 1974.

¹¹⁰ *"la conquista realizada por los k'iche's se constituyó sobre la base del control de la tierra y no necesariamente su posición [...] se llevó a cabo sobre el control del trabajo de los pueblos conquistados"* (CODPI, 2013, p. 61)

¹¹¹ Cf. TEJADA BOUSCAYROL, Mario. **Historia Social de Huehuetenango**. Huehuetenango: CEDFOG, 2002.

usando-a como guia para encontrar regiões cálidas e com grande abundância de flora e fauna (CODPI, 2013, pp. 44-63)¹¹².

Para além dos estudos antropológicos e historiográficos sobre a civilização maia, essas histórias são narradas a partir da cosmovisão local, permeadas de referências a divindades representadas por animais, plantas e outros elementos da natureza¹¹³; uma história alegórica, que compreende um sentido mais amplo para os conflitos para além de datas, lugares e atores. Sendo uma cosmovisão baseada no comunitário, os atores específicos têm menos importância, e mais o sentido amplo que pode ser recordado e transmitido como memória coletiva do grupo de cada fato histórico.

Nas histórias contadas sobre as guerras vividas, sobretudo sobre a expansão K'iche, já é possível observar uma série de conflitos de classe, em que determinados grupos resistiram à opressão, lutaram por suas terras e, sobretudo, defenderam seus costumes e tradições frente às imposições de outros grupos étnicos. Retomando o testemunho do ancião Pedro, pode-se identificar referência a esse período quando ele fala dos animais grandes que comiam as pessoas, marcando a representação alegórica dos diferentes grupos¹¹⁴. O ato de serem animais que “comiam” pessoas poderia remeter à cultura sacrificial de alguns povos que ofereciam o corpo do inimigo às suas entidades sagradas – razão, até hoje, pela qual são estigmatizados pelos brancos e mestiços como selvagens e bárbaros. Ainda que tenha sido um período de muitas guerras, e o ato de comer o corpo do inimigo possa ser considerado hoje uma atrocidade, muitos destes conflitos pareciam estar prenhes de uma de ética de guerra legitimada entre os grupos, e a grande parte dos atos tinham um sentido ritualístico, dentro da cosmovisão local.

Em contraposição, o ancião logo comenta das pessoas que despedaçavam umas às outras, que cortavam qualquer parte do corpo e iam vender em outros

¹¹² Esse padrão migratório e o bem sucedido desenvolvimento das diferentes populações estão diretamente relacionados com a riqueza de recursos naturais de determinadas regiões. Não é a toa que a região noroeste do altiplano guatemalteco, que corresponde hoje aos departamentos de Huehuetenango, Quiché e Alta Verapaz, e a região de Chipas no sul do México, são os territórios mais atacados pelo capital extrativistas e foram os que mais sofreram violência durante o Conflito Armado Interno. Os indícios de que a civilização maia tenha se consolidado e desenvolvido nesse mesmo território, marca a importância da região conhecida hoje como Franja Transversal Norte.

¹¹³ Cf. Popoh Vuh . O termo Popol vuh, comumente traduzido do idioma quiché como “livro da comunidade”, é um registro documental da cultura maia, produzido no século XVI, e que tem como tema a concepção de criação do mundo deste povo.

¹¹⁴ O mesmo termo, animais grandes, passou a ser gestado a partir de 1944 para se referir à mobilização indígena que culminaria no Movimento Maya nas décadas seguintes (BASTOS e CAMUS, 2003).

lados. As batalhas travadas pelos espanhóis contra a população nativa têm como marca a espada e a decapitação¹¹⁵, além da escravização. É uma passagem interessante que permite refletir sobre os diferentes tipos de violações e a ética das guerras, retomando a diferença entre as relações de violência entre dois sujeitos que se consideram mutuamente como sujeitos, e as relações de violência quando uma das partes não é reconhecida. Pode-se questionar se não é justamente esse segundo caso que conformaria a opressão: o ato violento que teria como um de seus objetivos a subalternização do outro. O outro como sujeito pode ser oferecido em sacrifício ao Deus do grupo. O outro, menor, inferior, não sujeito, o *homo-sacer*¹¹⁶, é matável, exterminável – pode ser cortado de qualquer maneira, jogado em qualquer vala, vendido como coisa a qualquer preço.

Mas com o *Mayejak* eles pediram que tudo isso se acabasse e conseguiram. Ao falar de seu ritual sagrado o ancião Pedro cita sempre os *cerros* e os *valles*, e isso se refere diretamente à geografia do altiplano guatemalteco e aos caminhos naturais que as populações seguiam para encontrar novos territórios em meio às montanhas. O país é atravessado por quatro grandes serras, e, de acordo com sua cosmovisão, as populações maias conseguiram resistir às diversas opressões, graças à possibilidade de recorrer ao coração das montanhas para se proteger das invasões e guerras.

Nosotros no estuvimos solos en la montaña, dos veces o tres veces al año teníamos ceremonia maya, para pedirle al cerro Valle su protección, y que durante mucho tiempo la selva nos protegió de todas las personas que quisieron matarnos porque si nosotros no hubiéramos pedido permiso a la madre selva tal vez todos hubiéramos muerto. (Testemunho Miguel in PAREDES, 2004, Tomo II, p. 187)¹¹⁷

¹¹⁵ A lenda de Santiago, nome de muitas cidades colonizadas por espanhóis, ou de São Jorge, seu correlato em Portugal, é bastante significativa. Ambos representam a figura de um guerreiro em seu cavalo branco que protegeria o território de demônios e inimigos. Também conhecido como Santiago Mata-mouros, por sua aparição nas batalhas contra os invasores mouros na península ibérica, os espanhóis gritavam seu nome antes de entrar em batalhas, e atribuem ao santo e a sua misteriosa aparição durante as lutas os sucessos em combate. Em Santiago do Chile a lenda é de conhecimento popular e ao guerreiro é atribuída a decapitação de milhares de indígenas e a vitória da civilização.

¹¹⁶ Cf. Agambem, *Homo Sacer* (2002).

¹¹⁷ “Nós não ficamos sozinhos na montanha, duas ou três vezes ao ano tínhamos cerimônias maias, para pedir ao *cerro Valle* sua proteção, e durante muito tempo a selva nos protegeu de todas as pessoas que quiseram nos matar, porque se nós não tivéssemos pedido permissão à mãe selva talvez todos estivessem mortos”.

Tendo o conhecimento da geografia – e com a ajuda das serras e vales – a população nativa dessa região teve mais recursos para se proteger da invasão espanhola e, consecutivamente, se organizar para combater a invasão ou negociar com os colonizadores. Com a chegada do “conquistador” espanhol Pedro de Alvarado à região em 1523, o povo K’iche, que já havia se desgastado devido às lutas internas e estava politicamente dividido, foi facilmente submetido ao poder espanhol. No entanto, os povos que resistiam à expansão K’iche, seguiram resistindo à conquista, de tal modo que somente em 1530 foram submetidos e ainda assim, nunca deixaram de sublevar-se¹¹⁸. Logo os espanhóis perceberam que o único modo de acabar com a rebeldia desses povos, era assassinando-os, mas como dependiam de sua mão de obra para explorar a região, passaram a utilizar-se de castigos severos e do medo para conseguir reduzi-los à condição de escravos:

“[...] [o capitão] optou em 1536 por uma guerra prolongada que consistia na perseguição obstinada dos fugitivos até seus refúgios mais remotos e na destruição sistemática de todas as habitações e sementeiras (terras plantadas). Dessa maneira esperava obrigar os rebeldes que saíssem finalmente da selva inhóspita e aceitassem com segurança a vida de um povoado de paz” (LOWEL, 1990 apud CODPI, 2013, p. 65, tradução nossa)¹¹⁹.

A força militar e a capacidade de centralização do poder espanhol, a fragmentação política, os conflitos e as rivalidades entre as distintas etnias maias, assim como as doenças trazidas pelos europeus, foram alguns dos fatores que contribuíram para que um território tão vasto fosse subjugado em poucos anos. Os argumentos teológicos trazidos pelos colonizadores e a ideia de que a população nativa deveria ser humanizada, foram fatores que deram força e legitimidade à violência espanhola. A invasão do território mesoamericano, entre outros invadidos na mesma época, inaugura mais que uma vitória de guerra: inaugura uma nova racionalidade na qual o despojo da terra, a servidão marcada pela inferioridade racial, assim como a redução de diferentes culturas a um único

¹¹⁸ LOVELL, George W. **Conquista y cambio cultural**: La sierra de los Cuchumatanes de Guatemala 1500-1821. Antigua Guatemala: CIRMA y Plusmook Mesoamerican Studies, 1990.

¹¹⁹ “[el capitán] optó en 1536 por una guerra prolongada que consistía en la persecución tenaz de los fugitivos hasta sus refugios más remotos y en la destrucción sistemática de todas las habitaciones y sementeras (tierras sembradas). De esta manera esperaba obligar a los rebeldes a que salieran finalmente de la selva inhóspita y aceptaran la seguridad de la vida de un pueblo de paz. (LOWEL, 1990 apud CODPI, 2013, p. 65)

conglomerado de índios, são traços que se carrega até hoje e marcam as relações sociais em diferentes lugares da América Latina.

A conquista foi vista não só como a vitória pelas armas, como também um processo complexo, determinado pelo caráter econômico do mesmo, no qual a derrota foi só o começo. Logo veio a espoliação da terra, a obrigação dos tributos, a escravidão no início e posteriormente a servidão, em que a redução ou congregação nos povoados de índios constituiu a última fase do processo. (CODPI, 2013, p. 66, tradução nossa)

Com o sistema colonial, além da imposição à população nativa de trabalho forçado e pagamento de tributos à Coroa, foi imposto um sistema de castas que buscava classificar as pessoas entre *sangre limpia* (raças puras, fosse indígena ou espanhol) e *sangre manchada* (raças mestiças). Criaram-se legislações específicas para cada casta e uma hierarquização na qual primeiro vinham os peninsulares (espanhóis), depois os *criollos* (descendentes diretos de sangue limpo), e por fim os indígenas de sangue limpo e os sangues impuros. A partir de aspectos fenotípicos, culturais e de origem, foi-se instituindo uma estrutura social, econômica, política e cultural baseada na desigualdade, gerando separação entre brancos europeus e *criollos* e o resto da população, que culminaria posteriormente com mais uma hierarquização entre ladinos (mestiços) e índios. Os primeiros passaram a usar seu quinhão de sangue puro para depreciar os indígenas e submetê-los a novas violações e despojo¹²⁰.

Novamente, em resposta aos abusos da Coroa, que buscava organizar as populações indígenas em territórios organizados de acordo com as leis da corte espanhola, de modo a favorecer a exploração de mão de obra e o pagamento de tributos, houve migrações e dispersão de famílias e grupos em direção às montanhas e a territórios sem presença de espanhóis, além de protestos e enfrentamentos. Não sendo a região rica em ouro e prata, o maior interesse da Corte era explorar a mão de obra e a produção agrícola, de modo que a disputa territorial era menos importante que a submissão das comunidades ao trabalho escravo e, junto ao “comprometimento cristão” de salvar a alma dos selvagens, era de interesse que os indígenas seguissem vivos, pois “a terra sem índios não

¹²⁰ Para as consequências da divisão por castas e da hierarquização social na Guatemala, assim como as complexas de relações sociais durante o período colonial cf. MARTINEZ PELAEZ, Severo. **La patria del criollo**: Ensayo de interpretación de la realidad colonial guatemalteca. Guatemala: Editorial Universitaria USAC, 1970.

tinha nenhum valor” (CODPI, 2013, p. 74, tradução nossa). Todos esses fatores favoreceram a sobrevivência dos diferentes grupos étnicos, que em grande medida conseguiram preservar suas práticas culturais e religiosas, *sus costumbres*, não sem fazer uso do sincretismo, dado que a Igreja, como prática comum em toda América Latina, instalou suas igrejas sobre os templos cerimoniais maias, entre outros tipos de violência simbólica, que visava impor padrões do homem branco civilizado.

As características geográficas, somada ao complexo processo colonial e à forte resistência dos diferentes grupos, facilitou a sobrevivência física e cultural de mais de 20 etnias¹²¹ que em grande medida conseguiram preservar seus territórios da exploração colonial, ainda que à custa da violência sobre seus corpos. Com a independência das colônias espanholas, o país entrou em uma nova fase de despojo, em que a apropriação de terras e o trabalho forçado, passaram a ser elementos centrais.

2.2 A chegada dos homens grandes

Influenciados por diferentes fatores externos, como os ideais do Iluminismo¹²², da Revolução Francesa, da independência norte-americana, assim como por fatores internos, como disputas de poder entre grupos peninsulares e *criollos*, funcionários reais, elites comerciais e latifundiários começaram a ser gestadas as independências na América Latina. Na região centro-americana, somam-se ainda as disputas internas entre lideranças provinciais, liberais e conservadoras, o que impossibilitou a constituição de um Estado sólido e a posterior divisão em outros países¹²³.

A Constituição da República Federal de Centro América, de 1824, no artigo 14, definiu que seriam cidadãos da República somente os habitantes maiores de 18 anos que exercessem alguma profissão útil ou tivessem meios conhecidos de subsistência. As discussões ao redor da Constituição propõem que se extingam os idiomas indígenas e se proíbam as práticas culturais próprias dos Maias, se estabeleça o espanhol como língua oficial e o catolicismo como religião, deixando

¹²¹ Achi', Akateko, Awakateko, Ch'orti', Chuj, Itza, Ixil, Jakalteco, Kaqchikel, K'iche', Mam, Mopan, Poqomam, Poqomchi', Q'anjob'al, Q'eqchi', Sakapulteko, Sipakapense, Tektiteko, Tz'utujil, Chachilteko e Uspanteko. Ver mapa da distribuição étnico-linguístico no anexo B

¹²² Iluminismo, Ilustração ou Século das Luzes.

¹²³ Cf. Bethel, 2009b.

claro o projeto de Estado-Nação no qual a construção de uma identidade comum passa pela depreciação da cultura indígena, considerada atrasada e um empecilho para o desenvolvimento.

A Constituição da República da Guatemala em 1951 indica que guatemaltecos são os nascidos no território, que cumpram requisitos como serem proprietários de capital, de terras, serem alfabetizados, entre outras exigências que tinham como intenção deixar de fora a grande parte da população não alfabetizada no castelhano. No final, todo o processo de independência, impulsionado pelo Iluminismo e pelo pensamento liberal, terminou por ser capitalizado pelo conservadorismo *criollo*, e não alterou substancialmente as estruturas políticas, econômicas e sociais. De acordo com Yvon Le Bot (1995), na base do projeto Nacional estava a repressão do índio: “Proclamemos a independência antes que o próprio povo a declare” (p. 88, tradução nossa). Atentos aos movimentos ladinos que exigiam maior participação política e econômica desde uma perspectiva liberal, e às crescentes rebeliões maias, os Criollos conservadores buscaram um projeto de nação que mantivesse determinadas estruturas coloniais e que não afetassem suas posições de poder, o que culminaria na Reforma Liberal de 1971.

O ancião Pedro, em determinado momento de sua fala, refere-se à chegada dos homens grandes. Cinquenta anos após a independência de Espanha, em 1821, começou na Guatemala uma fase de abertura econômica conhecida como Reforma Liberal de 1871 e apelidada de *reforma finquera* (finca = fazenda/latifúndio), que apesar de promover grandes mudanças na organização do Estado e na distribuição das terras – privatizando as terras comunais e públicas para o capital estrangeiro – não alterou as formas coloniais de exploração e organização das relações sociais (TISCHLER in IBARRA et al., 2012, p. 30). Até então o poder político e econômico havia permanecido nas mãos do *criollos*. Pretendia-se assim, reformar juridicamente o Estado regulando, de algum modo, os excessos do poder concentrado na mão de poucos e dar legitimidade à propriedade da terra para a exploração do café. Nesse processo mesclou-se os ideais do iluminismo, os avanços tecnológicos, os ideais de nação e a recente concepção militar latino-americana¹²⁴, com a violação de muitos

¹²⁴ Para uma análise do surgimento do pensamento militar na América Latina e sua relação com o nacionalismo, cf. Bethel, 2009a.

direitos indígenas, como a supressão das terras comunais e a implantação do trabalho forçado¹²⁵.

Depois de meio século de 'ditaduras liberais', de fracionamentos e espólio das antigas terras comunais, de trabalho forçado nas plantações, um observador fazia a seguinte comprovação: 'Na atualidade, a situação dos índios provavelmente é pior que há 50 anos, e certamente pior que a das classes inferiores das outras repúblicas (de América Central). O desenvolvimento do sistema de peonagem tirou-lhe a mais ínfima parcela de independência econômica e política da qual gozavam fazia pouco, e destruiu quase por completo sua antiga vida comunitária, arrancando-os de seus lares. As municipalidades indígenas, que em incontáveis regiões existem paralelamente aos conselhos municipais ladinos, e que antes administravam os assuntos internos da comunidade, têm sido impotentes para proteger seus membros das operações dos agentes recrutadores das plantações e da tirania dos representantes do governo central. Muitos povoados indígenas, que antes desfrutavam de uma autonomia relativa, pela relação com colônias de população branca, agora estão completamente à mercê de brutais autoridades locais que, não contentes em exigir dinheiro de seus administrados por qualquer pretexto, acrescentam à prática já usual de vender, por dizer assim, como escravos, as pessoas que confiaram em seu governo.' (Le Bot, 1995, p. 89, Tradução nossa)

Entre a elite esclarecida guatemalteca e a população ladina em geral, considerava que, o índio era inferior racial e culturalmente, o que lhe impossibilitava de responder por si próprios. Desse modo, os indígenas não deveriam ter seus direitos civis reconhecidos, pois isso poderia resultar em "anarquia institucional e desordem pública" (ODHAG, 1998, V.III, p. 1-2).

Atraídos pela mão de obra quase gratuita, ofertas de grandes extensões de terras e excelente clima para a produção de café, muitos alemães migraram para o país compondo o cenário de economia cafeeira monocultora que se estende até hoje. Com a crescente privatização das terras, as comunidades foram perdendo pouco a pouco seu espaço de plantio, cultivo de alimentos e criação de animais, que não só era necessário para sua subsistência física, como simbólica, dada a importância da relação com a natureza e do cuidado da terra como prática ritualística na cosmovisão maia. A abertura liberal deu início a um particular processo de espólio e violência das comunidades maias que ao longo das décadas subsequentes foram paulatinamente pauperizadas, tendo que

¹²⁵ Em 1877 foi promulgado o "*Reglamento de Jornaleros*" e em 1878 a "*Ley contra la Vagancia*" que obrigava os indígenas a trabalharem de 100 a 150 dias no ano nas fazendas de café.

recorrer ou ao trabalho nas fazendas para encontrar formas de subsistir, ou adentrar nas montanhas procurando novas terras.

O esvaziamento dos espaços comunais enfraqueceu a resistência, e o poder simbólico proferido pelo Estado aos fazendeiros permitiu que as cercas fossem cada vez mais avançando em direção às comunidades – *ellos traspasaron nuestras fronteras y mataron a nuestro rey, empezaron a trazar sus mojones a como ellos les parecia*. Compostas quase exclusivamente de população não “letrada” no castelhano, não encontravam formas legais de garantir seus direitos, que antes eram, ao menos em alguma medida, resguardados pela coroa espanhola.

O período “liberal” foi marcado, também, pelo conflito entre os grupos liberais e conservadores, que ora adotavam políticas assimilacionistas, ora segregacionistas, mas em nenhum caso reconhecendo o pluralismo cultural da população (TARACENA, 2002, p. 42). Teve como característica longos governos autocráticos, como o de Manuel Estrada Cabrera que governou de 1898 a 1920 e o governo de Jorge Ubico Castañeda de 1931 a 1944¹²⁶, assim como inúmeras tentativas de golpe. A tensão entre os diferentes grupos favoreceu o enrijecimento do Exército e à criação dos comissionados militares de modo a proteger o governo e manter a ordem, sendo a população de descendência indígena a mais afetada pelos diferentes ordenamentos impostos, como trabalho forçado, migração forçada, pagamento de impostos, perda de terras.

Ainda que tenha havido resistência através de rebeliões e incêndios de cafezais, foi mais uma vez as serras e os vales que protegeram grande parcela da população. Por mais que o *majejak* não tenha exatamente mandado os alemães de volta para casa (que seguem até hoje sendo os reponsáveis pela produção de café no país), muitos grupos conseguiram se proteger adentrando nas montanhas em busca de novos territórios. Mas pode-se entender que o

¹²⁶ Após o assassinato de seu antecessor (1898), José Maria Reina Barrios, Estrada Cabrera assumiu o Governo de Guatemala como presidente interino e, através de múltiplas fraudes eleitorais, perseguições políticas marcadas por torturas e assassinatos de opositores, manteve-se no poder até 1920. O prêmio Nobel de literatura, Miguel Angel Astúrias, escreveu o romance “*El Señor Presidente*” (1946), buscando retratar o governo de Estrada Cabrera e as contradições sociais guatemaltecas da primeira metade do século XX. Seis anos depois de Estrada Cabrera, o militar Jorge Ubico assumiu o poder e deu continuidade ao modelo autocrático de governo. Apoiados pela UFCO (United Fruit Company), ambos os governos estiveram a serviço da oligarquia cafeeira e dos interesses norte-americanos - investimento fortemente na infraestrutura do país, na construção de estradas e portos para o bom comércio do café e da banana, e para isso, empregando trabalho forçado da população indígena e camponesa, assim como desapropriando terras comunais em nome de interesses latifundiários.

ancião Pedro faz referência ao único período de abertura efetivamente democrática nesse país, em que as políticas do Estado também favoreciam a população indígena, promovendo a regularização das condições de trabalho, a erradicação do analfabetismo e a garantia de educação bilingue, além de reforma agrária, devolvendo às comunidades as terras “roubadas” e possibilitando a legalização oficial desses territórios. Conhecida como a primavera guatemalteca, a década de 1944-1954 inaugura uma nova perspectiva nessa sociedade.

2.3 Primavera guatemalteca

Até mais que Cuba, a Guatemala serviu de palco à guerra fria no continente. Em outubro de 1944, uma revolução deflagrada a partir de protestos urbanos pôs fim a uma das mais prolongadas e repressivas ditaduras da América, inaugurando uma década de mudanças sem precedentes, inclusive uma ambiciosa reforma agrária. Fortalecida pela iminente vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, a Revolução de Outubro, como o governo recém-implantado não tardou em ser chamado, foi uma das estrelas mais rutilantes no vasto – posto que frágil – firmamento democrático que se plasmou em toda a América Latina entre 1944 e 1946. (GRANDIN, 2004, p. 15)

Desde o século XIX, foram muitos os nomes dado pelos EUA ao destino manifesto latino-americano¹²⁷: Doutrina Monroe (1823), Grande Porrete (1901), Diplomacia do Dólar (década de 1910), boa vizinhança (1933), bom sócio (1953), aliança para o progresso (1961), segurança nacional (década de 1950 em diante), contrarreforma (década de 70), contrarrevolução (década de 80), redemocratização, direitos humanos, livre mercado, e na última década, somando-se ao anti-comunismo das décadas anteriores, o antiterrorismo. Em cada uma dessas etapas, os países latino-americanos tiveram, de modo direto ou indireto, suas políticas econômicas e sociais bastante alteradas (SALAZAR, 2006), e não é possível compreender os acontecimentos desde a década de 40 na Guatemala, sem compreender que eles estão inseridos no contexto de fim da Segunda Grande Guerra e de bipolarização do mundo entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A Guerra fria marcou ao mundo inteiro, favoreceu interpretações e políticas maniqueístas e no caso particular da Guatemala fez do

¹²⁷ Para as influências econômicas, políticas e sociais dos EUA na América Latina: cf. Salazar, 2006, Bethel, 2009a e Zagni, 2015.

anticomunismo a ideologia que justificou a manutenção *mutatis mutandis* da ordem política e social que havia sido herdada das ditaduras conservadoras e liberais durante o século XIX e a primeira metade do século XX. (ARAGÓN in IBARRA et al, 2012, p. 16, tradução nossa^{128,129})

Com o fim da Segunda Guerra Mundial vivemos um pequeno período de avanços em relação às democracias na América Latina. De acordo com o historiador Greg Grandin (2004), de 1944 a 1946, deixamos de ter somente cinco países “que mereciam ser chamados de democracia” (México, Uruguai, Chile, Costa Rica e Colômbia), para ter somente cinco países “não dignos desse nome” (Paraguai, El Salvador, Honduras, Nicarágua e República Dominicana). Com a Grande Depressão de 1929, a situação econômica mundial era bastante delicada, e, com a Segunda Guerra, não só os Estados Unidos pode se posicionar como grande potência, como muitos outros países, chamados periféricos puderam melhorar suas economias frente à necessidade de abastecer a uma Europa devastada pelo horror.

De diferentes modos, o crescimento industrial nos países latino-americanos vinha acompanhado do crescimento urbano e o desenvolvimento econômico favoreceu também o desenvolvimento da classe média. Esta, em grande medida intelectualizada, se uniu ao operariado urbano formando movimentos e organizações que reivindicavam um desenvolvimento nacionalista, que respeitasse minimamente os direitos do trabalhador e alguns preceitos básicos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, como o direito à liberdade e à propriedade, declaração marco do pensamento liberal. O discurso antifascista em voga no início da década de 40 e a favor dos Direitos Humanos¹³⁰

¹²⁸ *La Guerra fría marcó al mundo entero, favoreció interpretaciones y políticas maniqueas y en el caso particular de Guatemala hizo del anticomunismo la ideología que justificó el mantenimiento mutatis mutandis del orden político y social que había sido heredado de las dictaduras conservadoras y liberales durante el siglo XIX y la primera mitad del siglo XX.* (ARAGÓN in IBARRA et al, 2012, p. 16)

¹²⁹ Ibarra et al: Figueroa Ibarra, Carlos; Tischler Visquera, Sergio; Taracena Arriola, Arturo; Álvarez Aragón, Virgilio; Urritia García, Edmundo. Eds. **Guatemala Historia Reciente** (1954-1996). Guatemala: Flacso, 2012.

¹³⁰ Após o fim da Segunda Guerra, foi criada pelos Aliados a Organização das Nações Unidas (ONU), que em sua carta de fundação, de 26 de junho de 1945 (assinada pelo governo brasileiro em 22 de outubro do mesmo ano), começa afirmando: “Nós, os povos das nações unidas, resolvimos: a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla”.

e da democracia chegou a lugares onde tais ideias passavam longe das cabeças de uma grande maioria submetida há séculos ao despojo, violência, arbitrariedade e despotismo. No caso particular da Guatemala, o liberalismo *finquero* e o vínculo permanente com o mercado mundial através do desenvolvimento da produção de café privilegiou o desenvolvimento do terceiro setor e da burguesia, e houve uma profunda modificação da morfologia social urbana, agora conformada por trabalhadores assalariados, profissionais liberais e burocratas do Estado (TISCHLER, 2012, p. 31). Que esse desenvolvimento e transformação urbana tenham ocorrido à custa das relações de servilismo e exploração dos camponeses nas regiões rurais, é marca que atravessou toda a história desse país, assim como de outros tantos países colonizados.

Esse é o cenário latino-americano de reorganização social, no qual se deu a Revolução de 1944 na Guatemala. Encabeçada por estudantes, professores, militares reformistas e classe média emergente, em 20 de outubro pôs-se fim à estrutura de poder que vinha se constituindo desde a *Reforma Finquera* de 1871. Defensores da democracia e do desenvolvimento do país rumo à modernidade: “os socialistas liberais e radicais implementaram uma série incrivelmente ambiciosa de reformas políticas e econômicas destinadas a tornar a Guatemala um país inclusivo e moderno” (GRANDIN, 2004, p. 21).

A chamada Revolução teve início em junho do mesmo ano com uma grande greve organizada por estudantes e professores, que saíram às ruas para protestar contra o Ditador Jorge Ubico. Vitoriosos, dada a renúncia do então presidente, formalizaram sua organização em partidos políticos e decidiram enfrentar a oligarquia cafeeira promovendo a candidatura de Juan José Arévalo para as próximas eleições. Frente à força do movimento, o governo, liderado agora pelo vice-presidente Federico Ponce Vaides, também candidato às eleições, começou uma grande repressão que foi combatida, no dia 20 de outubro, por um levantamento militar liderado por Jacobo Arbenz e apoiado por grande parcela da população. Ponce Vaides também foi deposto e Arévalo ganhou o que foi, talvez, a primeira eleição honesta da história da Guatemala.

“E para tais fins: praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos”. (Carta das Nações Unidas, 26/06/1945, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm

Tal evento é considerado o início de uma série de transformações políticas e econômicas de fundamental importância para Guatemala. Nesse período, o país se dotou de uma constituição política democrática e de um código de trabalho que coletou importantes demandas dos trabalhadores, principalmente dos urbanos; foi criado o *Instituto Guatemalteco de Seguridad Social* (IGSS), instituição central para responder às demandas de saúde da população trabalhadora; e o sistema educativo foi transformado radicalmente, tanto no nível básico e médio como no universitário. O aspecto mais sobressalente foi o Decreto 900, ou Lei de Reforma Agrária, aprovado em 17 de junho de 1952. Evocando as palavras do escritor Manuel Galich (1974), eram tempos de 'primavera' no 'país da eterna tirania'. (TISCHLER, 2012, p. 30, tradução nossa)¹³¹

Para compreender os rumos da revolução e sua posterior derrota, assim como a longa guerra que se instaurou depois de 1954, é importante compreender que a força social que conseguiu derrocar Jorge Ubico era a soma de diferentes atores, de distintas classes e regiões (jovens oficiais do Exército, elite econômica urbana, profissionais liberais, proletários urbanos, professores, algumas lideranças camponesas, estudantes de ensino médio e universitários) e com interesses em grande medida antagônicos, mas que conseguiram se juntar por uma causa comum frente à desmedida violência e controle social, político e econômico exercido pela oligarquia cafeeira. Essa soma favoreceu o surgimento de um novo sujeito político, nacional-popular, comprometido com a construção de um país politicamente autônomo e moderno, que fosse socialmente inclusivo, conformado por instituições verdadeiramente democráticas, que tivessem condições de garantir os direitos sociais dos trabalhadores¹³². Para tal, era inaceitável a situação de miséria e exclusão na qual se encontrava a população

¹³¹ *Dicho evento es considerado el inicio de una serie de transformaciones políticas y económicas de fundamental importancia para Guatemala. En ese periodo, el país se dotó de una constitución política democrática y de un código del trabajo que recogió importantes demandas de los trabajadores, principalmente de los urbanos; fue creado el Instituto Guatemalteco de Seguridad Social (IGSS), institución central para responder a las demandas de salud de la población trabajadora; y el sistema educativo fue transformado radicalmente, tanto en el nivel básico y medio como en el universitario¹³¹. El aspecto más sobresaliente fue el Decreto 900, o ley de reforma agraria, aprobado el 17 de junio de 1952. Evocando las palabras del escritor Manuel Galich (1974), eran tiempos de "primavera" en "el país de la eterna tiranía". (TISCHLER, in IBARRA et al. 2012, p. 30)*

¹³² Esse tipo de associação e mobilização nacional-popular, que visa a industrialização, a urbanização e o rompimento das lógicas oligárquicas de poder foi um movimento comum na América Latina a partir de 1930, e há vasta literatura sobre o tema. Aqui, utilizamos, sobretudo, Bethel, **História da América Latina** v.7: A América Latina após 1930: Estado e Política" (2009a). O mais relevante para este estudo, é frisar que a lógica do nacional-populismo esteve, em grande medida, a serviço da racionalidade desenvolvimentista, reforçando algumas relações de racismo e opressão.

indígena, representante de mais da metade do país, que, com o liberalismo finqueiro, “viu-se reduzida à condição de proletariado sazonal dos latifúndios, excluída da vida política e cultural e sujeita a uma série de mecanismos de trabalho forçado, como a servidão por dívidas e as leis de vadiagem” (GRANDIN, 2004, p. 22).

A passagem de um governo retrógrado como o do ditador Jorge Ubico, que governava com base na espionagem, torturas, prisões arbitrárias e execuções públicas, com o auxílio da burocracia governamental ultramilitarizada, defensor do trabalho escravo por dívidas ou vadiagem, para outro, baseado em preceitos básicos de democracia, de preservação de direitos, de trabalho regulamentado, de “libertação econômica e justiça social”, requereria uma transformação de racionalidade sem precedentes dos grupos hegemônicos que controlavam o país (GRANDIN, 2004). Esse processo foi custoso e não conseguiu se efetivar em diversas regiões. Muitas ficaram relegadas à hostilidade e ao poder dos latifundiários que não só não cumpriam as novas leis, como puniam os trabalhadores que compactuassem com as ideias do governo. No entanto, o esforço obstinado dos membros do recentemente fundado Partido Guatemalteco do Trabalho – PGT – em trabalhar diretamente com a população rural permitiu os avanços da revolução para recôncavos antes esquecidos pelo governo, e em muitos lugares foi possível a consolidação de sindicatos rurais e organizações comunitárias que fizessem frente às arbitrariedades latifundiárias.

Com a chegada do governo às comunidades, através da abertura de escolas, de postos de saúde, de saneamento básico, parte da população camponesa, mais marginalizada da política – acostumada às arbitrariedades, fraudes e ditaduras – começou a reconhecer seus direitos e perceber que aquele governo ia além da manipulação e do oportunismo, o que abria a possibilidade para a participação popular e para a organização de suas próprias demandas. É justamente nesse ponto que as divergências de interesses entre os diferentes grupos que encabeçavam a revolução vieram tona.

De um modo geral, a revolução principiou respondendo aos interesses democrático-burgueses da classe média urbana, que estabeleceu “um programa de reformas que apontavam para uma modernização capitalista do país com o apoio ativo das classes populares” (TISCHLER, 2012, p. 40, tradução nossa)¹³³.

¹³³ “un programa de reformas que apuntaban a una modernización capitalista del país con el apoyo activo de las clases populares” (TICHLER in IBARRA 2012, p. 40)

Com a abertura democrática e o fortalecimento da revolução, passou a se conformar uma nova elite política e surgiram uma série de partidos políticos e organizações sociais¹³⁴, orientados tanto pelos ideais socialistas difundidos pela URSS, como, simplesmente, pelos interesses das populações maias. A configuração da luta nacional-popular, dirigida inicialmente contra a forma de exploração oligárquica, começou a ganhar outros matizes.

Com a entrada de Jacobo Arbenz para a presidência do segundo governo da Revolução, as divergências acirraram-se. Com as diretrizes de seu governo construídas em conjunto com os membros do PGT, Arbenz anunciou em sua posse, em 15 de março de 1951, que seu governo promoveria o desenvolvimento econômico para tornar a Guatemala uma nação independente, moderna e capitalista, com o propósito de elevar ao máximo possível o nível de vida das grandes massas do povo (DIÁRIO DE CENTROAMÉRICA, 15/03/1951, p. 3, discurso no Anexo C). E grandes massas do povo significava, fundamentalmente, a população camponesa, que ainda estava condenada aos interesses latifundiários das zonas rurais.

Composto por intelectuais formados em diferentes universidades estrangeiras, os líderes do PGT consideravam que a Guatemala ainda padecia de uma espécie de colonialismo feudal, e consideravam seu principal comprometimento a abolição de relações de produção retrógradas e a distribuição de terras improdutivas aos camponeses para que assim, com a diminuição da desigualdade, aumentasse a capacidade de consumo da população.

Acreditava-se que uma remuneração melhor não só transformaria os trabalhadores rurais em consumidores da indústria nacional, como obrigaria os fazendeiros, adeptos históricos da mão-de-obra e da terra baratas e muitas vezes gratuitas, a investir em novas tecnologias e racionalizar a produção a fim de lucrar. (GRANDIN, 2004, p. 31)

Foi levado às zonas rurais um rigoroso sistema de alfabetização popular que possibilitou a quase erradicação do analfabetismo em uma década. A *Universidad Popular* havia sido fundada em 1922 por um grupo de intelectuais, entre eles Minguel Angel Astúrias, com o propósito de promover a participação

¹³⁴ Frente Popular Libertador – FPL e Renovación Nacional – RN, responsáveis pelo triunfo da revolução e a vitória de Arévalo; PGT, DEM, Comitês Agrários Locais – CALs. De uma população pouco organizada em 1944, o país contava mais de dois mil sindicatos em 1954, com mais de 300 mil trabalhadores inscritos.

voluntária de profissionais bem formados em uma proposta educativa dirigida à população menos favorecida. Inicialmente, com núcleos somente na capital, pretendia ensinar a ler e a escrever, difundir conhecimentos gerais, e levar à grande massa noções importantes de higiene e instrução cívica e moral. Com o Governo Revolucionário, a *Universidad Popular* foi expandida também às zonas rurais e seu programa de alfabetização ampliado, empenhando-se em instruir a população de modo que ela pudesse acompanhar o desenvolvimento vindouro. Mais do que ensinar a população a ler e a escrever, foi um processo de aproximação de dois universos até então radicalmente separados, em que o indígena pode aprender sobre “leis de brancos”, sobre tecnologia e modernidade, e os “brancos”, ao menos alguns, puderam diminuir os preconceitos para com a cultura maia, passando a respeitar os costumes e tradições, ainda que não se dispusessem a entendê-la. As distinções, no entanto, seguiam marcadas na própria linguagem e no modo formal de se tratar os fazendeiros em oposição ao modo coloquial de tratar os camponeses, reforçando as lógicas hierárquicas que constituíam aquela sociedade, quando não, criando novas hierarquias entre os mesmos camponeses, que agora se diferenciavam dos demais por serem sindicalizados, politizados e letrados.

Essas distinções, entre outras, também favoreceram a que nem todas as políticas fossem bem sucedidas. Para além da resistência dos latifundiários, a própria população camponesa desconfiava das “inovadoras políticas” vindas da capital, e considerava de grande risco apoiar a revolução “pois os benefícios gerados pela lealdade ao patrão geralmente eram mais tangíveis do que as promessas revolucionárias” (GRANDIN, 2004, p. 33). Somaram-se também falsos boatos difundidos sobre tais políticas, que disseminavam o medo à invasão de terras, a perda de alguns benefícios como cesta básica, e mais drasticamente, o roubo de mulheres e crianças por parte do Estado; e sobretudo, a conflituosa relação entre camponeses indígenas e camponeses ladinos que há séculos era marcada por um violento racismo destes para com aqueles. A relação de tais boatos com o discurso anticomunista em voga no mundo era íntima e a junção desse nascente preconceito com o antigo racismo contra os Maias, resultou em uma “mistura letal que se tornaria cada vez mais tóxica nas décadas que se seguiriam a 1954” (GRANDIN, 2004, p. 34)

Pese aos discursos e a uma legislação que trata de persuadi-los do contrário, os índios estão intimamente convencidos, por sua

experiência de vários séculos, de que os ladinos não podem tê-los como iguais sem renegar o que funda sua própria identidade: o sentimento de superioridade e a prática da discriminação (Le Bot, 1995, p. 103).

Representante do triunfo da colonização e da razão eurocêntrica, o ladino é o guatemalteco por excelência: trabalhador, correto, cristão, orgulhoso de sua pátria, nega sua mestiçagem e descendência indígena, considerando o índio o grande mal que impede os avanços do país rumo à civilização, como bem aponta Severo Martinez em *La Pátria del Criollo* (1970). Miguel Angel Astúrias representou, em grande parte de sua obra, o sujeito ladino e sua racionalidade marcada pelo racismo. No trecho que segue de "*El Señor Presidente*", vemos explícita a violência sutil e cotidiana que marca o índio como um não-ser, que vale menos que um vestido:

[...] Para ser cirurgião o que te falta é perder o medo. Acredite. Valor e decisão para enfiar a faca. Uma costureira que não desperdiça tecido nunca chegará a cortar bem um vestido. E um vestido, bem, um vestido vale alguma coisa. Já os médicos, podem treinar no hospital com os índios.¹³⁵ (1946, p. 40, tradução nossa)

No âmbito político, e isso se mostrou claro durante a revolução, as ações ladinas estiveram, em geral, marcadas pelo assimilacionismo indígena e não por um reconhecimento, de fato, da pluralidade cultural do país, ainda que sem dúvida, os revolucionários de 44 não considerassem que os indígenas deveriam seguir sendo estrangeiros em suas próprias terras.

Sua intenção era unificar essas etnias [ladinas e indígenas] em uma única nação. Uma nação capitalista, democrática, moderna, livre dos preconceitos raciais e das ataduras do passado colonial. Uma nação capitalista, que, sem dúvidas, não resolveria todos os problemas das massas, fossem indígenas ou ladinas. (ARRIOLA 1994, p. 33 apud TISCHLER, 2012, p. 45, tradução nossa)¹³⁶

A impossibilidade de aceitar a ascensão social e a liderança institucional de pessoas maias foi causa de muitos conflitos e enfrentamentos sociais entre

¹³⁵ [...] para ser cirujano lo que urge es que pierdas el miedo. Créemelo. Valor y decisión para meter el cuchillo. Una costurera que no echa a perder tela no llegará a cortar bien un vestido nunca. Y un vestido, bueno, un vestido vale algo. Los médicos, en cambio, pueden ensayar en el hospital con los indios.

¹³⁶ Su intención era la de unificar a esas dos etnias [ladina e indígena] en una sola nación. Una nación capitalista, democrática, moderna, libre de los prejuicios raciales y de las ataduras del pasado colonial. Una nación capitalista que, indudablemente, no hubiera resuelto todos los problemas de las masas, fueran indígenas o ladinas. (ARRIOLA 1994, p. 33 apud TICHLER in IBARRA et al, 2012, p. 45)

ladinos e indígenas, e entre fazendeiros e indígenas, o que resultou em novas perseguições e assassinatos, legitimados pelos grupos oligárquicos ávidos em reaver seu poder. Foi no período revolucionário que começaram a se embrionar muitos pactos entre ladinos pobres e fazendeiros, que favoreceram a posterior conformação dos grupos paramilitares durante o conflito armado, conforme veremos adiante.

O tecido social que estava há séculos debilitado por um processo colonizador fundamentado no racismo e na desigualdade social, não seria facilmente recomposto através de políticas sociais de Estado, que a fim e a cabo, não tinham em seu cerne uma mudança real de racionalidade, que fosse para além dos ideais nacionalistas de desenvolvimento econômico e social. Muito pelo contrário: além do governo revolucionário estar fundado no louvor ao Exército Nacional Revolucionário, na dignidade nacional, na luta patriótica¹³⁷, a mobilização social em prol da revolução foi conseguida “utilizando-se muitas das mesmas relações hierárquicas de submissão e obrigação que estruturavam a sociedade rural – hierarquias que não foram questionadas em seus fundamentos” (GRANDIN, 2004, p. 36), e que terminariam por marcar as relações dentro dos grupos guerrilheiros nas décadas seguintes, chegando, em alguns casos, a culminar em situações de violência tão retrógradas como as do tempo do ditador Jorge Ubico¹³⁸.

Ainda assim, mesmo que o projeto nacional-popular não incluísse parte considerável da população, os avanços desse período possibilitaram a consolidação de uma grande parcela da população indígena como grupo político, que soube fazer uso das organizações revolucionárias para alterar as condições de suas comunidades, articular demandas ancestrais relacionadas a terra e recuperar cotas de poder em mãos da elite latifundiária. Tais avanços e conquistas foram fundamentais para que diferentes grupos conseguissem resistir às vindouras violações do Estado, e também para que os antagonismos se alastrassem, colocando fim à revolução.

¹³⁷ Salta aos olhos que no discurso de posse de Jacobo Arbenz – conforme Anexo C – encontremos um conjunto de referências ao espírito nacionalista, que hoje podem ser equiparados aos discursos mais conservadores e reacionários latino americanos, defensores das forças armadas e do slogan “bandido bom é bandido morto”. Que se refira a Domingo Faustino Samiento como mártir revolucionário, ao qual José Arévalo deveria ser equiparado, aponta para as legitimidades que são dadas as barbáries, em nome do desenvolvimento.

¹³⁸ De acordo com os informes da CEH e do REHMI, os grupos guerrilheiros foram responsáveis por 4% das violações cometidas contra a população civil, incluindo torturas, assassinatos e comunidades massacradas.

Em 1952, com o Decreto 900, as distinções ideológicas, que havia entre as diferentes lideranças, levaram diversos grupos a se organizarem para frear aquela que havia sido a mais radical de todas as medidas. A Lei de Reforma Agrária marcava a preocupação efetiva do governo em promover a supressão das condições materiais da servidão agrária, e colocava em cheque não somente o poder político da oligarquia, já reduzido com a democratização do Estado, mas também seu poder econômico. O decreto estabelecia a restituição das terras comunais nas populações maias – ao contrário das propostas de alguns grupos que compunham a elite liberal e reformista do país, que almejavam uma reforma baseada na propriedade privada – e também estabelecia um sistema de propriedade vitalícia das terras, evitando assim a posterior venda e manipulação dos fazendeiros.

Em menos de dois anos o governo expropriou e repartiu terras que beneficiaram mais de cem mil camponeses, sendo que ao redor de um quarto das terras pertenciam à United Fruit Company-UFCO (TISCHLER, 2012, pp. 42-43). Tais medidas podiam facilmente ser aproximadas dos ideais comunistas e, o constante crescimento do PGT no país, inclusive sua oficialização em dezembro de 1952 – que agradava até então à elite política não por suas ideologias, mas por seu pragmatismo e comprometimento com o real desenvolvimento econômico da Guatemala – somado à sua estreita relação com os líderes do governo, começou a ser visto com outros olhos. O capital estrangeiro – afetado diretamente por perder hectares de terras e representado, sobretudo, pela UFCO – unido aos grupos militares conservadores, à aristocracia local e à Igreja, conseguiu facilmente fazer crer que os caminhos tomados pelo governo de Jacobo Arbenz estavam se alinhando com o comunismo.

Já em 1950, a UFCO havia pedido ajuda ao governo Norte-Americano para derrubar o governo de Arévalo. Ano de eleições, a Agência Central de Inteligência (CIA) chegou ao país pela primeira vez para se organizar com grupos anticomunistas e oferecer apoio na campanha eleitoral de Ydígoras Fuentes, candidato da oposição. Ainda assim, o candidato da revolução foi eleito com três vezes mais votos, e o General Carlos Castillo Armas, principal líder da oposição, vendo a impossibilidade de chegar ao governo por meios “legais”, começou a orquestrar a contrarrevolução em conjunto com a UFCO e com o apoio direto da CIA.

A burguesia e diversos grupos da elite, que haviam apoiado o processo revolucionário, começaram a dar passos atrás, e a classe média acomodada, adepta do modelo de vida norte-americano, passa a aderir ao discurso anticomunista. O conservadorismo eclesiástico foi um grande aliado na disseminação deste discurso: afetados diretamente pela perda de terras e de fiéis, as missas foram se tornando gradativamente um excelente espaço para pregar contra a revolução.

Em contrapartida, as classes menos favorecidas aderiam cada vez mais aos ideais da revolução e a participação da população proletária e camponesa em organizações políticas só aumentava. Frente ao fracasso das diversas tentativas de Golpe, somado ao acirramento das disputas entre URSS e EUA no oriente¹³⁹, o novo presidente Norte-Americano Eisenhower, percebeu a necessidade de intervir diretamente no país para impedir o avanço daquele que, ainda que se considerasse um governo progressista de cunho democrático e liberal, poderia facilmente converter-se em um posto soviético no hemisfério ocidental¹⁴⁰.

O presidente guatemalteco e a reforma agrária eram profundamente populares, os militares estavam tranquilos e a oposição continuava dividida. A PBSUCCESS, como se batizou a campanha, foi a mais ambiciosa operação secreta da CIA e serviria de modelo para intervenções futuras. Durou quase um ano, em contraste com as seis semanas de que a Agência precisou para depor o primeiro-ministro iraniano Mohammad Mossadeq em 1953. De Langley à Madison Avenue, os Estados Unidos mobilizaram todo seu poder para liquidar a Revolução de Outubro. Usaram a Organização dos Estados Americanos para isolar a Guatemala diplomaticamente, trabalharam com empresas norte-americanas a fim de gerar uma crise econômica no país e criaram e equiparam uma força invasora de exilados estacionados em Honduras. À procura de armas, a Marinha norte-americana passou a vistoriar todos os navios que entravam nos portos da Guatemala. A "ilegalidade flagrante" desse ato foi uma demonstração de força que não passou despercebida ao governo guatemalteco, que invocou inultamente as leis internacionais em defesa de sua soberania. O Departamento de Estado designou os embaixadores mais obstinadamente anticomunistas para a Guatemala, Nicarágua e Honduras, ameaçando suspender as tão necessárias concessões comerciais e o crédito aos países latino-americanos que se recusassem a endossar seus planos para a Guatemala. A CIA se serviu de práticas tomadas de empréstimo à psicologia social, a Hollywood e a indústria publicitária para erodir a lealdade e gerar resistência. Os programas de rádio incitavam os funcionários

¹³⁹ Por exemplo, Revolução Comunista Chinesa (1946-1950) e Guerra da Coreia (1950-1953).

¹⁴⁰ Cf. CULLATHER, Nick. PBSUCCESS: la operación encubierta de la CIA en Guatemala 1952-1954. Guatemala: AVANCSO, 2002.

públicos e os militares à traição e procuravam convencer a população guatemalteca da existência de um amplo movimento clandestino de resistência. Dizendo-se transmitidos pelas forças rebeldes desde as “profundezas da selva”, os programas eram, na verdade, gravados em Miami e transmitidos da Nicarágua. Os agentes garimpavam táticas de desinformação em sociologias *pop* e romances de espionagem. A Agência plantava notícias na imprensa guatemalteca e norte-americana e urdia ameaças de morte e sabotagem a fim de criar desavenças e confusão no governo de Arbenz. (GRANDIN, 2004, p. 42)

Depois de meses preparando o terreno para a contrarrevolução pudesse se consolidar, o golpe arquitetado pela CIA ocorreu em junho de 1954. Com tropas vindas desde Honduras e El Salvador, houve um bombardeio aéreo massivo à capital do país, atingindo fundamentalmente civis, o que levou Arbenz a renunciar imediatamente.

[...] Em 25 de junho de 54 eu estava fazendo sete anos, e no meio da festa o bombardeio na cidade estava acontecendo. Então, todo mundo embaixo de camas, se acobertando porque não se entendia muito bem o que estava acontecendo. Porque aparentemente a cidade estava bem né! Pra mim, especialmente, que tinha sete anos. E de repente começa a cair bombas de todo o lugar, e começa a cair gente morta nas ruas, essa é a lembrança que eu tenho da “*Calle Número 1*”, aquela que dava direto pro “Cerro del Carmen”, né. E a ignorância das pessoas em relação ao que era uma Guerra... porque todas, ao invés de se protegerem, saíam às ruas para ver o bombardeio acontecer. As pessoas iam, meus irmãos iam na direção do “*Cerro del Carmem*” para poder ver os aviões das forças aéreas americanas bombardeando Guatemala. Nesse momento eu não tinha a clareza que fui adquirindo com os anos a respeito de porque que foi assim esse bombardeio. Eu tinha muita pouca idade. O medo foi tomando conta das pessoas, porque não era uma brincadeira, não eram jogos pirotécnicos. Era de verdade, as pessoas morriam na rua, sem socorro, sem ajuda, sem saber se eram anticomunista ou comunista, não se sabia nada, se sabia simplesmente que morria. (Relato de Ana Maria Quezada, guatemalteca, residente no Brasil desde 1988, informação verbal, abril de 2014)

A classe média urbana, de modo geral, apoiou o ataque contrarrevolucionário e viu na violência atroz cometida contra a população civil o mal necessário para enfrentar a ameaça comunista. O breve período de abertura democrática vivido na Guatemala e em outros países – que favoreceu avanços como o sufrágio universal e a legalização dos sindicatos em todo o continente, logo em seguida destas e de outras conquistas que desfavoreciam os grupos hegemônicos de proprietários rurais, militares, elite eclesiástica, capitalistas manufatureiros e industriais, e que colocavam em perigo o intervencionismo

extrativista norte-americano – foi desarticulado e violentamente combatido. A América Latina presenciou paulatinamente o retrocesso democrático e a ascensão de novas ditaduras¹⁴¹, que governariam por mais de quatro décadas em nome dos interesses dos grupos hegemônicos e do governo norte-americano, carregando a bandeira da segurança nacional e intensificando o racismo através da ideia de inimigo interno (Salazar, 2006; Bethel, 2009a).

A Guatemala foi um marco nesse processo, tanto por haver sido “uma das democracias mais inspiradoras do pós-guerra”, como por haver sido o primeiro país latino-americano a sofrer intervenção norte-americana durante a guerra-fria, compondo, junto com o Vietnã, um laboratório para seguir testando inovadoras técnicas de guerra e de controle social, “tomadas de empréstimo à psicologia das massas, à mídia e à publicidade” (GRANDIN, 2004, p. 18). Vale dizer, inovações que já haviam começado a ser testadas nos campos nazistas e que foram legitimadas pelo ocidente aliado com o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki dez anos antes.

A legitimação da violência, por diversos setores da sociedade guatemalteca e da comunidade internacional, é traço fundamental neste processo de derrocamento da revolução, e a compreensão dela como marca da racionalidade colonial, fundada no racismo, na construção de um outro que não é, que pode ser cortado e vendido, mostra-se de fundamental importância para que se possa aproximar do entendimento da situação de violência patógena que se instaurou nas seguintes décadas, e que segue até os dias de hoje, em diferentes regiões da América Latina.

Diferentemente do discurso que busca sempre responsabilizar o outro pelos problemas, é necessário frisar que, apesar da intervenção norte-americana ter sido de fundamental importância para a falência da revolução, o sucesso da operação *PBSuccess* só foi possível graças ao apoio de uma importante parcela da sociedade guatemalteca. O complô entre EUA e o exército reacionário, legitimado pelos grupos hegemônicos e pelas classes acomodadas, gestou o pior da racionalidade colonial com o mais avançado em técnicas de coerção social. De acordo com Sergio Tischler

¹⁴¹ Somente na década de 60 a América Latina teve golpes de Estado na Argentina em março de 1962, no Peru em julho de 1962, na Guatemala em março de 1963, no Equador em julho de 1964, na República Dominicana em setembro de 1963, em Honduras em outubro de 1963, no Brasil em abril de 1964, e novamente na Argentina em julho de 1966 (Bethel, 2009a).

essa 'gênesis' carrega nas entranhas a violência contra as formas organizadas do nacional-popular e do popular revolucionário; implica a vontade de mutilar o corpo coletivo popular e de reduzir as lutas dos de abaixo a sua mínima expressão. É a fúria de classe em nível global, e, no nacional, a fúria de uma classe que correu o risco de perder seus privilégios como classe e casta. Essa fúria é ao mesmo tempo medo. Está alimentada pela utopia reacionária que reivindica a necessidade da eliminação das classes populares como sujeitos produtores de história. (2012, p.57, tradução nossa)¹⁴²

Mas as transformações sociais advindas com o processo revolucionário não passariam em brancas nuvens. Mesmo frente à tamanha truculência, os resquícios da Revolução de Outubro sentem-se até hoje na Guatemala, e são considerados um componente fundamental da resistência da população à violência de Estado das décadas de 60-90. A grande massa da população, sobretudo rural, acostumada até então a viver do lado de lá da linha do não-ser, pode se sentir digna de direitos, e isso não seria tão facilmente destruído.

Pela primeira vez o homem que trabalha se sentiu um ser humano; pela primeira vez os trabalhadores podiam se organizar em sindicatos, ou como lhes dessem vontade, para denunciar atropelos e lutar por melhores condições de vida. Talvez por isso o trabalhador que existe em mim e que tinha sido sempre acossado, perseguido e encarcerado, para o qual a lei e a justiça não existem, que quando é invocado por essa lei e essa justiça significa paredão de fuzilamento; esse trabalhador, repito, sentiu pela primeira vez que ares novos vigoravam e seus pulmões. (OBANDO, 1978, p. 134-135, tradução nossa)¹⁴³

Além das leis trabalhistas, da conformação dos sindicatos e dos programas de alfabetização, durante o período em que vigorou a Lei de Reforma Agrária, foram repartidas entre 603 e 615 hectares de terras particulares e 280 mil hectares das terras nacionais. O governo cedeu crédito para a produção agrícola

¹⁴² Esa "génesis" lleva en sus entrañas la violencia contra las formas organizadas de lo nacional-popular y de lo popular revolucionario; implica la voluntad de mutilar el cuerpo colectivo popular y de reducir las luchas de los de abajo a su mínima expresión. Es la furia de clase a nivel global, y, en lo nacional, la furia de una clase que estuvo en la situación de perder sus privilegios como clase y casta. Esa furia es al mismo tiempo miedo. Está alimentada por la utopía reaccionaria que reivindica la necesidad de la eliminación de las clases populares como sujetos productores de historia. (in Ibarra et al, 2012, p. 57)

¹⁴³ Por primera vez el hombre que trabaja se sintió un ser humano; por primera vez los trabajadores podían organizarse en sindicatos, o como les diera la gana, para denunciar atropellos y luchar por mejores condiciones de vida. Quizás por ello el obrero que hay en mí y como tal había vivido acosado, perseguido y encarcerado, para el que sabía que la ley y la justicia no existían y cuando se las invocaba esa ley y esa justicia significaban el paredón de fusilamiento; ese obrero, repito, sintió por primera vez que aires nuevos vigorizaban sus pulmones. (OBANDO, 1987, p. 134-135)

viabilizando um incremento na produtividade tanto de subsistência, como de exportação. Em 1954 mais de 138 mil famílias camponesas haviam sido beneficiadas, além dos mais de 1400 Comitês Agrários Locais consolidados, oportunizando a reestruturação do poder local e a politização da população rural (AVENDAÑO, 2014, p. 63; TISCHLER, 2012, p. 44-46).

Mas foi então, como nos conta o Ancião Pedro, que os próprios “*ladinos mandaron a los soldados a matarnos, nos arrasaron a todos, allanaron todas nuestras casas, y ahí nos asustamos aún más*”. De 1954 a 1963 o país viveu um período de perseguições políticas, fechamento de partidos, e claro, retrocesso de alguns avanços legais e democráticos. Logo nos primeiros meses foram presas mais de 9.000 pessoas (em sua maioria, sindicalizados, membros de partidos políticos ou camponeses), além de outras centenas exiladas. A criação de leis contra o comunismo e de Comitês responsáveis por perseguir os “subversivos”¹⁴⁴ tinha como estratégia principal infundir medo na população e promover a paralisia da vida política (AVENDAÑO, 2014, p. 65).

Além dos retrocessos constitucionais, o Estado recuperou as terras das fazendas nacionais que haviam sido repartidas e anulou a Lei de Reforma Agrária. Foram retomadas 78% das terras distribuídas anteriormente, sendo que 75% desse total foram devolvidas aos antigos donos (CEH, 2006, p. 70). Obviamente essa postura do Estado reativou o modelo de colonato, estabelecendo novamente condições precárias de trabalho para os camponeses. No entanto, agora grande parte da população trabalhadora, camponesa e indígena, era letrada e conhecedora de seus direitos, e violentar-lhes, tomar-lhes as terras e explorar sua mão de obra, já não era tarefa tão fácil. Em muitos lugares do país, os pequenos conflitos entre fazendeiros e comunidades necessitaram de forte intervenção militar para que os fazendeiros fizessem valer suas leis. A fúria dos grupos hegemônicos, em combate com a nascente dignidade popular, agora disposta a produzir sua própria história, resultou em um conflito que durou mais de 36 anos, onde a força militar usou de diversas

¹⁴⁴ Em 19 de julho de 1954 foi criado o *Comité Nacional de Defensa Contra el Comunismo*, que contava com uma lista, elaborada pela CIA, de todas as pessoas suspeitas de participarem de atividades consideradas subversivas. O Comitê tinha autoridade para ordenar prisões e manter retido por até 30 dias qualquer suspeito, e logo depois, com a *Ley Preventiva Penal Contra el Comunismo*, estabeleceu-se até pena de morte como punição as práticas subversivas. Em 1956 o Comitê foi dissolvido, dando lugar a Dirección General de Seguridad.

estratégias para que não sobrasse qualquer um em condições de contar o que fosse. A tortura e o extermínio foram marcas patentes.

2.4 “E os mesmos ladinos mandaram os soldados matar-nos” – O início do Conflito Armado Interno

Paralelamente ao aumento da violência de Estado e à conformação dos grupos paramilitares, também houve crescimento da crise econômica e o aumento da resistência social, que, influenciada pelo clima da revolução cubana de 1959, começou a considerar a via armada um caminho possível para colocar o país novamente nos trilhos da democracia progressista.

As contradições do contrarrevolucionário *Movimiento de Liberación Nacional* eram muitas. Sendo um fantoche do governo norte-americano, mas tendo de responder aos interesses da oligarquia local e dos militares conservadores, além de perseguir toda e qualquer pessoa que se apresentasse como uma ameaça para a contrarrevolução, Castillo Armas (1954-1957) presidiu um governo corrupto e administrativamente ineficiente. A crise econômica chegou a galope, afetando milhares de pessoas.

A mercearia da minha mãe foi um dos postos aonde chegavam os contingentes de alimentos para serem vendidos às pessoas. Se formavam (sic) filas enormes porque não tinha alimento fácil, nem feijão, nem açúcar, nem farinha. Foi uma época difícil para alguns e fácil para a corrupção de outros. (Relato de Ana Maria Quezada, comunicação verbal, abril de 2014)

O descontentamento das camadas médias e menos favorecidas da sociedade, assim como de uma parcela do Exército fiel ao governo revolucionário de Arbenz, favoreceu a organização de diferentes grupos rebeldes que foram dando forças à insurgência que se organizava fora do país. Em 1957, o assassinato de Castillo Armas por seu guarda costas, injetou uma onda de esperanças em milhares de pessoas exiladas que começaram a retornar à Guatemala.

Em 13 de novembro de 1960 houve a primeira grande rebelião militar insurgente, contanto com quase um terço de todos os militares guatemaltecos, que, além de protestar contra a corrupção do novo governo, agora presidido pelo General José Miguel Ramón Ydígoras Fuentes (1958-1963), reclamavam contra a

autorização cedida ao governo norte americano para treinar cubanos anticastristas em solo guatemalteco (GRANDIN, 2004, p. 80). Apesar de fortemente reprimida com bombardeios, essa rebelião foi responsável pelo estreitamento dos laços com o governo cubano, o que favoreceu a opção por uma postura de enfrentamento mais combativa, em oposição às saídas democráticas propostas pela liderança do PGT. Em 26 de fevereiro de 1962, deu-se a conhecer o MR-13¹⁴⁵ (Frente Rebelde Alejandro León Aragón¹⁴⁶), primeira organização conformada por militares rebeldes, marcando assim, o que se poderia considerar o início do enfrentamento armado entre guerrilha e governo (AVENDAÑO, 2014, p. 68). Em março e abril de 1962, aconteceu uma nova onda de protestos contra o governo, encabeçada, sobretudo, pela *Asociación de Estudiantes Universitarios* (AEU) e pelos estudantes secundaristas *Frente Unido de Estudiantes Organizados* (FUEGO).

O movimento aconteceu inicialmente pela fraude eleitoral nas eleições do Congresso, mas com o passar dos dias terminou exigindo a renúncia de Ydígoras, a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte para suprimir a Constituição de 1956, integrar um governo de unidade nacional, garantir a livre existência dos partidos e dissolver os organismos repressivos. (AVENDAÑO, 2014, p. 68, tradução nossa)¹⁴⁷

Conhecidas como *Las Jornadas*, o movimento ocorreu em diversas cidades do país, com forte apoio popular. Sendo duramente reprimido pela polícia e pelo Exército, incluindo o assassinato de três estudantes de Direito, muitos jovens organizados decidiram se juntar aos grupos guerrilheiros que estavam se formando. No final de 1962, uma reunião em Havana deu origem às *Fuerzas Armadas Rebeldes* (FAR), conformada então por jovens universitários, membros do PGT, e alguns remanescentes do MR-13 que estavam em Cuba para receber treinamento.

Em véspera de ano eleitoral, frente a dois subsequentes governos pífios, corruptos e ineficazes (política e economicamente), com a possibilidade da

¹⁴⁵ Movimiento Revolucionario 13 Noviembre

¹⁴⁶ Nome de um dos companheiros assassinado.

¹⁴⁷ *El movimiento se realizaba en un principio por el fraude electoral en las elecciones del congreso, pero al paso de los días terminó exigiendo la renuncia de Ydígoras, la formación de una Asamblea Nacional Constituyente para derogar la Constitución de 1956, integrar un gobierno de unidad nacional, garantizar la libre existencia de los partidos y disolver los organismos represivos.* (AVENDAÑO, 2014, p. 68)

recandidatura do presidente revolucionário, Juan José Arévalo e, pressionados pelo governo norte-americano, os militares decidiram pelo Golpe de Estado, em março de 1963. Acompanhados pelos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, a militarização do Estado guatemalteco chegou a níveis nunca vistos anteriormente, agora com quase todo o aparato de Estado controlado por militares. Anulando a Constituição de 1956 e passando a governar sob decretos, o então presidente Coronel Enrique Peralta Azurdia (1963-1966) logo advertiria que “toda ação individual ou associada de caráter comunista, anárquica, ou contrária à democracia, é punível. A Lei determinará o relativo a esta classe de delitos” (AVENDAÑO, 2014, p. 74, tradução nossa)¹⁴⁸. Abrindo as portas para que os EUA auxiliasse o exército guatemalteco no combate ao comunismo e à guerrilha – incluindo educação cívica à população rural – surgiram os primeiros anos de um novo governo autoritário e repressivo, que mais que combater o inimigo interno dos EUA, queria extirpar todos os resquícios da revolução e eliminar o principal inimigo interno da sociedade latinfundiária guatemalteca: o indígena. O Exército passou a invadir as montanhas e a espalhar bases militares por todo o país, regulamentando de modo arbitrário as relações sociais nos diferentes departamentos.

No final de 1966, em vésperas de eleições e auxiliados pela “Operação Limpeza” norte-americana – responsável pela disseminação em todo o continente americano dos métodos de espionagem, sequestro, torturas, assassinatos e desaparecimentos – o governo empreende a primeira campanha de “terra arrasada” do país, deixando claro o que se pretendia limpar: com o pretexto de combater algumas centenas de guerrilheiros das FAR, o Exército exterminou mais de oito mil camponeses, consolidando o terror que vigoraria nos anos seguintes (GRANDIN, 2004, p. 70).

A efetividade da “Operação Limpeza” desmantelou as FAR, que nos anos seguintes, sob o governo do presidente civil Julio César Méndez Montenegro (1966-1970), pôde juntar forças e se reorganizar. Méndez Montenegro teve como bandeira eleitoral negociações de paz com a guerrilha, o que não era visto com bons olhos pelo governo norte-americano. Os militares pressionaram Méndez para que ele assinasse um “pacto secreto”¹⁴⁹ em que o presidente se

¹⁴⁸ “toda acción individual o asociada de carácter comunista, anárquica o contraria a la democracia, es punible. La ley determinará lo relativo a esta clase de delitos” (AVENDAÑO, 2014, p. 74)

¹⁴⁹ Cf. www.flacsoandes.org/biblio/catalog/resGet.php?resId=25072

comprometia a não compactuar com os subversivos, assim como a persegui-los, além de outorgar às forças armadas o direito de nomear o Ministro de Defesa – nesse caso, o coronel Arraiga Bosque, responsável pela implementação da “Operação Limpeza” no país (AVENDAÑO, 2014, p. 75; GRANDIN, 2004, p. 70). Ainda assim, houve uma diminuição da violência de Estado, inclusive pela menor movimentação e combatividade dos grupos guerrilheiros que, nesse momento, encontravam-se desarticulados, tanto pelas ofensivas do Exército, como por estarem presos em suas mesmas contradições.

Grande parte das lideranças dos grupos guerrilheiros estava imersa em ideais de revolução alheios à realidade da maioria da população guatemalteca empobrecida. Encarcerados em discórdias entre marxismos, lenilismos, guevarismo, etc., não viam a possibilidade de uma luta para além da luta de classes, e ainda que considerassem a necessidade da participação indígena na luta, não consideravam os interesses e especificidades dessa população; eram parte da massa que deveria compor a luta de classes.

No entanto, a população camponesa empoderada e reorganizada socialmente durante a revolução, não desapareceu com a retomada do poder latifundiário, e além de não aceitar se colocar a serviço dos mandos e desmandos dos líderes das FAR, sobretudo membros do PGT, reivindicavam o direito de participação ativa junto aos grupos insurgentes, exigindo que se respeitasse as especificidades dos interesses indígenas. As tensões entre os diferentes grupos que compunham as forças rebeldes carregavam as marcas de uma sociedade contraditória e racista, que mesmo quando se propunha revolucionária, tinha dificuldades de ver o indígena para além dos estigmas de burro e teimoso, um sujeito inferior, que necessitaria da ajuda dos intelectuais da esquerda organizados, para sair de sua situação de miséria e exploração.

É importante ressaltar que, quando se fala da reorganização do poder local que se deu nas comunidades indígenas durante a revolução, não se fala somente da relação de poder entre indígenas e ladinos, ou entre indígenas e latifundiários. Em muitos casos, para que fosse possível se apoderar de terras comunais ou mesmo para explorar mão de obra barata, os latifundiários valeram-se da ajuda de membros das comunidades, em troca de benefícios como terras, gado, instrumentos para o trabalho, e claro, proteção militar. Em geral, eram pessoas que ocupavam lugares de prestígio e importância, como líderes espirituais, que faziam uso de sua posição de poder para manipular a população local,

conformando assim os grupos hegemônicos, em conjunto com a elite de conservadores, os latifundiários e alguns militares. Com os avanços do período revolucionário essas relações foram abaladas e as estruturas de poder dentro das mesmas comunidades questionadas, quando não, transformadas.

Depois de 1954, com a ascensão do poder latifundiário, vários “líderes” retornaram a seus postos, mas não sem a resistência popular e o uso da força para punir os “subversivos”. Em muitos casos a punição não vinha imediatamente: ao se saber que alguém questionara a autoridade de um líder espiritual ou suas relações políticas, ao chegar para trabalhar nas fazendas a punição vinha com a justificativa de algum mau comportamento trabalhista.

Salve a ironia, nesse novo contexto de violência e exploração, a Igreja foi uma grande aliada para a resistência – ainda que não pela vontade do alto clérigo. Seguindo sua velha lógica assistencialista de ajudar os indígenas a sair da situação de miséria mostrando-lhes o caminho do bom homem branco – e nesse caso, incentivados pelo governo contrainsurgente que usava a Igreja para combater ideologicamente o comunismo – levaram uma série de missionários da Ação Católica aos territórios mais afastados, com o propósito de combater o paganismo maia. No entanto, essa manobra foi um tiro que saiu pela culatra, e foram os padres que terminaram por se converter à insurgência.

A grande maioria de padres missionários vindos da Espanha, que chegavam às comunidades, assustava-se não só com a situação de profunda pobreza e vulnerabilidade social em que a população se encontrava, mas também com a violência desmedida utilizada pelo Exército, pelos fazendeiros e por seus capatazes. Muitas dessas comunidades estavam afastadas dos polos urbanos e eram de difícil acesso, o que fazia com que os missionários não tivessem outra opção, além de se relacionar com a comunidade. Ainda que o objetivo principal fosse enfrentar as “*costumbres*”, as práticas culturais e religiosas maias, a imersão na realidade social das comunidades foi, pouco a pouco, convocando a pensarem estratégias reais de enfrentar a miséria. O sistema de colonato foi logo visto como uma das grandes mazelas responsáveis pela manutenção daquela situação de desigualdade, levando diversos padres missionários a criarem programas de capacitação profissional e organização cooperativista, de modo a que as comunidades pudessem buscar sua independência econômica.

Mesmo sem este objetivo, ao promover espaços de organização social, em que as pessoas refletissem sobre suas condições, a Ação Católica favoreceu a consolidação de muitos espaços de luta e resitência, o que estreitou os laços dos missionários com as comunidades, e terminou por implicá-los ainda mais na luta contra a desigualdade. Depois de 1962, com o Concílio Vaticano II e com o surgimento da Teologia da Liberação na América Latina, o posicionamento de muitos padres em prol dos pobres e injustiçados foi se radicalizando e alguns integraram a guerrilha. Com o uso da educação popular paulo-freiriana, conscientizavam e politizavam as comunidades para que reagissem aos problemas sociais, incentivando que a partir de suas próprias histórias e seus próprios conhecimentos, pudessem se reconhecer como sujeitos, com capacidade crítica e de transformação: “essa conscientização teve um impacto profundo sobre a antiga cultura guatemalteca de subserviência e servidão” (GRANDIN, 2004, p. 88).

Foi nesse contexto de mobilização social que o movimento guerrilheiro foi induzido a se rever, dando início ao que foi considerada uma segunda etapa do conflito armado interno.

2.5 E nos arrasaram tudo e aí nos assustamos ainda mais – Conflito Armado-Interno, década de 70

Em 1970 houve novas eleições e mais uma vez chegou à presidência um candidato do Exército: o Coronel Carlos Arana Osório (1970-1974), representante do *Movimiento de Liberación Nacional*. De setembro de 1971 a novembro 1972 o país esteve sob o estado de sítio, e a polícia e o Exército tiveram carta branca para invadir casas e prender arbitrariamente qualquer pessoa que pudesse parecer suspeita. O país foi dividido em sete zonas militares, coordenadas cada qual por um comandante com poder total sobre todas as instituições políticas da região, levando o aparato de Estado a militarizar-se ainda mais. O terror praticado por Arana marcava uma nova fase de violações de direitos humanos. Somente nesse período foram assassinados e desaparecidos mais de 7.000 guatemaltecos e os grupos insurgentes conformados pelo PGT, pelas FAR e pelo MR-13 foram completamente desmantelados.

Logo depois disso, começou a haver uma nova reorganização dos grupos insurgentes, agora trazendo uma perspectiva crítica atravessada tanto pela

participação de mulheres e de indígenas, como de outros grupos marginalizados, compondo, em alguns casos, movimentos paralelos à guerrilha, que não tinham a luta armada como primeira opção. Ficava cada vez mais claro, que não bastava a superação da exploração capitalista para que problemas sociais como o racismo fossem resolvidos. As Ligas Camponesas, por exemplo, eram organizações não clandestinas, compostas, sobretudo, por maias adeptos da democracia cristã, que buscavam, entre outras coisas, combater o abuso do trabalho temporário e da exploração de mão-de-obra nas plantações da costa pacífica, o desmatamento, a delinquência¹⁵⁰, a expropriação de terras e de água, e a discriminação cultural (GRANDIN, 2004, p. 89).

Desse novo momento reflexivo, também surgem os movimentos guerrilheiros *Nueva Organización Revolucionaria de Combate* (NORC) e a *Organización del Pueblo en Armas* (ORPA). Ambas mais cientes da importância de se combater o racismo para que fosse possível uma transformação realmente efetiva na sociedade guatemalteca, rejeitavam a inclinação classista e urbana tomada pelo PGT. Inseridos dentro das discussões pós-coloniais da década de setenta, pretendiam dar legitimidade ao lugar do indígena, buscando maior diálogo com a população local. A NORC foi de fundamental importância para o combate aos projetos de exploração extrativista no norte do país, e a ORPA para o combate ao trabalho forçado da costa pacífica. A força, que ia ganhando os grupos insurgentes nessas regiões, fez muitos fazendeiros recorrerem à ajuda do Exército, que, com a justificativa de combater à guerrilha, não poupou esforços em massacrar comunidades e bombardear montanhas.

Com a entrada do General Kjell Laugerud García (1974-1978) como presidente, em 1974, a violência aumentou a tal ponto que até as relações diplomáticas e de apoio militar entre Guatemala e EUA foram abaladas, chegando este inclusive a negar apoio. O governo guatemalteco teve que recorrer à ajuda de outros governos para abastecer seu arsenal de guerra, e foi o

¹⁵⁰ Um aspecto que facilmente recai em contradição dentro dos movimentos sociais é o combate à discriminação cultural somado ao combate de outra manifestação cultural. O termo delinquência muitas vezes é utilizado para se referir a um conglomerado de jovens rebeldes que não obedecem às regras e bons costumes, e que devem ser “postos na linha”. Ainda que em muitos casos haja ações violentas por parte destes jovens, há, sobretudo, uma estereotipia e estigmatização social, que inclusive legitima a violência contra a juventude. A aderência às lógicas opressoras por parte dos oprimidos foi problematizada por Paulo Freire e atravessa este trabalho quando pensamos que há um “eu” que foi violentado ao ser excluído da zona do ser, e que violenta a um “outro” na zona do não-ser.

governo de Israel quem mais colaborou, com fusíveis, aviões e veículos blindados.

O projeto desenvolvimentista de Laugerud incluía, sobretudo, a abertura ao capital estrangeiro para a exploração de recursos minerais, como petróleo, no norte do país. No entanto, a região conhecida como Franja Transversal Norte, a mais rica em recursos minerais, compunha os principais serras e vales a que a população indígena havia recorrido para se proteger desde a colonização. A população camponesa organizada tentou fazer frente à entrada do capital extrativista na região dirigindo-se às instituições legais de Estado para garantirem seus direitos. Em muitas das viagens à capital, os líderes das organizações eram ameaçados, chamados para depor ou presos arbitrariamente.

Diante da impossibilidade de recorrer aos meios legais, alguns membros de diferentes organizações começaram a se associar aos grupos guerrilheiros, para fortalecer a luta camponesa. A NORC vinha desde 1972 atuando junto às comunidades do norte, procurando incluir camponeses indígenas em seu corpo e conscientizar a população da situação política do país. Dessa junção, formou-se em 1974, o *Ejército Guerrillero de los Pobres* (EGP), organização guerrilheira que, como a ORPA, aproximava lideranças indígenas e ladinas, ainda que o comando geral ficasse sempre em mãos de brancos intelectuais.

Em 1976, um terremoto deixou o país em condições ainda mais miseráveis, e escancarou a situação de abandono em que as comunidades encontravam-se. No entanto, o completo descaso do governo e a necessidade de reerguer comunidades inteiras levaram as populações locais a se unirem e a se organizarem por conta própria, gerando laços de solidariedade que vinham se perdendo com a violência do Estado. Juntaram-se para o trabalho diversas organizações camponesas como as cooperativas, as ligas, os comitês comunitários, conformando o que em 1978 viria a compor o Comitê de Unidade Camponesa (CUC), primeira federação camponesa nacional de Guatemala organizada e dirigida por maias (GRANDIN, 2004, p. 89; AVENDAÑO, 2014, p. 99). Trás o trágico massacre de Panzós¹⁵¹ (comunidade Q'eqchi do departamento de Alta Verapaz, região noroeste do país), em que o Exército alvejou em praça pública dezenas de civis que se juntavam para discutir questões relacionadas a terra, mais de 100.000 camponeses foram as ruas para protestar, mostrando a

¹⁵¹ Sobre o massacre de Panzós, Cf. PAREDES, Carlos. **Te llevaste mis Palabras**. Tomo I e II, ECAP: Guatemala, 2004.

força do recém-nomeado comitê. O CUC passou a representar os interesses das comunidades, promovendo enfrentamento direto com os agiotas, os contratistas de mão-de-obra barata, com o Exército que obrigava o alistamento, sobretudo, de jovens maias, enfrentando a corrupção na concessão de terras e nas licenças para extrativismo. Sobretudo, o Comitê eminentemente indígena, passou a "reinterpretar a história nacional da Guatemala pela experiência da discriminação e da exploração racial" (GRANDIN, 2004, p. 97).

Vamos tentar dar um quadro [...]do que é ser indígena neste contexto de repressão, exploração e discriminação. O massacre de Panzós não é um incidente isolado. É o elo de uma corrente maior [...] uma continuação da repressão, do desapossamento, da exploração e do aniquilamento do indígena, uma situação inumana que se iniciou com a invasão espanhola [...] Basta mencionar os massacres da era colonial, os lentos massacres perpetrados quando obrigavam os indígenas e os ladinos pobres a trabalharem nos cafezais. Basta mencionar os massacres cometidos pela direita desde a queda de Arbenz, os trinta mil mortos ou mais nos últimos 25 anos, que, em sua maioria, eram indígenas e ladinos pobres. É essa a nossa história, isso e ainda mais, porque muita coisa caiu no esquecimento, foi sepultada, existe apenas no coração. (CUC apud GRANDIN, 2004, p. 97).

Nas cidades os protestos também aumentavam e a população começava a demonstrar de modo generalizado sua insatisfação com a situação política, econômica e social no país. O recém-empossado presidente, General Romeo Lucas Garcia (1978-1982), respondeu aos protestos com uma onda de repressão, dando início a uma nova série de assassinatos extrajudiciais, desapareções e prisões arbitrárias. Em 31 de janeiro de 1980, o CUC organizou uma manifestação na frente da Embaixada da Espanha, com o objetivo de denunciar às autoridades internacionais os crimes cometidos pelo governo guatemalteco, sobretudo os assassinatos e os massacres de comunidades inteiras. Quarenta manifestantes entraram na embaixada, entre eles Vicente Menchú, um dos fundadores do CUC, e o Exército, sem respeitar a supremacia territorial de Espanha, invadiu a embaixada e ateou fogo no prédio. Além do embaixador, somente um manifestante sobreviveu, sendo assassinado pouco depois no hospital. Em novo protesto, o CUC conseguiu reunir mais de 75.000 trabalhadores na maior greve da história do país: durante uma semana os principais engenhos de açúcar da região costeira foram paralisados e as

mobilizações possibilitaram que trabalhadores de diferentes regiões, classes e etnias se unissem.

O empoderamento das comunidades indígenas era visto com maus olhos pelos grupos conservadores, e sua organização e luta, além de remeter ao período revolucionário que abalou as condições de privilégio de diferentes grupos hegemônicos, colocava em risco os interesses da oligarquia guatemalteca de abrir o país para a exploração de recursos minerais, assim como do capital estrangeiro em explorá-los. O triunfo da Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) na Nicarágua, em 19 de julho de 1979, deixou os governos em alerta e o governo norte-americano elaborou outras estratégias de enfrentamento ao comunismo. Os Esquadrões da Morte e a polícia contrainsurgente ganharam novas forças, assim como treinamento, transformando-se em um batalhão de vorazes assassinos e torturadores: “andavam à solta, matando e fazendo desaparecer uma média de duzentas pessoas por semana. Os cadáveres se empilhavam nas ruas e nos córregos da cidade de Guatemala” (GRANDIN, 2004, p. 99). Destinados a atuar também no norte do país, atacaram diretamente as cooperativas agrícolas e os membros da Ação Católica.

Ao governo de Lucas García é atribuída a eliminação de cooperativas camponesas na zona de Ixcán: Mayaland, Xalbal, Resurrección, Cuarto Pueblo, Los Ángeles e Zuni, Ixcán Grande, Kaibil Balam, Santo Tomás, Santiago Ixcán, Trinitaria y Santa María Tzejá, entre outras. Assim como um massacre de 36 pessoas em Chajul, um de 60 em San Juan Cotzal, o assassinato dos sacerdotes José María Gran, Faustino Villanueva e Juan Alonso, junto a outros milhares de desaparecidos, torturados e assassinados. (AVENDAÑO, 2014, p. 106, tradução nossa)¹⁵²

Com a habitual desculpa de combater a ascensão do comunismo e derrotar a guerrilha, o governo deu início ao mais perverso plano de limpeza social. A estratégia central de combate era “*quitar agua al pez*” (tirar a água do peixe), o que deu início, em novembro de 1981, à “Operación Cenizas”. O objetivo era despovoar os territórios próximos às regiões onde se encontrava a guerrilha, e acabar com qualquer possibilidade de ajuda e abastecimento: o Ejército destruía

¹⁵² Al gobierno de Lucas García, se le atribuye la eliminación de cooperativas campesinas en la zona de Ixcán: Mayaland, Xalbal, Resurrección, Cuarto Pueblo, Los Ángeles y Zuni, Ixcán Grande, Kaibil Balam, Santo Tomás, Santiago Ixcán, Trinitaria y Santa María Tzejá, entre otras. Así como una masacre de 36 personas en Chajul, una de 60 en San Juan Cotzal, el asesinato de los sacerdotes José María Gran, Faustino Villanueva y Juan Alonso, junto a otros miles de desaparecidos, torturados y asesinados. (AVENDAÑO, 2014, p. 106)

comunidades inteiras, queimando aldeias e plantações, além de assassinar brutalmente quaisquer pessoas que fizesse resistência a sua passagem. Milhares de pessoas foram para o exílio, migraram internamente, e, sobretudo, recorreram à ajuda das serras e dos vales.

A revolução sandinista na Nicarágua, a maior organização comunitária, o contato direto da ORPA e do EGP com as populações indígenas, assim como o refúgio nas montanhas frente à violência de Estado, aumentou o crescimento da resistência armada nessa época. Também o clima de medo e a falta de perspectivas de mudanças reais no governo, levaram muitas pessoas, que se posicionavam desde as resistências, a optar pela lutar armada:

[...] não cabe a menor dúvida que a maior insurreição de povos indígenas em toda a história do país foi produzida entre 1980 e 1982. Nunca antes na história do país havia se produzido uma crise estatal como a desses anos. Ao redor de 250.000 pessoas estavam envolvidas, e a maioria como base social, simpatizante ou colaboradora nos projetos revolucionários (principalmente EGP e ORPA) que nesse momento já tinha saído publicamente, depois de quase uma década de rearticulação e abastecimento. A maioria destes insurretos era indígena dos departamentos de Quiché, Huehuetenango, Alta y Baja Verapaz, San Marcos, Sololá, Chimaltenango, Totonicapán e Petén. Coincidência que fossem a maior população indígena e, por tanto, os de maior índice de exclusão? Não. A construção de uma alternativa real ao sistema, claramente entendida a fins de 1960 pelos fundadores dessas organizações, requeria de este tipo de sujeito revolucionário. (Ibarra et al, 2012, tomo II, p. 244, tradução nossa)¹⁵³

Em 1981, ainda que de modo bastante desorganizado, houve uma reação importante da guerrilha em 18 dos 22 departamentos do país e, em 7 de fevereiro de 1982, a ORPA, o EGP apoiado pelo CUC, e o que restava das FAR e do PGT, decidiram somar forças e criar a *Unidad Revolucionaria Nacional de Guatemala* (URNG).

¹⁵³ [...]no cabe la menor duda de que la mayor insurrección de pueblos indígenas en toda la historia de Guatemala se produjo entre 1980 y 1982. Nunca antes en la historia del país se había producido una crisis estatal como la de esos años. Cerca de 250.000 personas estaban involucradas en su mayoría como base social, simpatizante o colaboradora en los proyectos revolucionarios (principalmente EGP y la ORPA) que para entonces ya se habían desplegado públicamente, después de casi una década de rearticulación y acumulación. La mayoría de estos insurrectos era indígenas de los departamentos de Quiché, Huehuetenango, Alta y Baja Verapaz, San Marcos, Sololá, Chimaltenango, Totonicapán y Petén. ¿Coincidencia con que fueran los de mayor población indígena y, por lo tanto, los de mayor “índice de exclusión”? No. La construcción de una alternativa real al sistema, claramente entendida a finales de 1960 por los fundadores de esas organizaciones, requería de este tipo de sujeto revolucionario. (Ibarra et al, 2012, tomo II, p. 244)

Finalmente o conjunto de organizações evoluiu do agir exclusivamente militar (foquista, frentista) à negociação política; do esforço individual em transformar as estruturas políticas e econômicas, ao reconhecimento do Estado através da negociação para uma saída política ao conflito armado. Foi nesse período que ocorreu um giro estratégico frente à impossibilidade de fazer triunfar o projeto militar revolucionário. (ODHAG, 1998, p. 196, tradução nossa)

No entanto, o giro estratégico também ocorreu do lado contrainsurgente. Vendo o crescimento da força popular e o severo desgaste no qual se encontravam as ditaduras militares de Guatemala e em El Salvador, a Inteligência Militar dedicou-se a repensar suas ações: estudaram as estratégias revolucionárias e cooptaram de seu discurso tudo o que pudesse ser útil para destruí-la, passando a desenvolver uma estratégia de solução pacífica, que incorporasse elementos políticos, sociais, econômicos e culturais, relacionados fundamentalmente com a situação das comunidades indígenas, que cada vez mais, aderiam à luta revolucionária. Atentos à corrupção e à ineficiência administrativa de Lucas Garcia, a Inteligência arquitetou um novo golpe militar, e em março de 1982 colocaram no poder o pastor Efraín Rios Montt. Como ele e a maquiagem “pacífica” de seu governo, a população guatemalteca viveria os piores anos de terror, e a estratégia de limpeza social, a sua máxima expressão.

2.6 E nos impuseram tudo isso para que esquecêssemos, para que morrêssemos definitivamente

Contando novamente com o apoio norte-americano e buscando uma renovação moral para o país, Rios Montt começou seu governo com um discurso de paz, inclusive oferecendo anistia aos grupos de esquerda. A partir da análise sobre a situação social de miséria e pobreza como as principais responsáveis pela rebeldia, seguiu o Plano Nacional de Segurança e Desenvolvimento, elaborado pela Inteligência Militar, na qual o enfrentamento à insurgência deveria se dar menos no âmbito militar e político, e mais no social e econômico, buscando alcançar as “vontades e corações das comunidades” (GRANDIN, 2004, p. 102).

No projeto estava a suspensão dos Esquadrões da Morte e a criação das Patrulhas de Autodefesa Civil (PACs): grupos de civis organizados pelo Exército que tinham como função atuar diretamente nas comunidades, buscando manter

a ordem e a paz. Para isso, controlavam quaisquer ações dos grupos organizados, mantendo sob estrito controle toda a população. Próximo às fazendas, foram criadas as Aldeias Modelos, novas comunidades compostas tanto por pessoas fiéis ao governo que seguiam trabalhando nos latifúndios, como sobreviventes das ofensivas militares de terra arrasada.

Estas aldeias modelo eram vigiadas e praticamente regidas pelo Exército, que se encarregava inclusive de administrar o alimento, quebrando assim com as leis tradicionais e com a estrutura cultural das comunidades; além disso, desse modo evitavam, obviamente, qualquer forma de organização e muitos dos habitantes eram praticamente obrigados a somar-se às Patrulhas de Autodefesa Civil.

A estratégia de feijões e fusíveis, por sua vez, buscava incentivar as pessoas para que se somassem às PAC em troca de comida. Esses alimentos eram proporcionados pelas Nações Unidas, os oficiais saíam a recrutar gente, acompanhados de indígenas bilíngues, com a fórmula comida por trabalho e assistência médica. (AVENDAÑO, 2014, p. 108, tradução nossa)¹⁵⁴

O projeto aparentemente pacificador de Rios Montt, ao mesmo tempo em que melhorava a imagem internacional do governo, possibilitava um ataque ideológico às comunidades e aos grupos resistentes. Depois de alguns meses de ofertada a anistia, o governo pode se utilizar da pouca adesão a ela para reconstruir a imagem do inimigo interno do Estado, contrário à paz, e a partir disso legitimar a violência do Estado em prol de combatê-los. Usando de manipulação midiática e da entrada das patrulhas nas comunidades, o governo pedia ajuda e compreensão da população para o combate final contra os rebeldes. Com o argumento de que a cultura indígena, fechada e isolada, tornava as comunidades vulneráveis ao comunismo, o governo legitimou centenas de ataques atrozes, assim como a imposição de vida nas Aldeias Modelo. Foi decretado Estado de Sitio, abolidas as garantias institucionais, instaurado um sistema de vigilância totalitário com interceptação de cartas, grampos telefônicos, revistas de casas, comércios, automóveis, além de novos pelotões

¹⁵⁴ *Estas aldeas modelo eran vigiladas y prácticamente regidas por el ejército, que se encargaban incluso de administrar el alimento, rompiendo así con las leyes tradicionales y con la estructura cultural de las comunidades; además, de ese modo evitaban, por supuesto, cualquier forma de organización y muchos de los habitantes eran prácticamente obligados a sumarse a las PAC.*

La estrategia de frijoles y fusiles por su parte buscaba incentivar a la gente para que se sumara a las PAC a cambio de comida. Estos alimentos eran proporcionados por Naciones Unidas, los oficiales salían a reclutar gente acompañados de indígenas bilingües, con la consigna comida por trabajo y asistencia médica. (AVENDAÑO, 2014, p. 108)

encarregados de assassinatos, torturas e desapareições. Essas medidas faziam parte dos planos de campanha militar *Victória 82*, *Firmeza 83* e *Operación Sofía*, planos “executados com um frenesi racista não só contra os indígenas, mas contra tudo o que se considerasse indígena”.

O terror se transformou num espetáculo: soldados, comissionados e patrulheiros civis estupravam as mulheres diante dos maridos e dos filhos. O zelo anticomunista e o ódio racista se disseminaram no desempenho da contrainsurgência. As matanças eram inconcebivelmente brutais. Os soldados matavam crianças, lançando-as contra rochas na presença dos pais. Extraíam órgãos e fetos, amputavam a genitália e os membros, perpetravam estupros múltiplos e em massa e queimavam vivas algumas vítimas. Na lógica que identificava a cultura indígena com a subversão, as unidades do Exército destruíam os sítios cerimoniais e transformavam os locais sagrados, como as igrejas e as cavernas, em câmaras de tortura. (GRANDIN, 2004, p. 105)

De 1982 a 1983 foram mais de 400 comunidades inteiramente arrasadas. Além dos crimes citados, estima-se que em torno de 25.000 crianças, jovens, indígenas, camponeses e trabalhadores pobres, foram sequestrados e obrigados a integrar as PACs. Centenas de mulheres foram levadas como escravas sexuais para as fazendas e para as Aldeias Modelo, terminando por parir filhos de seus próprios violadores. A brutalidade dos assassinatos, incluindo a ostentação de fetos pendurados em lugares públicos, pareceu marcar simbolicamente o ódio contra a população indígena e a vontade de destruir, desde as raízes, sua cultura.

Vale ressaltar que fez parte dessa operação a entrada massiva de igrejas evangélicas no país. Vindas dos EUA, com o propósito de pregar em nome do Estado liberal e contra o comunismo, constituíram uma importante estratégia de desmobilização das comunidades e de pregação contra os *costumes* indígenas. Durante quatrocentos anos de tentativa de catequização católica, os Maias conseguiram preservar em grande medida as *costumbres* e tradições religiosas. Em menos de uma década de entrada do evangelismo em regiões extremamente vulnerabilizadas pela violência, as práticas ancestrais foram deixadas de lado pela maioria da população nas comunidades, ficando o saber ancestral delegado a uns poucos que sobreviveram nas montanhas. Além do que isso significa culturalmente – *hicieron con que olvidáramos de lo nuestro* – os pastores foram grandes apoiadores do Exército e os principais representantes religiosos nas

Aldeias Modelo, participando ativamente da estrutura de poder violenta do Estado.

Com a ofensiva militar de terra arrasada e de encarceramento nas Aldeias Modelo, milhares de guatemaltecos que se negavam ao controle do Exército, saíram para o exílio no México ou se deslocaram internamente. O Exército criou bases militares especiais na fronteira para evitar a fuga, assim como invadiu regiões ao sul do México para encontrar refugiados, infringindo mais uma vez a supremacia territorial de um país. Recorrendo novamente a ajuda das serras e dos vales, um grande contingente de pessoas foi adentrando mais ao norte, nas selvas de Ixcán e de Petén, e nas montanhas da região Ixil. Os diversos grupos de *desplazados*¹⁵⁵, que em sua maioria não se sentiam seguros em retornar ao território destruído pelo Exército, começam a se reunir e a conformar núcleos de povoamento paralelos aos grupos guerrilheiros, estabelecendo-se como população civil desarmada.

Estas novas comunidades de refúgio foram um exemplo de resistência e de autonomia, pois por mais que fossem acusadas de ter vínculos com as guerrilhas, está documentado que este processo foi independente delas, se as comunidades se organizaram, foi pela necessidade de sobreviver às condições infra-humanas na que se encontravam. Algumas organizações guerrilheiras deu-lhes apoio para certos processos, mas não as determinavam. Em 1990 estas comunidades vieram a público sob o nome de *Comunidades de Población en Resistencia (CPR)*¹⁵⁶ exigindo que se lhes reconhecesse como população civil desarmada que havia sido espoliada de suas terras de origem e marginalizadas, tendo de viver nas montanhas para preservar sua vida. (AVENDAÑO, 2014, p. 109, tradução nossa)¹⁵⁷

A atroz violência desse período, destinada sobretudo contra a população civil (incluindo massacres cometido pela mesma esquerda à comunidades que apoiavam às PACs), favoreceu o giro estratégico de enfrentamento da URNG. A

¹⁵⁵ O termo “desplazados” (deslocados) faz referência àquele que deixa seu lugar em busca de refúgio, sem, no entanto, ultrapassar as fronteiras do próprio país.

¹⁵⁶ Comunidades de População em Resistência

¹⁵⁷ *Estas nuevas comunidades de refugio fueron un ejemplo de resistencia y de autonomía pues por más que se les acosara de tener vínculos con las guerrillas está documentado que este proceso fue independiente de ellas, si las comunidades se organizaron fue por la necesidad de sobrevivir a las condiciones infrahumanas en que se encontraban, algunas organizaciones guerrilleras les brindaron el apoyo para ciertos procesos pero no las determinaban. En 1990 estas comunidades salieron a la luz pública bajo el nombre de Comunidades de Población en Resistencia (CPR) exigiendo que se les reconociera como población civil desarmada que había sido despojada de sus tierras de origen y orillada a vivir en la montaña para preservar su vida.* (AVENDAÑO, 2014, p.109)

diferença de 2.000 mil guerrilheiros mal treinados e com pouco armamento, para os 50.000 soldados capacitados e armados pela Inteligência Norte-americana, deixava clara a impossibilidade de seguir insistindo na mesma via de resistência. Ainda assim, não havia um posicionamento unânime entre as diferentes organizações, que continuavam tendo autonomia para realizar suas ações e se dividiam entre àqueles que insistiam na via armada, e aqueles que buscavam negociações diplomáticas. A maquiagem pacífica do Plano Nacional de Segurança e Desenvolvimento permitiu a abertura de alguns canais de diálogo, assim como uma reorganização no campo social até certo ponto desatrelada da insurgência.

O conjunto de uma série de fatores, expostos até aqui, levou a que diversos grupos sociais, com as mais distintas razões, passassem a se reunir para negociar a paz no país. Os empresários viam seus negócios afetados, a classe média pagava altos impostos para custear a guerra, a insurgência não tinha mais forças para combater, a população estava sendo massivamente dizimada, os organismos internacionais de Direitos Humanos começavam a virar seus holofotes para o país, as ditaduras militares estavam desgastadas e o conflito Leste-Oeste principiava a esfriar.

Rios Montt foi deposto no final de 1983 e em seu lugar entrou o general Oscar Humberto Mejía Victores (1983-1986), que apesar de inicialmente não diminuir a repressão, passou a implementar um projeto militar de transição política, que culminaria em 1985 com a eleição do primeiro presidente civil eleito em 20 anos. Durante o governo de Majía Victores, fortaleceram-se as PACs e as estratégias de controle ideológico da população civil foram refinadas.

O processo de transição democrático acelerou-se com a pressão internacional, sobretudo após a difusão do testemunho de Rigoberta Menchú sobre as atrocidades cometidas pelo Governo de Guatemala. Em 1º de julho de 1984 foram convocadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, e a nova constituição passou a reconhecer o direito à organização política. Foram convocadas eleições para o ano seguinte e 12 partidos participaram do processo, incluindo o Partido Socialista Democrático.

Marco Vinicio Cerezo Arévalo (1986-1991) chegou à presidência em um processo eleitoral aparentemente limpo, mas a abertura política não foi vista com bons olhos pelos militares que advertiram o governo através de algumas tentativas de Golpes, em parte, mal sucedidos.

Graças a estas tentativas de golpe o Exército conseguiu que várias medidas adotadas pelo governo fossem deixadas de lado, sobretudo no que diz respeito às negociações com a URNG. Além disso, mediante a denúncia do *Plan Manila* que anunciava um complô para assassinar o presidente, o Exército conseguiu, finalmente, marcar um forte controle sobre este. (AVENDAÑO, 2014, p. 114, tradução nossa)¹⁵⁸

A partir de então, o país viveu um complexo processo de transição democrática, que se estende até os dias de hoje. A força que os grupos militares haviam adquirido e a pressão efetuada pelo Exército em todos os setores da sociedade, nunca possibilitaram uma real abertura, nem mesmo honestidade quanto aos crimes cometidos. Além de terem dominado todo o aparelho de Estado por décadas e terem vínculos diretos com a oligarquia cafeeira, muitos foram investindo no mercado, tornando-se acionistas de empresas e corporações. Desse modo, ainda que se denunciasse a violência e se falasse de negociações de paz, o Exército nunca foi posto oficialmente como responsável pelas ações do Estado, e inclusive muitos líderes da contrainsurgência ficaram à frente de algumas instituições governamentais. Legitimados como grupo de poder, durante todas as negociações de paz o Exército nunca deixou de assassinar, perseguir, torturar ou autorizar que grupos paramilitares e fazendeiros o fizessem. As PACs passaram a se chamar *Comités Voluntários de Defensa Civil*, e deram continuidade ao plano de enfrentar a insurgência por outras vias, exercendo forte coerção social travestida de vontade popular, sobretudo contra a população civil organizada, aquela que seguia optando por resistir e lutar sem aderir à via armada e que, em breve, se daria a conhecer como *Comunidades de Población en Resistencia* (CPR).

Mesmo com o começo de reuniões oficiais para as negociações de paz em 1987, conhecidas como *Esquímulas I e II*, o Exército lançou o plano *Fortaleza 87* de ofensiva à guerrilha, para evitar o crescimento da URNG. Por outro lado, neste mesmo ano, o governo constituiu a *Comisión Nacional de Reconciliación* (CNR), que, conformada por membros do governo, organizações políticas e membros da Igreja, a partir de então seria responsável pelas negociações de paz com a URNG. A cooperação internacional favoreceu a entrada de diversos

¹⁵⁸ *Gracias a estos intentos de golpes el ejército logró que varias medidas adoptadas por el gobierno fueran echadas abajo, sobre todo en cuanto a la negociación con la URNG. Además mediante la denuncia del Plan Manila que anunciaba un complot para asesinar al presidente el Ejército logró finalmente marcar un fuerte control sobre el presidente.* (AVENDAÑO, 2014, p.114)

pesquisadores no país que se dedicaram a investigar as causas e natureza da violência, tentando ampliar o debate para além das dicotomias direita-esquerda, exército-guerrilha, e contribuir para as negociações de paz. Organizados ao redor de institutos de pesquisa social, como AVANCSO, FLACSO, CIRMA, historiadores, antropólogos, sociólogos, psicólogos, etc., começam a ir às comunidades procurando tanto compreender o contexto social guatemalteco, como oferecer algum tipo de apoio às vítimas do conflito, fortalecendo, assim, a população civil organizada.

Esses pequenos avanços de abertura democrática levaram o Exército a executar novas represálias e a pressionar para que não houvesse negociações com guerrilheiros. Esse período marca a dupla face do Plano Nacional de Segurança e Desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que um clima de confiança começava a ser construído entre população civil e governo, o Exército aproveitava-se dessa abertura para permear ainda mais as diferentes estruturas sociais. Em setembro de 1987, por exemplo, em uma nova ofensiva contra as comunidades em resistência, o exército capturou mais de 5000 refugiados que foram levados para as Aldeias Modelo ou para acampamentos de reeducação política.

Educados politicamente em prol de “objetivos nacionais” algo difusos, com uma educação moral e militar, em que se aprendia, sobretudo, o caminho do bom cidadão, e a história do heroísmo do Exército em oposição ao perigo representado pelos comunistas, nos acampamentos fez-se que em pouco tempo os capturados “esquecessem” o porquê de haverem fugido para as montanhas, e passassem a aderir a um estapafúrdio discurso anticomunistas: “O oficial na zona disse que na Nicarágua todo mundo se veste igual. Não pode ter mulher, não permitem nenhuma religião, todas as colheitas são para o governo, não pode ter terra própria, nada. Graças a Deus isso não aconteceu aqui” (MANZ, 1999, p. 11, tradução nossa)¹⁵⁹. A força do discurso ideológico promovido nesse período pode ser vista no contraste do depoimento desse senhor, que, de acordo com a antropóloga Beatriz Mans, nesse momento não tinha nenhum pedaço de terra, nem casa, estava com as roupas rasgadas, o sapato furado, e trabalhava como voluntário para as PACs.

¹⁵⁹ “El oficial en la zona nos dijo que en Nicaragua todo el mundo se viste igual. Uno no puede tener mujer, no permiten ninguna religión, todas las cosechas son para el gobierno, no se puede tener tierra propia, nada. Gracias a Dios eso no pasó aquí” (MANZ, 1999, p. 11)

A imposição de um modo de vida dentro das Aldeias Modelo e de um único modo de pensamento, com a educação política, foi um recurso muito eficiente para ocidentalizar a população maia, fragilizada depois de tantos anos de violência. O Ministro de Defesa Hector Alejandro Gramajo, ao falar do Fortaleza 87 em um seminário de formação, recordava aos militares

o papel do Exército na sociedade como defensor e garantidor de uns tais objetivos nacionais, que unicamente definiu em torno da democracia (*a forma de vida escolhida por nossos cidadãos*) e à civilização ocidental (*cujos fundamentos residem na política arquitetônica grega, no direito romano e no cristianismo*). Esta defesa global dos valores democráticos ficou matizada quando advertiu que o pluralismo algumas vezes entorpeceu o desenvolvimento normal da cotidianidade, e também se referiu ao subdesenvolvimento político de Guatemala, no qual o modelo político adotado não é o ideal. (REHMI, V.III, p. 258, grifo do autor, tradução nossa)¹⁶⁰

O discurso de formação militar colocava assim, de modo declarado, o pluralismo das populações indígenas como um empecilho para a consolidação da democracia e o desenvolvimento de Guatemala rumo à civilização ocidental. As formas de agir e pensar das populações maias foram finalmente postas como contrárias a uns tais *objetivos nacionales*, e caberia ao Exército defendê-los e garanti-los. Ainda que as negociações de paz seguissem e o Exército se posicionasse contra a negociação com guerrilheiros, seu principal alvo parecia ser as populações civis organizadas. Os esquadrões da morte voltaram a ganhar força e o Exército aumentou sua ofensiva no norte do país, atacando as CPRs escondidas em Ixcán e na região Ixil, as regiões mais ricas em petróleo e outros recursos minerais. A intenção do Exército em controlar definitivamente essas áreas, relacionadas diretamente com os tais *objetivos nacionales*, era evidente, e em contrapartida a população civil estava cada vez mais organizada em torno das lutas sociais relacionadas a terra, aos direitos das populações maias, contrários à impunidade e a favor dos Direitos Humanos.

¹⁶⁰ *el papel del ejército en la sociedad como defensor y garante de unos objetivos nacionales, que únicamente definió alrededor de la democracia (la forma de vida que han elegido nuestros ciudadanos) y la civilización occidental (cuyos fundamentos residen en la política arquitectónica griega, el derecho romano y el cristianismo). Esta defensa global de los valores democráticos quedó matizada cuando advirtió que el pluralismo algunas veces ha entorpecido el desarrollo normal de la cotidianidad, y también se refirió al subdesarrollo político de Guatemala, en el cual el modelo político adoptado no es el ideal.* (REHMI, V.III, p. 258, grifo do autor)

Em 1990 o Exército cometeu um massacre em Santiago Atitlan, deixando 13 mortos, entre eles, 3 crianças. O movimento social cobrou ainda mais força e aumentaram as greves e protesto. O CUC exigiu ser reconhecido como organização política desvinculada da Guerrilha, e, em setembro do mesmo ano, as CPRs se fizeram públicas, exigindo a retirada do Exército e das PACs, o cessar de ataques e bombardeios e, também, a retirada da guerrilha em algumas de suas comunidades.

Em março a URNG assinou, na Noruega, o *Acuerdo básico para la búsqueda de la paz por medios políticos*, o primeiro canal de diálogo real para as negociações. A crise econômica, que já se arrastava há anos no país, mobilizou outros setores da sociedade a pressionar o governo para soluções efetivas. Com a *Declaración de las Comunidades de Población en Resistencia del Ixcán*, em 31 de janeiro de 1991, as CPRs chamaram a atenção das Nações Unidas que também passaram a exigir que se garantisse a segurança da população civil. O Exército, por sua parte, desatou uma nova onda de violência, tentando conter as alianças entre organizações sociais e guerrilha.

Com o novo presidente eleito, Jorge Serrano Elías (1991-1993), começou a *Iniciativa para la Paz Total de la Nación*, que culminou na assinatura, em julho de 1991, do *Acuerdo Marco del Proceso de Negociación para el logro de la democracia funcional y participativa*, no qual se reconheceu a URNG como contraparte das negociações. A violência, no entanto, não cessou. Em 1991 o Exército lançou ao redor de 28 bombardeiros contra as CPRs no norte do país, que contavam com aproximadamente 23 mil pessoas refugiadas entre os vales de Petén e as serras da região Ixil.

Em 1992 o Premio Nobel da Paz é dado à Rigoberta Menchú e as organizações maias ganharam força para seguir lutando por seus direitos, inclusive de participar das negociações de paz, o que não era bem visto nem pelo governo, nem pela liderança da URNG. Em 8 de outubro, no México, assinaram-se acordos para garantir o retorno seguro de refugiados ao país. Acompanhados por diversos organismos internacionais, o Exército foi pressionado para diminuir suas ofensivas.

Sem o apoio do Exército desde o início de seu governo, e com minoria no Congresso, Serrano optou por um autogolpe de Estado, em 25 de maio de 1993. A reação popular foi imediata, além do desprezo de empresários, políticos e do próprio Exército, levando a Corte de Constitucionalidade a desconhecer os

poderes do presidente, e também de seu vice, que o havia apoiado. A rápida deposição de Serrano, assim como a criação de uma *Instancia Nacional de Consenso* para exigir o respeito à ordem constitucional, deixava claro, que, ainda que “fundada em uma política arquitetônica grega, no direito romano e no cristianismo”, ao menos em alguma medida, o país era novamente uma democracia. Como sugestão da Instância, que era formada por líderes sociais, políticos e empresários, em 6 de junho foi nomeado como presidente pelo Congresso o ex-Procurador dos Direitos Humanos, Ramiro de León Carpio (1993-1996):

A primeira medida que adotou Ramiro de León foi depurar o aparato de Estado, que se encontrava profundamente corrompido, e para isso, lançou uma consulta popular mediada pela hierarquia católica, na qual se levaria em conta políticos, organizações sociais e empresários. Elegeu-se então um Congresso transitório que teria como função realizar 42 reformas constitucionais. (AVENDAÑO, 2014, p. 119, tradução nossa)¹⁶¹

Promovendo mudanças realmente significativas, dissolveu o Centro de Inteligência Militar, assinou uma série de acordos que visavam o respeito aos direitos humanos, entre eles o acordo para a constituição da *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* (CEH), comissão que seria composta de diferentes atores sociais, entre eles, pesquisadores de diversas áreas, e para a qual foram convidadas a integrar como moderadoras a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Esta última, começara no mesmo ano a *Misión de la Naciones Unidas para la Verificación de los Derechos Humanos en Guatemala* (MINUGUA), o que favoreceu a aceleração no processo. Em outubro de 1994 oficializou-se a *Comisión de Paz* (COPAZ).

Ainda que não tenha acabado – seguiram perseguições e ataques, sobretudo às populações que retornavam do exílio ou das montanhas – durante esse período houve grande diminuição das ofensivas do Exército. Agora, vigiados pela OEA e pela ONU, e com as negociações de paz avançando, os militares precisavam encontrar estratégias para garantir que não seriam responsabilizados, junto com as PACs, pelos crimes perpetrados.

¹⁶¹ La primera medida que adoptó Ramiro León fue depurar el aparato de Estado que se encontraba profundamente corrompido, lanzó para ello una consulta popular mediada por la jerarquía católica en el que se tomaría en cuenta a políticos, organizaciones sociales y empresarios. Se eligió entonces un congreso transitorio que tendría como labor realizar 42 reformas constitucionales. (AVENDAÑO, 2014, p. 119)

No final de 1995, ganhou as eleições o presidente Alvaro Arzú Irigoyen (1996-2000), que teve como prioridade acelerar o processo de paz, buscando assim trazer legitimidade e estabilidade para seu governo. Com uma Comissão de Paz formada pelo ex-militante do EGP, Gustavo Porras, e o general Otto Pérez Molina, começaram a ser elaborados acordos sobre aspectos socioeconômicos e a situação agrária, acordos sobre o fortalecimento do poder civil e o papel do Exército em uma sociedade democrática, acordos sobre a anistia, acordos sobre o ressarcimento, entre outros. A elaboração dos acordos era acompanhada da pressão da sociedade organizada, e muitas foram as polêmicas, principalmente em relação à comissão da verdade e à anistia aos militares. Após longas negociações entre URNG e Exército, em 29 de dezembro de 1996, assinam-se os *Acuerdos de Paz Firme y Duradera*¹⁶², que poucos anos depois demonstrou ser mais uma maquiagem de um governo interessado em negociar seu país ao capital estrangeiro, em detrimento dos interesses da população, e de uma esquerda cindida, alienada dos interesses das camadas mais pobres e vulneráveis – para quem a paz duradoura, o direito a verdade, a justiça e a reconciliação, não chegaram até hoje.

¹⁶² Anexo D. Todos os acordos referentes às negociações de paz na Guatemala podem ser consultados em http://es.wikisource.org/wiki/Acuerdo_de_paz_firme_y_duradera ou em <http://www.arias.or.cr/documentos/FA05035107.pdf>.

3 OS ACORDOS DE PAZ FIRME E DURADOURA E AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA NA GUATEMALA

Párrafo 4 – Es un derecho del pueblo de Guatemala conocer plenamente la verdad sobre las violaciones de los derechos humanos y los hechos de violencia ocurridos en el marco del enfrentamiento armado interno. Esclarecer con toda objetividad e imparcialidad lo sucedido contribuirá a que se fortalezca el proceso de conciliación nacional y democratización del país.

(Acuerdo de Paz Firme e Duradera, 29/12/1996)¹⁶³

[...] os debates abertos sobre as causas e as naturezas da violência representam um ingrediente valioso para uma democratização duradoura, ou bem para a solidificação da democracia em sociedades de pós-guerra. [...] se se omite o estudo profundo do passado controverso, apesar de que se produza um estabelecimento possivelmente exitoso de estruturas democráticas, ficam pra trás elementos residuais que em um momento posterior voltam a irromper desde o “inconsciente social”. Muitas vezes, é precisamente nessas versões de identidade nacional sepultadas e apenas superficialmente resolvidas que também se encontram enterrados pontos de fratura da democracia. Ao evitar se confrontar com aspectos do passado repressivo, dá-se continuidade às relações de domínio retoricamente disfarçadas mas, ao fim e a cabo, antidemocráticas

(Políticas sobre la historia en Guatemala, Berthold Molden, 2014, tradução nossa)

O período de transição democrática guatemalteco foi, e segue sendo, muito conturbado, marcado tanto pelo esforço de parcelas da sociedade civil em construir uma narrativa histórica menos enviesada, contrária à impunidade e que favoreça a justiça e a reparação, como pela hipocrisia dos grupos hegemônicos, que discursam sobre a reconciliação nacional, ao mesmo tempo em que buscam impor o perdão por decreto e o esquecimento como remédio necessário para que as feridas da guerra se fechem.

São diversos os matizes das críticas feitas aos acordos estabelecidos entre as lideranças da URNG e Exército, sobretudo no que concerne à exclusão nas negociações diretas de outros atores envolvidos no conflito armado, como, por exemplo, as comunidades em resistência não armada (CPRs), assim como aos encaminhamentos que foram dados a tais acordos ao longo dos últimos 20 anos.

¹⁶³ É um direito do povo da Guatemala conhecer plenamente a verdade sobre as violações dos Direitos Humanos e sobre os atos de violência ocorridos durante o conflito armado interno. Esclarecer com toda a objetividade a imparcialidade o sucedido contribuirá para o fortalecimento do processo de conciliação nacional e democratização do país (tradução nossa). Anexo D.

A pressão exercida por múltiplos setores da sociedade civil, como organizações de vítimas, ONGs, Institutos de Pesquisa, organizações camponesas, organizações estudantis, foi de fundamental importância ao longo de todo esse processo, para que os acordos não se distanciassem de pautas que respeitassem os Direitos Humanos e favorecessem uma reparação e reconciliação fundamentadas no esclarecimento histórico e na justiça.

No entanto, quando, em 23 de junho de 1994, Exército e URNG assinaram em Oslo os acordos para a constituição de uma comissão da verdade sobre os crimes do conflito armado interno guatemalteco, deu-se um único passo, que levaria a duas direções opostas: ainda que alicerçassem os rumos das negociações de paz, a partir de então conformariam uma base instável, culminando na construção de uma frágil democracia, e de um esclarecimento histórico pouco efetivo.

3.1 Guatemala – *Memoria del Silencio*, o Informe da CEH

As comissões da verdade, apresentando uma interpretação da história como parábola e não como política, em grande parte negaram as condições que as fizeram existir. Na América Latina, isso significou retratar o terror não como uma extensão de campanhas reativas contra projetos nacionalistas sociais democráticos, nem como um elemento essencial na consolidação de uma nova ordem neoliberal, mas como uma ruptura de relações sociais, como mais um caso em um ciclo repetitivo de “interrupções na regra democrática” que teriam tido lugar desde a independência no início do século XIX. (GRANDIN, 2005, p. 22)

Desde 1984, os familiares de vítimas organizados ao redor do Grupo de Apoio Mútuo (GAM) exigiam que se formasse uma espécie de comissão da verdade para investigar os casos de desaparecimento e de violação de direitos humanos. A URNG ter incorporado essa exigência às suas pautas de negociação em 1990, significava levar em consideração uma grande parcela da população que vinha se organizando ao redor de diversos grupos de vítimas e familiares como as CPRs (*Comunidades de Población en Resistencia*), CONAVIGUA (*Coordinación Nacional de Viudas de Guatemala*), FAMDEGUA (*Familiares de Detenidos-Desaparecidos de Guatemala*), CONDEG (*Consejo Nacional de Desplazados de Guatemala*), entre outras.

No entanto, vendo os efeitos¹⁶⁴ da Comissão da Verdade salvadoreña, que em 1993 acabara de entregar o informe *De la Locura a La Esperanza*¹⁶⁵, o exército guatemalteco se opôs drasticamente a qualquer acordo que favorecesse a construção de uma comissão desse tipo. Foi somente quando a URNG aceitou que a Comissão não tivesse qualquer caráter de denúncia e zelasse pelo anonimato dos vitimários, que o exército acordou com sua constituição, para descontento geral das organizações sociais, que exigiam o esclarecimento histórico como modo de alcançar justiça pelos crimes cometidos em nome do Estado.

Dos acordos de Oslo tirou-se que a denominada *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* (CEH) disporia de seis meses para recompilar o maior número possível de testemunhos sobre as violações dos Direitos Humanos ocorridas durante o Conflito Armado Interno, e passaria a trabalhar imediatamente após a assinatura definitiva da paz. Esse prazo poderia ser extensível para 12 meses – como acabou sendo – e o objetivo principal da comissão seria elaborar, após a documentação mais ampla e detalhada possível, um informe final que esclarecesse o tenebroso passado e apontasse caminhos para uma reconciliação. Para justificar o modelo acordado, defendia-se que, com a abertura desse espaço de fala para as vítimas, a CEH proporcionaria espaços terapêuticos para a população, que silenciada até então, poderia finalmente falar sobre a violência sofrida, e então se reconciliar.

A CEH permitirá à população expressar o que por muito tempo teve que calar. Agora o povo guatemalteco poderá falar sobre o passado em melhores condições de segurança colaborando para que esta nova versão se incorpore à história nacional. Conhecer e revelar a verdade contribui para que a violência do passado não volte a se repetir. Apresentar testemunhos sobre eventos dolorosos para as vítimas e para o país promove uma consciência coletiva favorável à paz e ao Estado de direito. Este processo ajuda na reconciliação, brindando aos ofensores a possibilidade de pedir perdão e aos ofendidos a de não guardar rancor. (Anúncio da CEH no jornal *Prensa Libre*, em 08/09/1997, apud MOLDEN, 2014 p. 34, tradução nossa)

¹⁶⁴ A Comissão da Verdade Salvadoreña, na toada da Comissão Argentina, nomeara autores intelectuais e cúmplices de uma série de crimes perpetrados pelo Estado, recomendando a inabilitação política das pessoas envolvidas com os crimes, assim como a continuidade da investigação sobre os crimes mencionados. Desse modo, seu informe, além de identificar responsáveis, podia ser utilizado como prova inicial para abertura de processos, como foi o caso do processo imediatamente aberto pela morte do Arcebispo Moseñor Romero, mártir da insurgência salvadoreña, ainda que cinco dias após a publicação do Informe, o governo tenha declarado anistia. Cf. <http://www.cidh.org/annualrep/99span/de%20fondo/elsalvador11481.htm>

¹⁶⁵ Cf. <http://www.pddh.gob.sv/memo/verdad>

Frente às posições estapafúrdias do Governo e dos discursos oficiais – para os quais de não guardar rancor se tratava o esclarecimento histórico e a reconciliação – a população civil organizada, ainda violentada pelo Exército e pelas PACs, via-se constantemente frente ao impasse de negar os delineamentos propostos, ou colaborar de modo que os delineamentos fossem menos catastróficos. Com a certeza de que a CEH seria aprovada desse modo – ao fim e a cabo quantificando testemunhos para elaboração de relatórios – e que seria veiculada posteriormente como o discurso oficial sobre o conflito armado, era de interesse das organizações mobilizar a maior parte da população afetada para participar de seu processo, de modo a limitar as manipulações por parte do governo e do Exército. Em setembro de 1996, antes mesmo da assinatura dos Acordos de Paz, foi constituída uma instância especial composta por 29 organizações dos setores de população afetada, ONGs de Direitos Humanos e grupos técnicos de assessoria jurídica. A *Convergencia para la Verdad* tinha como atribuição fundamental, preparar uma base de dados sobre violações de Direitos Humanos, mobilizar a população para prestar testemunho frente à Comissão, e vigiar o cumprimento das posteriores recomendações desta (AVENDAÑO, 2014, p. 163).

Muitas organizações já vinham, desde antes, oferecendo apoio às vítimas, coletando testemunhos, e, inclusive, sistematizando informações e alimentando bases de dados, como CONAVIGUA, que trabalhava com mulheres indígenas viúvas em consequência da guerra. O vínculo prévio de algumas organizações fortaleceu as ações da CEH, assim como otimizou tempo, dado que antes mesmo da Comissão começar seus trabalhos, a *Convergencia para la Verdad* encomendou a coleta de todos os dados já levantados pelas diferentes organizações envolvidas, e a sistematização dessas informações para o CIIDH – *Centro Internacional de Investigación de los Derechos*. Essas informações foram entregues à CEH que as incorporou a sua base de dados, assim como as informações coletadas pelo REHMI – *Proyecto Interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica*, encabeçado pela ODHAG – *Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala* (MOLDEN, 2014, p. 34-38).

O diretor da ODHAG, arcebispo Monseñor Juan Gerardi, foi um dos principais representantes da luta a favor da justiça, verdade e reconciliação, estando diretamente vinculado às discussões da COPAZ e da CEH. A exigência de que os processos de paz fossem acompanhados do esclarecimento histórico e

jurídico, da reparação e do ressarcimento às vítimas, era uma exigência dos movimentos de Direitos Humanos e das organizações de vítimas desde a década de 80 e era na criação de uma comissão da verdade, como responsável por levar a cabo a recuperação da memória histórica do conflito armado, que os movimentos sociais depositavam suas expectativas. Convidado para integrar a CEH, Monseñor Gerardi denunciou que a proposta de trabalho estaria se afastando das exigências dos movimentos sociais e se aproximando de um fazer burocrático que unicamente levantava dados sobre os danos causados pelos anos de conflito. Contrário à forma como a paz estava sendo negociada, sobretudo, à anistia, ao silenciamento e à impunidade, e defensor de uma reconciliação que passasse pela enunciação do sofrimento, Monseñor Gerardi desenvolveu, paralelamente à CEH, o projeto REHMI. A proposta vinha sendo organizada desde o início da década de noventa e contava com a capacitação de uma série de entrevistadores (animadores) que seriam responsáveis por coletar os testemunhos das vítimas, considerando-se a importância da construção de espaços de confiança e de acolhimento para se testemunhar sobre os horrores da guerra¹⁶⁶.

Enquanto a CEH teve pouquíssimo tempo para ser implantada e precisou contar com os laços que as organizações já haviam estabelecido nas comunidades, o REHMI foi sendo desenvolvido desde 1991, fazendo uso das redes sociais já articuladas através da Igreja e da ODHAG com outras organizações de Direitos Humanos, o que possibilitou muito mais tempo para escutar as vítimas, assim como analisar e refletir sobre os testemunhos. O curto prazo de que dispunha a CEH para “coletar” testemunhos, não possibilitava a construção de espaços de confiança e de escuta que fizessem da CEH uma proposta efetiva de reparação¹⁶⁷, assim como impedia que as informações coletadas tivessem caráter de denúncia.

¹⁶⁶ Anos depois de executado o REHMI, criou-se um grupo dentro da ODHAG para refletir criticamente sobre o que havia sido tal processo, o que resultou no desenvolvimento de um trabalho de sistematização junto aos animadores que participaram do projeto. A sistematização foi publicada para consulta interna da ODHAG, *La memoria tiene la palabra* que pode ser acessado em <http://www.odhag.org.gt/03publicns.htm>. Parte importante da crítica que se tece na presente dissertação – a reprodução de lógicas assistencialistas, marcadas por uma racionalidade colonial (heteropatriarcal e eurocêntrica) nos processos de recuperação e reconstrução de memória – foram discutidas pela equipe de sistematização da experiência do REHMI.

¹⁶⁷ As discussões a respeito das funções das Comissões das Verdades – se jurídica, se reparatoria, se historiográfica, se reconciliatória – passam por diversas áreas, como Direito, História e Psicologia, entre outras, e na América Latina foram diferentes os modelos de Comissão existentes, assim como suas funções escolhidas. A bibliografia sobre o tema é vasta, incluindo outros países fora do continente, como África do Sul, Camboja,

Não é possível que haja – diria Mons. Gerardi em uma conferência em Munster, Alemanha, Junho de 1995 – país que cure suas feridas por decreto. Os acordos permitem a transição política, a abolição do *apartheid*, os acordos de paz servem como marco de referência de 'o que fazer' na transição e construção de uma nova ordem de relações. Mas eles devem ser acompanhados do perdão entre as partes...

A reconciliação nasce da verdade e da justiça. Não se trata, em momento algum, de esquecer. A impunidade que se legaliza através de anistias, força a sociedade a guardar no coração o medo, fomenta a humilhação das pessoas e nega sua dignidade. Reconciliar é, pois, romper com a impunidade e traçar o caminho novamente de paz nas mentes e nos corações de todos. Podem existir formas legais que sigam um processo de esclarecimento da verdade e que eximam como uma resposta nacional. O importante é que essas ações legais não signifiquem amnésia social. (apud ODHAG, s/d, p. 14-15, tradução nossa)

Junto às propostas da *Ley de Reconciliación Nacional* – que regulamentaria a anistia para a incorporação dos membros da guerrilha novamente à sociedade, mas que também propunha anistia aos militares e paramilitares – as propostas da CEH alertavam as organizações sociais para o perigo de que os Acordos de Paz se distanciassem da possibilidade de transformações efetivas das estruturas sociais. Desde as diretrizes internacionais da justiça de transição para a consolidação de uma democracia, o Governo deveria, entre outras coisas, estabelecer comissões de verdade que investigassem os acontecimentos do período de conflito, levar a juízo os vitimários responsáveis, restituir financeiramente as vítimas, dar início a processos de reconciliação entre os grupos divididos, assim como, reformar-se política e militarmente (IIDH, 2011, p. 15).

O período de democracia de transição não se tratava, em absoluto, da aplicação de somente uma dessas medidas, mas sim, colocar conjuntamente em prática todas elas. A tarefa da CEH era o primeiro passo para que as outras medidas pudessem ser tomadas, mas, como promover o Esclarecimento Histórico quando o Estado ainda não foi reformado, nem política, nem militarmente, e desse modo, se nega a favorecer o processo de esclarecimento? O discurso de reconciliação, não sem o aval da URNG, cada vez mais ganhava

Ruanda, e não é pretensão desse trabalho abordar essa discussão para além do aqui exposto sobre os usos da verdade como forma de opressão e manutenção de uma ordem social injusta e desigual. Para uma discussão extensa sobre as Comissões da Verdade na Guatemala, Argentina, Brasil, Peru e El Salvador desde a psicologia social, cf. Dobles, 2009. Para um panorama geral sobre os efeitos das Comissões da Verdade na Guatemala, Chile e Argentina, cf. GRANDIN, 2005. Para um panorama geral sobre as comissões da verdade no Brasil, Paraguai, Peru, Argentina, Chile, Bolívia e El Salvador cf. CUYA, 1996.

um viés de “passado é passado”, “olhemos adiante”, “não cutuquemos feridas”. Os Acordos de Paz começavam a servir como uma espécie de ponto final que garantiria, em si, o começo de uma nova fase para “toda a sociedade”, que colocaria o país, finalmente, nos rumos do progresso. Como o próprio informe viria a denunciar, anos depois, o Estado e as forças de segurança, não só não colaboraram, deixando de dar acesso a arquivos e se negando a testemunhar, como em muitos casos mentiram quanto à existência de informações fundamentais para o processo, assim como negando vez atrás outra, suas ações truculentas durante os anos de conflito armado.

Com a URNG a contento com os acordos estabelecidos, já que gozaria de anistia, cabia à sociedade civil exigir que os Acordos de Paz não passassem de palavras ao vento. Criou-se assim, a *Alianza Contra la Impunidad* (ACI), que como a *Convergência para la Verdad*, era conformada por pessoas de diferentes organizações. Em relação à Lei de Anistia, a ACI, por exemplo, conseguiu garantir que a extinção da responsabilidade penal não fosse aplicável para delitos de genocídio, tortura e desaparecimento forçada (*Ley de Reconciliación Nacional*, MOLDEN, 2014, p. 159), o que possibilitou posteriormente a abertura de muitos processos – ainda que sem contar com um sistema penal reformado e não corrupto para um adequado procedimento.

Com a forte pressão social, fortalecida pela pressão de organizações internacionais, os *Acuerdos de Paz* assinados finalmente em dezembro de 1996, continham “as bases para dar solução às causas estruturais e institucionais que deram lugar ao conflito” e contemplavam “uma proposta de mudança e desenvolvimento inclusivo” (CODPI, 2013, p. 308, tradução nossa). As esperanças de grande parcela da população estavam depositadas nestes acordos e em suas diretrizes, entre elas, o trabalho que seria desenvolvido pela CEH, que traria em seu Informe, a partir do esclarecimento histórico, os encaminhamentos necessários para tais mudanças inclusivas. Assim que os Acordos foram assinados, a CEH estabeleceu 15 oficinas regionais, distribuídas por todo o país, na qual qualquer cidadão poderia comparecer para prestar testemunho. Ainda que houvesse muita gente mobilizada ao redor das discussões de paz, a maioria da população violentada encontrava-se amedrontada, sem querer falar e desconfiada de qualquer ação: se era por parte do governo, desconfiavam de sua intenção, e se era por parte dos grupos de esquerda, tinham medo de sofrer represálias. Assim, o início do processo passava pela necessidade de

conscientizar as pessoas da importância de sua participação, isso quando muitos dos territórios ainda estavam baixo mando de coronéis, fazendeiros e ex-PACs, que haviam sido relocados como segurança particular.

Com a ajuda das organizações sociais na mobilização da população, a CEH coletou em suas oficinas mais de 8000 declarações de testemunhos, das quais ao redor de 80% foram consideradas suficientemente convincentes para serem usadas como material de análise (MOLDEN, 2014, p. 35). A maior parte dos testemunhos foi dada por vítimas, uma vez que o exército negou-se a colaborar, inclusive desincentivando, quando não proibindo, militares e patrulheiros de testemunhar. Posicionando-se oficialmente a favor do Esclarecimento, o exército dizia que faria seu próprio informe e o entregaria à comissão.

Em 1998, quando a CEH já havia encerrado a coleta de dados, a AVEMILGUA (Asociación de Veteranos Militares de Guatemala) trouxe a público *Guatemala, Testimonio de una Agresión*, um estudo pretensamente científico, executado por pesquisadores civis contratados, em que se recopilou mais de 62.000 ações guerrilheiras registradas durante o conflito armado, dentre as quais 7.897 assassinatos e mais de 26.000 sequestros. O estudo, nas palavras do presidente da associação José Luis Quilo Ayuso, dava a conhecer as agressões que o Estado havia sofrido ao tentar “defender e preservar os elementos que conformam a soberania, a população, o território, o regime jurídico e o governo”, (apud MOLDEN, 2014, p. 37, tradução nossa). O estudo científico, no entanto, estava baseado quase inteiramente em recortes periodísticos sobre as ações guerrilheiras e não continha nenhuma referência às ações de violação de Direitos Humanos do Exército, para além da necessidade de combater os comunistas subversivos. O fato de os meios de comunicação estar sob censura e as mídias serem controladas, em sua maioria, por grupos hegemônicos que compactuavam com o regime – além do prazo para coleta de dados ter se esgotado – eram razões suficientes para que a CEH considerasse os resultados de tal informe como dados não confiáveis, o que favoreceu as estratégias do Exército de deslegitimação das ações da CEH.

Conscientes de que o informe da Comissão denunciaria, sobretudo, a violência do Exército, e o financiamento recebido através dos grupos hegemônicos, desacreditá-la frente às camadas médias da sociedade era um modo de parcializar seus resultados, assim como de pôr em questão os encaminhamentos que seriam propostos como modo de enfrentar as causas

estruturais do conflito. Com a não inclusão dos dados de *Guatemala, Testimonio de una Agresión* em suas bases, o Informe publicado pela CEH, em 25 de fevereiro de 1999, já nascia sendo negado por uma parcela importante da população – a mesma que seguia controlando os meios de comunicação e que não estava interessada em propostas de mudanças e desenvolvimento que incluíssem os indígenas, os camponeses e os ladinos pobres.

Quando na entrega do Informe *Memorias del Silencio*, afirmou-se que, “acreditando que o fim justificava tudo, o Exército e as Forças de Segurança do Estado perseguiram cegamente a luta anticomunista, sem respeitar nenhum princípio jurídico, nem os mais elementares valores éticos ou religiosos, para chegar assim à completa perda da moral humana” (TOMUSCHAT, 2009, tradução nossa), o então presidente Alvaro Arzú – que apesar de ter assinado os Acordos de Paz e se comprometido com a Comissão, pouco colaborou em todo o processo e não recebeu o informe em mãos – atribuiu uma espécie de exageração nas análises, alegando que o dever do bom cidadão guatemalteco era perdoar e seguir adiante na construção de seu país.

Em diversos pronunciamentos oficiais, sempre em castelhano e sem tradução para os idiomas indígenas, o Governo tratou com negligência o valor histórico do Informe, alegando que

o Governo da República considera que a interpretação histórica que a Comissão produziu a respeito do período do enfrentamento armado interno constitui um aporte para uma tarefa que apenas começa e que, por sua natureza, exigirá permanentes análises, dada a complexidade do tema e seu carácter controverso. (apud MOLDEN, 2014, p. 66, tradução nossa)

Ainda que conste no próprio Informe que aquela não era uma tarefa terminada, que era somente um primeiro passo, e nas recomendações da CEH estivesse a continuidade das investigações, com exumações, abertura de arquivos, etc., os posicionamentos do governo sobre o caráter controverso do tema não parcializava os dados do informe por ser uma pequena parte de um todo muito maior, mas por ser apenas um ponto de vista sobre o todo. Desse modo, o governo continuava ao lado dos militares, ainda que em seu discurso aparentasse estar ao lado das vítimas. Os militares, além de se colocar publicamente sobre a parcialidade do informe, alegavam o partidatismo político da Comissão, e na mesma toada do presidente, afirmavam que, ao invés de

buscar reconciliação, o informe abria margem para vinganças, sem dar o reconhecimento e valor ao trabalho realizado pelas forças armadas em defesa da supremacia guatemalteca. A classe média em geral, assim como setores da sociedade civil influenciados pela mídia, comprou o discurso de que a CEH elaborara um informe parcial que não incluía os militares, e que queria “*hacer pasar por buenos mozos a los de la guerrilla*”¹⁶⁸ (pintar de bons moços os guerrilheiros).

De fato, no que concerne à parcialidade, a CEH deixou muito a desejar em suas análises em relação à responsabilidade atribuída à guerrilha. Ao mesmo tempo em que o informe superou expectativas na medida em que, sobretudo pela pressão popular, seus resultados tenham ido para além da sistematização de dados e tenham alcançado análises interessantes a respeito dos problemas estruturais de racismo da sociedade guatemalteca e do intervencionismo norte-americano no contexto internacional da guerra fria (GRANDIN, 2005, pp. 36-44), a responsabilidade da guerrilha, como radicalizadora do conflito, ficou amenizada. A CEH, para além de apontar as ações violentas dos grupos guerrilheiros contra a população civil, apenas criticou a escolha não pacífica de enfrentamento, afirmando que as ações da guerrilha muitas vezes atrapalharam trabalhos políticos nos setores democráticos, instrumentalizou o trabalho de alguns grupos para a ampliação de seu próprio potencial militar e irresponsavelmente, mobilizou comunidades que depois foram deixadas vulneráveis às represálias do exército. No entanto, atribuir isso a uma espécie de irresponsabilidade, parece ser não olhar a fundo o racismo e a discriminação entre os próprios setores de esquerda, e desresponsabilizar os grupos guerrilheiros pela reprodução das mesmas lógicas que combatiam¹⁶⁹.

Esse conjunto de fatores, somada às cisões internas entre os diferentes setores da esquerda, favoreceu que o potencial do impacto de *Guatemala, Memorias del Silencio* fosse amortecido, e abriu brechas para que o Governo se esquivasse de sua responsabilidade como aquele que deveria se comprometer por implementar as diretrizes dos acordos de paz e as recomendações da CEH. De modo resumido, a CEH sugeriu:

¹⁶⁸ Frase escutada por mim inúmeras vezes, em diversos lugares, ao longo desses anos na Guatemala.

¹⁶⁹ Para uma análise crítica da reprodução de lógicas opressivas por parte da guerrilha, cf. Ibarra et al. Guatemala: Historia Reciente (1954-1996). Tomo II. La Dimensión Revolucionaria. Guatemala: FLACSO, 2013.

- medidas para dignificar e preservar a memória das vítimas, como pedidos de perdão, construção de memoriais, identificação de ruas, edifícios, assim como o estabelecimento de datas comemorativas;
- medidas de reparação material e psicossocial, como indenização financeira, investigação sobre os desaparecimentos, políticas de exumação, entre outras;
- comprometimento na difusão e ensino do conteúdo do informe através de campanhas e publicações em diferentes idiomas, assim como na produção de material didático para escolas;
- criação de medidas para avaliar conduta e responsabilizar os altos mandos das diversas forças de segurança do Estado;
- a severa administração da justiça de acordo com os termos da *Ley de Reconciliación Nacional*, incluindo a regulamentação de *habeas data*¹⁷⁰ para que seja possível o acesso a informações de arquivos ou qualquer forma de registro pública ou privada no que concerne a dados sobre o conflito armado;
- reforma das forças armadas e policiais;
- e por fim, que o Congresso aprovasse o estabelecimento da entidade responsável por apoiar, impulsionar e vigiar o cumprimento das recomendações da CEH.

Os principais atores do conflito foram considerados o Exército, a polícia, os serviços secretos, o sistema de justiça e a URNG. Tanto o informe da CEH, como o informe do REHMI, lançado pela Igreja um ano antes, foram correlatos em seus resultados e em suas recomendações, amputando no total 93% dos crimes ao Estado e 3% dos crimes à guerrilha. Ainda assim, pouco foi feito por parte do governo no que concerne à *Ley de Reconciliación Nacional*, que obriga o Estado para com as recomendações da CEH. De acordo com esta, as forças de segurança representantes do Estado foram responsáveis por 626 massacres, ao redor de 200 mil assassinatos, mais de 40 mil desaparecimentos, e êxodo de mais de um milhão e meio de pessoas, tanto para o estrangeiro, como dentro do próprio país, sendo responsabilidade do governo devolver às famílias as ossadas de seus familiares, localizar o paradeiro dos desaparecidos, devolver às famílias suas terras, e reparar financeira e psiquicamente as vítimas. À guerrilha,

¹⁷⁰ *Habeas data* (do latim): ação que assegura o livre acesso de qualquer cidadão a informações relativas a ele próprio, constantes de registros, fichários ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

responsável por 32 massacres, ficou a incumbência de pedir perdão publicamente, o que já havia feito algumas vezes, ainda que se desculpasse somente por seus excessos no afã de erradicar a desigualdade no país, sem, no entanto, colocar em questão as estruturas sociais e subjetivas que possibilitaram tais excessos: entre outras coisas, o racismo e a sentimento de superioridade do ladino, marca de diversos preconceitos dos grupos guerrilheiros para com a população indígena.

O governo também pediu perdão algumas vezes, inclusive antes da entrega do informe. Em 29 de dezembro de 1998 (data comemorativa da assinatura dos Acordos de Paz) e dois meses antes da entrega do informe da CEH, o presidente Alvaro Arzú estabeleceu o Dia Nacional do Perdão, marcado por um discurso reconciliatório em que perdão e esquecimento vinham de mãos dadas. Tal postura já estava carregada do que se seguira. O ato nacional buscava, entre outras coisas, colocar o informe da CEH no passado antes mesmo de haver existido (AVENDAÑO, 2014, p. 183). Arzú muitas vezes recorreu a esse evento para se eximir das recomendações da Comissão. Quanto à caracterização de genocídio como o principal crime cometido – atribuindo às forças de segurança do Estado a intenção de extermínio de um grupo étnico, racial e religioso, através de massacres de comunidades inteiras, assassinatos indiscriminados de homens, mulheres, anciãos e crianças, maltratos físicos e mentais, sequestros de crianças, castração e escravização sexual – o governo negou tal fato alegando exagero.

Aos governos que lhe seguiram, o compromisso com as recomendações da CEH e com os Acordos de Paz¹⁷¹, não foram além de campanhas políticas ou de reformas e mais reformas, que a fim e a cabo tamponaram o problema e apaziguaram a indignação social temporariamente, mas não promoveram mudanças efetivas, levando a que novos conflitos irrompessem depois de pouco tempo. Nem mesmo na difusão do Informe o governo se comprometeu. Não houve tradução para os cinco principais idiomas maias e não foi produzido material didático para além de uns poucos folhetins, ficando todo o trabalho real de difusão nas mãos da sociedade civil e das ONGs. Fato curioso, desde a década

¹⁷¹ Para ver *El estado de cumplimiento de las recomendaciones de la Comisión para el Esclarecimiento Histórico* cinco anos depois de sua publicação, cf. https://es.wikisource.org/wiki/El_estado_de_cumplimiento_de_las_recomendaciones_de_la_Comisi%C3%B3n_para_el_Esclarecimiento_Hist%C3%B3rico. Para uma análise dez anos depois, cf. Impunit Watch, *La persistencia de la Verdad: a diez años del informe de la CEH*. Guatemala, 2009.

de 80 a *Asociación de Amigos del País* vinha financiando a redação de 6 volumes sobre a *Historia General de Guatemala*, que terminou de ser publicada em 1999, com o total apoio do governo, inclusive custeando a produção de material didático para as escolas. Com *Historia General de Guatemala* a elite buscava, nas palavras de seu idealizador, Jorge Luján Muñoz, “resgatar a identidade nacional”, ao que foram produzidos 1000 exemplares em edição de luxo:

A *Asociación de Amigos del País* e sua fundação têm fé na evolução da sociedade guatemalteca e acreditam que todo acontecimento histórico ocorrido na nação, por mais doloroso que tenha sido, constituiu um passo decisivo para sua progressiva perfeição. E aqueles acontecimentos podem ser exemplares, se se conhece e se aprende com sua experiência. (apud MOLDEN, 2014, p. 119, tradução nossa)¹⁷²

Considerando a mais “respeitosa verdade histórica” e concebida dentro dos termos das ciências modernas, *Historia General de Guatemala* dizia compreender todos os processos políticos, militares, sociais, econômicos, religiosos, filosóficos e artísticos que haviam favorecido ao desenvolvimento nacional. Sua verdade histórica, sem dúvida alguma, contrastava com a verdade histórica de *Guatemala, Memorias del Silencio*, e o apoio do governo a uma verdade e não a outra deixava claro – entre tantas outras coisas – que de favorecer o desenvolvimento nacional se tratavam os passos dados em direção aos Acordos de Paz, como confirmaria a privatização generalizada do país ao capital estrangeiro nos seguintes anos, em prol de colocar a Guatemala novamente nos trilhos do progresso:

[...] continuam intactas as estruturas de poder e o controle das comunidades e, paralelamente à agenda da paz, se promove de maneira desordenada e selvagem a agenda do neoliberalismo, com base nas normas do TLC [Tratado de Livre Comércio] com Estados Unidos e o Plan Puebla Panamá, colocando em risco a vida dos povos indígenas (BA TIUL, 2010 apud CABANAS, 2011, p. 6, tradução nossa)¹⁷³

¹⁷² La asociación de Amigos del País y su fundación tienen fe en la evolución de la sociedad guatemalteca y creen que todo acontecimiento histórico acaecido en la nación, por doloroso que haya sido, ha constituido un paso decisivo hacia su progresiva perfección. Y aquellos acontecimientos pueden ser ejemplarizantes, si se conocen y se toma experiencia de ellos. (apud MOLDEN, 2014, p. 119)

¹⁷³ [...] continúan intactas las estructuras de poder y el control de las comunidades y, paralelamente a la agenda de la paz, se promueve de manera desordenada y salvaje la agenda del neoliberalismo, con base en las normas del TLC con Estados Unidos y el Plan Puebla Panamá, poniendo en riesgo la vida de los pueblos indígenas (BA TIUL, 2010 apud CABANAS, 2011, p. 6)

Em 2003, o presidente Alfonso Portillo (2000-2004) implantou o polêmico *Programa Nacional de Resarcimiento* (PNR), uma demanda antiga das vítimas que foram violentadas pelas forças de segurança do Estado e uma das recomendações da CEH, mas que logo se demonstrou uma bandeira eleitoreira de Portillo para agradar aos ex-PACs, que há pouco vinham exigindo que se reconhecesse sua condição de vítimas do conflito, uma vez que não só foram obrigados a trabalhar para o exército, como trabalharam por anos sem qualquer remuneração. Essa é uma situação exemplar de quão complexo pode vir a ser o processo de transição democrática em países profundamente afetados pelo racismo e pela desigualdade, assim como o quão contraditórias¹⁷⁴ podem ser as incumbências de Comissões da Verdade. Na busca de favorecer o fortalecimento dos Direitos Humanos, a CEH terminou por destacar em sua análise as violações à população civil, descrevendo o conflito como uma guerra de “dois fogos” entre exército e guerrilha, e reduzindo à posição de vítimas passivas (enganadas, utilizadas como massa de manobra por ambos os lados) a uma série de pessoas que estavam comprometidas com a transformação social de seu território.

Como assinala Eddy Orlando Armas Ocaña, *Secretario de la Paz* de Guatemala em 2011, “o enfoque desde a posição de vítimas, em algumas ocasiões não permite apreciar a complexidade, diversidade e heterogeneidade da ação social” (in CASTAÑEDA, 2011, p.10, tradução nossa)¹⁷⁵. A perspectiva vitimizadora do conflito favoreceu inúmeras posturas assistencialistas, tanto por parte de ONGs como por parte do governo, o que reforçou o lugar de outro-coisa, incapaz de saber sobre si. Em muitos casos, ao oferecer somente ajuda econômica, e para apenas uns poucos participantes deste ou daquele programa social, acabou por romper os poucos laços comunitários que haviam permanecido entre populações que agora disputavam para provar quem era a vítima mais à altura de receber auxílio.

¹⁷⁴ “Frequentemente trazem a esperança da justiça [...] e, ao mesmo tempo, operam dentro das possibilidades políticas precárias existentes em grande parte do mundo pós Guerra Fria. Raramente são acompanhadas por instauração de processos judiciais e frequentemente não têm a autoridade para intimar ou punir. Em vez de servir como instrumentos da justiça, seu valor é avaliado [...] por sua capacidade de construir uma ‘ponte histórica’ entre ‘um passado profundamente dividido de enorme sofrimento’ e um ‘futuro fundado no reconhecimento dos direitos humanos’.” (GRANDIN, 2005, p. 20)

¹⁷⁵ “el enfoque desde la posición de víctimas, en algunas ocasiones no permite apreciar la complejidad, diversidad y heterogeneidad de la acción social” (in CASTAÑEDA, 2011, p. 10).

No caso das PACs, ao mesmo tempo em que muitos, de fato, foram arrastados e obrigados a integrá-las, outros aderiram por vontade e não titubearam frente à possibilidade de agredir seus próprios vizinhos, afetando profundamente os laços sociais. Com a análise vitimizadora do informe da CEH (somado ao enfoque indenizatório do programa de ressarcimento, em detrimento de ações psicossociais de reparação), abriram-se precedentes para que os ex-patrulheiros exigissem ser ressarcidos, sem que fosse proposta qualquer discussão dentro das comunidades, nas quais, todos que estão em um mesmo pacote de vítimas, são obrigados a conviver e a aceitar que passado é passado. A partir de então, mais que alegar que o perdão já fora pedido, o Estado poderia alegar que o cheque já fora pago, desvencilhando-se de qualquer responsabilidade para com políticas efetivas de verdade, memória e justiça.

No que concerne à devolução das terras espoliadas durante os anos de conflito às populações que fugiram para as montanhas ou saíram em exílio, em raríssimos casos o governo devolveu especificamente as terras que foram tomadas, por fazendeiros, por militares ou mesmo pelo próprio governo, através de decretos de nacionalização de terras feitos durante os anos de conflito armado. Em alguns casos, foram entregues outras terras nos mesmos territórios em que habitavam antes – em geral terras menos produtivas, em lugares menos habitáveis, periféricos, expostos a desbarrancamentos, enchentes, etc. – em outros, atendendo a algumas demandas das comunidades organizadas, terras nas regiões que haviam habitado enquanto sobreviviam escondidos. Mas houve, ainda, terras doadas aleatoriamente, sem qualquer relação anterior com as comunidades, que foram obrigadas a se deslocarem novamente, muitas vezes tendo de viver em regiões com clima, geografia e agricultura completamente diferente das de costume, como foi o caso das CPRs que foram dirigidas à região costeira do Oceano Pacífico.

Outro caso, recente, refere-se à construção de um mausoléu para as vítimas do conflito armado na comunidade Estrela Polar, território Ixil, ao norte do país. Depois de anos de luta comunitária para a abertura das fossas, exumação dos corpos, comprovação das identidades, em 2014 o Governo destinou pressuposto para a construção de um mausoléu para 17 vítimas identificadas. Denunciando as falhas do PNR que privilegia ações individuais de ressarcimento, em oposição a ações coletivas, e o ressarcimento econômico em detrimento de medidas integrais de reparação, essa política não estaria dentro

do quadro comum de ressarcimento do PNR, que seria a quantia financeira e/ou pedaço de terra entregue às vítimas do conflito individualmente, como forma de reparar o dano causado, pois se destinaria à construção de um monumento memorialístico onde as ossadas seriam guardadas. No entanto, somente 17 ossadas foram identificadas, e o pressuposto governamental abarcou somente essas 17, deixando as ossadas não identificadas e as vítimas cujas ossadas não foram encontradas, fora do monumento. Além do que isso em si já significaria para os parentes que ainda não sabem oficialmente o destino de seus familiares assassinados, há um receio das famílias não ressarcidas de que, ao aceitarem esse pressuposto, o governo já não ressarcirá ninguém mais, nem mesmo dará continuidade às ações de busca e exumação dos corpos. Como o governo exige a assinatura de todos os familiares envolvidos para autorizar a construção do mausoléu, a comunidade, hoje, encontra-se em novo conflito, pois há familiares que se negam a assinar por medo de não receber o ressarcimento individual de seu parente já identificado, e outros que, ao não estarem integrados à luta comunitária, querem a construção de um mausoléu individual para seu parente. A ausência de políticas públicas decentes, em sintonia com as problemáticas comunitárias e demandas locais, faz com que conquistas comunitárias de um direito, retornem como um novo conflito.

Se for mais reparadora a construção de um mausoléu ou a indenização individual, se há reparação possível, se a esquerda guerrilheira e os ex-PACs são vítimas ou algozes, compõe uma complexa discussão entre tantas outras questões, que tem tomado o cenário latino-americano nas últimas décadas e para qual já existe vasta bibliografia, muito além da referida na presente dissertação. No entanto, atentar como a racionalidade colonial atravessa ditas discussões e consecutivamente, a proposição das políticas de verdade, memória, justiça e reparação, foi a contribuição que se buscou trazer ao debate. O fato de que o governo se prontifique a ressarcir financeiramente aos ex-PACs, antes de havê-lo feito com aqueles que foram violentados por estes, retoma a relação eu-outro nas zonas do ser e do não-ser e as consequências perversas da colonialidade, marcando a contínua legitimação da violência atroz contra as populações que são cotidianamente postas do outro lado da linha.

Foram as organizações sociais, mas fundamentalmente, as próprias comunidades, as responsáveis por desenvolver políticas efetivas para a reconstrução de laços sociais, que favorecessem a reconciliação entre

patrulheiros e guerrilheiros, ou que levasse todo um povoado a construir um memorial coletivo e inclusivo. Nos últimos anos, após avanços e retrocessos, os, aqui denominados, profissionais da memória encontram-se em processo de balanço, valorando as ações desenvolvidas pelas instituições de pesquisa e ONGs, analisando as consequências do enfoque vitimizador e buscando olhar para as experiências de resistência das comunidades, para as especificidades dos laços de solidariedade maias, de modo a aprender com tais experiências como desenvolver políticas comunitárias de verdade, memória e justiça.

3.2 Das “memórias do silêncio”, ao “nunca mais” que não deixa de se repetir

Era um sábado de manhã e, como de costume, preparava-me para mais uma visita domiciliar as vítimas do conflito armado que viviam na comunidade de Santa Isabel, Villa Nueva. Chegando à Universidade disseram-me que Marina de Villagran, a coordenadora de CAPVVIPO e do Mestrado em Psicologia Social e Violência Política da Universidad de San Carlos de Guatemala, estava aguardando a todos para uma reunião. Lembro-me com clareza de suas palavras: *“Patojos, hoy les tengo un nuevo mandato. No iremos a Villa Nueva. Nos vamos a la zona 1”*¹⁷⁶. Marina contou-nos, com uma angústia particular, que haviam chegado à cidade mais de 100 pessoas fugidas de uma comunidade ao norte do país, incluindo idosos e crianças, e que estavam todos refugiados em uma única casa geminada no centro. De acordo com ela, diversas famílias haviam fugido por receberem ameaças de PACs que estavam atuando ilegalmente na comunidade. Marina não sabia muito a respeito – para além do que poderia supor a partir da experiência de quem vivera os anos de conflito armado – e era justamente essa nossa tarefa, assim como oferecer apoio àquelas pessoas. Como éramos muitos, uns 16, decidimos que uma parte seguiria a Villa Nueva e uns 5 para o centro. O caminho foi silencioso.

A casa tinha as janelas fechadas com madeira, de modo que ninguém pudesse ver o que havia dentro. Para entrar era necessário um código que somente Marina sabia. Entramos e fomos recebidos pelo grupo de homens que estavam reunidos no primeiro cômodo. Um deles, depois de uma breve conversa

¹⁷⁶ Crianças, hoje eu trago uma nova tarefa. Não vamos a Villa Nueva, nós iremos para o centro.

com Marina, levou-nos para conhecer o restante. A casa era um sobrado de aproximadamente 80m². Em um dos cômodos da parte de cima estavam reunidas as mulheres ao redor de um grande caldeirão apoiado em uma espécie de fogão adaptado e no outro cômodo, estavam os idosos descansando no chão, com algumas poucas cobertas. Embaixo, em um pátio ao fundo, estavam as crianças, no único lugar iluminado pela luz do dia, ajudando algumas mulheres que lavavam roupa no tanque, ou se cuidando umas às outras.

Era maio de 2007 quando nos sentamos em uma roda com aqueles 15 homens que nos contaram que em sua comunidade os Acordos de Paz nunca haviam chegado. Obrigados a trabalhar patrulhando para os fazendeiros, pagar 'impostos' e a entregar parte de sua colheita, havia menos de um ano que um dos jovens da comunidade, em uma ida à capital do departamento, descobrira que "*habia unos tales de unos acuerdos, que deciam que eso que se pasaba con nosotros, ya no se podia*". Seguiram nos contando as diversas violações cometidas pelos fazendeiros e por seus patrulheiros (ilegalmente armados), que, entre outras coisas, além do roubo de terras, incluía o "roubo" de mulheres para serem "empregadas" nas casas "de los dueños" (referindo-se aos donos das terras na região). Contaram de uma situação em que um fazendeiro proibiu que uma cerimônia de casamento acontecesse, arrastou a noiva para sua casa, e ameaçou matar a quem tentasse impedi-lo, entre tantas outras histórias absurdas.

Diversas pessoas passaram a se reunir escondidas, para discutir sobre os Acordos de Paz e a situação da comunidade, decidindo, por fim, a não mais acatar as ordens das PACs. Pouco a pouco foram se negando a patrulhar, a entregar parte da colheita, ao que as PACs passaram a agredi-los fisicamente, a ameaçar queimar plantações, casas, até chegarem às ameaças de morte. Em conjunto, definiram que alguns homens fossem para a capital do departamento denunciar a situação, ao que a autoridade responsável disse-lhes que o fulano de tal, dono daquela fazenda, era muito seu amigo, e que, portanto, poderia fazer o que quisesse, inclusive, ter quantos fuzis parecesse-lhe. Ao regressarem dias depois, não encontraram ninguém em suas casas, e foram fortemente açoitados pelos patrulheiros. Com medo do que havia se passado aos seus familiares, foi só ao cair da noite que descobriram que eles haviam fugido para as montanhas em busca de abrigo, pois desde que alguns haviam saído para a capital, a patrulha ameaçava queimar casas com todos dormindo. Foram muitos os

espancamentos públicos, inclusive de idosos, houve queima de casas, de colheitas, e a violação de jovens e mulheres, ao que alguns decidiram fugir para a capital do país em busca de auxílio, enquanto outros, sobretudo os mais velhos, seguiram na comunidade ou escondidos nas montanhas.

Contaram então sua jornada caminhando até a capital em busca de ajuda e todas as dificuldades que haviam encontrado para conseguir apoio. Estavam naquela casa há dias, racionando comida, água, cobertas, sem roupa para trocar, sem poder sair e sem saber ao certo quem lhes ajudaria, e como. *"Ahí están algunos del gobierno ayudándonos, pero nos dicen que tenemos que volver. Que los de allá nos ayudan. Pero no queremos regresar. No nos van ayudar. Ya lo intentamos. Y si regresamos, nos van a matar a todos"*¹⁷⁷, comentavam durante nossa conversa. Alguns de nós fomos conversar com as poucas mulheres que falavam algo de espanhol, que nos diziam carregar muito medo por seus parentes que haviam permanecido. Algumas haviam deixado seus pais que não tinham possibilidade de caminhar, outras, suas filhas que estavam nas fazendas, e desde que saíram não tinham qualquer notícia de sua comunidade. Queriam regressar às suas casas, suas terras, cuidar de seus animais e de seu plantio: *"no sabemos que les está pasando"; "aquí, no podemos hacer nada. Ni salir a la calle"; "nos dijeron los del gobierno que nadie puede saber que estamos aquí"; "no se puede estar así por mucho tiempo, como muertos-vivos"*¹⁷⁸.

Havia mais de 10 anos da assinatura dos Acordos de Paz. Eu já estava há meses estudando sobre o passado de violência política na Guatemala, mas naquela manhã escura de maio, nós fomos bater a sua porta. Ao fim do dia, chorei até dormir de exaustão.

Os anos que se seguiram aos Acordos de Paz foram anos marcados pela esperança de grande parte da população que havia sofrido com o conflito armado. A cooperação internacional entrava massivamente, oferecendo apoio institucional, financeiro e de monitoramento de políticas públicas, tanto para ONGs nacionais como para organizações de vítimas. Uma parcela importante da

¹⁷⁷ Algumas pessoas do governo estão nos ajudando, mas eles dizem que temos de voltar, que os responsáveis de lá nos ajudarão. Mas não queremos voltar. Não vão ajudar, já tentamos. E se voltamos, vão matar todo mundo.

¹⁷⁸ "não sabemos o que estão passando", "aquí, não podemos fazer nada. Nem sair na rua"; "o pessoal do governo nos disse que ninguém pode saber que estamos aqui"; "não é possível estar assim por muito tempo, como mortos-vivos".

população maia estava organizada ao redor das *Comunidades de Población en Resistencia* (CPRs) e do *Comité Unidad Campesina* (CUC), além das inúmeras organizações de vítimas do conflito. Acreditava-se que a reconciliação nacional estaria fundada na justiça, e eram muitos os atores que trabalhavam para isso, tanto no âmbito da ação social, como levando a cabo uma diversidade de pesquisas sobre o período de conflito armado e suas consequências. No entanto, a Lei de Anistia e as limitações da CEH, acordadas pela liderança da URNG, foram o primeiro golpe, e a postura do governo pós-acordos, sobretudo pós-publicação do informe *Guatemala, Memorias del Silencio*, terminou por desacreditar a população envolvida de que algo seria feito por parte do Estado.

Muitas organizações começam a atuar paralelamente às ações governamentais e a desenvolverem ações de acordo com seus próprios ideais e interesses, sem uma política pública ampla que as orientasse. Em alguns casos, tal ação resultou em estratégias de enfrentamento às causas estruturais do conflito armado, mas em outros, seguiram a toada das agendas de cooperação internacional, que financiava pautas específicas de trabalho, segundo a tendência mundial, sem levar em consideração as necessidades locais, em muitos casos, reforçando a perspectiva vitimizadora¹⁷⁹ e deixando trabalhos sem terminar, para seguir conforme a agenda¹⁸⁰.

Foram muitas as organizações e institutos de pesquisa que se destacaram ao longo destes anos, inclusive, citadas no Informe da CEH por transcenderem “à imobilidade e ao terror, mediante ações, bravura e iniciativas reivindicativas” (CEH, 1999, cap.3, parágrafo 616, tradução nossa)¹⁸¹. Desde antes de 1996 já atuava o *Comité Unidad Campesina* (CUC), *Comunidades de Población en Resistencia* (CPR), *Comité de Familiares de Desaparecidos del Grupo de Apoyo Mutuo* (GAM), *Familiares de Detenidos-Desaparecidos de Guatemala* (FAMDEGUA), *Consejo de Comunidades Étnicas Runujel Junam* (CERJ), *Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala* (CONAVIGUA), *Defensoría Maya*, *Conferencia de Iglesias Evangélicas de Guatemala* (CIEDEG), *Comisión de Derechos Humanos de Guatemala* (CDHG), *Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala* (ODHAG), *Centro de Acción Legal para los Derechos Humanos* (CALDH), *Fundación Myrna Mack*, *Instituto de Estudios Comparados en*

¹⁷⁹ Cf. AVENDAÑO, 2013; PANIAGUA, 2010.

¹⁸⁰ Para uma análise das ações da cooperação internacional na Guatemala, cf. CABANAS, 2011 e LOPES & BA TIUL, 2009.

¹⁸¹ web.archive.org/web/20130506091049/http://shr.aaas.org/guatemala/ceh/mds/spanish/cap3/ mov1.html

Ciencias Penales de Guatemala (ICCP), *Centro de Investigación, Estudio y Promoción de los Derechos Humanos* (CIEPRODH), *Alianza Contra la Impunidad* (ACI), *Convergencia por la Verdad*, *Fundación Rigoberta Menchú*, *Fundación de Antropología Forense de Guatemala* (FAFG), *Coordinadora Nacional de Derechos Humanos de Guatemala* (CONADEGUA), *Asociación Justicia y Reconciliación* (AJR), AVANCSO, FLACSO, CIRMA, CIIDH. Algumas delas surgiram especificamente pelas demandas pós-acordos, ou se consolidaram a partir de então: CODPI (*Coordinación por los Derechos de los Pueblos Indígenas*), ECAP (*Equipo de Estudios Comunitarios y Acción Psicosocial*), CAFCA (*Centro de Análisis Forenses y Ciencias Aplicadas*), HIJOS (*Hijos e hijas por la Identidad y la Justicia Contra el Olvido y el Silencio*), *Mujeres transformando al Mundo*, *Impunity Watch*, entre tantas, além de uma série de organizações comunitárias, com ou sem nome, que há décadas vem conformando uma rede de profissionais – profissionalizados ou não – dedicados à reconstrução e recuperação de memórias como modos de enfrentar a impunidade e transformar as estruturas desiguais e racistas da sociedade¹⁸².

O conjunto de publicações já lançadas na área ultrapassa de longe 200 títulos e vai desde tomos de testemunhos de vítimas a análises psicossociais dos efeitos da guerra, passando por sistematizações de experiências de recuperação e reconstrução de memória. Os efeitos destes trabalhos nas comunidades, no entanto, são efêmeros se comparados aos efeitos de suas publicações entre as mesmas organizações. Como me disse uma vez um senhor de Nebaj, “el problema es que salen muchos libros”. Tomemos em consideração que, até há

¹⁸² De acordo com o Informe *Guatemala se resiste a olvidar: iniciativas de memoria en el post conflicto*, lançado em 2012 pela organização Impunity Watch, as primeiras iniciativas de memória começaram nos anos 80 com os registros das próprias vítimas que decidiram se organizar para denunciar a violência, e a partir de então tomaram diversos rumos: exumações, construção de memoriais, pinturas de murais, livros com testemunhos, informes sobre as situações sociais post-conflito, etc. Em 2011 foram identificadas 11 ações relacionadas ao tema desenvolvidas por algunas destas organizações: *Mapa de la memoria en la ciudad capital* - ODHAG; *Formación de los procuradores de reparación*, del - CAFCA; *Sistematización del proceso comunitario y legal de las exhumaciones* - CONAVIGUA); *Programa de dignificación de las víctimas*, - GAM; *Recuperación de la memoria en Santa Lucía, Escuintla* - ECAP; *Museo comunitario Rabinal Achí*, da Asociación para el Desarrollo Integral de las Víctimas de la Violencia en Las Verapaces Maya-Achí (ADIVIMA); *Archivos del Diario Militar*, a cargo de los Archivos de la Policía Nacional. *Reconstrucción de la memoria Ixhil en El Quiché*, impulsada por sobrevivientes de las Comunidades de Población en Resistencia (CPR) de La Sierra. *Reconstrucción de la memoria Q'eqchi' en Alta Verapaz*, (CODPI) y el Comité de Resistencia de Sobrevivientes Q'eqchi'es (CORESQ). *Exposición ¿Por qué estamos como estamos?* A cargo del Instituto Internacional de Aprendizaje para la Reconciliación Social (IIARS). *Homenaje Gubernamental a Otto René Castillo y Nora Paíz*, impulsada por el Gobierno de Guatemala en el 2011. Cf. Impunity Watch, 2012. Em 2011 a Secretaria de La Paz (SEPAZ), lançou o livro *Guatemala, la infinita historia de las resistencias*, com 11 estudos de caso relacionados às memórias das resistências na Guatemala.

pouco tempo, praticamente todas essas publicações eram feitas em espanhol quando a maior parte da população alvo da ação, não lê, e às vezes mal fala esse idioma. Ao se findarem os processos e publicá-los, em geral há pouco espaço para a discussão de seus resultados junto às comunidades. Tal cenário pôs em questão os objetivos fundamentais de ditos trabalhos, e o público ao qual se dirigia.

De acordo com a *Organización de Cooperación y Desarrollo Económico*, seu investimento financeiro na Guatemala de 1995 a 1998 foi de 970.919 milhões de dólares, uma média de 88.200 milhões anuais (LOPEZ & BA TIUL, 2009, p. 102). E esta é somente uma das agências de cooperação que atuam no país. Com tantas organizações trabalhando ao redor do tema, tantas publicações e tanto financiamento, há alguns anos essa diversidade de profissionais dedicados à luta por memória, verdade, justiça e reparação, vem sendo convocada a se questionar e a analisar as razões para que sejam tão pouco efetivas as ações desenvolvidas para promover mudanças estruturais na sociedade guatemalteca.

Parte desse espírito reflexivo veio em consequência da crise econômica de 2008, e consequentemente, da diminuição do investimento internacional. Perdendo muitos de seus financiadores, as organizações foram obrigadas a pensar seus projetos, práticas e ações, revelando a situação de dependência que muitas delas tinham das agências de cooperação. Foram levadas a olhar por diferentes vieses os trabalhos já desenvolvidos e a encontrar estratégias outras de ação social, que curiosamente, em muitos casos, passou por escutar a necessidade das comunidades para otimizar os recursos, assim como estabelecer laços de solidariedade entre as mesmas organizações, que, não excepcionalmente, deixavam de unir forças em função de disputar um recurso internacional. Para além dos conflitos dentro das comunidades, das disputas entre as diversas vítimas pelo ressarcimento, da desconfiança entre vizinhos militares, PACs, EGPs, CPRs, CUCs, etc. etc., observa-se a repetição dessa dinâmica entre muitas organizações sociais, que também sofreram e sofrem as consequências da violência política. Mas foi também, frente à adversidade que se abriram outras possibilidades de cooperação.

O vínculo que se estabeleceu entre as organizações e as comunidades viabilizou que diversos profissionais vindos da capital entrassem em contato com a cosmovisão local e fossem tirados da produção industrial da ação social. Desde

as condições materiais, como ausência de sinal telefônico, de internet, de luz, de mobilidade, que obrigava os profissionais a saírem de seu fazer cotidiano e emergirem em uma cotidianidade outra, até as condições subjetivas, a relação com o tempo, com a natureza, com a comunidade, com os rituais e costumes, foram fatores importantíssimos para que muitos profissionais retornassem para a capital afetados pela experiência, e, consecutivamente, transformados em seu fazer profissional.

Os anos atroz de violência política deixaram estragos irreparáveis na sociedade guatemalteca, sobretudo camponesa e indígena, e destruíram laços sociais que vêm a muito custo tentando se reestabeler. Porém, também potencializaram a resistência, a autonomia e os laços de solidariedade próprios de alguns grupos maias, como os ixiles, o que, não só possibilitou a sobrevivência na selva e nas montanhas durante os anos de conflito, como também a participação ativa, ainda que indesejada, nas negociações de paz. Em 31 de março de 1995, assinou-se junto ao governo, o *Acuerdo sobre Identidad y Derechos de los Pueblos Indígenas* (AIDPI), que inseriria como conceito fundamental nos Acordos de Paz o respeito aos direitos coletivos diferenciados da população indígena.

O reconhecimento da identidade e dos direitos dos povos indígenas é fundamental para a construção de uma nação de unidade nacional multiétnica, pluricultural e multilíngue. O respeito e exercício dos direitos políticos, culturais, econômicos e espirituais de todos os guatemaltecos, é a base de uma nova convivência que reflete a diversidade de sua nação. (Conceito 5, Anexo D, tradução nossa)

No início do milênio o movimento indígena adquiriu nova força (SOBERANIS, 2004), sobretudo frente ao total desrespeito do Estado à AIDPI, e decidiu tomar pelas mãos os Acordos de Paz e encontrar seus modos de fazê-lo valer. Essa guinada de posição, que em muitos casos implicou sair da perspectiva de vítimas que necessitam do Estado, para comunidades autônomas que podem atuar aquém daquele, entrou em conflito também com o trabalho que vinham desenvolvendo uma série de organizações sociais vindas da capital e financiadas pela cooperação, que não respeitavam as demandas específicas de cada comunidade. Esse embate na maior parte dos casos foi bastante produtivo, e levou as organizações sociais a se revisitarem em suas práticas, agregando

concepções particulares da cosmovisão maia a esta etapa reflexiva na qual se encontram atualmente os “profissionais da memória”, para nomeá-los de algum modo – e que atravessam a elaboração da presente dissertação.

nos acercamos con los testigos y con sus comunidades para conocernos, para establecer acuerdos mínimos que nos permitieran un trabajo conjunto. Pero ese acercamiento más que el encuentro de una organización con un grupo de testigos fue el tropezado choque de una forma de comprender el mundo, la historia y la justicia con otra muy distinta. Solo el reconocimiento del otro, la ética, la honestidad y la apertura mutua permitió que este proceso iniciara con todo y sus abruptos desencuentros. De esta experiencia los aprendizajes fueron muchos y muy valiosos. [...]

Tan fuerte fue el choque, que durante un año completo no conseguimos hacer más que esto. Visitas constantes a las comunidades, en donde una y otra vez surgían preguntas sobre quiénes éramos, qué queríamos y por qué estábamos allí. Discursos repetitivos de ambos lados intentando con mucho esfuerzo la comprensión.

Así empezó el camino de estos diálogos, con un fuerte desconocimiento del lugar, de la historia, del contexto de las comunidades. Los libros no son suficientes para conocer. Las personas nos recibieron y nos enfrentaron con una fuerte interpelación del proceso que proponíamos y los métodos que utilizamos. Con toda una caja de herramientas de la educación popular intentamos partir de su realidad para empezar a establecer diálogos y nos encontramos una y otra vez con su silencio. Sin embargo más allá de las palabras dichas nos encontramos sintiéndonos y pensándonos, sentipensándonos mutuamente. Aprendimos que las palabras perdieron su valor y que para probarlas es necesario ver a donde van, que traen, que llevan.¹⁸³ (Carolina Melgar, 2014, *Escritos preliminares Hacia un Proceso Plural de Búsqueda de Justicia*, documento interno – DEI/Costa Rica, Anexo E)¹⁸⁴

¹⁸³ Apresentado em novembro de 2014 na semana de encerramento do *Seminário de Construção Coletiva del Departamento Ecumenico de Investigaciones*, (San José/Costa Rica), para a qual fui convidada a participar como pesquisadora, o documento é um relato de experiência representativo e sintético das entrevistas e diálogos estabelecidos com os profissionais da memória ao longo da presente pesquisa.

¹⁸⁴ Aproximamos das testemunhas e de suas comunidades para conhecer-nos, para estabelecer acordos mínimos que permitiram um trabalho conjunto. Mas essa aproximação, mais que o encontro de uma organização com um grupo de testemunhas foi o atrapalhado choque de uma forma de compreender o mundo, a história e a justiça com outra muito distinta. Somente o reconhecimento do outro, a ética, a honestidade e a abertura mútua permitiu que esse processo se iniciasse com tudo, e seus abruptos desencontros. Desta experiência às aprendizagens foram muitas, e muito valiosas [...] Tão forte foi o choque, que durante um ano completo não conseguimos mais que isso. Visitas constantes às comunidades, em que uma e outra vez surgiam perguntas sobre quem éramos, que queríamos e porque estávamos ali. Discursos repetitivos de ambos os lados tentando com muito esforço, a compreensão. Assim começou o caminho dos diálogos, com um forte desconhecimento do lugar, da história, do contexto das comunidades. Os livros não são suficientes para conhecer. As pessoas nos receberam e nos enfrentaram com um forte questionamento do processo que propúnhamos e dos métodos que utilizávamos. Com toda uma caixa de ferramentas da educação popular

Tanto pela observação dessa comunidade reflexiva, como por diagnóstico dos movimentos indígenas, considera-se que parte fundamental do problema da pouca efetividade das ações desenvolvidas até aqui, está no descaso do governo com políticas públicas sociais e na consecutiva necessidade das organizações de financiamento internacional. Dependendo, em alguns casos, unicamente desse pressuposto, muitas organizações foram obrigadas a assumir as agendas que se impunham desde fora, e impor tais agendas às comunidades. Com conceitos e referentes bibliográficos prontos, prazos determinados para cumprir projetos e a obrigatoriedade de formalizar o trabalho com uma publicação, muitos profissionais se transformaram em máquinas de coletar testemunhos, em aplicadores de dinâmicas de grupo, em terapeutas breves, analistas de violações aos direitos humanos, redatores de informes, entre tantas outras especialidades da instrumentalização da ciência em nome da produtividade:

Nos encontramos con la desconfianza, el enojo y la resistencia de repasar los años de horror sin que esto implique cambios sustantivos en la vida de quienes incansablemente han denunciado las injusticias de que fueron objeto. Y por si fuera poco, ni siquiera queríamos saber todo por lo que pasaron, interesaban unos cuantos años de toda una vida de despojos y vejámenes. Nos encontramos con comunidades cansadas de tratar con organizaciones que lucran con la historia y con las demandas de justicia en materia de resarcimiento o de proyectos productivos. (Carolina Melgar, 2014, *Escritos preliminares Hacia un Proceso Plural de Búsqueda de Justicia*, documento interno – DEI/Costa Rica, Anexo E)¹⁸⁵

Chegavam às comunidades com um objetivo determinado, uma metodologia estabelecida, e “brindes” gentilmente doados pela cooperação para favorecer a participação popular. Além do mais:

tentamos partir de sua realidade para começar a estabelecer diálogos e nos encontramos uma e outra vez com seu silêncio. No entanto, além das palavras ditas, nos encontramos sentindo e nos repensando, sentipensandonos mutuamente. Aprendemos que as palavras perderam seu valor e que para prová-las é necessário ver aonde vão e o que trazem, que levam. (Carolina Melgar, 2014, **Escritos preliminares Hacia un Proceso Plural de Búsqueda de Justicia**, documento interno – DEI/Costa Rica, Anexo E)

¹⁸⁵ Encontramo-nos com a desconfiança, a irritação e a resistência de repassar os anos de horror, sem que isto implique mudanças substanciais na vida de quem incansavelmente denunciou as injustiças de que foram objeto. E como se fosse pouco, nem sequer queríamos saber tudo o que viveram, interessava somente alguns anos de toda uma vida de despojos e vexames. Encontramo-nos com comunidades cansadas de lidar com organizações que lucram com a história e com as demandas de justiça, no que se refere ao ressarcimento ou a projetos produtivos.

Existem contradições entre os fins sociais da ajuda externa e os interesses econômicos e geopolíticos dos doadores. A ajuda na prática transforma-se em um mecanismo para diminuir os efeitos ocasionados pelas políticas macroeconômicas orientadas pelas instâncias financeiras internacionais. (LOPES & BA TIUL, 2009, p. 141, tradução nossa).¹⁸⁶

Dito de outro modo, os mesmos países que financiavam e financiam projetos sociais nas comunidades, exploravam economicamente a região (quando não a mesma multinacional), aumentando a situação de vulnerabilidade social que ocasionava a problemática a ser combatida. A ação de cooperação, nesses casos, resultava em um amenizador das consequências do extrativismo e da exploração das populações indígenas, e terminava por apaziguá-las frente ao espólio.

Não se trata em absoluto de desconsiderar a importância da ajuda internacional durante todo o processo, mas sim, de observar criticamente que, na maior parte das ações, não se levou em consideração as agendas específicas das comunidades em prol das agendas internacionais e de interesses acadêmicos das organizações:

Historicamente a Cooperação Internacional gerou uma diversidade de mecanismos e meios de apoio às populações mais vulneráveis e excluídas do desenvolvimento. Esta ajuda se transformou em meios econômicos para impulsionar iniciativas de luta contra a pobreza, fortalecimento democrático, institucionalidade, direitos humanos, entre uma diversidade de ações. Existe a demanda por parte das Organizações Indígenas para que a cooperação acompanhe de maneira determinante o fortalecimento das capacidades organizativas, de mobilização e participação política, com base nos instrumentos internacionais, nos acordos de paz e nas reivindicações setoriais existentes. (LÓPEZ & BA TIUL, 2009, p. 142, tradução nossa).¹⁸⁷

No entanto:

¹⁸⁶ Existen contradicciones entre los fines sociales de la ayuda externa y los intereses económicos y geopolíticos de los donantes. La ayuda en la práctica se transforma en un mecanismo para disminuir los efectos ocasionados por las políticas macroeconómicas orientadas por las instancias financieras internacionales. (LOPES & BA TIUL, 2009, p. 141)

¹⁸⁷ La Cooperación Internacional históricamente ha generado una diversidad de mecanismos y medios de apoyo a las poblaciones más vulnerables y excluidas del desarrollo. Esta ayuda se ha transformado en medios económicos para impulsar iniciativas de lucha contra la pobreza, fortalecimiento democrático, institucionalidad, derechos humanos, entre una diversidad de acciones. Existe la demanda por parte de las Organizaciones Indígenas para que la cooperación acompañe de manera determinante el fortalecimiento de las capacidades organizativas, de movilización y participación política en el marco de los instrumentos internacionales, los acuerdos de paz y las reivindicaciones sectoriales existentes (LÓPEZ & BA TIUL, 2009, p. 142).

As limitadas conquistas do trabalho da cooperação se devem, segundo Henry Morales [López], ao fato de que privilegia "as relações econômicas y comerciales" em detrimento de um "enfoque humanista e democrático". Interesses de países doadores ou de empresas desses países em setores econômicos como telefonia celular, hidroelétricas, petróleo, ouro ou água, contradizem a agenda de paz e geram uma situação quase esquizofrênica: alguns cooperadores apoiam projetos rejeitados pelas comunidades, enquanto aprovam pequenos fundos que amenizam uma parte das necessidades básicas das mesmas. É o caso, por exemplo, do apoio incondicional outorgado pelo Canadá à mineração de metais a céu aberto. A cooperação se desenvolve, nestas ocasiões, de maneira ambígua, generalista, quando não abertamente hipócrita: isto é, afirma combater a pobreza e a exclusão, mas apoia a exploração dos bens naturais e a continuidade de um modelo de opressão. (CABANAS, 2009, p.7)¹⁸⁸

Para fazer frente a este tipo de postura – que remonta às políticas de desenvolvimento social do período de conflito armado – considera-se que “a perspectiva de apoio à agenda dos povos indígenas deveria ser parte das políticas dos países e instâncias doadoras para garantir sua apropriação e implementação” (LÓPEZ & BA TIUL, 2009, p. 142, tradução nossa).¹⁸⁹ E a mesma exigência vale para as organizações nacionais dedicadas a desenvolver pesquisa e ação social junto às populações indígenas. Conhecer mais a fundo as realidades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais das regiões com que se pretende trabalhar, possibilitaria o desenvolvimento de processos abertos e participativos para todos os atores envolvidos. Mas, nas palavras de um senhor em Nebaj, de nada adianta se “de encaixotar conceitos” tratar-se “o conhecer mais a fundo”: *“el problema de ustedes es que piensan todo en cajitas. Cada cosa en su caja, aislada. Y no es así. Todo está conectado”*¹⁹⁰.

¹⁸⁸ Los limitados logros del trabajo de la cooperación se deben, según Henry Morales, al hecho de que privilegia "las relaciones económicas y comerciales" por encima de un "enfoque humanista y democrático". Intereses de países donantes o de empresas de esos países en sectores económicos como telefonía celular, hidroeléctricas, petróleo, oro o agua, contradicen la agenda de la paz y generan una situación casi esquizofrénica: algunos cooperantes apoyan proyectos rechazados por las comunidades, mientras aprueban pequeños fondos que atenúan una parte de las necesidades básicas de las mismas. Es el caso, entre otros, del apoyo incondicional otorgado por Canadá a la minería de metales a cielo abierto.

La cooperación se desenvuelve, en estas ocasiones, de manera ambigua, generalista, cuando no abiertamente hipócrita: es decir, afirma combatir la pobreza y la exclusión, pero apoya la explotación de los bienes naturales y la continuidad de un modelo de opresión (CABANAS, 2009, p. 7)

¹⁸⁹ “La perspectiva de apoyo a la agenda de los pueblos indígenas debería ser parte de las políticas de los países e instancias donantes para garantizar su apropiación e implementación” (LÓPEZ & BA TIUL, 2009, p. 142)

¹⁹⁰ O problema de vocês é que pensam tudo encaixotado. Cada coisa em sua caixa, isolada. E não é assim. Tudo está conectado.

Responsabilizar unicamente o descaso do Estado e a lógica assistencialista da cooperação internacional pela pouca efetividade dos processos de memória, justiça e verdade no país, seria o mesmo que responsabilizar pelo conflito armado, unicamente, à intervenção norte-americana. As escolhas feitas pela diversidade de pesquisadores ao longo desses 20 anos de trabalho, em muitos casos estiveram marcadas também por lógicas racistas, assistencialistas, que configuram um pensamento comum dentro das instituições de pesquisa e ação social, fundadas na racionalidade heteropatriarcal e eurocêntricas da colonialidade. O grande contingente de publicações resultou ou em narrativas que enfocavam exclusivamente às guerrilhas, suas elites, seus intelectuais, suas estratégias e façanhas militares ou, o lugar de vítimas passivas das populações indígenas frente à violência política¹⁹¹ (CASTAÑEDA, 2011, p. 15). De certo modo, se as políticas de memória desenvolvidas nas comunidades vêm sendo pouco efetivas, é porque se pretende a reconstrução de uma memória de sobreviventes, e não de resistentes. Viu-se, de modo generalizado, o indígena vítima do conflito armado como um outro-coisa, necessariamente desubjetivado, quando em alguns casos somente se negava a falar a língua daquele que o pretendia fazer falar. Em outros casos, sim, houve níveis graves de afetação pelas causas do conflito armado, mas recorreu-se à psicopatologização ou a ações individualizantes de reparação, ao invés de se buscar na comunidade o espaço onde aquele sujeito poderia recuperar o que Viñar chamou de constelação identificatória – base da identidade e do sentimento de pertencimento.

Se a violência política atroz, através da tortura, do desaparecimento forçado, dos massacres, procura justamente “destruir as crenças e convicções da vítima, para despojá-la da constelação identificatória que a constitui como sujeito”, é na comunidade, como lugar da memória coletiva, que o outro-coisa, subalternizado, pode se tornar protagonista de sua história e advir novamente como sujeito. A comunidade, desde essa perspectiva, seria o campo de força que impossibilita a constituição de uma zona do não-ser, na medida em que é a comum identidade que faz que sejamos.

¹⁹¹ A partir desta pesquisa, abre-se um novo questionamento sobre a condição de vítimas. Ao que parece, o reconhecimento de tal condição quando se trata de um outro na zona do ser tem efeitos produtivos, em oposição à mesma condição na zona do não-ser. Como, neste segundo caso, não há reconhecimento do outro, a condição de vítima não operaria do mesmo jeito, condenando a ainda maior coisificação e passividade o sujeito violentado. Questionamentos que ficam para etapas posteriores de pesquisa.

Foi a partir das mesmas comunidades, enquanto tais, na exigência que se respeitassem suas especificidades, que os profissionais da memória foram convocados a se olharem desde outros espelhos, nos quais pudessem identificar seus verdadeiros problemas, para encontrar soluções menos parciais e distorcidas, como as refletidas pelo espelho eurocêntrico.

Muito provavelmente, sem escutar essa convocatória, sem unir forças, e sem atender às exigências das comunidades, não se teria chegado à sentença por genocídio em 2013. Ainda que ela tenha sido revogada por mais uma estratégia de negação e esquecimento, que tenha sido proclamada uma sentença de genocídio em um país no qual sempre se pode exterminar comunidades e culturas, é um avanço sem igual, que aponta para a importância e força da memória coletiva das comunidades, e do potencial libertador do saber acadêmico e institucionalizado, quando posto a serviço destas.

Un año más tarde, a partir de la confianza generada, de la comprensión del caso y de la intención de los testigos y otros miembros de las comunidades de participar dentro del proceso, se abrieron espacios participativos de investigación y de formación política. Se lograron establecer grupos de trabajo y los resultados fueron de mucho valor para las investigaciones. Los abogados e investigadores tuvieron otra cercanía con las personas, conocieron más ampliamente sus historias y la realidad que les atraviesa en la actualidad. Las personas expertas que tenían como tarea la elaboración de peritajes científicos para darle soporte a algún aspecto de la investigación ya no se basaron únicamente en los testimonios o libros escritos sobre la historia y la realidad ixil, tres de ellos tuvieron la posibilidad de conocerlos, escuchar de primera mano sus experiencias, sus valoraciones sobre la historia; otros tuvieron a mano las reflexiones colectivas que el equipo de trabajo hizo en torno a los puntos de investigación. Las entrevistas oficiales para recoger declaraciones testimoniales se hicieron después de procesos de preparación, de acompañamiento y con mucho más cuidado de las formas que en ocasiones anteriores. Se abrieron nuevos y más complejos espacios de participación (Carolina Melgar, 2014, *Escritos preliminares Hacia un Proceso Plural de Búsqueda de Justicia*, documento interno – DEI/Costa Rica, Anexo E)¹⁹².

¹⁹² Um ano depois, a partir da confiança adquirida, da compreensão do caso e da intenção das testemunhas e de outros membros das comunidades de participar do processo, se abriram espaços participativos de investigação e de formação política. Estabeleceram-se grupos de trabalho e os resultados foram de muito valor para as investigações. Os advogados e pesquisadores tiveram outro tipo de aproximação com as pessoas, conheceram mais amplamente suas histórias e a realidade pela qual são atravessadas na atualidade. Os expertos que tinham como tarefa a elaboração de laudos científicos para dar suporte a alguns aspectos da investigação, deixaram de se basear unicamente nos testemunhos ou livros escritos sobre a história e a realidade ixil; três deles tiveram a possibilidade de conhecer e escutar em primeira mão suas experiências, suas opiniões sobre a história; outros tiveram acesso às reflexões coletivas que a equipe de trabalho fez ao redor dos pontos de pesquisa. As entrevistas oficiais para recolher declarações testemunhais se deram depois de processos de

Se CALDH conseguiu levar ao tribunal Efraín Rios Montt, e a ODHAG está em vias de conseguir a levar Lucas García, isso não se deve a uma conquista institucional ou individual, mas sim à parceria de inúmeras instituições e ao respeito ao modo Ixil de falar sobre suas memórias, que mais que memórias de sofrimento, são memórias de resistência.

3.3 Das memórias do silêncio às memórias das resistências

Que sea un libro colectivo. Que contenga las palabras y los entendimientos de todas y todos. Que no borre la memoria hablada de los pueblos, sino que ayude a fundamentarla y profundizarla. Que recoja la historia de la resistencia histórica de los pueblos en nuestro tiempo, como nuestro calendario, que en donde comienza termina y donde termina comienza otra vez. Porque la resistencia no ha terminado, ni terminará. Que todo el desarrollo del trabajo de este libro sea participativo. (CODPI, 2012, p. 3)¹⁹³

Era 2014 e eu retornava a Guatemala para fazer o trabalho de campo do presente mestrado. Pretendia entrevistar vários profissionais envolvidos com os processos de recuperação e reconstrução de memórias a fim de compreender melhor como essas práticas haviam se desenvolvido, o que objetivavam, o que entendiam por recuperação, reconstrução, memória coletiva, memória histórica, quais os obstáculos e conquistas de ditos processos, e quais as perspectivas atuais das políticas de memória, verdade e justiça no país. Há menos de um ano, Rios Montt fora condenado por genocídio, e a sentença revogada meses depois. Em janeiro de 2014, o processo retrocedera a 2012, e o mandato da fiscal geral responsável pela sentença, Claudia Paz e Paz, acabaria em poucos meses. Com Otto Pérez Molina na presidência – o candidato “mano dura” da extrema direita e ex-comandante das tropas do exército em território ixil durante o governo de

preparação, de acompanhamento e com muito mais cuidado com as formalidades que nas ocasiões anteriores. Abriram-se novos e mais elaborados espaços de participação.

¹⁹³ Que seja um livro coletivo. Que contenha as palavras e os entendimentos de todas e todos. Que não pague a memória falada das comunidades, mais bem que ajude a fundamentá-las e aprofundá-las. Que recolha a história da resistência histórica dos povos em nosso tempo, como nosso calendário, que onde começa termina e onde termina começa de novo. Porque a resistência não terminou nem terminará. Que todo o desenvolvimento do trabalho deste livro seja participativo.

Rios Montt (1982-1983) – as possibilidades de que a Fiscal Geral continuasse encabeçando o processo eram nulas, e as organizações corriam contra o tempo para recomeçá-lo.

Desde a posse de Otto Perez, os retrocessos das políticas de verdade, memória e justiça eram significativos e, com a anulação do julgamento de Rios Montt, as organizações envolvidas lutavam para não se entregarem à desesperança e ao medo frente às novas ondas de repressão. Uma espécie de paralisia nas ações sociais parecia dominar alguns setores, sobretudo pela necessidade de pensar com cautela como atuar, para não sofrer represálias e não colocar vidas em perigo. Depois de anos de trabalho em função de obter justiça, investigando e denunciando os autores intelectuais dos massacres, assassinatos e desaparecimento nos anos de conflito armado, que um de seus responsáveis chegasse à presidência, obrigava às organizações reverem drasticamente suas práticas.

Nas comunidades, em contraste, que houvessem sido escutados em um tribunal de brancos, que houvessem acreditado em suas palavras e sentenciado como genocídio a violência contra o povo Ixil, era uma conquista sem precedentes, que dava mais força às comunidades para seguirem resistindo. Recordo-me de um lamento de uma companheira da ODHAG sobre o retrocesso do processo, “e como va a ser que les vamos a pedir que vengan dar sus testimonios outra vez?”¹⁹⁴, em oposição a uma senhora de Nebaj que dizia, “pues, si hay que ir, nos vamos. Esa lucha es de todos. Si logramos una vez, lograremos otra. Eso es lo que hubo, e ya está probado”¹⁹⁵. O contraste entre o nós e eles na primeira frase, como se o processo fosse das organizações que o representa, e não uma luta de todos, como afirma a senhora, marca um traço fundamental e constante que diferencia as práticas comunitárias de memória dos projetos das ONGs.

Cheguei a Nebaj em maio de 2014, município do departamento de Quiché, para acompanhar alguns profissionais em visitas às comunidades de Estrela Polar, Ilom e Chajul, no interior das montanhas ixiles, e entrevistar algumas pessoas que haviam participado dos processos de recuperação e reconstrução da

¹⁹⁴ E como pediremos para que venham dar seus testemunhos outra vez?”

¹⁹⁵ Oras, se temos de ir, vamos. Esta luta é de todos. Se vencemos uma vez, venceremos outra. Isso foi o que aconteceu e já está provado.

memória local. “*Es que me gustaria preguntarle se podría entrevistarlo?*”¹⁹⁶, perguntei a um senhor. “*Platiquemos, platiquemos. Compartamos nuestras memorias, va ser más interesante para usted y para mi. Hagamos un ejercicio de memoria colectiva*”¹⁹⁷ respondeu-me. Já outro, ao perguntar-lhe o que entendia por memória histórica, me disse: “*Memoria Histórica, o resistencia de los pueblos*”. E começou a contar bem lentamente a história de sua comunidade, os anos vividos durante a guerra, a organização da comunidade nas montanhas.

Contaram-me¹⁹⁸, diversas vezes ao longo dos dias – e grande parte destas histórias encontra-se no livro *El camino de las Palabras de los Pueblos* (CODPI, 2013) – que sobreviveram por 16 anos nas montanhas, sem qualquer ajuda do governo ou ajuda internacional. Tiveram somente a ajuda da montanha que, guiava seus passos, dava-lhes água, comida e lhes protegia do Exército. Viviam à base de milho, feijão, pequenas caças, alguns alimentos encontrados nas montanhas e, muitas vezes, eram obrigados a comer a comida crua, pois não podiam fazer fogueira para não chamar a atenção com a fumaça. Ainda assim, nunca deixaram de fazer fogo para queimar *Pom* - o incenso de copal, durante os rituais de agradecimento a toda cosmovisão. Organizaram-se entre quem buscava comida, quem cozinhava, quem buscava medicina natural, quem cuidava dos feridos e dos doentes, quem educava as crianças com pedaço de madeira e carvão, quem construía cabanas, quem fazia os rituais sagrados e quem passava os conhecimentos ancestrais para os mais novos. E assim foram-se anos, até que, com os Acordos de Paz em 1996, puderam sair das montanhas.

No entanto, a luta para que obtivessem suas terras de volta durou ainda oito anos. Quando saíram das montanhas, descobriram que grande parte do território havia sido tomado por fazendeiros, pelo Exército, ou mesmo nacionalizado por decretos governamentais, dando início a uma longa batalha para reavêr suas terras e para impedir a exploração dos recursos naturais na região. Porém, a assinatura da paz em 1996, significou uma nova migração das CPRs para distintos pontos do território nacional. Em seu programa de ressarcimento, o governo destinou terrenos na região costeira do país a uma

¹⁹⁶ Gostaria de saber se o senhor aceitaria me conceder uma entrevista?

¹⁹⁷ Conversemos, conversemos. Vai ser mais interessante para você e para mim. Façamos um exercício de memória coletiva.

¹⁹⁸ Os trechos citados em itálico, sem referência bibliográfica, fazem parte do conjunto de notas e memórias destes dias. Em respeito ao modo ixil de dialogar, muitas conversas não foram gravadas. De modo geral, o conteúdo dessas falas está contemplado na já citada publicação *El Camino de la Palabra de los Pueblos*.

parcela das CPRs, que estavam acostumadas ao clima e à geografia das altas montanhas ixiles. Entenderam nessa atitude do governo – que negava o pedido de permanecerem na região norte de Quiché, nas áreas que haviam habitado nos últimos 16 anos, onde haviam alcançado um alto nível de organização – como uma nova intenção de dispersá-los, visando desestruturar a organização alcançada e dificultar as relações e coordenação das comunidades.

Iam pouco a pouco percebendo que a paz não havia sido assinada para ajudar as comunidades, mas sim para favorecer o desenvolvimento que a guerra havia atrasado; que a violência da guerra “*no fue por la gente, por los comunista, fue por la tierra*”¹⁹⁹. Contaram que o exército tinha um estudo pormenorizado dos recursos naturais da região, e que o que queriam “*era que huyéramos para quedarsen con nuestras tierras*”²⁰⁰:

*Pero ellos también sabían que nosotros ixiles sabemos defendernos, que tenemos conocimiento para mantenernos. Por eso tenían que controlarnos, ladinizarnos. Ahí las Aldeas Modelos. Y el que no se asocie, es un enemigo.*²⁰¹

*Cuando vino el presidente Óscar Berger [presidente de 2004 a 2008] a inaugurar la hidroeléctrica de Chajul, dijo 'Gracias a Dios que se cumplió el primer proyecto que fue atrasado más de 30 años por la guerra. Eso es un desarrollo verdadero'. Entonces entendimos. Eso es lo que buscan, lo que ha desatado la destrucción en las comunidades.*²⁰²

*La firma de la paz no fue a favor de los pobres. Fue a favor de los empresarios. Ya pasó 17 años. Sí, han dado, han hecho, pero miserablemente, y con lo que ellos pueden decidir. Con lo que la gente decide, no.*²⁰³

Foi a partir destes ganhos de consciência e da percepção de que foram violentados justamente por aquilo que faziam – por seus modos particulares de se relacionarem com a terra e de preservar os seus recursos – que reconheceram a necessidade de manter viva a história de suas resistências,

¹⁹⁹ Não foi por causa das pessoas, dos comunistas, foi por causa da terra.

²⁰⁰ Era que fugíssimos, para ficarem com nossas terras.

²⁰¹ Mas eles também sabiam que nós ixiles, sabemos nos defender. Que temos conhecimento para nos manter. Por isso tinham que controlar-nos, ladinizar-nos. Por isso as Aldeias Modelo. E os que não se associam são inimigos.

²⁰² Quando o presidente Óscar Berger veio inaugurar a hidroelétrica de Chajul, disse ‘Graças a Deus cumpriu-se o primeiro projeto que foi atrasado mais de 30 anos pela guerra. Isso sim é um desenvolvimento verdadeiro’. Então entendemos. Isso é o que buscam, o que tem desencadeado a destruição nas comunidades.

²⁰³ A assinatura da paz não para favorecer os pobres, foi para favorecer os empresários. Sim deram, fizeram, mais miseravelmente, e com o que eles decidem. Com o que nós decidimos, não.

dando início ao seu próprio processo de recuperação e reconstrução de *la historia de luchas y resistencias de los pueblos*.

*Empezamos el libro con nuestra historia personal, y la historia familiar, y la historia colectiva o comunidad. Así se originó este libro. Pero también estaba coordinado por los 4 cardenales, según lo que dicen nuestros abuelos, donde sale el sol, donde se pone el sol, donde sale el aire, donde se pone el aire. Los cuatro cardenales. Y son redondos. Donde empieza termina, pero empieza otra vez, ese es el camino de las palabras de los pueblos.*²⁰⁴

Começaram em 2003, cada qual com um caderno, questionando-se sobre suas origens. A região de Quiché é vasta, povoada por ixiles e ladinos. Foram se perguntando sobre a chegada dos primeiros antepassados k'iches à região, sobre os conflitos étnicos, e pouco a pouco retomando lendas, histórias familiares, contos, e recorrendo aos livros também para "*escuchar que nos dice*". Ao longo do ano foram recolhendo gravações, escritos e histórias da comunidade, e envolvendo mais pessoas: "*se diseñaron como objetivos centrales de la iniciativa, posibilitar y generar procesos de participación ciudadana en la construcción política, social y cultural de las propias comunidades*" (CODPI, 2013, p. 16)²⁰⁵.

O golpe dado pelo governo nas CPRs em 2003 com a criação do PNR levou as comunidades a pensarem em novas estratégias para seguirem unindo forças. As memórias da resistência nas montanhas serviram de base para que conseguissem chegar a acordos políticos comuns, baseados no consenso, na participação coletiva integral das comunidades e na luta em função da preservação da terra. Concluíram que o ressarcimento, como resultado do acordo entre governo e URNG, visava unicamente reparação material, sem buscar alcançar justiça às violações que as comunidades sofreram durante o conflito armado, nem resguardar as populações de novas violações, como o espólio da terra e a exploração desmesurada dos recursos naturais. E isso porque "*el resarcimiento no está para las comunidades*"²⁰⁶. O modo como o PNR fora efetivado, baseado em reparações individuais, feitas a partir de análises de casos

²⁰⁴ Começamos o livro com nossa história pessoal, e a história familiar, e a história coletiva ou comunidade. Assim se originou este livro. Mas também estava conduzido pelos 4 [pontos] cardinais, segundo dizem nossos avós, de onde sai o sol, de onde se põe o sol, de onde sai o ar, de onde se põe o ar. Os quatro cardinais. E são redondos. Onde começa termina, mas começa outra vez, esse é o caminho das palavras dos povos.

²⁰⁵ Foram desenhados como objetivos centrais da iniciativa, possibilitar e gerar processos de participação cidadã na construção política, social e cultural das próprias comunidades.

²⁰⁶ O ressarcimento não foi feito para as comunidades.

individuais, deixava claro o distanciamento que o governo e que os articuladores das políticas de paz tinham das comunitárias. Não escutavam suas demandas, assim como não entendiam o modo “indígena” de entender o mundo.

Para um ixil, é na comunidade que as vivências individuais ganham sentido coletivo. O testemunho individual tira a pessoa de sua comunidade. Se alguém vai sozinho às instituições dar seu testemunho, *“la comunidad deja de ser el espacio de recuperación y reconstrucción de la memoria”*²⁰⁷. Consideram que políticas delineadas desse modo, só conseguiram um benefício temporário e individual, mas não cumpriram o efeito de fortalecer os laços sociais que motivam a comunidade a existir enquanto tal, enquanto espaço onde todo benefício é sempre coletivo:

*“Pues si ellos están bien, nosotros también vamos a estar”*²⁰⁸;

*“No están utilizando la memoria para dar remotivación a la gente, para la defensa de un territorio, de un pueblo y de sus recursos naturales”*²⁰⁹;

*“Hay que acudir y reactivar la memoria colectiva de los pueblos pues es en la memoria colectiva que esta la semilla de la resistencia”*²¹⁰;

*“Hay que escuchar los caminos de las palabras de los pueblos, que nace de la experiencia de lucha y de la memoria colectiva, y sigue. Que queremos, que no queremos. Si queremos desarrollo, qué desarrollo queremos”*²¹¹;

*“Se há recuperado historia para ir pedir a los que nos han matado una memoria, un resarcimiento, y no tenemos que pedirles nada”*²¹².

Assim, novos rumos foram tomados, e em maio de 2005 estabeleceu-se coletivamente a

iniciativa política de recuperación y reconstrucción de los hechos de resistencia y memoria histórica de estos hechos, como gesta de los pueblos, dirigida a la fundamentación de procesos de justicia, que conlleva necesariamente la remotivación de identidades, el

²⁰⁷ A comunidade deixa de ser o espaço de recuperação e reconstrução da memória.

²⁰⁸ Oras, se eles estão bem, nós também estaremos.

²⁰⁹ Não estão utilizando a memória para dar remotivação às pessoas, para a defesa de um território, de uma comunidade e de seus recursos naturais.

²¹⁰ Tem que socorrer e reativar a memória coletiva das comunidades, pois é na memória coletiva que está a semente da resistência.

²¹¹ Tem que escutar os caminhos das palavras das comunidades, que nasce da experiência de luta e da memória coletiva, e continua. O que queremos, o que não queremos. Se queremos desenvolvimento, que tipo de desenvolvimento queremos.

²¹² Tem-se recuperado história para pedir uma memória e um ressarcimento aos que nos mataram, e não temos que pedir nada para eles.

fortalecimento de la cohesión social y la reconstrucción del tejido social, tanto familiar como colectivo. (CODPI, 2013, p. 19)²¹³

Designou-se inicialmente o período de 1970 a 2005 para começarem os trabalhos, que foi sendo alargado durante todo o processo, conforme os acontecimentos eram lembrados. Com uma metodologia simples, acompanhada apenas de barbante e fita crepe, as pessoas sentadas em roda iam construindo suas próprias linhas do tempo, recordando os diversos eventos de suas vidas, de seus familiares e de sua comunidade. Posteriormente, os barbantes eram entrelaçados nos eventos comuns, formando uma grande rede de acontecimentos:

"El hilo se rompió, ¿cómo lo vamos a retomar?"²¹⁴;

"El tejido social es bastante hilo va"²¹⁵;

"¿Cómo volvemos a tecerlo como estaba?"²¹⁶;

"¿Será que somos capaces de conformar como estaba?"²¹⁷;

"Quizás no, pero hay que repararlo"²¹⁸;

"Se rompió un tejido, el tejido social, se rompió la historia. Hay que tejer"²¹⁹;

"El problema es que hay muchos hilos, pero no hacen nudos"²²⁰.

Este trabalho permitiu recordar, localizar, recuperar, reconstruir y desarrollar hechos concretos, tanto de las agresiones como de la resistencia, y que posteriormente con el apoyo de fuentes documentales dieron lugar a una serie de documentos narrativos. (CODPI, 2013, p. 21)²²¹

Os barbantes pessoais, que em alguns casos eram representantes de uma família, possibilitavam a rememoração e o reconhecimento das histórias individuais, para que depois se reconhecessem os laços coletivos nos quais

²¹³ Iniciativa política de recuperação e reconstrução das ações de resistência e memória histórica dessas ações, como proeza dos povos, dirigida à fundamentação de processos de justiça, que resulta necessariamente na remotivação de identidades, o fortalecimento da coesão social e a reconstrução do tecido social, tanto familiar como coletivo.

²¹⁴ O fio se rompeu. Como vamos retomá-lo?

²¹⁵ O tecido social é muito fio né?

²¹⁶ Como voltamos a tecer do jeito que era?

²¹⁷ Será que somos capazes de deixar como estava?

²¹⁸ Acho que não, mas temos que consertar.

²¹⁹ Rompeu-se um tecido, o tecido social. Rompeu-se a história. Temos que tecer.

²²⁰ O problema é que existem muitos fios, mas eles não dão nó [não fazem laço] .

²²¹ Este trabalho permitiu lembrar, localizar, recuperar, reconstruir e desenvolver acontecimentos concretos, tanto das agressões como da resistência, e que, posteriormente, com o apoio de fontes documentais deram lugar a uma série de documentos narrativos.

estavam inseridos. Conforme entrelaçavam barbantes, novos elementos apareciam para recuperação e reconstrução coletiva, e muitos acontecimentos que alguns consideravam dizer respeito somente a si, revelavam-se acontecimentos maiores, assim como acontecimentos maiores que poucos conheciam passavam a ser do conhecimento coletivo.

'Lo importante es ver cómo nuestras pitas se van cruzando con las de las demás personas en algunos puntos de la vida y en esta telaraña va surgiendo la reconstrucción de la historia de las comunidades y de los pueblos. Reconstruyendo y construyendo sobreviviremos resistencia... reconstrucción histórica que posibilita la reconstrucción del tejido social [y] la cohesión social'. (CODPI, 2013, p. 23)²²²

Conforme as memórias iam sendo sistematizadas, regressavam às suas famílias e comunidades para serem validadas por outros atores envolvidos, assim como comparadas com informações oficiais. Desse modo, eram dotadas de conteúdo político e histórico, na medida em que, ao voltarem novamente para as rodas, não só os eventos estavam mais precisos factualmente, como as razões que levaram a este ou àquele evento também estavam mais claras, a partir das memórias dos diversos atores presentes no dia do acontecimento:

Los procesos de síntesis locales, regionales y generales que fueron resultado del proceso de los talleres regresan a las comunidades y grupos sociales involucrados para ser debatidos, enriquecidos y validados por todos los participantes. Este ir y venir por el camino de la reconstrucción, desde la perspectiva de cada camino recorrido y consolidado, permitió avanzar en la red de reconstrucción, en la red de articulación y cohesión social y en la red de soporte de la iniciativa. (CODPI, 2013, p. 21)²²³

Consideram que a parte de união e síntese comunitária em cada um dos encontros foi o desafio mais importante da iniciativa. A relação espaço-temporal cíclica e mítica da cosmovisão maia, em oposição à compreensão linear ocidental

²²² O importante é ver como nossos barbantes vão se cruzando com os demais em alguns pontos da vida e nesta teia de aranha vai surgindo a reconstrução da história das comunidades e dos povos. Reconstruindo e construindo sobreviveremos resistência... reconstrução histórica que possibilita a reconstrução do tecido social e a coesão social

²²³ Os processos local, regional e geral de síntese, resultantes dos processos das oficinas, regressam às comunidades e grupos sociais envolvidos para serem debatidos, enriquecidos e validados por todos os participantes. Este ir e vir pelo caminho da reconstrução, a partir da perspectiva de cada caminho percorrido e consolidado, permitiu avançar na rede de reconstrução, na rede de articulação e coesão social e na rede de suporte da iniciativa.

de tempo, e, portanto, da justiça institucional vigente, prejudica muito as comunidades em suas lutas, pois com frequência não sabem precisar atores, lugares e datas de acontecimentos importantes. A construção conjunta possibilitou agregar informações essenciais para apresentar queixas e denúncias frente às instâncias responsáveis, pois *"Lo que uno no recuerda otro compañero recuerda"*²²⁴. Assim me contava um senhor que tentava se lembrar do mês em que chegaram os militares, *"Fue en el año 83 o 84, pero el mês, bueno, estaba secando la milpa"*²²⁵, quando um companheiro disse, *"entonces es época de sembra"*²²⁶, e outro agregou, *"Ah! Entonces talvez sea tal mês"*²²⁷. *"Así nos ayudanos nosotros para recordar las fechas"*²²⁸, me diz sorridente.

Como para os ixiles *"no hay memoria colectiva, sin validación colectiva"*, esses momentos possibilitaram o estabelecimento de consensos importantes sobre a história factual, para que se passasse, de acordo com eles, da memória coletiva à memória histórica de suas comunidades – da memória como ação, como ato, para a memória como verdade. O trabalho desenvolvido ao longo de dez anos, além de empoderar as comunidades de sua própria história e de permitir que se reconhecessem como protagonistas, serviu de referência para que testemunhassem com maior precisão frente aos tribunais, sobretudo no caso do julgamento de Rios Montt, responsável pelos crimes cometidos justamente contra essa população.

A compreensão da importância de que suas memórias estivessem registradas, para serem consultadas posteriormente, resultou no livro publicado em 2013:

*"Lo escribimos con mucho cuidado, pues la memoria colectiva es una práctica, un ejercicio continuo de la comunidad, y la publicación no puede ser para que hablemos menos, sino para que hablemos más"*²²⁹;

*"Aquí esta el registro de la memoria histórica de nuestras luchas y resistencias. Pero la memoria colectiva sigue en donde está la comunidad, no en los libros. Eso [el libro] es para ayudarnos"*²³⁰;

²²⁴ O que um não lembra, o outro lembra.

²²⁵ Foi em 83 ou 84, mas o mês, bom, o milho estava secando.

²²⁶ Então era época de plantio.

²²⁷ Ah, então talvez seja tal mês.

²²⁸ Assim nos ajudamos uns aos outros para lembrar as datas.

²²⁹ O escrevemos com muito cuidado, pois a memória coletiva é uma prática, um exercício contínuo da comunidade, e a publicação não pode ser para que falemos menos, sim para que falemos mais.

*"Lo que pasa es que la gente quiere matar la memoria, por eso tantos libros, con tantas historias. Y eso porque si uno mata la memoria, se termina la comunidad"*²³¹.

Permitindo à memória seguir seu fluxo, seguir o caminho das palavras dos povos, os participantes foram desde as memórias das agressões e violações que sofreram, até as que sofrem nos dias de hoje, buscando em cada um dos encontros, entender as razões de ditas agressões, de modo a poder se defender cada vez melhor. Inicialmente, perguntas como, "por que foram perseguidos, violentados, assassinados", caíam em vazios de sentido que só podiam ser explicados por algo da ordem "porque assim tinha que ser". O trauma da guerra não conseguia ser significado de nenhum outro modo. No exercício coletivo de recordar, essas perguntas começaram a ganhar outras respostas, que abriram possibilidades para novos significados, e consecutivamente, novas memórias. As razões da violência do passado foram conectadas com a violência no presente, o que agregou novos sentidos também ao contexto atual das comunidades, que sofrem um brutal processo de espólio frente à entrada do capital estrangeiro na região para a exploração de recursos naturais.

Ao identificarem que o conflito armado se deu, entre outras coisas, pelo interesse nas terras da região, decidiram entender qual era a riqueza que estava sendo disputada. Procuraram se informar sobre os usos dos metais pesados que estavam sendo extraídos, sobre os mega projetos de hidroelétrica, de mineração, de extração de petróleo, entre outros, remotivando as resistências para preservar os recursos naturais, sem os quais, para eles, o povo não existe.

Os ixiles, entre outros maias, não compreendem a palavra povo ou população. Somente *Tenam*, tudo o que existe, o homem, a mulher, os animais, as árvores, as pedras, a comunidade. Se algo não está bem, *Tenam* não está bem. "Uno no puede estar bien si los animales están enfermos, si la milpa no crece"²³². "Si hieren a la montaña, no están hiriendo a todos"²³³. A terra é para eles, a base de toda a comunidade, a base do desenvolvimento. Mas do desenvolvimento harmônico, entre tudo o que existe. Não do desenvolvimento

²³⁰ Aqui está o registro da memória histórica de nossas lutas e resistências. Mas a memória coletiva segue onde está a comunidade, não nos livros. Isso é para nos ajudar.

²³¹ O que acontece é que as pessoas querem matar a memória, por isso tantos livros, com tantas histórias. E isso porque se a memória morre, a comunidade acaba.

²³² Não é possível estar bem se os animais estão doentes, se o milho não cresce.

²³³ Se ferem a montanha, estão ferindo a todos.

do homem em detrimento do restante. Consideram que os recursos da natureza estão para servir a todos, desde que se saiba utilizá-los. E é a comunidade, o destino que as comunidades decidem dar para os recursos, que compõe esse saber.

*Pues nadie que esté integrado en la comunidad va decidir hacer algo que en poco tiempo sea perjudicial. Es por eso que tenemos memoria, por eso cuidamos la tierra. No pensamos en el ahora. Ahora sí tenemos milpa. Pero si no la cuidamos, nuestros hijos no van a tener milpa. Y si no tienen milpa, ¿qué vá ser de ellos? ¿Y de nosotros? Pues sin nuestros descendientes nosotros tampoco existimos. Y es la memoria que nos dice como cuidar la tierra. Sin la memoria, tampoco existimos. Está todo conectado.*²³⁴

Dessa iniciativa as comunidades começaram a articular uma série de lutas pela preservação dos recursos naturais de seu território e a exigirem do governo o respeito pela AIDPI. Das memórias coletivas, passaram a vincular a luta pelo ressarcimento das violações do conflito armado a uma luta maior, relacionada a problemas sociais estruturais, fundamentados principalmente na discriminação social que sofrem – ainda que tudo isso já estivesse escrito nos Acordos de Paz e referendado pela CEH. Compreenderam a relação intrínseca que o esquecimento imposto tem com a manipulação, o espólio, a violação. Assim como o valor da memória para que haja resistência: “*En cuanto hay comunidad, hay muertos que viven dentro de ella*”²³⁵.

Das memórias dos horrores da guerra, criou-se um espaço para a compreensão do que havia mais além. Puderam reconhecer sua condição de sujeitos, de protagonistas da história, capazes de organização, resistência e solidariedade, e que justamente por isso, por não aceitarem serem postos do outro lado da linha dos que são, foram condenados a situações de violência extrema, na qual a brutalidade desmedida daqueles que creem ser chegou a níveis que não merecem ser escritos novamente nestas páginas. Destas memórias confirmamos com Fanon, que é justamente nas aparentes zonas do não-ser, que um “autêntico ressurgimento pode acontecer” (FANON, 1961/2008, p. 26).

²³⁴ Pois ninguém que esteja integrado na comunidade vai decidir fazer algo que em pouco tempo seja prejudicial. É por isso que temos memória, por isso que cuidamos a terra. Não pensamos no agora. Agora temos milho. Mas se não cuidamos, nossos filhos não vão ter. E se não tem milho, o que vai ser deles? E de nós? Pois sem nossos descendentes nós tampouco existimos. E é a memória que nos diz como cuidar a terra. Sem a memória, também não existimos. Está tudo conectado.

²³⁵ Enquanto existir comunidade, existem mortos que vivem dentro dela. Ou como diria o slogan do movimento mães de maio no Brasil, “os nossos mortos têm voz”.

*Nos reunimos para intercambiar información. Nos hemos ayudado entre unos y otros, solidarizándonos, acompañándonos y apoyándonos, así hemos venido trabajando en torno a las consultas comunitarias. Nos reunimos para orientarnos y ubicar el norte de nuestra lucha. Cada quien trae información, la idea es que intercambiamos y después analicemos conjuntamente, para entender como nos afecta la misma problemática en distintas partes. Si no tenemos información no nos será posible siquiera opinar sobre qué nos está pasando. Se comparte información oficial para entender cuál es la línea del gobierno que está ahora, ...de repente el gobierno de turno tiene planes que son diferentes a los que tenía el gobierno anterior. Desde tiempos históricos ha habido golpes al pueblo por parte de los poderosos, siempre los pueblos han respondido, el gobierno golpea de una manera, el pueblo responde de una manera. La idea de este encuentro es decidir cómo vamos a responder, qué vamos a hacer... cuándo y con quién. No estamos aquí en búsqueda de proyectos, estamos para informarnos y decidir cómo vivir, estamos en el empeño de definir nuestro modelo de vida.*²³⁶

Ao me despedir de um dos moradores, perguntei: usted podría firmarme esta hoja para que yo pueda hacer uso de todo esto que platicamos en mi texto?²³⁷

*- Bueno niña, para eso tendría que venir toda la gente aquí fírmalo, y la gente que ni viva está. Pues eso de que hablamos no es mío, es de todos nosotros. Y no pertenece a nadie. Está en la comunidad. Usted aquí estuvo, ha visto, ha escuchado, ha sentido, ha compartido. Nos ha contado de tu país, de las cosas que nos pasan a nosotros y también a ustedes. Ahora nuestras memorias también son tuyas, y las tuyas nuestras. Eso es la memoria colectiva. No hay ninguna hoja o firma que cambie eso.*²³⁸

²³⁶ Reunimo-nos para trocar informação. Ajudamos uns aos outros solidarizando-nos, acompanhando-nos e apoiando-nos, assim viemos trabalhando ao redor das consultas comunitárias. Reunimo-nos para nos orientar e localizar o norte de nossa luta. Cada qual traz informação e a ideia é que troquemos e depois analisemos conjuntamente, para entender como somos afetados pela mesma problemática em distintas regiões. Se não temos informação, não será possível sequer opinar sobre o que está acontecendo. Compartilha-se informação oficial para entender qual é a linha do governo que está agora, de repente o governo vigente tem planos diferentes do governo anterior. Faz muito tempo que os poderosos golpeiam o povo, e o povo sempre respondeu, o governo golpeia de uma maneira, o povo responde de outra. A ideia destes encontros é decidir como vamos responder, o que vamos fazer... quando e com quem. Não estamos aqui procurando projetos, estamos para nos informar e decidir como viver, estamos no empenho de definir nosso modelo de vida.

²³⁷ O senhor poderia assinar essa folha para que eu possa usar essas informações em meu texto?

²³⁸ Bom menina, para isso teriam de vir todas as pessoas assinar, e as pessoas que nem vivas estão. Pois isso do que falamos não é meu, é de todos nós. E não pertence a ninguém. Está na comunidade. Você esteve aqui, viu, ouviu, sentiu, compartilhou. Contou-nos de teu país, das coisas que acontecem conosco e também com vocês.

4 CONCLUSÃO

Parece-me ousado concluir algo frente a estas experiências. A tentativa de simbolizar o real pode facilmente resultar em fantasias imaginárias. Concluirei, *como se fosse possível concluir*, na tentativa de encontrar sentidos que possam ser compartilhados. O que disso é verdade e o que é ficção, não sei dizer neste instante. Que possamos seguir juntos no esforço de descobrir.

Foram diversas as perguntas e inquietações que guiaram essa pesquisa, e ao final do caminho, muitas outras perguntas se abriram. Mais do que respostas, encontrei lugares para compartilhar as inquietações e assim dar-lhes sentido e calma. Encontrei lugares comuns, comunidades, onde pude estar entre, fazendo do labor da pesquisa uma tarefa menos solitária e mais solidária. Essa passagem parece ser uma das reparações possíveis aos dados da violência.

Pude aprender com a memória coletiva das comunidades na Guatemala, que a contraparte do medo é a coragem. A violência atroz rompe laços sociais, mas também favorece e fortalece laços de solidariedade. Frente às lógicas opressoras e dessubjetivantes da racionalidade colonial, emerge uma espécie de ética do cuidado, da responsabilidade pelo que é comum, onde o subalterno, sim, pode falar; justamente porque no reconhecimento da “comum identidade” próprio dessa ética, deixa-se de ser subalterno e se torna sujeito.

A confiança na comunidade como espaço de identidade, apresentou-se como a resistência necessária para que construamos um futuro onde caibam todos. Mas não só por aquilo que temos de comum, mas também por aquilo que cada qual tem de particular e específico. Seria justamente a existência dessas especificidades, o que faria da memória coletiva imprescindível para a existência da comunidade. Se fossemos homogêneos, iguais, universais, não seria necessário construir quadros sociais que servissem de referentes comuns. Justamente porque na experiência do mundo, cada qual experimenta de um modo particular, é que se faz necessária a construção de significados comuns, de memórias coletivas. Significados que podem ser cotidianamente ressignificados no experienciar cotidiano de ser em relação com o outro.

Desse modo, somos convocados a pensar em políticas de recuperação de memórias que possibilitem a constante ressignificação destas experiências, tanto

para a construção de uma memória coletiva que não se feche, como também para a construção de uma memória histórica, que enquanto tal, carrega a legitimação institucionalizada de eventos históricos que marcaram a sociedade. A relação entre memória coletiva e memória histórica, parece ser o elo entre as comunidades e o poder público, este último, responsável por dar condições materiais de existência para que aquelas sigam existindo enquanto tal. Dos significados particulares, ressignificados coletivamente, as comunidades articulariam suas demandas para que as políticas públicas fossem dirigidas a fortalecê-las enquanto comunidade, ao invés de desarticulá-las, como ocorre cotidianamente nas periferias dos países latino-americanos.

Ao longo deste trabalho, pude observar como, ao mesmo tempo, ações que poderiam ser libertadoras, podem ser opressoras, ou reprodutoras de opressões, e vice-versa. Ao mesmo tempo em que a Comissão da Verdade e os Acordos de Paz na Guatemala prejudicaram determinadas parcelas da população – por servirem mais de maquiagem para que o governo pudesse vender o país ao capital estrangeiro – possibilitaram, a partir de suas críticas, a que muitas comunidades se mobilizassem em prol de recuperar e reconstruir suas memórias, o que favoreceu a reconstrução de laços sociais muito danados pelos anos, não só pelas décadas de conflito armado, mas também por séculos de colonialidade. Ainda que algumas comunidades tenham sido desmobilizadas por ficarem na espera da reparação por parte do governo e da execução das recomendações da Comissão para o Esclarecimento Histórico, também trouxe uma verdade, que para muitos nunca havia existido - a de que eram sujeitos de direitos. Em alguns casos, a não efetividade das ações, lançou novamente as comunidades à zona do não-ser, à apatia, mas em outras, possibilitou que muitos já não aceitassem ser vistos como um outro-coisa, já não aceitassem que houvesse qualquer linha imaginária que separasse os dois mundos.

O exemplo da constituição das patrulhas de autodefesa civil e das Aldeias Modelo durante o conflito armado na Guatemala assinala a perversidade dessa construção imaginária imposta pelas formas de governo racistas e fascistas que se dão até os dias atuais. Assinala, também, a perversidade de um sistema que coloca a própria população para se massacrar, enquanto os responsáveis intelectuais pela barbárie passam impunes, de mãos limpas, e com a consciência tranquila: afinal, eram só índios, negros, pobres, traficantes, terroristas. Como nas diversas guerras das periferias latino-americanas, o conflito armado interno

foi marcado por indígenas matando indígenas, ainda que alguns se considerassem mais brancos e, portanto, mais dignos de puxar o gatilho. A população empobrecida, subalternizada, cansada de ser um outro na zona do não-ser, frente à memória instrumental que lhe foi imposta deseja tornar-se um eu, sem no entanto, chegar perto de atravessar a linha que separa as duas zonas. O líder da patrulha, o líder da quadrilha almeja a casa do colono, a mulher do colono, a vida do colono, e, acreditando nas promessas desse futuro, aposta a vida de seus próprios irmãos.

Se a condição de sujeito deixa de existir no momento em que um não é reconhecido, ou no momento em que não se reconhece, não foi uma pergunta respondida. Mas a comunidade como o lugar onde essa condição pode retornar, talvez seja das poucas certezas que ficam. Se há algo que pode ser devolvido para que esse se reconheça, esse algo é a comunidade. O direito de ser entre. Se algumas pessoas podem se curar de medo, e outras não, é porque encontram na comunidade a coragem para seguir resistindo.

O modo ixil de testemunhar, de falar de seu passado, de contar as memórias – o testemunho como experiência acumulada de toda a comunidade, elucida o óbvio: a guerra e a violência são fenômenos que não podem ser entendidos individualmente. E o caráter coletivo do testemunho, aquilo que pode falar de uma experiência da qual todos somos responsáveis, é o que diferencia o testemunho da autobiografia.

Muitas pessoas me perguntaram se meu trabalho era sobre literatura de testemunho, ao que eu nunca soube exatamente o que responder. Tinha, e ainda tenho, muitas dúvidas sobre os modos como os testemunhos são tratados em diversas áreas, desde as análises jurídicas, historiográficas, psicanalíticas, literárias, até os megaeventos em que pessoas são convidadas para dar seus testemunhos sobre as violências sofridas. Ao mesmo tempo em que me deparo com análises incrivelmente maravilhosas de testemunhos – sobre a história, o inconsciente, a sociedade, a literatura – também me deparo com análises frias e instrumentais da violência, que de modo algum parecem respeitar o sujeito, sua dor e suas memórias; como diria Zizek, reproduzindo o horror. Presenciei eventos lindos e sensíveis nos quais os testemunhos vieram para ser inscritos na criação de algo novo, mas também eventos nos quais a dor das vítimas foi usada para comover, para espetacularizar o sofrimento. Com receio de participar desse horror, de instrumentalizar o sofrimento alheio, a tarefa mais difícil nesta escrita

foi encontrar que destino dar aos inúmeros testemunhos escutados e lidos ao longo destes anos. Sigo com algumas dúvidas, e com outras que surgiram durante o caminho, e ao final desta pesquisa, concluo com ela sendo meu próprio testemunho. O destino possível aqui foi aquele que, no encontro com a dor do outro, fez de mim testemunha. Se há algo de literatura de testemunho nesta pesquisa, me parece que é naquilo que eu mesma pude testemunhar e inscrever na tela branca. Espero encontrar novos parceiros para seguir com o esforço de criar formas de retomar o passado reflexivamente, para evitar repeti-lo infinitamente; parceiros que ousem esboçar uma outra história, a inventar o presente.

A pergunta inicial que me moveu, persiste, ainda que renovada. O que pode o saber constituído pelas páginas de uma dissertação ou mesmo uma tese, fazer pelo sofrimento daquela moça, que aparentemente, nem sequer sofria com seu sofrimento? Talvez ninguém tenha essa resposta, mas de algum modo, essas páginas possibilitaram que o meu sofrimento frente ao sofrimento dela tenha ganhado novos destinos, que sim, se encaminham para a construção de algo novo: para a construção de uma comunidade acadêmica mais solidária, responsável por colocar a ciência a serviço das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS²³⁹

ADICHIE, Chimamanda. **O Perigo de uma única história**. 2002. Palestra Ted Global, Jul. 2009. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc> > Versão legendada.

ADORNO, Theodor W. **De la relación entre Sociología y Psicología**. In: Actualidad de la filosofía. Barcelona: Paidós, 1991, pp. 135-204.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz?: o arquivo e a testemunha**. Tradução de Selvio J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I**; Tradução de Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 197 p.

AGAMBEN, Giorgio. **Ideia da Prosa**. Lisboa: Cotovia, 1999.

ALVAREZ, Virgilio. **Conventos, aulas y trincheras: universidad y movimiento estudiantil en Guatemala**. V. I. Guatemala: FLACSO, 2002.

AVENDAÑO, Anelí Villa. **La Construcción De La Memoria Histórica Del Conflicto Armado Interno De Guatemala**: Debates Y Perspectivas. Dissertação de Mestrado. Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

BASTOS, Santiago; CAMUS, Manuela. **El movimiento maya em perspectiva**. Guatemala: FLACSO, 2003.

BETHELL, L. **História da América Latina**: A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: EDUSP, 2009.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo : Cia das Letras, 1992.

BRANT, Fernando; NASCIMENTO, Milton. Santos Católicos X Candomblé. In: MILTON NASCIMENTO. **Maria Maria/ Último Trem**. Rio de Janeiro: Nascimento, 2002. CD. Faixa 10.

CABANAS, André. La Cooperación Internacional en Guatemala: debilidades e retos. Guatemala, 2011. Disponível on line < <http://www.semillerosdepensamientos.org/include/uploads/nodo/DocumentosCooperacion.pdf> >

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CASTAÑEDA, Manolo E. Vela (Coord.). **Guatemala, la infinita historia de las resistencias**. Guatemala: SEPAZ/Magna Terra, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Comp.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, IESCO - Instituto de

²³⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Noemi de Sousa, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978. (Originalmente publicado em 1950).

CODPI. **El Camino de las Palabras de los Pueblos**. 2013

Disponível em: < http://www.semillerosdepensamientos.org/es-centro-documentacion&page=7&limit=1&rpp=1&rel2=centro-documentacionP_02L_03>. ²⁴⁰

COMISIÓN de la Verdad de El Salvador. Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos. Informe de la Comisión de la Verdad. Parte I-V. 01 jan. 2010. Disponível on line < <http://www.pddh.gob.sv/memo/verdad>> Último acesso 28 jun.2015.

COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). **Informe 37/00**. Caso 11481. Monseñor Oscar Ranulfo Romero y Gáldamez. El Salvador, 13 abr.2000. Disponível On line < <http://www.cidh.org/annualrep/99span/de%20fondo/elsalvador11481.htm>>. Acesso 27 jun. 2015.

COMISIÓN para el Esclarecimiento Histórico (CEH). **Guatemala, Memoria del Silencio**. CEH,1999. Disponível: < <https://web.archive.org/web/20130505175022/http://shr.aaas.org/guatemala/ceh/mds/spanish/>>.

CUYA, Esteban. **Las Comisiones de la Verdad en América Latina**. Nürnberger, 1996. (KO'AGA ROÑE'ETA. Serie III). Artículo originalmente publicado en la Revista Memoria, de Dokumentations und Informationszentrum Menschenrechte in Lateinamerika, Disponível on line <<http://www.derechos.org/koaga/iii/1/cuya.html>>. Acesso em 27 jun.2015.

DOBLES, Ignácio. **Memorias del Dolor**. San Jose: Arlekin, 2009.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Chhixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Retazos-Tinta Limón, 2010, 80 p.

DUSSEL, Henrique. De la ciencia a la filosofía de la liberación. In: **Filosofía de la liberación**. pp. 181-209. Bogotá: Nueva América. 1977/1996.

FALLA, Ricardo. **Masacres de la Selva**: Ixcán, Guatemala (1975-1982). Guatemala: Editorial Universitaria, 1992

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Originalmente publicado em 1961.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.Originalmente publicado em 1952.

²⁴⁰ Conforme ABNT 6023, 7.2.2, todos os documentos eletrônicos foram acessados várias vezes durante o projeto e seus endereços eletrônicos continuam ativos até o encerramento da dissertação.

FERNANDEZ RETAMAR, Roberto. Nuestra América y el Occidente. In: **Cuaderno de Cultura Latinoamericana**. México: UNAM, 1976.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia Do Saber**. Rio De Janeiro: Forense, 1987. Original publicado em 1969.

FOUCAULT, M. **História Da Sexualidade**. V.I. A Vontade De Saber. Rio De Janeiro: Graal, 1985. Original publicado em 1976.

GAGNEBIN, J.M. **Lembrar, Esquecer, Escrever**. São Paulo: Editora 34, 2006. 224p.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte: Itatiaia-Edusp, 1980.

GALEANO, Eduardo. **Livro dos Abraços**. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, 6 v. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

GRANDIN, Greg. A instrução da grande catástrofe: Comissões da Verdade, história nacional e formação do Estado na Argentina, Chile e Guatemala. Tradução de Ana Paula Meyer Veloso com autorização do autor. Revisão de Marijane Vieira Lisboa. In: **Ponto e Vírgula**. Revista de Ciências Sociais. N.14. 1º. semestre 2015. Disponível On Line: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/22559> Acesso em 24 jun.2015.

GRANDIN, Greg. **A revolução guatemalteca**. Tradução de Luiz Antônio de Araújo. São Paulo: UNESP, 2004

GROSFOGUEL, Ramón. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos". In: CIDOB, **Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer**. Barcelona, Espanha: CIDOB, Dic.2011. pp. 97-108.

GUHA, Ranajit (Ed.). **Subaltern Studies I**: Writings on South Asian History and Society. Delhi: Oxford University Press, 1982.

GUHA, Ranajit (Ed.). **Subaltern Studies II**: Writings on South Asian History and Society. Delhi: Oxford University Press, 1983.

HALBWACHS, M. Mémoire collective et Mémoire historique. In: **La Mémória collective**. Paris: PUF, 1968.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era Dos Extremos**: O Breve Século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995.

Ibarra et. Al.(Ed.). **Guatemala: Historia Reciente** 1954-1996. Tomo I: Processo político y antagonismo Social. Guatemala: Editorial de Ciencias

Sociales- FLACSO, 2012. 414 p.

IMPUNITY Watch. **Guatemala se resiste a olvidar: iniciativas de memoria en el post conflicto.** Guatemala: Impunith Watch, 2012.

IMPUNIT Watch. **La Persistencia de la verdad:** A diez años del informe de la CEH. Guatemala: Impunit Watch y la Convergencia por los Derechos Humanos, 25 feb.2009. Disponible on line < http://www.impunitywatch.org/docs/La_persistencia_de_la_verdad-CEH.pdf>. Acceso em 25 jun.2015.

JELIN, Elisabeth; LANGLAND, Victoria. (Comp.). **Monumentos, memoriales y marcas territoriales.** Madrid: Siglo Veintiuno, 2014 [2003]

LE BOT, Yvon. **La guerra en tierras mayas:** comunidad, violencia y modernidad (1970-1992).México. Fondo de Cultura Económica, 1995.

LÓPEZ, Henry Morales. **Cooperación internacional en Centro América: mirada crítica desde sujetos políticos regionales.** Guatemala: Mugarik-Bilbao, dic.2010. Disponible on line < <http://www.mugarikgabe.org/wp-content/uploads/2015/05/CooperacionMiradaCriticaFinal.pdf>> Último acceso em 27 jun.2014.

LÓPEZ, Henry Morales; TIUL, Msc Máximo Bá. **Pueblos indígenas, cooperación internacional y desarrollo en Guatemala.** Guatemala: Movimiento Tzuk Kim-pop, sep.2009. Disponible on line < <http://www.entremundos.org/databases/New%20Training%20Manuals/Pueblos%20indigenas%20cooperacion%20Guatemala.pdf>>. Último acceso em 27 jun.2014.

MANZ, Beatriz; OGLESBY, Elizabeth; NOVAL, José García. **De la memoria a la reconstrucción histórica.** Guatemala: AVANCSO, 1999.

Martín-Baró, Ignacio. **Psicología social de la guerra:** trauma y terapia. San Salvador: UCA editores, 1990.

MARTINEZ PELAEZ, Severo. **La patria del criollo:** Ensayo de interpretación de la realidad colonial guatemalteca. Guatemala: Editorial Universitaria, USAC, 1970.

MECKESHEIMER, Anika. **La memoria como acción social.** Reflexiones a partir del acompañamiento de una sistematización de experiencias de la Coordinación Diocesana de Mujeres. Seminario (Virtual) Internacional "Creación de Prácticas de Conocimiento desde el Género, los Movimientos y las Redes". 26. sept. 2011. Disponible em: < www.encuentroredtoschiapas.jkopkutik.org>.

MENESES, Giorgina. **Tradición oral en el Imperio de los Incas: historia, religión, teatro.** San José: DEI, 1992.

MIGNOLO, Walter. **La Idea de América Latina:** La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007.

MOLDEN, Berthold. **Políticas sobre a historia en Guatemala:** Historiografía, justicia de posguerra y resarcimiento (1996-2005). Guatemala: AVANCSO, 2014.

MONTOYA, Cal; José EDGARDO, José. Un largo y penoso proceso: Severo Martínez Peláez y la Historia social sobre la Independencia de Centroamérica. In: **Bajo el Volcán**, vol. 12, núm. 19, sept.-dic., 2012, pp. 99-110. Puebla, México
Disponível em < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28628335006>>.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Marcio. (Org.) **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

NOVAL, José García. Entre dos fuegos. Desde el mundo de los gatos pardos. En: Beatriz Manz, Elizabeth Oglesby y José García Noval. **De la memoria a la reconstrucción histórica**. Guatemala: AVANCSO, 1999.

OBANDO SÁNCHEZ, Antonio. **Memorias:** la historia del movimiento obrero. Guatemala: Editorial Universitaria, 1978.

ODHAG. Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala. **Guatemala Nunca Más**. Volumen III: El entorno histórico. Guatemala: ODHAG, 1998.

OFICINA de Informação Pública de Minungua. **El estado de cumplimiento de las recomendaciones de la Comisión para el Esclarecimiento Histórico**. Guatemala, 25 feb.2004. Disponível on line < https://es.wikisource.org/wiki/El_estado_de_cumplimiento_de_las_recomendaciones_de_la_Comisi%C3%B3n_para_el_Esclarecimiento_Hist%C3%B3rico>. Acesso em 26 jun.2015.

PANIAGUA, Walter. **La victimidad:** una aproximación desde el proceso de resarcimiento en la región Ixhil del noroccidente de Guatemala. Tesis doctoral - Universitat Autònoma de Barcelona, España. Facultat de Psicologia, Departament de Psicologia Social, 2010. Disponível em: <<http://ddd.uab.cat/record/67850?ln=en>>.

PAREDES, Carlos A. **Te Llevaste Mis Palabras**. Tomo I: Efectos psicosociales de la violencia política en comunidades del pueblo q'eqchi'. Guatemala: ECAP, 2006.

PAREDES, Carlos A. **Te Llevaste Mis Palabras**. Tomo II: Testimonios de sobrevivientes de la violencia política en comunidades del pueblo q'eqchi'. Guatemala: ECAP, 2006.

PÉREZ-ARMIÑAN, María Luisa Cabrera. Violencia y Impunidad En:**Comunidades Mayas De Guatemala**. La Massacre de Xamán desde una Perspectiva Psicosocial. Guatemala: F&G Editores, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memoria e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro**, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. **Memoria, Olvido, Silencio**. La Plata, Argentina: Al Margen, 2006 [1989].

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Lander, Edgardo (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, Jul. 2011. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>

RAYNAUD, Georges. **El Popol Vuh: O libro del consejo de los indios quichés**. Tradução por Minguél Angel Asturias Y J.M.Gonzáles de Mendoza. Guatemala: Instituto Cultural Quetzalcoatl. p. 5. Disponível online: <http://www.samaelgnosis.net/sagrados/pdf/popul_vuh.pdf>

REHMI. **Informe Para La Recuperación De La Memoria Histórica**. Guatemala, 1998. Disponível em: <<http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/guatemala/informe-REMHI-Tomo1.htm>>

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Introducción crítica al pensamiento descolonial**. Maestría de Estudios Culturales, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Javeriana, Bogotá, 2009.

RODARI, Gianni. **Gramática da Fantasia**. S.Paulo: Summus, 1982.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras. 2007. Publicada originalmente em 1978.

SALAZAR, Luis S. Madre. **América: Un Siglo De Violencia Y Dolor (1898-1998)**. 2a.ed. Ciudad De La Habana: Editorial De Ciencias Sociales, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2ª edição, 2012.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado: cultura de la memoria y primera persona**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

SAHUQUILLO, Maria. Diez días de justicia In: **El País**, 24 mai.2013. Internacional. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2013/05/24/actualidad/1369416662_386455.html>

SCHIRMER, Jennifer. Decir la verdad: La dimensión militar en la controversia Stoll-Menchu. En: Mario Roberto Morales **Stoll-Menchú: la invención de la memoria**. Guatemala: Consucultura, 2014 [2001]. p.165.

SOBERANIS, Catalina. Demandas de los pueblos indígenas de Guatemala. **Revista Análisis de la Realidad Nacional**. Guatemala: USAC, 15 out. 2014 al

31 out. 2014. Ed.60. p. 83-95. Disponível on line <
<http://revistaipn.usac.edu.gt/detallearticulo.php?c=27&a=127>>.

SOTO, Graciela Rubio. **Memoria y Pasado reciente en la Experiencia Chilena**: hacia una pedagogía de la memoria. Tesis Doctoral. Universidad de Granada, España. Enero de 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista Crítica De Ciências Sociais**. Out.2002. n. 63. pp. 237-280.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2010.

SPIVAK, Guayatri. C. **Pode falar o sujeito subalterno?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STOLL, David. **Rigoberta Menchú y la historia de todos los guatemaltecos pobres**. Tradução de Sara Martínez Juan. Madrid: Nódulo Materialista, 2002. Formato digital para livre consulta. Originalmente publicada em inglês, 1999, por Westview Press (Boulder, Colorado, EE.UU).

TARACENA Arriola, Arturo. La experiencia de un historiador en la Comisión de Esclarecimiento Histórico de Guatemala (2002) In Anne Pérotin-Dumon (dir.). **Historizar el pasado vivo en América Latina**. 2007. Disponível em: <<http://www.historizarelpasadovivo.cl/>>

TISCHLER, Sergio. **Memoria, Tiempo Y Sujeto**. Guatemala: F&G Editores: Guatemala, 2005.

TODOROV, Tzvetan. A descoberta da América. In **A conquista da América**: a questão do outro. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VAIHINGER, Hans. **A filosofia do 'Como Se'**. Chapecó, SC: Argos, 2012

VARGAS LLOSA, Mario. **La Verdad de las Mentiras**: ensayos sobre literatura. Buenos Aires: Seix Barral, 1990.

VIÑAR. M. Violencia Política (1989). In: VIÑAR, M. **Fracturas de Memoria**. Montevideo: Trilce, 1993.

VOLP - Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, 5.ed., Rio de Janeiro: ABL, 2009. Disponível em: <
<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=19>>.

ZAGNI, Rodrigo Medina. **Identities em Guerra**: Imperialismo e cultura nas relações entre Estados Unidos e América Latina durante a Segunda Guerra

Mundial (Os casos de Brasil, Argentina e México) São Paulo: CRV, 2015

ZEa, Leopoldo. **La filosofía Americana como filosofía sin más**. México: Siglo XXI, 2010. Originalmente publicado em 1969.

ZIBECHI, Raúl. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. En: **OSAL : Observatorio Social de América Latina**. No. 9 (ene. 2003). Buenos Aires: CLACSO, 2003. Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal9/zibechi.pdf>>

ZIZEK, Slavoj. **Sobre la violencia**: seis reflexiones marginales. Buenos Aires: Paidós, 2009.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Oswald. (1928) Manifesto Antropófago. In: **Revista de Antropofagia**, ano 1, n. 01, maio 1928. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/060013-01#page/3/mode/1up>>

ARFUCH, L. Violencia política, autobiografía y testimonio. In: SELIGMANN-SILVA, M.; GINZBURG, J. HARDMAN, F. F. (Orgs) **Escritas da Violência**, v. 2: representações da violência na história e na cultura contemporânea da América Latina. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. pp. 13-23.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2013, n.11, pp. 89-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de história**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEVERLY, John. ACHÚGAR, Hugo. **La Voz del Otro**. Guatemala: Papiro, 2002.

BRASIL NUNCA MAIS. <http://bnmdigital.mpf.mp.br>

BURGOS, Elisabeth. **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia**. Ciudad de La Habana: Casa de las Américas, 1984 [1981]

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog**: relatório final, maio a dezembro de 2012 / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.

CANO, B. M. Democracia, democratismo y Estado social. In: CALVEIRO, P. (Org.) **El Estado y sus Otros**. Buenos Aires: Libros de la Araucaria, 2006. pp. 44-72.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A PAZ. **O estado da paz e a evolução da violência**: a situação da América Latina. Universidade para a Paz das Nações Unidas. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2002.

CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y DOCUMENTACIÓN CENTROAMERICANA. **Desarrollo histórico de la violencia institucional en Guatemala**: violencia y contraviolencia". V. 6. Colección Mario López Larrave. Guatemala: Editorial Universitaria de Guatemala, 1981.

CERIO, Débora. El delicado sonido del trueno o el arte de hacer historia. Imagen dialéctica y verdad en la perspectiva de Walter Benjamin. In: **Recordando a Walter Benjamin**: Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria. III Seminario Internacional Políticas de la Memoria. Buenos Aires: Conti, outubro de 2010. Disponível em: <<http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2010/10/seminario.shtml>>

COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Primeira Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória: Clínicas do Testemunho**. Edital Público, 2012.

DE SOUZA SILVA, José. La Farsa del Desarrollo: Del colonialismo imperial al imperialismo sin colonias", pp. 51-92, En: María Lorena Molina M. (Organizadora) **La Cuestión Social y la Formación Profesional en Trabajo Social en el Contexto de las Nuevas Relaciones de Poder y la Diversidad Latinoamericana**, XVIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica, julio, 2004. Buenos Aires: Editorial ESPACIO.

ECHANDÍA, C. P.; GÓMEZ, A. D.; VOMMARO, P. (Org.). **Subjetividades políticas: desafíos y debates latinoamericanos**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012.

ELMIR, C. P. **O caso Benjamin Wilkomirski: a dupla invenção da memória**. Porto Alegre: Anos 90. v. 15, n. 28, p. 41-55, dez. 2008.

ENDO, P. C. Violências, Sistemas Violentos e o horizonte testemunhal. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, 2009, 29 (1), pp. 30-39. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a04.pdf>>. Acesso em ago.2013.>

ETCHEVERRY, J. A. **Violencia Política, Síntomas Sociales y capacidad resistente: el foro social mundial como fábrica de la cultura de paz**. Buenos Aires: Lectour, 2004

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 963.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012 [1978].

GARAVITO, M. A. **Violencia Política e inhibición social: estudio psicosocial de la realidad guatemalteca**. Guatemala: Magna Terra, 2005.

GROSSI QUEIPO, F. J. La Violencia Política En Perspectiva Para El Y Contral El Poder Y El Estado. Espanha: **Revista Eletronica Iberoamericana de Psicologia Social** (REIPS), v.1, n.0, 1998. Disponível em: <<http://www.psico.uniovi.es/REIPS/v1n0/art4.html>>. Acesso em 12 ago.2013.

INSTITUTO Interamericano de Derechos Humanos. **Contribución de las políticas de verdade, justicia y reparación a las democracias en América Latina**. San José, CR,: IIDH,2011

KAUFFMAN, Terrence. **Idiomas de Mesoamérica**. Guatemala: Editorial "José de Pineda Ibarra/Ministerio de la Educación, 1974.

LURIA, A. **Neuropsicología de la memoria**. Barcelona, España: Blume, 1980.

MARCONDES FILHO, C. **Violência Política**. São Paulo: Moderna, 1987.

MIDDLETON, David; EDWARDS, Derek. Collective remembering. Inquiries in **Social Construction**. London: Newbury Park, Calif.: Sage Publications, 1990.

MESTIZO: Una historia del Arte Latinoamericano. 13 capítulos. Dirección de Tristan Bauer. Produção de Julio Bertolotti. Argentina: Centro de Produção Audiovisual UNTREF, 2008. Son. Color. Disponível online: <<http://tal.tv/serie/mestizo-una-historia-del-arte-latinoamericano>>.

MORALES, Mario Roberto. **Stoll-Menchú: la invención de la memoria**. Guatemala: Consucultura, 2014 [2001].

NAIFF, Denis Giovanni Monteiro; SÁ, Celso Pereira de; NAIFF, Luciene Alves Miguez. A memória social do estado novo em duas gerações. **Psicologia: ciência e profissão**. [online]. 2008, vol.28, n.1, pp. 110-121. Disponível em : <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932008000100009>>.

NEV. **Informe Sobre Violência Política**. Dossiê Nev, n. 6, 1991.

NUNES, S. R. C. **A América traduzida pelo realismo maravilhoso**. Circulação interna.

NORA, Pierre. **Le lieux de mémoire: La République**. Paris: Galimard, 1984.

OLEA, Raquel; GRAU, Olga. **Volver A La Memoria**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2001.

PINILLA, Ricardo; RABE, Ana María. Los espacios de la memoria e la obra de Walter Benjamin. In: **Constelaciones** – Revista de Teoria Crítica. Madrid: CCHS; CSIC, n. 2. Dez. 2010. pp. 289-300.

SÁ, Celso Pereira de. Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L., (Org.) **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 46-57. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

SÁ, Celso Pereira de. **Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial**. Psicol. Reflex. Crit. [online]. 2007, vol.20, n.2, pp. 290-295. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000200015>>.

SALAS Fuentes, Jorge. **Desde un Rincón de mi Alma**. Bogotá: Editorial Kimpres, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Direito à verdade e à memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

SELIGMANN-SILVA, M.; GINZBURG, J. HARDMAN, F. F. (Org.). **Escritas da Violência**, V. 2. Representações da violência na história e na cultura contemporânea da América Latina. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

SWIELANDE, T. S. Le terrorisme dans le spectre de la violence politique. **Les Cahiers du RMES**, n. 1, Jui/2004. Disponível em:
<http://www.rmes.be/1_TS1.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

TEDEIA, Gilberto. **Quando a violência política entra em cena**. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-04102011-090957/>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

VÁZQUEZ, F. **La memoria como acción social**: Relaciones, significados e imaginario. Barcelona, España: Paidós, 2010.

VIEIRA, Felipe de Paula Gois. **Em Busca Da América**: O Real Maravilhoso como Discurso de Representação do Continente Latino-Americano. 9º Encontro Nacional da Anphlac, 2010. Disponível em:
<http://www4.pucsp.br/cehal/downloads/textos_congresso_goiania_2010/06_08_2010_Vieira%20FPG.pdf>

VILAR, Ramiro. Walter Benjamin: teoría y práctica de la narración. In: **Recordando a Walter Benjamin**. Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria. III Seminario Internacional Políticas de la Memoria. Buenos Aires: Conti, outubro de 2010. Disponível em
<<http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2010/10/seminario.shtml>>

WAINBERG, J. A. **Mídia e Terror**: Comunicação e violência política. São Paulo: Paulus, 2005.

WALDMAN, Gilda. Tiempo y Memoria en Marcuse. In: Garcia Canal, María Inés; Borja Sarmiento, Graciela (Compil.). **Marcuse y la cultura del 68**. México: UAM-X, CSH, Depto. de Política y Cultura; 1991. pp. 41-44.

WALDMAN, Gilda. **La "cultura de la memoria"**: problemas y reflexiones. Política e Cultura, 2006, n.26, p.11-34. Disponível em
<<http://www.scielo.org.mx/pdf/polcul/n26/n26a2.pdf>>

ANEXO A - Mapa Departamental da Guatemala

ANEXO B – Mapa da distribuição étnico-linguística

ANEXO C – Discurso del Presidente Jacobo Árbenz Guzmán
DIÁRIO DE CENTROAMÉRICA, 15/03/1951, p. 3

Excelentísimo señor ex-Presidente de la República;
Honorable Congreso de La Nación;
Honorables Magistrados Judiciales y funcionarios públicos.
Señores Jefes y Oficiales del Ejército Nacional de la Revolución;
Excelentísimos Representantes de los Gobiernos amigos;
Pueblo de Guatemala:

Me cabe el altísimo honor de recibir del Pueblo y de los legítimos representantes de la Nación, el cargo de Presidente de la República para el que fui electo por la gran mayoría popular en noviembre de 1950.

La fecha de hoy, que marca el fin de una gran etapa histórica y política en nuestro país, inicia a la vez otra época que podrá caracterizarse por el impulso a la economía nacional, el mantenimiento y ampliación de la democracia, el trabajo pacífico y la defensa de nuestra Soberanía Nacional, todo lo cual es necesariamente la continuación revolucionaria lógica y consecuente del régimen que inauguró el Doctor Juan José Arévalo, Presidente ejemplar de Guatemala y gran símbolo democrático para todo el Continente Americano.

El acto al que estamos asistiendo me produce una doble y elevada emoción. La emoción primaria que siento al ser investido con la más alta magistratura de la Nación, y la admiración que, mezclada con legítimo orgullo ciudadano, tengo hacia el Pueblo de mi patria que ve culminar hoy una jornada grandiosa de su larga e infatigable lucha contra sus opresores, la cual supo conducir durante los últimos seis años con acierto y mano segura mi ilustre antecesor, el Doctor Juan José Arévalo, que una vez más, ha puesto de manifiesto en sus recientes palabras, su alta calidad de pensador, de patriota y de ciudadano incorruptible.

Y es este sentimiento de admiración el que me lleva a referirme primero a la «época de Arévalo», la era más democrática de nuestro país y el comienzo de la época del respeto a nuestra patria como Nación. Cuando me dirigí al Pueblo en Puerto Barrios durante la campaña electoral, refiriéndome a los ataques y coacciones que ha soportado el primer gobierno representativo de la Revolución de Octubre y de la dignidad nacional de Guatemala, dije que «jamás en la historia de América un país tan pequeño a sido sometido a una presión tan grande». Hoy puedo agregar que nunca con tanto éxito ha triunfado la razón de un pequeño Pueblo sobre la sinrazón de los grandes intereses fincados en nuestro país. Y precisamente por eso jamás un Presidente y un régimen habían sido tan injustamente vilipendiados y calumniados aquí adentro y en el exterior.

Mentiras de toda laya, amenazas y chantajes y hasta la expresión soez y mentecata, se vertieron sobre nuestro país y su gobierno, haciendo blanco especial de aquel ataque ininterrumpido y cobarde sobre la personalidad descollante del Doctor Arévalo. Al mismo tiempo se trató de corromper la conciencia de muchos guatemaltecos, civiles o militares, para que se sumaran a la conspiración antidemocrática que se tejió para derrumbar a un gobierno, cuyo único delito consistía en propiciar una política que les diera pan y libertad a las grandes masas y protegiera los intereses nacionales contra los voraces financieros del exterior y los que reciben las migajas de esas riquezas en el interior. Pero la acción y la opinión popular no se equivocaron.

No se equivocaron ni se corrompieron tampoco los miembros democráticos y revolucionarios del Ejército. El binomio Pueblo y Ejército fue el principal factor que impidió que la acción derivada de la propaganda antidemocrática se consumara a través de los innumerables complots de aquella conspiración tendiente a instaurar otra vez en nuestro país un régimen de opresión e incondicionalmente servil a los intereses extraños a nuestra nacionalidad.

A pesar de la calumnia, el insulto y la falsedad, el Pueblo supo ver en el ciudadano Juan José Arévalo al mejor defensor de su lucha y sus aspiraciones. A cada momento contesto a los enemigos de adentro y de afuera, con un apoyo más firme hacia el gobierno y con

mayor cariño a su Presidente. El pueblo se agrupó alrededor de Arévalo porque comprendía que en la medida en que más recios y frecuentes eran los ataques y las amenazas, en la medida en que mas vulgares eran las injurias, mas duramente resistía su Presidente a las insinuaciones de los enemigos del interior y las coacciones de afuera y mejor defendía los intereses del Pueblo y de la Nación.

El Pueblo habría visto con desconfianza que los enemigos de la Democracia y la Libertad hubieran iniciado una campaña ditirámica para el gobierno o para el Presidente de la República porque eso habría significado que las cosas andaban mal para la Libertad y la Democracia. Pero el Pueblo puso fe y confianza en sus dirigentes y el resultado lo tenemos a la vista. Por primera vez asiste en este siglo a una transmisión del poder democrática, pacífica, popular, constitucional, que responde plenamente a su voluntad, y en la cual sigue poniendo su esperanza de mejorar sus condiciones de vida y caminar aún más por la senda de sus aspiraciones.

Ya he dicho que el Ejército nacional revolucionario merece en alto grado nuestras expresiones de admiración. El Ejército ha sido incorruptible y por ello ha defendido con honor su calidad de garante de las instituciones públicas y de la Soberanía Nacional, se ha granjeado el cariño popular y representa en estos momentos en el continente americano la expresión ejemplar de lo que debe ser la institución armada al servicio de la Constitución, de la Democracia y del Pueblo.

Pero no fue sólo la conjunción del Pueblo y el Ejército la que mantuvo y mantiene la Democracia y la Dignidad Nacional a través de los seis gloriosos años y en las horas más duras de la prueba de fuego. En grado sumo contribuyeron a ello el esfuerzo, la tenacidad y la personalidad de gran valor humanístico del ciudadano Juan José Arévalo. Es a él también a quien debemos rendir nuestra simpatía y nuestro agradecimiento. Estoy seguro de interpretar los deseos populares al manifestar que la Nación esta agradecida de la gestión del funcionario público, de la lucha del patriota, del valor moral del ciudadano, del trabajo del maestro y de la dirección y buen sentido del Presidente de la Republica que supo mantener la Dignidad Nacional, e hizo de Guatemala un país democrático en lo interno y una Nación Soberana, respetuosa y respetable ante la consciencia internacional.

No hago ninguna ponderación exagerada si expreso calidamente que la época del ex - Presidente Arévalo será citada como punto de referencia de una era democrática en nuestro país y en América, y que Juan José Arévalo será para Guatemala lo que Juárez y Cárdenas son para México, lo que Abraham Lincoln es para los Estados Unidos, lo que representa Sarmiento en la Argentina y a la vez lo que fueron hombres de la talla de Montalvo o de Eugenio Maria de Hostos para la joven América; un ilustre americano más en la galería de próceres democrático del continente.

Pero sólo esas características han reunido la gestión política del Doctor Arévalo. Su administración también se ha destacado por la política social que dio impulso a su régimen. La edificación de escuelas, la construcción de hospitales o las poblaciones, la ayuda monetaria y técnica a las municipalidades, fueron no sólo una adecuada respuesta a una pequeña parte de las innumerables necesidades que el clamor general y popular acalló angustiosamente bajo el miedo y el látigo de la dictadura, sino el cumplimiento de la promesa que aquel gobierno le hizo al Pueblo hace precisamente seis años. Y junto a esta obra meritísima, se destaca con caracteres fuertes e indelebles la obra abnegada, pionera y patriótica de la dignísima esposa del exPresidente de la República doña Elisa Martínez de Arévalo, que supo ser la gran compañera de un gran Presidente. La dedicación de la señora de Arévalo será reconocida, valorada y agradecida por todo el Pueblo, porque el Pueblo ha sentido entrañablemente el beneficio que le trajo la señora de Arévalo a su niñez y a sus madres desvalidas. Las guarderías, los comedores, los dispensarios infantiles y las salas de maternidad serán el mejor testimonio de esta obra grandiosa y el mejor ejemplo de lo que puede hacer una tenaz voluntad puesta al servicio popular cuando verdaderamente se ama al Pueblo. Tales testimonios, morales, son los que no podrán destruir ni manchar las calumnias y los insultos prodigados al gobierno y a su Presidente. La agitación calumniosa e injuriosa con sus montañas de papel será dispersada por los hechos imborrables y barrida por la mano del viento, y sólo quedarán los monumentos, las edificaciones ideológicas y

materiales del primer régimen de la Revolución de Octubre, desafiando cualquier juicio histórico y la rabia impotente de los enemigos del Pueblo.

Y sobre lo mucho conquistado ya, que representa poco en el camino de la felicidad de los guatemaltecos, nos toca a nosotros en el futuro asentar las bases de una economía nacional estable y próspera. Buscando afanosamente en la entraña de los problemas, hemos llegado a la conclusión de que es en la armazón económica de nuestro país donde reside la fuente de nuestros males. Al estudiar durante laboriosos meses el estado de la alimentación del pueblo, de su indumentaria, de sus casas de habitación, de las medicinas que pueden mantener su salud, de su grado de educación y de cultura, hemos podido sacar en claro que sólo orientando nuestro esfuerzo hacia un cambio en la estructura económica, modificando las características de nuestra economía, aumentando y diversificando la producción en todas sus ramas es posible conquistar mayores beneficios y bienestar para la población.

Yo he manifestado repetidas veces que ofrecería un programa de gobierno al Pueblo. Puedo asegurar hoy que hemos avanzado bastante en ese sentido. Por lo menos en lo que a política económica se refiere, ya tenemos una línea completamente clara de lo que nos proponemos hacer, de acuerdo con lo que manifestamos durante la campaña electoral. En la labor de planificación continuaremos todavía durante algunos meses, a manera de que al surtir sus efectos el próximo presupuesto fiscal de la Nación, emprendemos inmediatamente algunas de las obras que hemos planificado. Pero debo advertir, sin embargo, que nuestro programa de gobierno requerirá de todo el esfuerzo popular conjunto para su realización, y cuando digo esfuerzo popular me refiero a la colaboración patriótica de los capitalistas nacionales, los trabajadores de la ciudad y del campo, los técnicos y el Estado, a quienes hago un llamamiento para que emprendamos con firmeza el camino de nuestro crecimiento económico y del bienestar popular.

Nuestro gobierno se propone iniciar el camino del desarrollo económico de Guatemala, tendiendo hacia los tres objetivos fundamentales siguientes: a convertir a nuestro país de una Nación dependiente y de economía semicolonial en un país económicamente independiente; a convertir a Guatemala de un país atrasado y de economía predominantemente feudal en un país moderno y capitalista, y a hacer porque esta transformación se lleve a cabo en forma que traiga consigo la mayor elevación posible del nivel de vida de las grandes masas del pueblo.

Para alcanzar nuestros fines debemos entonces llegar a producir en la mayor proporción posible los alimentos, la ropa, los materiales de construcción, los artículos domésticos y los medicamentos que consume la gran mayoría de la población. Pero no queremos quedarnos ahí; ambicionamos patrióticamente llegar a producir la mayor proporción posible de los artículos que actualmente importamos y a sentar las bases de una producción futura de combustible, energía eléctrica, productos metalúrgicos y herramientas. Esta política económica, pues, se orientará como es fácilmente apreciable a producir lo que consumimos, a exportar los excedentes y buscar nuevas fuentes de divisas, a ampliar y diversificar la producción y a traer a Guatemala la maquinaria, equipo y herramienta necesarios para impulsar nuestro desarrollo en las mejores condiciones posibles a efecto de que los ingresos de la gran mayoría del Pueblo no dependan de las actividades relacionadas con nuestro comercio exterior, sino de aquellas que tienen por objeto predominante satisfacer las necesidades del consumo interno. De aquí se desprende y es absolutamente claro que nuestra política económica tendrá que estar basada necesariamente en el impulso a la iniciativa privada, en el desarrollo del capital guatemalteco, en cuyas manos deberían encontrarse las actividades fundamentales de la economía nacional, y en cuanto al capital extranjero debemos repetir que será bienvenido siempre que se ajuste a las distintas condiciones que se vayan creando en la medida que nos desarrollamos, que se subordine siempre a las leyes guatemaltecas, coopere al desenvolvimiento económico del país y se abstenga estrictamente de intervenir en la vida política y social de la Nación.

El programa industrial y en general todo el desarrollo económico de Guatemala no podrá ser jamás una realidad mientras subsistan las actuales condiciones de servidumbre en el

campo y de producción artesanal en la ciudad. Por ello es que en nuestro programa tiene capital importancia la reforma agraria que para realizarse tendrá que liquidar los latifundios e introducir cambios fundamentales en los métodos primitivos de trabajo, es decir, hará una mejor distribución de la tierra no cultivada o de aquella donde se mantienen las costumbres feudales e incorporará la ciencia y la técnica agrícolas a nuestra actividad agraria en general.

La segunda etapa de nuestro programa económico es la industrialización del país, que se orientará no solo a modernizar nuestros equipos fabriles y ampliar la producción, sino al establecimiento de nuevas plantas industriales, protegiendo convenientemente a los productos nacionales de la competencia extranjera ruinosa. Es por ello también que dedicaremos especial atención a la inversión de capitales nacionales, públicos y privados, en la explotación de yacimiento metálico, en el establecimiento de refinerías de petróleo, construcción de plantas eléctricas e instalación de las ramas iniciales de la industria química y la fabricación metalúrgica.

Nuestro programa de producción tiene que estar íntimamente vinculado al problema de su distribución. De ahí que nuestra política económica tenderá hacia la realización de un plan de vías de comunicación que tenga como finalidad transportar el menor tiempo y con el menor costo posible, los productos que sobren en unos lugares a aquellos otros en que hacen falta, y a promover la ampliación de las actuales vías de comunicación y la fundación de todas aquellas que impidan el funcionamiento de monopolios del transporte y faciliten el traslado de las mercancías de los centros de producción a los centros de consumo.

Asimismo, nos preocuparemos de orientar en mejor forma el crédito público y privado para proporcionar los recursos que les hacen falta a los propietarios, a los industriales actuales y futuros, para contribuir a alcanzar los fines que nos hemos propuesto. Si esto lo estimamos justo, justo es también que por parte del capital nacional y del Pueblo en general se estime que el Estado debe obtener, mediante una adecuada política financiera, el porcentaje de la renta nacional que sea necesario para que pueda cumplir sus compromisos para con la administración pública y hacer las inversiones que por su naturaleza le corresponden o que por su magnitud no pueda realizar la iniciativa privada. Finalmente, nuestra política económica impulsará el incremento en el ingreso de las grandes masas de la población, no sólo aumentando la producción en todas sus ramas para ofrecer los artículos a menor costo, sino propiciando una mejor retribución para las grandes mayorías de salarios de la ciudad y del campo. Para ello también será necesario incrementar los créditos a los pequeños propietarios, la formación de cooperativas y el control sobre la exportación, importación y distribución de artículos escasos, con el objeto de impedir el acaparamiento, la especulación y el alza de los precios, política dirigida a evitar mayores elevaciones en el costo de la vida. Tales son las miras que tenemos puestas con esperanza en el futuro económico nacional. Muchas son cosas increíbles: se burlarán interiormente de nosotros cuando nos oyan hablar de grandes plantas industriales de electrificación y de mecanización del campo, y quienes sonrían merecen una explicación. No pretendemos ser nosotros los que concretamente construyan una Guatemala industrial en seis años. Lo que pretendemos es abrir el camino, afirmar los cimientos de nuestro futuro desarrollo económico, empujar al país por el camino del capitalismo. A nosotros sólo nos tocará una parte de este esfuerzo, dejando a posteriores gobiernos revolucionarios el trabajo de llevarlo hasta el fin.

En cuanto a la orientación social que le daremos a nuestro gobierno, estará calcada en la realidad económica nacional. Las obras sociales que emprendamos tendrán como fundamento y estarán en razón directa al desarrollo de nuestro programa económico. En la medida en que aumente y se diversifique la producción agrícola e industrial, crecerá la renta nacional y por consiguiente la porción de ella que debe corresponder al Estado.

Y ésta será en definitiva la indicadora de una regulada distribución de las cantidades que deberán invertirse en actividades reproductivas y en obras de carácter social. Debemos entender con claridad que nuestro principal esfuerzo debe dedicarse al desarrollo

económico del país, pues de esto depende en definitiva el obtener la mayor cantidad posible de fondos sobre la base de una equitativa y proporcional imposición fiscal, que puedan ser destinados al mejoramiento de la educación, la salud pública, la asistencia social y la cultura.

Y cuando hablamos de nuestros problemas sociales no debemos apartar la mirada de los grupos indígenas de Guatemala ni de las necesidades propias de la juventud y de la mujer. Dentro de la consideración que nos merece elevar el estándar de vida del Pueblo en general, debemos considerar con cuidados especiales a nuestras mejores reservas, a la gran población indígena, y a los jóvenes y a las mujeres en general, como los tesoros más preciados de nuestra riqueza humana. Todo lo que hagamos por la niñez y la juventud y el cuidado de la mujer guatemalteca, así como en la raíz del problema de los grupos étnicos atrasados, será bien poco si contemplamos el largo camino que nos queda por recorrer para hacer de las grandes masas nacionales, conglomerados de hombres y mujeres bien alimentados, sanos, cultos y más felices.

El programa que anuncio a nuestro Pueblo para ser cumplido requiere, sin embargo, algunas condiciones. Por ejemplo, es indispensable mantener en el país las libertades esenciales y la Democracia. Con la misma seguridad y firmeza con que me dirigí al Pueblo durante la campaña electoral, insisto acerca de la decisión de las fuerzas populares guatemaltecas de conservar a toda costa el régimen democrático, donde los ciudadanos mantengan su derecho a pensar y creer como quieran, a organizarse y a dedicarse a las actividades lícitas que elijan. Creemos que la firmeza de la Democracia no radica en la mayor o menor dureza que se emplee para mantener el orden, sino en la mayor educación posible de la conciencia en el espíritu democrático. La Democracia será más fuerte en nuestro país en la medida en que se eleve la conciencia ciudadana, que permita el libre juego de las opiniones y de las acciones políticas, manteniendo a toda costa la Libertad de Expresión del Pensamiento, dentro — naturalmente— de la Constitución, la Ley y la moral pública. La Libertad, sin embargo, tan preciada para nosotros, no podemos exponerla al peligro que se ha vuelto tradicional en nuestro país. La Libertad no deberá entenderse como la Libertad para conspirar y armar complots para derrumbar al gobierno. En este sentido ratifico mis declaraciones anteriores. La era de la Democracia y la Constitucionalidad, la época institucional de Guatemala, serán mantenidas a todo trance, pero precisamente por eso también estamos dispuestos a aplastar para siempre la era de la conspiración y el complot. En cuanto al movimiento obrero y acerca de los conflictos económico-sociales de patronos y trabajadores, nuestro gobierno seguirá la conducta del gobierno anterior de guardar celosamente la independencia del movimiento sindical de nuestro país, y cuidará de mantener la posición más neutral en cuanto a los conflictos obrero-patronales, a menos que las dos partes en litigio acudan al gobierno pidiendo solución para sus diferencias o que la magnitud de tales conflictos comprometa la Soberanía o la Dignidad de la Nación, o afecte seriamente la economía nacional.

Como en los seis años anteriores Guatemala seguirá siendo el refugio de los aislados y los perseguidos políticos. Guatemala, que ha venido convirtiéndose en América en campeona del derecho de asilo ante las graves horas que confronta el mundo, no puede sino mantener incorruptible su posición en cuanto a los emigrados de otros países que han encontrado en el nuestro el pan de la amistad y de la confraternidad americana y universal.

Pero también es condición indispensable para que podamos realizar nuestros propósitos, que el mundo no confronte de nuevo la amargura y el dolor de otra guerra, que indefectiblemente englobaría a todos los Pueblos y a todos los países. La guerra significaría para Guatemala la paralización de todos nuestros esfuerzos por el bienestar popular y por el desarrollo económico nacional. De ahí que nos sea absolutamente indispensable que se mantenga la paz mundial. En este sentido, cualquier esfuerzo que se haga por los dirigentes de las grandes potencias para mantener la cordialidad internacional y la convivencia en un mundo pacífico será aplaudida y apoyada por nosotros. Seguimos creyendo que es posible arreglar las diferencias entre las Naciones por medios pacíficos y que no habrá necesidad de recurrir de la lucha armada. Consecuentes con nuestra posición de respaldo al estatuto de las Naciones Unidas,

nosotros seguimos teniendo fe en esa organización y tenemos la esperanza de que sabrá encontrar el camino más justo para evitar que se produzca una nueva hecatombe mundial.

Firmes en este espíritu pacifista, partidarios decididos de la confraternidad americana, amigos de la no intervención en los asuntos internos de los demás países, nuestra política internacional estará normada por el respeto absoluto a los demás Pueblos, por la cordialidad diplomática y comercial con todos los países, haciendo honor a los compromisos contraídos y dispuestos a continuar la línea que se trazó desde la Junta Revolucionaria de Gobierno y que prolongó brillantemente la administración del Doctor Arévalo.

Por último me permito exhortar de nuevo a los sectores populares, y a los distintos grupos políticos que mantienen vivo el espíritu de la Democracia y de la Revolución de Octubre, a que aúnen sus esfuerzos, a que se conviertan en un haz apretado de voluntades dispuestas a resistir los embates del porvenir, a sacrificar posiciones personalistas para poder librar al régimen libre de Guatemala de todas las acechanzas y para cumplir con éxito y con honor el programa que nos ha encomendado el Pueblo guatemalteco.

Tengo una profunda fe en el porvenir. Soy por naturaleza optimista y estoy seguro de que con la ayuda del Pueblo, la colaboración de todos los sectores que quieren el progreso económico, social y político del país y con una firme voluntad de mantener hacia delante la marcha revolucionaria, haremos de Guatemala un país próspero, moderno, modelo democrático, y que conquistaremos para sus habitantes mayor bienestar y prosperidad.

Nuestra divisa será siempre:

HACIA DELANTE POR UNA GUATEMALA MEJOR.

Jacobo Árbenz Guzmán

ANEXO D – Acordo de Paz Firme e Duradoura

Acuerdo de paz firme y duradera

Considerando:

Que con la suscripción del presente Acuerdo se pone fin a más de tres décadas de enfrentamiento armado en Guatemala, y concluye una dolorosa etapa de nuestra historia,

Que a lo largo de los últimos años, la búsqueda de una solución política al enfrentamiento armado ha generado nuevos espacios de diálogo y entendimiento dentro de la sociedad guatemalteca,

Que de aquí en adelante empieza la tarea de preservar y consolidar la paz, que debe unir los esfuerzos de todos los guatemaltecos,

Que para ese fin el país dispone, con los acuerdos de paz, de una agenda integral orientada a superar las causas del enfrentamiento y sentar las bases de un nuevo desarrollo,

Que el cumplimiento de estos acuerdos constituye un compromiso histórico e irrenunciable,

Que para conocimiento de las generaciones presentes y futuras, es conveniente recoger el sentido profundo de los compromisos de paz, El Gobierno de la República de Guatemala y la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) acuerdan lo siguiente:

I. CONCEPTOS

1. Los acuerdos de paz expresan consensos de carácter nacional. Han sido avalados por los diferentes sectores representados en la Asamblea de la Sociedad Civil y fuera de ella. Su cumplimiento progresivo debe satisfacer las legítimas aspiraciones de los guatemaltecos y, a la vez, unir los esfuerzos de todos en aras de esos objetivos comunes.
2. El Gobierno de la República reafirma su adhesión a los principios y normas orientadas a garantizar y proteger la plena observancia de los derechos humanos, así como su voluntad política de hacerlos respetar.
3. La población desarraigada por el enfrentamiento armado tiene derecho a residir y vivir libremente en el territorio guatemalteco. El Gobierno de la República se compromete a asegurar su retorno y reasentamiento, en condiciones de dignidad y seguridad.
4. Es un derecho del pueblo de Guatemala conocer plenamente la verdad sobre las violaciones de los derechos humanos y los hechos de violencia ocurridos en el marco del enfrentamiento armado interno. Esclarecer con toda objetividad e imparcialidad lo sucedido contribuirá a que se fortalezca el proceso de conciliación nacional y la democratización en el país.
5. El reconocimiento de la identidad y derechos de los pueblos indígenas es fundamental para la construcción de una nación de unidad nacional multiétnica, pluricultural y multilingüe. El respeto y ejercicio de los derechos políticos, culturales, económicos y espirituales de todos los guatemaltecos, es la base de

una nueva convivencia que refleje la diversidad de su nación.

6. La paz firme y duradera debe cimentarse sobre un desarrollo socioeconómico participativo orientado al bien común, que responda a las necesidades de toda la población. Dicho desarrollo requiere de justicia social como uno de los pilares de la unidad y solidaridad nacional, y de crecimiento económico con sostenibilidad como condición para atender las demandas sociales de la población.

7. Es fundamental para lograr la justicia social y el crecimiento económico, la participación efectiva de los ciudadanos y ciudadanas de todos los sectores de la sociedad. Corresponde al Estado ampliar estas posibilidades de participación y fortalecerse como orientador del desarrollo nacional, como legislador, como fuente de inversión pública y proveedor de servicios básicos, como promotor de la concertación social y de la resolución de conflictos. Para ello el Estado requiere elevar la recaudación tributaria y priorizar el gasto público hacia la inversión social.

8. En la búsqueda del crecimiento, la política económica debe orientarse a impedir que se produzcan procesos de exclusión socioeconómica, como el desempleo y el empobrecimiento, y a optimizar los beneficios del crecimiento económico para todos los guatemaltecos. La elevación del nivel de vida, la salud, la educación, la seguridad social y la capacitación de los habitantes, constituyen las premisas para acceder al desarrollo sostenible de Guatemala.

9. El Estado y los sectores organizados de la sociedad deben aunar esfuerzos para la resolución de la problemática agraria y el desarrollo rural, que son fundamentales para dar respuesta a la situación de la mayoría de la población que vive en el medio rural, y que es la más afectada por la pobreza, las iniquidades y la debilidad de las instituciones estatales.

10. El fortalecimiento del poder civil es una condición indispensable para la existencia de un régimen democrático. La finalización del enfrentamiento armado ofrece la oportunidad histórica de renovar las instituciones para que, en forma articulada, puedan garantizar a los habitantes de la República la vida, la libertad, la justicia, la seguridad, la paz y el desarrollo integral de la persona. El Ejército de Guatemala debe adecuar sus funciones a una nueva época de paz y democracia.

11. La incorporación de la URNG a la legalidad en condiciones de seguridad y dignidad constituye un factor de interés nacional, que responde al objetivo de la conciliación y del perfeccionamiento de un sistema democrático sin exclusiones.

12. Las reformas constitucionales contenidas en los acuerdos de paz, constituyen la base sustantiva y fundamental para la conciliación de la sociedad guatemalteca en el marco de un Estado de derecho, la convivencia democrática, la plena observancia y el estricto respeto de los derechos humanos.

13. Las elecciones son esenciales para la transición que vive Guatemala hacia una democracia funcional y participativa. El perfeccionamiento del régimen electoral permitirá afianzar la legitimidad del poder público y facilitar la transformación democrática del país.

14. La implementación de la agenda nacional derivada de los acuerdos de paz, constituye un proyecto complejo y de largo plazo que requiere la voluntad de cumplir con los compromisos adquiridos y el involucramiento de los Organismos

del Estado y de las diversas fuerzas sociales y políticas nacionales. Este empeño supone una estrategia que priorice con realismo el cumplimiento gradual de los compromisos, de forma tal que se abra un nuevo capítulo de desarrollo y convivencia democrática en la historia de Guatemala.

II. VIGENCIA DE LOS ACUERDOS DE PAZ

15. Al presente Acuerdo de Paz Firme y Duradera quedan integrados todos los acuerdos suscritos con base en el Acuerdo Marco sobre Democratización para la Búsqueda de la Paz por Medios Políticos, suscrito en la Ciudad de Querétaro, México, el 25 de julio de 1991, y a partir del Acuerdo Marco para la Reanudación del Proceso de Negociación entre el Gobierno de Guatemala y la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca, suscrito en la Ciudad de México el 10 de enero de 1994. Dichos acuerdos son:

- a) El Acuerdo Global sobre Derechos Humanos, suscrito en la Ciudad de México el 29 de marzo de 1994;
- b) El Acuerdo para el Reasentamiento de las Poblaciones Desarraigadas por el Enfrentamiento Armado, suscrito en Oslo el 17 de junio de 1994;
- c) El Acuerdo sobre el Establecimiento de la Comisión para el Esclarecimiento Histórico de las Violaciones a los Derechos Humanos y los Hechos de Violencia que han Causado Sufrimientos a la Población Guatemalteca, suscrito en Oslo el 23 de junio de 1994;
- d) El Acuerdo sobre Identidad y Derechos de los Pueblos Indígenas, suscrito en la Ciudad de México el 31 de marzo de 1995;
- e) El Acuerdo sobre Aspectos Socioeconómicos y Situación Agraria, suscrito en la Ciudad de México el 6 de mayo de 1996;
- f) El Acuerdo sobre Fortalecimiento del Poder Civil y Función del Ejército en una Sociedad Democrática, suscrito en la Ciudad de México el 19 de septiembre de 1996;
- g) El Acuerdo sobre el Definitivo Cese al Fuego, suscrito en Oslo el 4 de diciembre de 1996;
- h) El Acuerdo sobre Reformas Constitucionales y Régimen Electoral, suscrito en Estocolmo el 7 de diciembre de 1996;
- i) El Acuerdo sobre Bases para la Incorporación de la URNG a la Legalidad, suscrito en Madrid el 12 de diciembre de 1996;
- j) El Acuerdo sobre Cronograma para la Implementación, Cumplimiento y Verificación de los Acuerdos de Paz, suscrito en la Ciudad de Guatemala el 29 de diciembre de 1996.

16. Con excepción del Acuerdo Global sobre Derechos Humanos, que está en vigencia desde su suscripción, todos los acuerdos integrados al Acuerdo de Paz Firme y Duradera cobran formal y total vigencia en el momento de la firma del presente Acuerdo.

III. RECONOCIMIENTO

17. Al culminar el histórico proceso de negociación para la búsqueda de la paz por medios políticos, el Gobierno de Guatemala y la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca dejan constancia de su reconocimiento a los esfuerzos nacionales e internacionales que han coadyuvado a la conclusión del Acuerdo de Paz Firme y Duradera en Guatemala. Resaltan el papel de la Comisión Nacional de Reconciliación, de la Conciliación, de la Asamblea de la Sociedad Civil, y de la Moderación de las Naciones Unidas. Valoran asimismo el acompañamiento del Grupo de Países Amigos del Proceso de Paz de Guatemala, integrado por la República de Colombia, el Reino de España, los Estados Unidos de América, los Estados Unidos Mexicanos, el Reino de Noruega y la República de Venezuela.

IV. DISPOSICIONES FINALES

Primera. El Acuerdo de Paz Firme y Duradera entra en vigencia en el momento de su suscripción.

Segunda. Se dará la más amplia divulgación al presente Acuerdo, en especial a través de los programas oficiales de educación.

Ciudad de Guatemala, 29 de diciembre de 1996.

Por el Gobierno de Guatemala:

(Firmado) Gustavo PORRAS CASTEJÓN (Firmado) Otto PÉREZ MOLINA

General de Brigada

(Firmado) Raquel ZELAYA ROSALES (Firmado) Richard AITKENHEAD CASTILLO

Por la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca:

(Firmado) Ricardo RAMÍREZ DE LEÓN (Firmado) Jorge Ismael SOTO GARCÍA

(Comandante Rolando MORÁN) (Comandante Pablo MONSANTO)

(Firmado) Ricardo ROSALES ROMÁN (Firmado) Jorge Edilberto ROSAL MELÉNDEZ

(Carlos GONZÁLEZ)

Por las Naciones Unidas:

(Firmado) Boutros BOUTROS-GHALI

ANEXO E – Hacia un Proceso Plural de Búsqueda de Justicia

Carolina Melgar, 2014

Caso por genocidio, delitos contra los deberes de humanidad y desaparición forzada contra el grupo étnico maya ixil.

Preámbulo

En el año 2000 el Centro para la Acción Legal en Derechos Humanos CALDH en conjunto con la Asociación para la Justicia y Reconciliación AJR plantean una querrela para la investigación y judicialización del delito de Genocidio en Guatemala. En el año 2008 las organizaciones implicadas seccionaron la investigación temporal y territorialmente e iniciaron el proceso contra 4 miembros del cúpula militar del gobierno del ex dictador José Efraín Ríos Montt por genocidio y delitos contra los deberes de humanidad en la región ixil. Mismo año en el que se establece un acuerdo de colaboración entre CALDH, AJR y al Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala ODHAG para que esta última, en conjunto con la AJR se encargaran del litigio de las violaciones a DDHH ocurridas, en la misma región pero durante el gobierno del ex dictador Fernando Romeo Lucas García que estuvo en el poder el periodo anterior a Ríos Montt. Es así como la ODHAG inicia la investigación de este caso en 2008.

Del 2008 al 2011 se desarrolló parte de la investigación del caso según un esquema de litigio estratégico. En este periodo se recogieron elementos considerados importantes para la prueba del delito de genocidio. Entre otros, un elemento importante fue la ubicación de los hechos acontecidos según diferentes fuentes: documentales, científicas y testimoniales. Para la obtención de testimonios fue necesaria la identificación de personas que hubieran presenciado y/o experimentado directamente los hechos investigados. Con este fin se hizo un mapeo inicial con la colaboración de personas de otras organizaciones que tenían un trabajo desarrollado en la región. A través de estas personas que operaron como vínculos de referencia, se estableció un primer acercamiento. Se elaboró un instrumento de entrevista estructurada que se aplicó a las personas seleccionadas. Posteriormente la información recogida por el instrumento fue analizada y calificada según su grado de idoneidad para ser incorporadas al caso como posibles testimonios. En base a estas entrevistas fueron seleccionados los “testigos potenciales” y posteriormente fue organizada la recolección oficial de estos testimonios por la Fiscalía de Derechos Humanos e incorporadas al proceso.

Estas acciones constituyen el primer acercamiento que la ODHAG tuviera con las personas ixiles en el caso. Acciones que se desarrollaron desde un enfoque eminentemente jurídico que concebía a los “sobrevivientes directos”, o más bien a sus declaraciones, como objetos de prueba fundamentales; sin embargo sin ninguna otra forma o lugar de participación.

Esta forma de abordar a los sobrevivientes y a sus familias presenta contradicciones éticas que pueden no ser evidentes en la descripción pero que a medida que el proceso avanzó saltaron a la vista. Vale señalar las preocupaciones manifestadas por los miembros de la AJR por la salud y la integridad de los testigos del proceso. Estos señalamientos, pusieron en evidencia aspectos de las personas que no se consideraron con anterioridad. Y si bien la ODHAG no tenía la posibilidad técnica ni económica para darles respuesta, esta situación fue el inicio de una ruptura importante. Institucionalmente había una demanda para el reconocimiento de las personas más allá que como fuentes de declaraciones útiles para el caso, una demanda por el reconocimiento de los cuerpos portadores de la memoria.

Poco tiempo después, en el marco de un estudio psicosocial para medir el impacto del genocidio en las personas y en el grupo étnico saltó a la luz otra situación preocupante. Los participantes del estudio expresaron un desconocimiento generalizado del proceso dentro del cual ya se encontraban.

Primeras contradicciones evidenciadas desde la óptica jurídica

En primer lugar, a pesar de ser consideradas personas importantes dentro del proceso, no hubo un reconocimiento de ellos y ellas en tanto sujetos de derecho. En términos jurídicos un sujeto de derecho es el poseedor de derechos universalmente reconocidos y sobre los cuales puede establecerse una exigibilidad para hacerlos prevalecer en el marco de una sociedad. Si bien el caso mismo está planteado por las violaciones a los derechos del grupo étnico maya ixil, en la medida en que haya un desconocimiento del caso, del proceso y de las propias implicaciones no se está en capacidad de asumir la defensa y ejercicio de los derechos que le son propios.

A partir de estas consideraciones se hizo un primer planteamiento para dar respuesta a estas contradicciones, se elaboró un proyecto que intentaban un acercamiento intencionado y sistemático con los testigos del caso.

2012 Inicio del camino

Con el planteamiento de un proyecto para la obtención de fondos y la disposición de miembros del equipo de trabajo para llevarlo a cabo inició este camino. La primera fase del proceso, vista en retrospectiva, consistió a penas en el acercamiento o familiarización como lo llama la psicología social comunitaria. Fue la parte inicial del proceso en donde nos acercamos con los testigos y con sus comunidades para conocernos, para establecer acuerdos mínimos que nos permitieran un trabajo conjunto. Pero ese acercamiento más que el encuentro de una organización con un grupo de testigos fue el tropezado choque de una forma de comprender el mundo, la historia y la justicia con otra muy distinta. Solo el reconocimiento del otro, la ética, la honestidad y la apertura mutua permitió que este proceso iniciara con todo y sus abruptos desencuentros. De esta experiencia los aprendizajes fueron muchos y muy valiosos. Y es necesario para este ejercicio recuperarlos y nombrarlos.

Testigos/ Individuos vrs Comunidades/Colectivo

El acercamiento inicial se intentó con quienes ya eran testigos dentro del caso. Con la colaboración de personas que tenían experiencias similares en la región nos acercamos a plantear la posibilidad de iniciar un proceso de acercamiento formal y sistemático. Sin embargo la respuesta de los testigos fue el dialogo colectivo *"Esto que estamos platicando hay que decirlo al alcalde, a los ancianos para que hagan una reunión de la comunidad"*. Organizamos poco a poco espacios en las aldeas donde participarían, en la mayoría de casos, autoridades locales, comités, grupos y personas interesadas en este tipo de procesos. Frente a un intento de dialogo con individuos nos encontramos con un interlocutor colectivo: la comunidad. Si bien no hacen parte de estos espacios la totalidad de sus miembros, por no estar de acuerdo, por no tener interés, por no tener el tiempo o la salud necesarios; están presentes. Los matices y realidades que se dialogan dejan ver desde una óptica al colectivo.

Un caso vrs la memoria y los pueblos objetivados y cansados relatar una y otra vez un pasado sangriento.

El planteamiento del trabajo de la ODHAG, el proceso de acercamiento en general no fue sencillo, armonioso ni estuvo libre de conflictos. Nos acercamos presentando un caso, en el que una parte de la memoria de las personas y las comunidades constituiría un elemento de las demandas de justicia. Por lo que era necesario conocer, a través de métodos rigurosos detalles de hechos, fechas daños y efectos del periodo investigado. Frente a esto las personas tuvieron diferentes reacciones: silencios, sospechas, miradas inquisitivas, preguntas constantes hasta expresiones que quizá lo condensaban todo *"Nos preguntan y nos preguntan y nos enredan. Ya dimos nuestras declaraciones y nos las vuelven a pedir" "Podemos volver a contar lo que nos pasó, pero qué beneficio (económico) hay para nosotros" "¿Cómo sabemos que no trabajan para los militares y que no van a ir a darles nuestros nombres?"*

Nos encontramos con la desconfianza, el enojo y la resistencia de repasar los años de horror sin que esto implique cambios sustantivos en la vida de quienes incansablemente han denunciado las injusticias de que fueran objeto. Y por si fuera poco, ni siquiera queríamos saber todo por lo que pasaron, interesaban unos cuantos años de toda una vida de despojos y vejámenes. Nos encontramos con comunidades cansadas de tratar con organizaciones que lucran con la historia y con las demandas de justicia en materia de resarcimiento o de proyectos productivos. Organizaciones que según sus palabras

"prometen mucho y no cumplen con nada". "Hay personas que dicen que trabajan por nosotros pero están en las oficinas con las manos cruzadas, oficinas sí hay pero no nos invitan a las personas que sufrimos, la gente que no sufrió recibe y los que sufrieron están olvidados".

La reacción nuestra pasó por diferentes afectos y razonamientos. Lo primera fue la vergüenza, la pena de estar llegando con otra bandera de lucha en un momento en que esta ya había arrancado y había arrancado sin estas personas, sin siquiera conocerlas ni haberlas escuchado. Pasada esta sensación, comprensible pero inútil, no nos quedó más remedio que la honestidad brutal, al colmo de parecer pesimismo. *"No traemos a ofrecer nada, no venimos a trabajar proyectos productivos o a mediar para que reciban el resarcimiento"* Presentamos el caso en que nos encontrábamos trabajando, la historia de su surgimiento y las organizaciones implicadas en el mismo. A partir de la experiencia del caso de Ríos Montt explicamos las dificultades que estos procesos implican, lo lentos y cansados que resultan, y la incapacidad que cualquiera tiene de afirmar si van a concluir en sentencias condenatorias, si siquiera se va a tener posibilidad de presentarse a un tribunal. Esto era cierto, es cierto, también rescatamos el valor de esta lucha y el sentido político e histórico que tiene para las personas, para los pueblos, para el país y el mundo mismo.

Tan fuerte fue el choque, que durante un año completo no conseguimos hacer más que esto. Visitas constantes a las comunidades, en donde una y otra vez surgían preguntas sobre quiénes éramos, qué queríamos y por qué estábamos allí. Discursos repetitivos de ambos lados intentando con mucho esfuerzo la comprensión.

Así empezó el camino de estos diálogos, con un fuerte desconocimiento del lugar, de la historia, del contexto de las comunidades. Los libros no son suficientes para conocer. Las personas nos recibieron y nos enfrentaron con una fuerte interpelación del proceso que proponíamos y los métodos que utilizamos. Con toda una caja de herramientas de la educación popular intentamos partir de su realidad para empezar a establecer diálogos y nos encontramos una y otra vez con su silencio. Sin embargo más allá de las palabras dichas nos encontramos sitiándonos y pensándonos, sentipensándonos mutuamente. Aprendimos que las palabras perdieron su valor y que para probarlas es necesario ver a donde van, que traen, que llevan.

2013 Investigación participativa, formación política, información/comunicación.

Un año más tarde, a partir de la confianza generada, de la comprensión del caso y de la intención de los testigos y otros miembros de las comunidades de participar dentro del proceso, se abrieron espacios participativos de investigación y de formación política. Se lograron establecer grupos de trabajo y los resultados fueron de mucho valor para las investigaciones. Los abogados e investigadores tuvieron otra cercanía con las personas, conocieron más ampliamente sus historias y la realidad que les atraviesa en la actualidad. Las personas expertas que tenían como tarea la elaboración de peritajes científicos para darle soporte a algún aspecto de la investigación ya no se basaron únicamente en los testimonios o libros escritos sobre la historia y la realidad ixil, tres de ellos tuvieron la posibilidad de conocerlos, escuchar de primera mano sus experiencias, sus valoraciones sobre la historia; otros tuvieron a mano las reflexiones colectivas que el equipo de trabajo hizo en torno a los puntos de investigación. Las entrevistas oficiales para recoger declaraciones testimoniales se hicieron después de procesos de preparación, de acompañamiento y con mucho más cuidado de las formas que en ocasiones anteriores. Se abrieron nuevos y más complejos espacios de participación.

En las comunidades se mantuvieron los espacios creados y de acuerdo a cómo funcionó en un inicio, se constituyeron en espacios de comunicación para la problematización de aspectos relativos a los procesos de búsqueda de justicia: noticias, documentales u otros materiales similares fueron de gran apoyo. La participación de las personas en muchas de las comunidades fue en constante aumento, hasta llegar a más de 600 personas en las 11 aldeas de la región.

Los alcances de esta etapa son muy evidentes y no necesitan ahondarse. Más bien hay que poner los ojos en los espacios vacíos, en las cosas no tan evidentes para rescatarlas del anonimato y usarlas para construir un camino más coherente. Aquí un intento:

Las necesidades y urgencias de un caso vrs la memoria colectiva y la concepción de justicia de un pueblo.

Los procesos de recuperación de memoria con las comunidades, permitieron que a partir de los hechos investigados, se crearan espacios colectivos de análisis en donde pasado, presente y futuro se desdibujan y ayudan a comprender la compleja relación entre pueblo, Estado y capital, a lo largo de la historia. Espacios en donde la identidad recobró sentidos políticos para muchas personas pero también que generaron conflictos con otros sectores, autoridades municipales, y organizaciones. Sería importante describir esto con más detalle pero para este análisis nos interesa rescatar que no se hizo investigación criminal, ni siquiera investigación social, pese a la utilidad lógica que esto suponía para el caso y para los abogados. Fueron espacios colectivos de recuperación de memoria.

Sin embargo estos espacios estuvieron intencionados desde las necesidades jurídicas y si bien las rebasaron; lo que resultó de los procesos no podía ser tomado en cuenta en su totalidad. No interesa para la redacción de una acusación por Genocidio la relación que esté tiene con los conflictos locales por el agua, la tierra o la prohibición del paso de las personas por terrenos de las grandes fincas de terratenientes explotadores. No caben en los documentos los altares que año a año pone Doña Esperanza Argueta para su hijo desaparecido, no cabe la canción acerca de la masacre de Cocop que ayudó a recordar la fecha, los hechos, los muertos, los "efectos". No cabe la historia ejemplar de los jóvenes de la aldea de Chisis que tomaron el lugar de líderes señalados y fueron asesinados para que ellos pudieran continuar con su trabajo. No cabe el llanto de las Catarinas, Petronas, Marías, Anas y otras tantas. No cabe la rabia, el grito don Juan Ordoñez diciendo que "no éramos animales". No caben la risa de los niños, los boxboles que compartimos para cenar. Los "resultados" hubo que fragmentarlos, objetivarlos para que hacerlos caber en los formatos legales. Cifras 15,883 asesinados durante la dictadura de Romeo Lucas García. Experiencias de vida que constituyen delitos: muerte de miembros del grupo, lesiones que afectan gravemente la integridad física o mental de los miembros del grupo, sometimiento del grupo a condiciones de existencia que hayan de acarrear su destrucción física, total o parcial; medidas destinadas a impedir la reproducción del grupo, traslado por la fuerza de niños del grupo a otro grupo, tortura, violencia sexual, desaparición forzada, pillaje y destrucción...

Esto no le resta nada a los procesos comunitarios, pero pone de manifiesto las concepciones de vida, tiempo y justicia, no solo distintas sino contrarios entre las organizaciones y el Estado y las comunidades.

El tiempo de las luchas vrs. el tiempo del Estado y las ONGs.

Es necesario señalar que las agendas de los procesos de búsqueda de justicia desde sus inicios las han marcado y las marcan en la actualidad las organizaciones de derechos humanos y los organismos del Estado, no las comunidades ni su propio análisis del momento justo para dar cada paso.

Si bien los pueblos han tenido una larga trayectoria de lucha y resistencia en donde la recuperación de la memoria histórica y la búsqueda de justicia han sido fundamentales, no ha sido hasta la articulación con ciertas ONGs que estos procesos han arrancado con fuerza. Sin embargo no se puede soltar la palabra *articulación* al hacer referencia a la relación entre ONGs y organizaciones comunitarias o indígenas sin demarcar que ambas se encuentran en condiciones desiguales. Las ONGs por su parte tienen el conocimiento, la capacidad profesional y financiera para accionar sobre y con el sistema de justicia, pueden tener un dialogo en condiciones de mayor igualdad con las instituciones y sus sistemas de burocracia.

Por otro lado, a pesar de que ha habido y existen actualmente litigios de organizaciones indígenas en materia de tierra, discriminación y otros delitos. Los casos que se han ganado o están en trámite en cortes nacionales e internacionales por crímenes de guerra son onerosos, se hacen en espacios racistas, monolingües y centralizados; se desarrollan en un sistema de justicia que está diseñado para ser inaccesible a las mayorías. Inaccesible para los sectores empobrecidos, con nula, mínima o incluso mediana escolaridad y ni mencionar a las personas que no manejen el castellano. Inaccesible sobre todo cuando se habita en las periferias y se depende del trabajo agrícola.

Es verdad y no hay que dejar de lado que antes que las organizaciones, quienes marcan las agendas son las instituciones de Estado. Pero la injerencia que las organizaciones lograron en los últimos años, sobre todo en el Ministerio Público, redujo la distancia entre la sociedad civil y órganos jurisdiccionales. No hay una transformación pero hay brechas que se acortan, esto a su vez arroja otros problemas de fondo acerca de ¿Cuánto nos va a durar este puente?, pero ese es análisis para profundizar en otro momento.

El problema entonces es que en la lógica procedimental de la justicia, en sus oficinas, en sus fechas de entrega de documentos, en los plazos de investigación, en los calendarios para audiencias; el tiempo y el espacio de las luchas quedan subordinados.

2014 "Momento de repensarnos"

En medio de la espera obligada por situaciones coyunturales: cambios en la administración pública de justicia, otros casos planteándose en paralelo y cambios organizacionales internos; se fueron afinando cada vez más los planteamientos, tratando de incorporar todos los elementos posibles para que no quede duda de los delitos planteados. Las investigaciones fueron incorporando a otras personas y grupos organizados como las Comunidades de Población en Resistencia (CPRs) de la Sierra que son las comunidades de la región ixil desplazadas a partir de la política de tierra arrasada en los años 80's que se refugiaron en las montañas y resistieron a dejar sus tierras y a entregarse al régimen militar; por largos años sufriendo ataques cercos y asechos por el Ejército de Guatemala, comunidades que aun hoy día mantienen gran parte de su estructura organizativa y se caracterizan por la fuerza política que entonces como ahora han demostrado frente al Estado y al sistema. Fue un logro grande para el proceso haber roto algunas líneas rígidas de tiempo para poder incorporar la experiencia de las CPRs en las demandas. Esto nos ha obligado a revisar de manera empírica los aprendizajes del proceso que ya se tenían, pues se hace necesario prevenir algunos errores e incoherencias en la práctica. También deja ver que no es necesario empezar de cero, es posible utilizar y adaptar los métodos contruidos con las comunidades de la región ixil y perfeccionarlos.

Otro alto hubo de hacerse para atender situaciones y contradicciones presentes desde el inicio del proceso que no podían seguirse postergando y esto tiene que ver con varias elementos: Los crímenes de género contenidos en el caso, la participación de las mujeres en los procesos de recuperación de memoria, la atención no prestada a las mujeres sobrevivientes de violencia sexual, el enfoque de género inexistente para el abordaje de esta realidad compleja y la falta de herramientas del equipo de trabajo. Con un peritaje sobre crímenes de género, construido con la participación de las y los sobrevivientes, con declaraciones testimoniales que hablan, pero ahondan poco sobre hechos de violencia sexual y con la presencia en crecimiento de las mujeres en los espacios comunitarios estalló frente al equipo de trabajo la urgencia de atender con responsabilidad y honestidad la parte que nos corresponde del entramado patriarcal que esta realidad pone de manifiesto.

Se hizo un estudio breve y muy poco profundo para establecer una línea de base en materia de género en los diferentes aspectos que atraviesa el proceso: el conocimiento y sensibilidad del equipo de trabajo, la situación de las mujeres participantes en los espacios de formación y comunicación en la región ixil y la calidad de los planteamientos legales en materia de género. Los resultados pusieron de manifiesto las cosas que sabíamos por intuición y nos puso delante un reto grande: un proceso de búsqueda justicia que no revictimice ni instrumentalice a las mujeres, sus experiencias y sus demandas.

El reto grande es un proceso de justicia transformadora que se plantee ampliar los objetivos generales de la justicia y corregir tanto las causas como las consecuencias de las violaciones basadas en el género. Esto implica visibilizar, interpretar y buscar la transformación de las relaciones patriarcales que hicieron posible que se produjeran esas violaciones y que hoy siguen permitiendo una violencia material y simbólica sobre los

cuerpos de las mujeres ixiles y de las mujeres indígenas y mestizas en Guatemala. Es un objetivo ambicioso pero con este horizonte se pueden dar pasos que vayan transformando las relaciones de poder y opresión patriarcal presentes en los grupos de trabajo, en las dinámicas comunitarias, en la cosmovisión del grupo étnico, en el sistema de justicia, en el Estado y en tantos lugares de análisis permita el proceso. Es evidentemente una ambición grande, y quizá el aporte asequible sería al menos no colaborar para el mantenimiento y reproducción de las relaciones desiguales y violentas contra las mujeres en el proceso de construcción y desarrollo del litigio.

DEI - Construcción de diálogos plurales - Propuesta desde la despatriarcalización y la descolonización .